

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 33 - n. 53 - Dez. 2020 - ISSN 2175-0173

Diálogos
afro-brasileiros

53



UNOCHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

Diálogos afro-brasileiros

v. 33, n. 53

(Dez/2020)

<http://dx.doi.org/10.22562/2020.53>

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Libano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)
Fone: (49) 3323-4779
E-mail: ceom@unochapeco.edu.br
Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Editores convidados

Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil
Solange Evangelista Luis – Instituto Superior de Ciências da Educação de Huíla – Angola

Bolsista

Jailson Bonatti - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará
Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco
Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2020:

Ademir Miguel Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Adilson Rodrigues da Silva – SESC Mato Grosso do Sul
Adriana Pereira Campos – Universidade Federal do Espírito Santo
Alexandra Aparício – Arquivo Nacional de Angola
Alfredo Ricardo Silva Lopes – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Álison Sousa Castro – Fundação Cultural de Brusque
Ana Carolina Amaral de Pontes – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Bruno Gonçalves Alvaro – Universidade Federal de Sergipe
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco
Claiton Marcio da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul
Claudemir Stanqueviski – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Claudia Battestin – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Cristina Rodrigues Holanda – Fundação Memorial Padre Cícero
Débora Nunes de Sá – Universidade Federal de Santa Catarina
Dejair Dionísio – Universidade Federal da Grande Dourados
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Ezra Alberto Chambal Nhampoca – Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Fabiana Comerlato – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Fabiula Sevilha Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Giovanna Santana – Universidade Federal de Santa Catarina
Helder Pedro Alicerces Bahu – Instituto Superior de Ciências da Educação – Huíla, Angola
Izabel Missagia de Mattos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Jilvania Lima dos Santos Bazzo – Universidade Federal de Santa Catarina
Joelmir Marques Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jorge Alejandro Santos – Universidad de Buenos Aires, Argentina
Juliana Ricarte Ferraro – Universidade Federal do Tocantins
Larissa Trindade – Universidade Federal da Fronteira Sul
Leonel Piovezana – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Pará
Luiz Carlos Laurindo Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Maise Silva – Universidade Federal da Bahia
Marcelo Sousa Neto – Universidade Estadual do Piauí / Universidade Federal do Piauí
Marcia Cristina Pinto Bandeira de Mello – Colégio Pedro II
Márcia de Souza – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Márcia Espig – Universidade Federal de Pelotas
Marcos Alexandre Arraes – Universidade Federal do Tocantins
Marcos César Pereira Santos – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marcos Murelle Azevedo Cruz – Universidade do Estado do Pará
Marcos Rodrigues da Silva – Universidade Estadual de Londrina
Maria Claudia de Oliveira Martins – Universidade de Passo Fundo
Marine Lila Corde – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mario Augusto Gonçalves Jardim – Museu Paraense Emilio Goeldi
Pamela Peres Cabreira – Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Paulo Renato da Silva – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pedro Mülbersted Pereira – Universidade Federal de Santa Catarina
Pierluigi Rosina – Instituto Politécnico de Tomar, Portugal
Renata Brauner Ferreira – Universidade Federal do Tocantins
Renato Viana Boy – Universidade Federal da Fronteira Sul
Ricardo Costa de Sousa - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Samira Moretto – Universidade Federal da Fronteira Sul
Sander Cruz Castelo – Universidade Estadual do Ceará
Sara Jona Laisse – Universidade Politécnica – Maputo, Moçambique
Silvana Winckler – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Thiago Henrique Mota – Universidade Federal de Viçosa

Revisão: revisão dos textos sob responsabilidade dos autores

Diagramação: Rita Motta – Editora Tribo da Ilha

Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: Nha Emidia, curandeira que viveu em Três Barras-SC. Foto: Claro Jansson. 1918. Acervo: família Jansson.

905

Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) -, - Chapecó :
Unochapecó, 2008-

Semestral.
Modo de acesso: Internet
<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54>>
Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)
ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catálogo Biblioteca Central da Unochapecó

CDD 905



REITOR: Claudio Alcides Jacoski

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO E VICE-REITORA: Silvana Muraro Wildner

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Andrea Marocco

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: Márcio da Paixão Rodrigues

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: José Alexandre de Toni

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Elison Antonio Paim
Solange Evangelista Luís
- DOSSIÊ**
DIÁLOGOS AFRO-BRASILEIROS
- 10** **A rainha Ginga descrita, adjetivada e metaforizada: uma análise textual da obra História Geral das Guerras Angolanas de António de Oliveira de Cadornega (século XVII)**
The queen Ginga described, adjective and metaphorized: a textual analysis of the work História Geral das Guerras Angolanas of António de Oliveira de Cadornega (17th century)
Priscila Maria Weber
- 23** **Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888)**
Fateful scenes: suicidal experiences of the enslaved in Maranhão (1834-1888)
Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz
Carlos Victor de Sousa Ferreira
- 36** **Decolonizando tempos, espaços e memórias: diálogos entre os saberes escolares e os saberes comunitários na Província da Huíla em Angola**
Decolonizing times, spaces and memories: dialogues between school knowledge and community knowledge in Huíla Province in Angola
Elison Antonio Paim
Solange Evangelista Luís
- 51** **O Homem Novo nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa pré-independência**
The New Man in the Pre-Independence Lusophone African Literature
Solange Evangelista Luís
- 62** **O Português de Angola, entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: o caso da interpretação do sujeito nulo em orações subordinadas**
The Angolan Portuguese, between European Portuguese and Brazilian Portuguese: the interpretation of the null subject in embedded sentences
José Gueleka Kapetula
- 71** **O que aprendemos com as meninas bonitas? Análise de dados de uma pesquisa sobre racismo, gênero e literatura infantil**
What do we learn from beautiful girls? Data analysis of a research on racism, gender and child literature
Helena Maria Marques Araújo
Rosa Maria Noronha Dias

83 **Pensar em movimento: a interseção “África-diáspora” e as outras aprendizagens em disputa no tempo presente**
Thinking about movement: the “Africa-diaspora” intersection and other learning in dispute in the present time
Claudia Miranda
Aline Cristina Oliveira do Carmo
Mille Caroline Rodrigues Fernandes

98 **Representações sobre práticas religiosas africanas: a visão dicotomista colonial entre “civilizados” e “não civilizados”**
Representations of african religious practices: the colonial dichotomist view between “civilized” and “non-civilized”
Erivaldo Sales Nunes

105 **Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo**
Being quilombola: concepts and memories in the trajectory of the black community of Caçandoca, Ubatuba, State of São Paulo
Clayton Galdino
Maria Aparecida Papali
Pedro Ribeiro-Moreira

119 **Transpor os muros das escolas de arquitetura e urbanismo: um olhar crítico sobre o ensino e a extensão universitária, cruzando Moçambique e Brasil**
Transposing the walls of the schools of architecture and urbanism: a critical approach on the teaching and university extension, crossing Mozambique and Brazil
Sílvia Jorge
Murad Jorge Mussi Vaz

ARTIGOS

138 **Cultura e experiência, cotidiano e vulnerabilidade: uma análise das investigações sobre o fenômeno urbano na Sociologia Urbana e na História Oral no pós década de 1960**
Culture and experience, daily life and vulnerability: an analysis of investigations on the urban phenomenon in Sociology Urban and Oral History in the post 1960s
Edmar Aparecido de Barra e Lopes

157 **Etnociência Kaingang: uma revisão sistemática de literatura**
Kaingang ethnoscience: a systematic literature review
Jéssica da Silva Gaudêncio
Sérgio Paulo Jorge Rodrigues
Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira
Décio Ruivo Martins

172 **Notícias de infâncias na Ditadura Militar: em foco o jornal Folha d’Oeste (Chapecó/SC, 1966-1970)**
News of childhoods in Brazilian Military Dictatorship: focus on the Folha d’Oeste newspaper (Chapecó/SC, 1966-1970)
Aline Lazarotto
Sílvia Maria Fávero Arend

RESENHA

181 **Artífices de seu ofício: a relação entre a formação e a remuneração dos professores das redes públicas piauienses (1996-2016)**
Marcelo Sousa Neto

Apresentação

Elison Antonio Paim*
Solange Evangelista Luís**

A imagem, porém, com a qual o negro brasileiro se depara é de uma África que, apesar das diferenças históricas e regionais, se mostra imersa em guerras e conflitos internos, muitos deles deixados como herança da colonização mediante uma divisão geográfica imposta, em uma terra saqueada pelos colonizadores e explorada, até hoje, pelas ditas nações desenvolvidas. É uma África contemporânea na qual alguns países que mais sofreram com o tráfico negreiro pedem, hoje reparações às nações causadoras dessa empreitada, inclusive, o próprio Brasil. É a África que luta pelo desenvolvimento e pela inserção internacional. A imagem da África vista como um continente com uma história rica e complexa, constituída historicamente por diversos reinos, tecnologias, diversidade cultural e linguística, movimentos de resistência e de descolonização, ainda não é a mais divulgada no interior da própria comunidade negra brasileira. A negação da história é mais um aspecto da violência racista.

(Nilma Lino Gomes, 2019, p. 158)

Tomando como mote a epígrafe acima é que conduzimos a organização desse dossiê Diálogos Afro-brasileiros propõe um debate, à grande área das Ciências Humanas, sobre a constituição das relações entre as áfricas e os brasis, a partir do pensamento decolonial, intercultural e das epistemologias do sul (c.f. Boaventura de Sousa Santos).

Vivemos momentos distópicos de destruição ambiental; de golpes contra a democracia; de pandemia mortífera; de projetos de Lei que criminalizam manifestações de pensamento; de perseguição à arte e aos seus promotores. Vivemos momentos obscuros de racismo altivo e descarado;

de assassinatos e encarceramentos diários de jovens negros em várias partes do mundo; temos uma educação europocêntrica, colonialista, patriarcal, homofóbica e falocêntrica que exclui, mais que inclui; que atira para a margem as experiências comuns entre o continente africano e o Brasil.

É neste contexto e por causa dele, que as Ciências Humanas devem assumir a centralidade na problematização de temas que são recorrentemente atacados, com críticas que visam ideologizar, abafar e cessar o debate.

A conjuntura nos compele, precisamos agir politicamente contra o retrocesso e a mordação. Precisamos pensar o passado e o presente, questionando formas de discriminação, preconceitos e de cerceamento das liberdades. O contexto se impõe, precisamos aprofundar o debate visando a educação para as relações étnico-raciais. É inadiável o estudo de outras culturas e de outras histórias que exercitem práticas humanas que rompam com as atuais formas de desigualdades, exploração e colonialidade, apontando assim outras possibilidades.

No bojo do grande debate mundial, o número 53 dos *Cadernos do CEOM* se propõe apresentar experiências de pesquisa e estudos desenvolvidas por sujeitos interessados em pensar a partir do campo da *decolonialidade*, da *interculturalidade* e das *epistemologias do sul*, propondo problematizar o modo como pensamos sobre nós mesmos e os processos de colonização e de *colonialidade* das

*Editor convidado e membro do Conselho Editorial do Cadernos do CEOM. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Pós doutor no programa de Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla – Angola. Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lotado no Departamento de Metodologia de Ensino (MEN) do Centro de Educação. E-mail: elison0406@gmail.com.

**Editora convidada. Professora permanente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Ensino da Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Huíla, em Lubango, Angola; professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Ensino da História de África (Departamento de Ciências Sociais do ISCED-Huíla). Doutora pela Universidade de Coimbra, Portugal, em Literaturas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Mestre pela Universidade de York, Toronto, em Teoria Pós-Colonial. E-mail: luisolange@hotmail.com.

gentes, dos pensamentos, dos relacionamentos, da política e do ambiente.

Reunimos aqui escritos oriundos de atividades de pesquisa e estudos desenvolvidos no continente africano, nomeadamente em Moçambique e Angola, e nos estados do Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Brasil. Os dez artigos reunidos oferecem diferentes possibilidades de compreensão das relações sociais, culturais, históricas, educativas, antropológicas, econômicas e comunicativas vividas nestes países. Todos tangenciam com maior ou menor intensidade a proposta de realização de diálogos entre os múltiplos brasis e países das múltiplas áfricas.

Em *A rainha Ginga descrita, adjetivada e metaforizada: uma análise textual da obra História Geral das Guerras Angolanas de António de Oliveira de Cadornega (século XVII)*, Priscila Maria Weber analisa o texto da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, escrita pelo cristão-novo português António de Oliveira de Cadornega, considerando as descrições, adjetivações e metaforizações que o autor atrela à rainha Ginga em sua obra.

Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888), é escrito por Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz e Carlos Victor de Sousa Ferreira, no qual defendem que o suicídio foi comportamento recorrente entre os escravizados. Para os autores, através dos suicídios é possível analisar as relações cotidianas, os perfis sociais, as subjetividades escravas e as afetividades. Esta análise permite a observação de outras formas de relações sociais que fogem à dicotomia escravo-senhor.

Em *Decolonizando tempos, espaços e memórias: diálogos entre os saberes escolares e os saberes comunitários na Província da Huíla em Angola*, Elison Antonio Paim e Solange Evangelista Luís relatam aspectos da pesquisa de pós-doutorado realizada no Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED da Província da Huíla, na cidade do Lubango, em Angola. Os autores identificam, a partir da investigação do trabalho realizado em instituições de educação básica, de que forma as experiências, memórias, patrimônios e culturas

loais são agenciados na produção dos saberes escolares.

O artigo *O Homem Novo nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa pré-independência* de Solange Evangelista Luís analisa as características basilares do conceito de Homem Novo, desde o surgimento do Homem Soviético, até à década de 1960 a fim de perceber como estas particularidades são utilizadas na Poesia de Combate das literaturas africanas em língua portuguesa, no contexto da luta armada de libertação.

Em *O Português de Angola, entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: o caso da interpretação do sujeito nulo em orações subordinadas*, José Gueleka Kapetula apresenta os resultados do estudo realizado sobre a interpretação de sujeitos pronominais de 3ª pessoa por falantes nativos do português de Angola. Estabelece a comparação destes resultados com o dos falantes do português europeu e com os resultados obtidos em estudos semelhantes para o português brasileiro.

O artigo *O que aprendemos com as meninas bonitas? – análise de dados de uma pesquisa sobre racismo, gênero e literatura infantil*, de Helena Maria Marques Araújo e Rosa Maria Noronha Dias, apresenta a análise sobre o empoderamento feminino e as relações étnico-raciais no contexto escolar, a partir da literatura infantil.

Em *Pensar em movimento: a interseção “África-diáspora” e as outras aprendizagens em disputa no tempo presente*, Cláudia Miranda, Aline Cristina Oliveira do Carmo e Mille Caroline Rodrigues Fernandes expõem as motivações para nos deslocarmos e “pensar[mos] em movimento”, incluem considerarmos nossos referenciais africanos e afrodiaspóricos em processos de (des) aprendizagens historiográficas. No artigo ganha destaque os deslocamentos na luta e na produção epistemológica para a elaboração de temários antirracistas e de fortalecimento sociopolítico que se consolidam no itinerário África-diáspora.

No artigo *Representações sobre práticas religiosas africanas: a visão dicotomista colonial entre “civilizados” e “não civilizados”*, Erivaldo Sales Nunes traz reflexões sobre formas de representações oriundas de práticas religiosas africanas, a partir

da visão colonial binária “civilizados” e “não civilizados”.

Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo, Clayton Galdino, Maria Aparecida Papali, Pedro Ribeiro-Moreira apresentam um panorama dos conceitos que permeiam as lutas de comunidades negras quilombolas em Ubatuba, São Paulo.

O artigo *Transpor os muros das escolas de arquitetura e urbanismo: um olhar crítico sobre o ensino e a extensão universitária, cruzando Moçambique e Brasil*, de Sílvia Jorge e Murad Jorge Mussi Vaz, debate o papel social do arquiteto-urbanista a partir da sua formação acadêmica. Por meio de uma leitura cruzada entre Moçambique e o Brasil, analisa-se a forma de pensar e conceber a cidade.

No artigo de fluxo contínuo, *Cultura e experiência, cotidiano e vulnerabilidade: uma análise das investigações sobre o fenômeno urbano na Sociologia Urbana e na História Oral no pós década de 1960*, Edmar Aparecido de Barra e Lopes aborda as categorias de cultura e experiência, cotidiano e vulnerabilidade.

Em *Etnociência Kaingang: uma revisão sistemática de literatura* de Jéssica da Silva Gaudêncio, Sérgio Paulo Jorge Rodrigues, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira e Décio Ruivo Martins analisam os conhecimentos provindos

das atividades com a natureza, historicamente registradas, para a etnia indígena Kaingang.

No artigo *Notícias de infâncias na Ditadura Militar: em foco o jornal Folha d’Oeste (Chapecó/SC, 1966-1970)*, Aline Lazarotto e Silvia Maria Fávero Arend analisam como o discurso jornalístico enunciado no jornal *Folha d’Oeste* contribuiu para a construção social das infâncias das diferentes camadas sociais.

Marcelo Sousa Neto apresenta uma resenha sobre o livro *Artífices de seu ofício: a relação entre a formação e a remuneração dos professores das redes públicas piauienses (1996-2016)*, de Isabel Cristina da Silva Fontineles.

O contexto nos compele a debates amplos sobre interlocuções antigas e sempre presentes. Esperamos que estas contribuições sirvam de alavanca para o estabelecimento de outros igualmente profícuos diálogos entre tantos brasis e tantas áfricas.

Referências

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como simbolo da identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra-Portugal: Almedina, 2009, p. 446-486.

A rainha Ginga descrita, adjetivada e metaforizada: uma análise textual da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega (século XVII)

*The queen Ginga described, adjective and metaphorized: a textual analysis of the work *História Geral das Guerras Angolanas* of António de Oliveira de Cadornega (17th century)*

Priscila Maria Weber*

Palavras-chave:
História de Angola
Rainha Ginga
António de Oliveira de
Cadornega

Resumo: Este trabalho analisa o texto da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, escrita pelo cristão-novo português António de Oliveira de Cadornega, considerando as descrições, adjetivações e metaforizações que o autor atrela à rainha Ginga em sua obra. As complexidades da história de Angola, os contextos em que Cadornega estava inserido e ajudava a delinear, ou seja, as experiências de escrita do autor que atravessam o seu texto, serão aqui consideradas enquanto elementos que corroboram para que seja construído um sentido na obra de Cadornega, ou o permanecer em Angola e livrar-se dos jugos inquisitoriais que ocorriam em Portugal. Para tanto, os serviços administrativos e bélicos são arrolados pelo autor e, na tentativa de suprimir os insucessos, a rainha Ginga é caracterizada como odiosa a Portugal, que entravava os avanços do oficialato e conquistas lusas.

Keywords:
History of Angola
queen Ginga
António de Oliveira de
Cadornega

Abstract: This paper analyses the text of the work *História Geral das Guerras Angolanas*, written by the Portuguese New-Christian António de Oliveira de Cadornega, considering the descriptions, adjectives and metaphorizations that the author attaches to queen Ginga in his work. The complexities of the history of Angola, the contexts in which Cadornega was inserted and helped to outline, that is, the author's writing experiences that cross through his text, will be considered here as elements that acknowledge the construction of a meaning from Cadornega's work, or the fact that he stayed in Angola to escape from the Inquisition's subjections that occurred in Portugal. Therefore, the military and administrative services are listed by the author and, in an attempt to eliminate the failures, the queen Ginga is characterized as hateful to Portugal, making it hard for the advancement of Portuguese conquests and officialities.

Recebido em 31 de maio de 2020. Aprovado em 04 de novembro de 2020.

Nesse trabalho realizaremos uma análise textual da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, escrita entre 1670 e 1681, em Luanda, pelo cristão-novo português António de Oliveira de Cadornega. Através de descrições da rainha Ginga¹, uma personagem que é central na obra do autor e também na história de Angola seiscentista. Observaremos as adjetivações, por vezes

ambivalentes, e metaforizações que Cadornega utiliza para caracterizar a rainha e corroborar um sentido para a escrita da HGGA². Os contextos e experiências de escrita do autor foram amplamente considerados, possibilitando que percebêssemos os insucessos bélicos e instabilidades das relações entre europeus e africanos através do modo como Ginga é descrita.

* Graduada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), com estágio de doutorado-sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal). É membro fundadora e coordenadora do GT África – Seção Rio Grande do Sul (ANPUHS), e pesquisadora de Pós-doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: priscilamariaweber@gmail.com

António de Oliveira de Cadornega foi um cristão-novo português que embarcou em 1639 em Lisboa, rumando para Angola com apenas 15 anos de idade e um ofício de soldado comprado junto a casa dinástica dos Bragança³. Chegou em Luanda acompanhando o governador Pedro César de Meneses, mas em virtude das ofensivas holandesas foi direto para Massangano e por lá ficou por quase 30 anos (DEMARET, 2011, p. 110)⁴. Angariou diversos cargos e títulos, como vereador e juiz ordinário e, quando chegou em Luanda, ao saber que sua família tinha sido desmantelada pela inquisição, começou a escrever a obra HGGA (WEBER, 2018, p. 68)⁵.

Cadornega, que já estava inserido em uma elite luandense, com posições políticas, como se observa através dos cargos que angariou e, também, por ter se inserido no mercadejo de escravaria, não desejava retornar a Portugal e arriscar perder todas essas posições, tampouco ser exposto as perseguições e jugos inquisitoriais que sua descendência cristã-nova impunha (HEINTZE, 2007, p. 138). Logo, há um sentido na escrita da obra de Oliveira de Cadornega: o permanecer em Luanda através do forjar de um sentimento de fidelidade à casa dos Bragança, por meio do arrolar dos serviços prestados pela sua família desde a geração do seu avô e, a partir desses serviços, descrever os sucessos bélicos portugueses e o quão estes se faziam importantes para a coroa lusa (WEBER, 2018, p. 244).

A obra HGGA é considerada pela historiografia que trabalha com Angola e Congo seiscentista uma fonte documental indispensável. Há inúmeros trabalhos de africanistas como John Thornton⁶, Joseph Miller⁷, Selma Pantoja⁸, Marina de Mello e Souza⁹, Alberto da Costa e Silva¹⁰, Beatrix Heintze¹¹, para apenas citar alguns, que utilizam em suas análises a obra de Oliveira de Cadornega. A rainha Ginga, vale dizer, uma das personagens centrais da obra HGGA, resistiu por quarenta anos as investidas portuguesas, fazendo e desfazendo acordos conforme seus interesses, por vezes comerciando e tratando com os sobas a revelia da coroa lusa. Compreender quem foi Ginga, é compreender sobre as guerras e sobre a história de Angola no século XVII¹².

Observaremos nesse trabalho que o autor cria uma realidade textual para suprimir

os insucessos portugueses, ou seja, as falhas administrativas, as batalhas perdidas, e a demora em adentrar nos territórios angolanos e realizar a conquista para Portugal. Para tanto, Cadornega cria uma rainha Ginga odiosa, que entrava os serviços do oficialato português. Ele a descreve, caracteriza, metaforiza com adjetivações que se movem dentro do texto, e exprimem as inconstâncias das relações entre europeus e sobas, mas também as complexidades da história de Angola nos seiscentos.

Ora aliada, ora inimiga, as descrições sobre a rainha Ginga na obra HGGA trazem uma semantização ambígua e, para visibilização e análise dessas descrições, utilizamos uma amostragem que contempla os termos “valor”, “valorosa(o)”, “valeroza(o)”, “pezar” e “pezarosa(o)”, palavras que consideramos chaves, definidoras da compreensão do sentido que Cadornega atrela a sua obra e, ainda, fazem parte de um esforço do autor em traduzir à corte Bragantina o contexto que estava inserido, as realidades, experiências de escrita que o atravessavam. Já na dedicatória da obra HGGA que é atribuída a D. Pedro II, o autor expressa a sua preocupação em traduzir a corte Bragantina e aos leitores as realidades que vivia (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. I).

Uma rainha ativa, ardilosa, imortal e estadista

A rainha Ginga, personagem principal da obra *História Geral das Guerras Angolanas* é descrita de forma recorrente nas quase duas mil páginas que compõe o texto de Oliveira de Cadornega. Como características introdutórias, o autor expõe a resistência ao domínio colonial português por quarenta anos, de 1623 a 1663. Sobre o nascimento da mesma, o autor grafa que teria ocorrido no Dongo, em período concomitante com a chegada dos portugueses em Angola. Filha de Ginga Mbandi Ngola Kiluanji, rei do Dongo, a parte Imbundo de sua progênie advinha de sua mãe por herança seu tataravô (BIRMINGHAM, 1977, p. 538; THORNTON, 2006, p. 437–60)¹³. Esses dados que condizem com sua falta de matrilinhagem, foram

aproveitados pelo escritor para traçar a altivez e o traquejo político da rainha.¹⁴

“Fallecido o Rey de Angola Ambandi logo se oppoz a Irmãa mais velha que tinha e tomou o nome de Ginga, imitando no nome aquelles poderosos do que fallamos que tinham aquelle nome, ao governado do Reino de Angola que era o que tanto dezejava a qual logo seguiu a sua voz o Reino todo, obedecendo-a por Senhora, e evendo que o filho do Irmão lhe podia servir de impedimento ao perpetuarse no Reino de Angola que era todo o seu dezejo, austociozamente se amigou, ou abarregou com o Jaga Caza tutor do Príncipe seu Sobrinho e estando de dentro com elle houve o pobre inocente Príncipe a mão e o mandou afogar em o rio Coanza, como huma couza e outra contarão seus mesmos parentes, ficando com esta maldade e tirania livre de cuidado, que o Sobrinho filho de seu irmão legitimo herdeiro daquelle Reino lhe podia vir a dar, e porque desta nova Raynha, se bem cruel a seu Sangue” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 54, grifos meus).

A Ginga é aquela que está no discurso de Oliveira de Cadornega enquanto uma ação metaforizada em um ato perlocucionário que impacta com o objetivo de persuadir (AUSTIN, 1990, p. 89)¹⁵. Queremos com isso dizer que não bastava para Oliveira de Cadornega qualificar a rainha com adjetivações como *altiva, ardilosa, imortal e estadista*, embora a tenha descrito dessa forma tantas vezes em sua obra. Sua magnitude tinha de ser esboçada de uma forma compreensível a quem lê, ou como informa a dedicatória feita pelo autor, a D. Pedro II de Portugal, que assume o trono dois anos após o término da escrita da HGGA, ou ainda na data que supostamente a mesma teria chegado em Lisboa, no ano de 1683. Expressões que elucidassem os feitos de Ginga foram cunhadas para aproximá-las de outras rainhas e seres mitológicos, conforme podemos observar a seguir:

“Se há nesta história tratar della em muitas partes, pela continuada guerra que nos fez no discurso de tanto tempo que reinou que forão muitos annos, que parecia imortal, que se poderá

fazer grande escritura, a qual se podia comparar ou ainda preferir a Semiramis, a Pantasileja, a Cleopatra, e a outras Raynhas de que as historias nos dão noticia, governando a seus Vassallos a nossa opposição com valor e animo varonil” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 54, grifos meus).

A Pantasileja descrita pelo autor é a rainha das amazonas, de mesmo nome, na mitologia grega, que mata acidentalmente sua irmã Hipólita com uma lança. Apesar do desastre e ressentida, a rainha segue em batalha, pois esse era seu dever¹⁶. Já Semíramis¹⁷, dos tantos mitos que a envolvem, parece que Cadornega opta ou conhece apenas aquele que a descreve como uma rainha que abandonou a morte no deserto, visto que Ginga é comparada com a mesma logo após o autor cunhar a adjetivação de imortalidade. Cleópatra, não por acaso, antecipa as descrições referentes ao ânimo varonil da rainha, ou seja, não bastaria informar da sua disposição em liderar, era preciso impactar a sua obstinação e capacidade, tal como as atreladas a figura de Cleópatra¹⁸. Nas citações abaixo, Cadornega continua a caracterizar a rainha como amazona, ou rainha das amazonas, tal como proferiu com Pentesileia, assim como a “varonilidade” da rainha também segue nas descrições.

“[...]Havendo pello Caminho tido muitas occaziones de guerras e recontros, dispostos e ordenados por aquella valeroza Amazona, que não socegavaem buscar todos os meynos de arruinar e desbaratar o poder Portuguez, e mais sabendo que a nossa fadiga era toda em buscala, e fazer-lhe o mesmo que nos desejava fazer: com o que foi chegando o Capitão mor com seu exercito á vista do seu Quilombo, onde começou a ver huma terrível batalha[...]” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 150, grifos meus).

“O mesmo traje de guerra exercitava a Raynha Ginga, Dona Anna de Souza, quando guerreava e andava em seus exércitos, entretanto nas batalhas animando os seus como outra pantasileia Rainha das Amazonas, pondose em eminência á vista dos seus para com isso os animar, e dali dispunha

dando ordem ao que havião de fazer e obrar, como o pudera fazer hum valente e entendido general” (CADORNEGA, 1972, tomo III, p. 352, grifos meus).

A Ginga maximizada, sobrepujada ou comparada a outras rainhas e seres mitológicos, suprime os insucessos bélicos portugueses. No Dongo e Matamba do século XVII, mais que batalhas ganhas, como a obra HGGA expõe em suas descrições, houve perdas, além de acordos entre europeus e africanos. Apesar das ordenações régias orientarem essas relações, a sobrevivência engendrava arranjos que se compunham como melhor convinha. Um exemplo que elucida essa afirmação são os prováveis acordos comerciais mantidos pelo próprio Cadornega, visto que era mercador de escravos e, partilhas internas pelas peças e comandos territoriais poderiam advir de pactos com os sobas africanos (ALENCASTRO, 2000, p. 76).

Se Oliveira de Cadornega viveu durante quarenta anos na África, a maior parte desse período foram vividos em Massangano (DEMARET, 2011, p. 109). Situada a 40 léguas de Luanda, essa vila era crucial para escoar os escravos preados, pois servia como um entreposto comercial entre Luanda e o interior (PARREIRA, 1989, p. 187). Essas informações embasam a argumentação que atrela ao militar o status de mercador de escravos, e também justifica suas faltas nas guerras pelos sertões angolanos, que se faziam importantes para suprir a mão de obra escrava.

Assim, as batalhas descritas na obra HGGA são narrações absorvidas através de relatos, ou ainda do acesso a documentação administrativa, como o próprio militar informa no correr de seu trabalho. Para mascarar a não atividade bélica de Cadornega, foi criado pelo autor uma rainha que atrapalhava, contaminando com ódio os aliados de Portugal, além de unir-se com os Flamengos.

[...] Visitando a nossa fortaleza de Muchima, sita na dita Província, socorrendo-a do que necessiava, alcançando por a margem daquelle espaçoso Rio grandes Vitorias até chegar a Villa da Vitoria da Mansagano

alojamento e Praça da Armas da Conquista, de onde mandou por seu capitão mor da gente de guerra Luís Ferreira Arco, fazer guerra que sempre nella havia que fazer, por se rebellar em aquelles Sobas já conquistados a vez da Raynha Ginga sua Senhora, que sempre trabalhava de os contraminar em nosso ódio fazendoos fazer movimentos e alterações, contra os quaes alcançou o dito Governador por ser Capitão mor e mais caos de guerra, Baltazar de Aragão” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 57, grifos meus).

“A Rainha Ginga Dona Anna de Souza mais acesa que nunca em nosso ódio, assim por antiguidade como agora próximo, a respeito do sucesso daquela sua irmã, que ella tanto queria e amava, por lhe faltar entre nós quem com tantas veras lhe fizesse os avizos de tudo o que entre os Portuguezes se passava: por estas causas mandava ao Flamengo muitas Embaixadas com grandes ofertas e dadas, persuadindoos a que acabassem com o fogo de monturo de Mansangano, que quase arruinado permanecia, de que ella tinha grandíssima pena de saber que estava em ser, fazendo pertidos que viria em pessoa com toda a sua guerra” (CADORNEGA, António 1972, tomo I, p. 541, grifos meus).

“[...] esta foi a christandade com que a Rainha vinha da Cidade de Loanda de se bautizar e se era gentia antes de ser bautizada depois de o ser obrou muito peor até já perto do fim de sua vida, depois de nos fazer cruel guerra, como se dirá a seu tempo, que sempre trabalhou por tirar o nome da nação portugueza de Angola” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 115, grifos meus).

A culpabilidade atrelada a rainha Ginga em desbaratar a nação portuguesa, provavelmente, foi um argumento construído para ocultar as relações supracitadas, os insucessos lusos e para reforçar o sentido da escrita da obra HGGA, ou seja, o permanecer na África. As relações históricas, ou as diversas experiências apreendidas pelo autor são o *locus* da produção do sentido, pois são mediadas por culturas, políticas e instituições, umas e

outras exercendo coerções sobre o processo de significação (ARAÚJO, 2000, p. 121). Logo, a rainha Ginga exibida como “*varonil, estadista, imortal, hábil política, cruel e valorosa*”, produz uma realidade textual em Oliveira de Cadornega.

O sentido¹⁹, inacabado nos objetos ou nas palavras, é produzido a cada ato verbal, na co-presença de sujeitos que são irrestritos a um texto. Vale esmiuçar que o conceito de sentido ou de produção de sentido é aqui compreendido como algo que pode ser semantizado através da pluralidade que há nas situações de comunicação presentes nos fenômenos históricos (LACAPRA, 2011, p. 26). Nessa perspectiva, o que realmente importa é o processo em que ocorre a produção desse sentido, ou o modo como o objeto expresso apresenta-se.

Esse objeto, no caso a obra HGGA, não significaria aquilo que literalmente é, ou seja, apenas tomos que arrolam guerras nos seiscentos, pois não haveria uma relação de imanência entre objeto e significado (FOUCAULT, 2004, p. 56). A criação de uma personagem principal que circunda todos os tomos que compõe a obra importa na escrita da HGGA não apenas como uma figura alegórica, mas como definidora de recursos semânticos engendrados discursivamente. Ou seja, a Ginga na obra de Cadornega importa para corroborar o sentido que o autor pretende atrelar a obra, ou o permanecer em Angola por merecimento, visto os anos de serviços prestados. Esses serviços só não foram mais prósperos, segundo Cadornega, em virtude de a rainha atrapalhar os feitos bélicos portugueses. Portanto, em algumas adjetivações e metaforizações presentes em excertos da HGGA, as descrições que aludem Ginga odiosa dizem mais sobre as dificuldades dos avanços portugueses do que da administração da rainha (WEBER, 2018, p. 262).

Ora inimiga, ora aliada: Ginga indeterminada semanticamente

Uma análise textual necessita ir além das observações que reduzem o texto apenas as palavras expostas rigidamente pelo autor: há uma dupla

operação, o que foi dito e como foi possível dizê-lo (PALTI, 2009, p. 16). A estrutura, os termos-chave, ou ainda as migrações dos padrões discursivos em um mesmo texto (POCOCK, 2003, p. 28), suscitam implicações de um contexto anterior para um novo, e são fundamentais para expressar significados diversos atrelados a um mesmo adjetivo (POCOCK, 2003, p. 32). Cadornega move-se em meio a esses padrões de polivalência, recombina-os de acordo com sua habilidade e adjetivando a rainha Ginga como portadora de uma personalidade forte e altiva, como muito resistente às tropas portuguesas.

As alusões a Ginga, especialmente quando Cadornega a caracteriza como “*uma belicosa mulher*” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 294), oscilam expondo a rainha ora de forma elogiosa, ora pejorativa. Observamos, com isso, que “*há um resto necessariamente não formulado de pensamento que a linguagem deixou na sombra, e também inversamente, pois o formulado traz em seu bojo como adormecido um conteúdo que ainda não foi pensado*” (FOUCAULT, 2004, p. 18.) Assim, há sempre um resíduo latente no significante, uma tarefa indefinida para o historiador, visto que esses resíduos estão “*soterrados*” nas inesgotáveis palavras presentes em uma obra (SAUSSURE, 1995, p. 21).

Havia constantes oscilações na política administrativa de Angola desde a chegada de Cadornega, formalmente os Filipes²⁰ ainda exerciam as funções régias. Em seguida, os flamengos se apossam do território dito luso e passam à governança. Findado o período de ocupação holandesa, a Restauração envia uma série de novos governadores que refletem a demora da casa dos Bragança em estabilizar-se²¹. Em meio a todos esses episódios, apoiando por vezes os flamengos e em outras os lusos, ou ainda lutando contra ambos, esteve a rainha Ginga. Apesar das limitações em reconstruir informações no âmago discursivo, consideramos que a oscilação nas descrições do soldado-escritor ocorria em virtude da rainha apoiar diferentes interesses e exércitos em períodos distintos. Seguem excertos que elucidam nossa argumentação, ou que criam uma rainha Ginga odiosa a Portugal.

“Há muito que havemos passado um silencio sem fazermos menção daquella **Ardiloza como Valeroza Rainha Ginga Donna Ana de Souza**, a qual depois de se apoderar do Reino de Matamba, como dito temos, com a conquista que nele havia feito, se não descuidava em fulminar trayçoens com os Sobas Vassalos Del Rey nosso senhor, fazendoos se rebelar contra a Nação Portugueza [...]” (CADORNEGA, 1972, tomo I, capítulo III, parte III, p. 293, grifos meus)

“Esta foi a substancia da Embaixada daquella **reduzida Rainha**, e a resposta que pelo governador lhe foi dada. Não lhe pareça ao curioso vai um pouco affectada, **por que esta Rainha Ginga Dona Anna de Souza era muito Estadista, e de muita altiveza**, e de Nação de Angola, que verdadeiramente é de Ambunda, de quem lhe procedia, he o gentio que mais se preza de entendido sobre todos quantos há nestes tão bastos e dilatados Reinos, e Provincias com tantas diversidades de Lingoas. E como ella mandava Embaixadores, elem da Carta de Crença, fallarão e derão sua Embaixada na sua própria língua Ambunda, que por interprete se explicava ao Governador e mais Circunstantes; e assim trazia a oração e o que havia de dizer bem estudado, e he gente esta que estará todo hum dia fallando na sua lingoa em cançar e falam as vezes tão oculto, que o mais experto na sua lingoa, filho da terra, não entende” (CADORNEGA, 1972, tomo II, parte II, capítulo II, p. 130-131, grifos meus).

Na citação seguinte, ao compararmos as expressões utilizadas no tomo I, Capítulo IV, página 54 da obra de Oliveira de Cadornega (CADORNEGA, 1972, tomo I, Capítulo IV, p. 54), observamos que embora os excertos sejam diferentes, possuem a mesma significação enquanto adjetivação empregada, isto é, uma comparação com rainhas e seres mitológicos afamados. No entanto, o uso destas adjetivações diferenciavam-se, visto que anteriormente essa comparação convinha para expressar a tamanha impertinência de Ginga e, nesse momento textual, os termos se invertem simbolizando uma espécie de redenção

da rainha que toma o batismo e proíbe os Jagas de executarem ritos de sacrifícios em funerais, além de manter amizade com os sobas aliados de Portugal. A inversão das adjetivações é reforçada com outra comparação, desta vez ao personagem bíblico Dimas, o bom ladrão que se arrepende dos seus crimes²².

“**Succedeo neste tempo morrer a Rainha Ginga Dona Anna de Souza, que parecia immortal**; muitos dos antigos Portuguezes dezejarão chegar a este tempo, e verem o fim desta guerreira Varonil Mulher, pelas continuas oppressoens que havia dado a toda parte a gente Portugueza, e vassalos da coroa de Portugal, mas nem todos tem dita de ver quando dezeirão! [...] e se o bom Ladrão soube na ultima hora a sua vida roubar o Céu ao cabo de ter feito tantos Latrocinios, a esta Rainha se poderá chamar a boa ladroa, pois nos fins dos seus dias se preparou também para ser em o furto outro Dimas. Muito se poderá dizer e escrever do que esta valerosa Mulher e Rainha obrou discurso de tão prolongada vida, mas não há quem dê noticia de tudo se não de algumas couzas que nesta nossa historia vão relatadas assim no primeiro como neste segundo, que não teve pouco desvelo o Autor para as poder alcançar, e descrever aquellas que não passarão em seu tempo, que se entende o que em sua vida obrou, **sobrepujou á Semiramis, á Pantasileia, á Cleopatra, á famosa Judith, e á Artemiza**” (CADORNEGA, 1972, tomo II, capítulo II, parte III, p. 219, grifos meus).

Com isso, podemos inferir que o texto de Oliveira de Cadornega é permeado por contradições semânticas. Isso quer dizer que uma mesma linguagem política, uma mesma significação discursiva permite inúmeras formas de articulações. Seus conteúdos podem ser expostos com inúmeros propósitos, inclusive sendo contraditórios entre si (POCOCK, 2003, p. 20). Deste modo, destacamos que ao glorificar os “feitos” de Portugal, as batalhas vencidas, ou ainda na tentativa de neutralizar as deficiências administrativas e bélicas, como a demora na conquista e na “conversão das almas”, Oliveira de

Cadornega se utiliza de um mesmo personagem linguístico, a rainha *Ginga*, que permeia os discursos de exaltação a Portugal de forma contraditória, ora sendo enaltecida, ora desqualificada com uma adjetivação semelhante em ambos os casos, porém, com usos diferenciados. Segue trecho da obra, que concomitante traz o louvar à astúcia da rainha e sua figura como inimiga.

*[...] Acudindo daquela quartel a todas as occasioens de guerra que continuamente se offerecião com gentio que sempre buscavão modos e maneiras para se descomporem com a gente portugueza, induzidos e mandados por aquella **austucioza Raynha Ginga** nossa **Capital inimiga, que nunca cessava de buscar meyoys para nossa ruína**” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 61, grifos meus).*

As palavras “valor”, “valeroza”, assim como “pezarozza” aparecem de forma recorrente no texto. Observaremos a utilização desses termos para adjetivar a rainha *Ginga* quanto ao seu “valor costumaz”, ou sua tirania e desacato aos portugueses. Em consulta a dicionários que expõe a gramática e ortografia corrente também nos seiscentos, encontramos grafado os seguintes significados para essas palavras: “Valor”: esforço, ânimo, valentia, coragem, estima. “Valeroza(o)”, “valeroza (o)”: que tem forças, esforçado, animoso. Que tem valia, grande apreço. “Pezar”, “pezarozza(o)”: arrependimento, sentimento de desprazer²³

Se a rainha *Ginga* entravava os interesses de Portugal, como uma interpretação literalizada da obra HGGa poderia supor, porque da utilização de termos elogiosos, mesmo quando se intenta desprezá-la? A resposta para tal elucubração está, mais uma vez, nas indeterminações semânticas utilizadas por Oliveira de Cadornega. Estas possibilitam visibilizar as dinâmicas presentes nas relações entre africanos e europeus. Logo, como anteriormente já arguimos, a oscilação dessas adjetivações exprime uma alternância nessas relações, que mantinham e desfaziam acordos por vezes de modo escuso a vontade da coroa portuguesa. A *Ginga* como inimiga, em um

acordo de compra de peças poderia configurar-se como aliada. Observemos nas próximas citações a utilização desses termos e suas semantizações.

“Ficou este valeroso Rey que lhe chamavão e Rainha por ser Mulher pezarozza de se lhe haver mal logrado seu intento que entendeo daquela vez acabasse comnosco, e nos tomassem os seus ás mãos vindos mandados daquela Senhora, que eles amavão e respeitava como a seu Deos” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 132, grifos meus).

“Chagados que forão ao seu Quilombo, tratou logo, eu distava perto, de entrar nos matos daquela Soba, a Rainha Ginga, pessoalmente acompanhada de seus amigos Flamengos, em que na sua invasão se defendia quelle Dembo com muito valor, experimentando o flamengo suas armas de fogo, e o rigor de suas agudas frechas, e arremeços e zagayas, em que alguns pagarão com as vidas; mas persistindo aquella belicosa Rainha com valor costumaz, depois de haver perdido em aquelles Matos muito dos seus, e aquella Soba lhe haverem também morto muita gente da sua, assim das Armas Flamengas, como com as muitas que a Rainha tinha em abundancia, veyo a entrar á força de Armas naquelles fortes e espeços Matos [...]” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 294, grifos meus).

O soldado-escritor move-se no texto utilizando os termos “valor”, “valeroza” e “pezarozza” conforme o sentido que pretende agregar a adjetivação. Um aliado da rainha *Ginga*, conhecido como *Ginga-Amona*, é também referenciado com os mesmos termos que a rainha²⁴. Por ocasião do falecimento de Dona Barbara, irmã da rainha *Ginga*, alguns cargos nos quilombos foram modificados. Os Capitães Macotas²⁵ elegeram Dom João Guterres Angola Canini, depondo Dom António *Ginga Amona* por governar tiranicamente. Não podendo suportar a rejeição, *Amona* separa-se do quilombo com seu séquito, iniciando um ciclo de assaltos e outros acometimentos quando encontrava Canini pelo caminho. Em outra ocasião, as virtudes de Dom Francisco, parente da rainha *Ginga*, com “*sangue real africano e convertido a Santa fé*”, que

busca o auxílio das armas portuguesas por rivalizar com Ginga-Amona quanto às disputas de cargos no quilombo da rainha Ginga, são adjetivadas com os mesmos termos que informam sobre Amona, exaltam Dom Francisco Canini e desqualificam a rainha.

“Eleito que foi no dito Reinado e Senhorios, vendo Ginga Amona se não podia conservar contra tão grosso numero que seguiu o povo eleito, se apartou com toda a gente da sua parcialidade e sequito, e com a de que era Senhor antes de ser Rey, para paragem e sitio apartado de onde começou a haver entre uns e outros, Recontros e Assaltos, e como era tão valerozo e guerreiro não podia levar em paciência verso desprovido daquelle mando e Reino que havia tido, e governado como seu por eleição dos Macotas e Capitaens principaes daquelle Quilombo” (CADORNEGA, 1972, tomo II, p. 255, grifos meus).

“Agora vendo o já homem e capaz de reinar, lembrando lhes aquella falla e habilitação da Rainha Ginga que aquelles Vassallos tanto amavão, e attendendo ser Dom Francisco daquelle Sangue Real, e que também dotado de partes que bem demonstravão a descendencia donde vinha, de grande animo e valor; instruido em pequeno nos costumes da nossa santa fé, havendo sido seu Mestre o Padre Frei João Antonio de Monte Caculo, Capuchinho e Missionário Apostolico, ainda que a respeito de seus Vassallos não uzava muito os exercicios de Christão” (CADORNEGA, 1972, tomo II, p. 355, grifos meus).

O vocábulo “valor” move-se mais uma vez, aparecendo como sinônimo de “força” e corroborando em alguma medida a interpretação literal dos dicionários anteriormente citados. Embora consideremos esses caracteres literalizados como modo de sopesar o significado desses termos em uma linguagem corrente, ao serem empregados por Oliveira de Cadornega são peculiarizados. Concebemos, com isto, que a indeterminação semântica de um termo não está diretamente em seu significado, mas na forma como é semantizado no texto e com os usos que o autor dela faz.

“Com este avizo abalou aquella Rainha Ginga com todo seu poder, e seveyo pôr á vista da nossa gente Portugueza, e mandou aos seus que com todo o valor investissem e lavassem ás mãos aquelles poucos Mundelles, que assim chamão aos Brancos; [...] a Rainha Ginga sempre de seu posto alentando a sua gente e mandando que nos entrassem; os nossos Portuguezes com tão continuas investidas, com sol que fervia, estando muitos mortos e quase todos feridos, não dar o sitio lugar a se verem huns aos outros por a formatura ser como dissemos em meia lua, e ferirão com algumas frechas ao Capitão mor” (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 349, grifos meus).

“[...]O sacco que houve foi de muito valor, houve homem para que mos seus escravos tomarão muito boa prata, em que entravão castiças deste metal, hum lhe apanharão os seus negros huma frasqueira de prata que a Rainha Ginga havia mandado fazer a Loanda e lhe tinha custado muitas peças de escravos, e tinha muitos marcos de prata de pezo; as armas forão muitas em que encontrarão mui boas espingardas, muita quantide de fazendas e peças de seda inteiras e partidas de toda sorte: os Jagas que forão melhor aquinhoados, como quem tinha melhor conhecimento daquelle Quilombo, andavão vendendo pellos Portuguezes muitos anéis de ouro, alguns de preço, a troco de fazendas, porque elles não uzão destes adornos e Gayatarias” (CADORNEGA, 1972, tomo II, p. 421, grifos meus).

A Ginga que é valorada ou desqualificada, subtrai os déficits administrativos, as demoras em ganhar batalhas e adentrar ao interior, as dificuldades de conversão, e ainda os tantos acordos que por vezes eram realizados com escusa da coroa, tanto durante a União Ibérica, quanto após a Restauração. A astúcia e altivez da rainha inimiga seriam as causas desses males que afligiam Angola, que nem concebida dessa forma era, como dita o soldado em relação às sucessivas incursões de Ginga para desbaratar qualquer possibilidade de união fronteiriça (CADORNEGA, 1972, tomo I, p. 11).

Para tais averiguações, foi necessário estar atento para as redes simbólicas e materiais pelas quais se articulam e circulam, pública e socialmente, os enunciados de um texto, bem como para os modos como tensões e contradições históricas penetram nesses meios simbólicos, inscrevendo nos discursos as “pegadas” linguísticas de um contexto de enunciação (PALTI, 2009, p. 18). A plausibilidade na leitura de tais marcas reside no esforço em compreender *como* elas apontam e *o que* apontam, sendo necessário se despir das noções tradicionais referentes aos contextos de produção textual. Em suma, assim como o simbólico penetra no empírico, passando a ser uma construção sua, o contexto histórico penetra no plano discursivo constituindo uma dimensão inerente, que determina a lógica de sua articulação e, que também, pode deslocar-se (PALTI, 2009, p. 17).

Os quarenta anos de convivência em Angola, possivelmente não impediram que o soldado se esforçasse em manter um linguajar digno da corte portuguesa na adjetivação de uma rainha. Todos os termos que a ela se referem semanticamente, possuem um caráter duplo, de exaltação ou desqualificação, estando sempre atrelados às atividades portuguesas na África. A maximização dessa personagem, que vai ultrapassar oceanos e séculos, está na obra de Oliveira Cadornega diretamente ligada aos acontecimentos que envolvem Portugal.

Considerações finais

Nesse artigo realizamos uma análise textual da obra do Oliveira de Cadornega. Observamos que ao longo da *História Geral das Guerras Angolanas* (HGGA), Oliveira de Cadornega utiliza adjetivações como *altiva*, *ardilosa*, *imortal e estadista*, para delinear uma metaforização de Ginga ao compará-la com outras rainhas ou seres mitológicos, como Cleópatra, Pentesileia e Semíramis. Essas adjetivações conferem um sentido ao texto, pois produzem uma realidade textual quando mescladas com outras caracterizações, criando uma rainha inimiga de Portugal. Isso auxilia a justificar os insucessos bélicos portugueses, as

falhas administrativas, e os demorados conflitos que nunca traziam a conquista do território.

Ao observamos as adjetivações nos deparamos com semantizações ambíguas e, nesse trabalho, as analisamos em uma amostragem que contempla termos que consideramos chaves, definidores da compreensão do sentido que Cadornega atrela a sua obra, são eles: “valor”, “valorosa(o)”, “valeroza(o)”, “pezar” e “pezarosa(o)”. Essas expressões aparecem na obra de Cadornega através de indeterminações semânticas, visto que ora qualificam a rainha como inimiga, ora como aliada. Essa fissura é apreendida no texto por considerarmos a complexidade das relações entre africanos e europeus, principalmente o fazer e desfazer de alianças por parte da rainha Ginga.

Com isso, inferimos que há múltiplas “rainha Ginga” presentes no texto do soldado-escritor e passíveis de serem identificadas ao considerarmos os contextos de produção dos escritos de Cadornega. Esses contextos, ou experiências de escrita que atravessaram o autor e são oriundos dos, aproximadamente, dez anos que ele leva para escrever a obra HGGA, e possibilitaram a visibilização de fissuras, repetições, palavras chaves, tons e estilos, que observados exibem muito sobre como os conteúdos e personagens foram tecidos dentro da obra. Logo, pelas ambiguidades e contradições presentes no texto de Oliveira de Cadornega percebe-se as complexidades da história de Angola e, a rainha Ginga, certamente foi uma personagem principal tanto dentro, como fora da obra de Oliveira de Cadornega.

Notas

1 A opção de grafar o nome da rainha de Angola seiscentista como Ginga, e não Jinga, Njinga, Nzinga, etc., reside na escolha de um lugar epistemológico que respeita a grafia utilizada pela principal fonte desta pesquisa, ou a obra *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira de Cadornega. A autora reconhece, neste momento, a sua limitação para com a fala e escrita das línguas quimbundo e quicongo, línguas vigentes na região de Dongo e Matamba, onde a Ginga se fez soberana e, para além disso, este trabalho se calca em argumentos de africanistas como Alberto da Costa e Silva, que na obra *A Manilha e o Libambo* esmiúça

histórias sobre a rainha a grafando em português, uma escolha pedagógica, que reconhece as inúmeras grafias forjadas pelo “mundo ocidental” do colonizador, mas que prima pela escrita simples, que como ensina Costa e Silva, facilita a compreensão do leitor brasileiro.

2 HGGA sigla para *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega.

3 Sobre a fundação da Casa dinástica dos Bragança o texto de Mafalda Soares da Cunha considera que “o processo de senhoriaização de Bragança por parte da casa ducal inscreve-se numa lógica de afirmação de poder que apresenta algumas semelhanças com outras grandes casas senhoriais portuguesas. Como ocorre com a maior parte das terras outorgadas nos séculos XV e XVI pela Coroa, a tomada de posse foi acompanhada pela imposição por parte dos novos titulares de marcas das suas casas e linhagens sobre o território. A forma podia variar, mas concretizava-se, na maioria das vezes, através da obtenção de privilégios específicos para as terras ou no enobrecimento das vilas e lugares por obras municipais e patrocínio a instituições locais”. In.: CUNHA, Mafalda Soares. *Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII*. Revista Monumentos 32: Lisboa, dez 2011.

4 Sobre as ofensivas holandesas a Portugal: BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002; PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Ginga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989; BIRGMINGAN, David. *The portuguese conquests of Angola*. London: Oxford Univ. Press., 1965.

5 Para análises mais aprofundadas sobre o sentido da escrita de António de Cadornega em História Geral das Guerras Angolanas sugere-se ver: WEBER, Priscila Maria. *Angola como conceito: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (século XVII)*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do RS, 2018.

6 THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of Kongo: historical perspectives on women's political power*. Journal of African History, 47 (2006).

7 MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of African History, 16, n 2, 1975.

8 PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

9 SOUZA, Marina de Mello. *Além do Visível: Poder e catolicismo no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: EDUSP, 2018.

10 SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002.

11 HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

12 Há dois recentes trabalhos que podem ser consultados para mais informações sobre a rainha Ginga. São eles: PANTOJA, Selma. *Njinga a Mbande: Power and War in 17th-Century Angola*. Oxford Research Encyclopedia, African History, 2020 e FONSECA, Mariana Bracks. *Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2018.

13 Segundo Birmingham, é por volta do século XVI que parecem ter surgido as formas de parentesco Ngola. Sugerimos ver: BIRMINGHAM, David. *Central Africa from Cameroun to the Zambezi*, In. The Cambridge History of Africa. Cambridge University Press, 1977, v. III, p. 538.

14 A matrilinearidade comandava as sucessões de chefia com a descendência a cargo das linhagens femininas. Os reinos africanos dessa região (Centro Ocidental Litorânea) utilizavam para sucessão do trono quem estivesse apto por descendência, ou seja, por linhagens, onde a linha de filiação deveria considerar a descendência pelas mulheres como ancestral comum ou matrilinearidade. Para informações mais precisas: THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power*. Journal of African History, 2006, p. 437-60.

15 “Dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de pessoas. E isso pode ser feito com propósito, ou objetivo de produzir efeitos”. In. AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 89.

16 Vale a pena ler as considerações de Dayrell a respeito do mito de Pentecleia, “rainha das Amazonas”, ou daquelas que guerreavam para escravizar sexualmente os derrotados. DAYRELL, JOÃO. *A Mãe Natureza e o paterpotestas: breves considerações sobre Pentecleia, de Heinrich Von Kleist*. In. *Em tese – PPG Estudos literários UFMG*. V. 18, n. 3, 2012, p. 01-22.

Localizamos a tragédia traduzida para o português, onde se acessa a obra integralmente: KLEIST, Heinrich Von. *Pentecleia*. Trad. Jean Robert Weisshaupt e Roberto Machado.

Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/pentecleia_kleist.pdf>. Acesso em: 09. 07. 2013.

17 Encontramos referências sobre Semíramis em excertos bíblicos no qual apontam características semelhantes às elencadas por Oliveira de Cadornega: BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982, Gênesis 10:8-12 e Gênesis 11:4.

18 No romance de Shakespeare intitulado “Cleópatra e António”, encontramos descrições que caracterizam a personagem como varonil. Não temos como mensurar

a circulação da referida obra, tampouco o acessar de Oliveira de Cadornega a mesma. Contudo, esse pode ser um indício do senso corrente relacionado à personagem. SHAKESPEARE, William. Antônio e Cleópatra. Porto: Lello, 1948, Cleópatra cena II e Antônio cena X.

“CLEÓPATRA: *Desapareça Roma e que apodreçam todas as línguas que de nós falarem. Tenho função nesta campanha, e como cabeça de meu reino hei de mostrar-me soldado de valor. Não me retruques; não ficarei atrás.*”

“CLEÓPATRA: *Dá-me o manto; coloca-me a coroa. Anseios imortais em mim se agitam. Nunca jamais há de molhar-me os lábios o líquido de nossa vinha egípcia. Vamos, Iras; depressa! Só parece que ouço Antônio chamar-me; levantar-se vejo-o e elogiar meu ato valoroso. Ouço como ele zomba da ventura de César, que aos mortais os deuses cedem para depois justificar sua cólera. Caro esposo, eis-me aqui! Minha coragem irá provar que faço jus ao título. Sou ar e fogo; os outros elementos cedo à vida inferior. Já concluíste? Então vem e recebe de meus lábios o calor derradeiro. Adeus, querida Charmian; Iras querida, um longo adeus. Tenho, acaso, nos lábios a serpente? Como! Caíste! Se te separaste da natureza assim tão gentilmente, é que o golpe da morte é como aperto de namorado, que machuca um pouco mas sempre é desejado. Estás tranquila? Se assim te foste, é porque ao mundo contas que digno ele não é de despedida.*” “ANTÔNIO: *Oh! três vezes mais nobre do que eu mesmo. Meu valente Eros, mostra-me o que eu próprio, não tu, fazer devia. O gesto altivo de Eros e da rainha me fizeram despertar a nobreza.*”

Outro exemplo que masculiniza a personagem Cleópatra devido suas articulações políticas são as obras de Plutarco, com as biografias intituladas “*Vida de Júlio César*” e “*Vida de Marco Antônio*”. Apesar de escritas no século II, conforme argumentação de Balthazar, possivelmente foram acessadas por Shakespeare. BALTHAZAR, Gregory da Silva. *A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: as Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas*. Curitiba, UFPR, 2013, p. 17.

19 O termo sentido é semantizado com os atributos que percebe dos fenômenos sociais: a pluralidade, o dinamismo e a propriedade de se constituir a cada situação de comunicação. Na perspectiva do sentido o que realmente importa é o processo e não a estrutura, contrariando, dessa forma, a lógica Saussuriana, que observa *significados* localizados nas estruturas, isolados e imobilizados pelo analista. ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000, p.120.

20 No caso dos Filipes, a casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581. Para informações mais detalhadas sugerimos a leitura de

BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 144.

21 A Restauração da Independência de Portugal, ou simplesmente Restauração de Portugal, ocorre quando é dissolvida a União da Península Ibérica. Ou seja, a Casa dos Áustria, ou dos Habsburgo, correspondentes aos Filipes de Espanha perdem o poderio tanto em Portugal quanto nas colônias lusas, e o poder é retomado pela Casa dos Bragança. Para análises mais aprofundadas sugere-se ver: TORRALBA, L. R. Restauração e razão de estado. In. Penélope: fazer e desfazer da história. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 163-164.

22 Encontramos referências a Dimas como um personagem bíblico. BIBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982, Lucas 23:39.

23 BLUTEAU, R. Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 6, p. 278, v. 8, p. 328. CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e etymologico da lingua portuguesa: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontram em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris: A.F. Carneiro Filho, 1859, p. 356, 578.

Os dicionários popularizaram-se com o advento da imprensa ainda no século XVI. Os primeiros dicionários eram glossários bilíngues latino-vernáculos. “*A interação dos diversos povos europeus motivou a produção de muitos dicionários bilíngues e até multilíngues para servir à comunicação de nações de culturas e línguas diferentes. Pouco a pouco, a hegemonia exercida pelo latim foi sendo substituída pela crescente valorização dos vernáculos, especialmente de origem latina.*” BIDERMAN, Maria Tereza. *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade*. Alfa, São Paulo, 47(1): 5369, 2003, p. 54.

Ainda segundo Biderman, no mundo de língua portuguesa, apesar de várias obras lexicográficas de menor alcance nos séculos XVI e XVII, o primeiro dicionário realmente digno do nome é o do Padre Rafael Bluteau. Embora seja um dicionário bilíngue (português-latim), a parte relativa ao português é praticamente uma descrição do léxico daquela época, e também, uma possibilidade de aproximação com a grafia portuguesa de séculos anteriores, como o XVII.

24 O padre Antônio Cavazzi também descreve esse episódio com detalhes. In.: CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965, v. II, p. 90-92.

25 Makota significa o mais velho, homens velhos, conselheiros dos sobas.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARAÚJO, Inesita. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALTHAZAR, Gregory da Silva. **A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: as Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas**. Curitiba, UFPR, 2013.
- BIBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982, Gênesis 10:8-12 e Gênesis 11:4. Lucas 23:39.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. Dicionários do português: da tradição a contemporaneidade. **Alfa: Revista de Linguística**. São Paulo: UNESP, n. 47, p. 53-69, 2003.
- BIRGMINGAN, David. **The Portuguese of Angola**. London: Oxford Univ. Press, 1965.
- BIRMINGHAM, David. Central Africa from Cameroun to the Zambezy, In: GRAY, Richard (Ed.). **The Cambridge History of Africa**. Cambridge University Press, 1977. p. 325-383.
- BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BOXER, Charles. **O Império marítimo português. 1415-1825**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- CADORNEGA, António de Oliveira de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972.
- CAVAZZI, João Giovanni Antônio. **Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: J.I.U. 1965.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo dicionário critico e etymologico da língua portugueza: compreendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontram em Bluteau e Moraes**. 7. ed. Paris: A.F. Carneiro Filho, 1859.
- CUNHA, Mafalda Soares. **Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII**. Revista Monumentos 32: Lisboa, dez 2011.
- DAYRELL, João. A Mãe Natureza e o paterpotestas: breves considerações sobre Penteseleia, de Heinrich Von Kleist. **Em Tese – PPG Estudos literários UFMG**. v. 18, n. 3, p. 66-87, 2012.
- DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. **In: Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI**. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.
- FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007**.
- HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**, 7/8, p. 179-207, 2005.
- HEINTZE, Beatrix. **Fontes para História de Angola do século XVII**. Cartas e documentos oficiais da colectania documental de Fernão de Souza (1624-1635). Stuttgart: Steiner-Vert. Wiesbaden, 1988.

- KLEIST, Heinrich Von. **Pentesiléia**. Trad. Jean Robert Weisshaupt e Roberto Machado. Disponível em: http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/pentesileia_kleist.pdf. Acesso em: 09 Jul. 2013.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (Org.). **Giro linguístico e História Intelectual**. Buenos Aires: Prometeu, 2011.
- MILLER, Joseph. Nzinga of Matamba in a new perspective. **Journal of Afrincan History**, v.16, n 2, 1975.
- PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PALTÍ, Elias José. **El momento romântico**: Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PANTOJA, Selma. **Njinga a Mbande**: Power and War in 17th-Century Angola. Oxford Research Encyclopedia, African History, 2020.
- PARREIRA, Adriano. **Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- THORNTON, John. Elite women in the kingdom of Kongo: historical perspectives on women's political power. **Journal of African History**, v. 47, n. 3, p. 437-460, 2006.
- TORGAL, Luís Reis. Restauração e razão de estado. In: HESPANHA, António Manuel. **Penélope: fazer e desfazer da história**. Lisboa: Cosmos, 1993.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo**. A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002.
- SHAKESPEARE, William. **Antônio e Cleópatra**. Porto: Lello, 1948, Cleópatra cena II e Antônio cena X.
- SOUZA, Marina de Mello. **Além do Visível**: Poder e catolicismo no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII). São Paulo: EDUSP, 2018.
- WEBER, Priscila Maria. **Angola como conceito**: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (século XVII). 2018. 366f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888)

Fateful scenes: suicidal experiences of the enslaved in Maranhão (1834-1888)

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz*

Carlos Victor de Sousa Ferreira**

Palavras-chave:

Suicídio

Escravidão

Maranhão

Resumo: O suicídio foi comportamento recorrente entre os escravizados. As relações de forças cotidianas, os conflitos internos gerados pelo sistema escravista, contribuíram para isso. Nesse sentido, o presente estudo apresenta os resultados finais da pesquisa desenvolvida no Mestrado em História Social da Universidade Federal do Maranhão, acerca da análise das experiências dos suicídios ocorridos na província. Foi realizado uma extensa pesquisa documental em vários setores de arquivamentos de documentos. Através dos suicídios é possível analisar as relações cotidianas, os perfis sociais, as subjetividades escravas e as afetividades. Esse estudo permite observar outras formas de relações sociais desenvolvidas pelos escravizados, possibilitando novas formas de análises e fugindo da dicotomia escravo-senhor.

Keywords:

Suicide

Slavery

Maranhão

Abstract: Suicide was a recurring behavior among the enslaved. The daily power relations, the internal conflicts generated by the slave system, contributed to this. In this sense, the present study presents the final results of the research developed in the Master in Social History at the Federal University of Maranhão, about the analysis of the experiences of suicides that occurred in the province. Extensive documentary research has been carried out in various sectors of document filing. Through suicides, it is possible to analyze everyday relationships, social profiles, slave subjectivities and affectivity. This study allows us to observe other forms of social relations developed by the enslaved, enabling new forms of analysis and escaping the slave-master dichotomy.

Recebido em 31 de maio de 2020. Aprovado em 04 de novembro de 2020.

Introdução

O ofício de 10 de Dezembro de 1881 escrito pela subdelegacia de polícia do primeiro distrito da capital da província maranhense, São Luís, noticiou mais um caso de tentativa de suicídio de um escravizado. Desta vez, Raimunda, propriedade de dona Raimunda Colvet Oliveira, atirou-se ao mar do Cais da Sagração. Todavia, a escravizada não conseguiu completar seu intento, foi impedida por um escravo do senhor Jeronymo José Sobrinho, ordenado por Manoel Romão que a época era feitor das obras desenvolvidas no referido Cais. Pelo documento da polícia é possível saber que:

(...) ontem ao meio dia a mulata Raimunda escrava de D. Joaquina Raymunda Colvet de Oliveira, tentara suicidar-se atirando se ao mar do cais da Sagração fronteira a praia da Trindade, não tendo ela perecido por ser socorrida em tempo por um escravo de Jeronymo José Tavares Sobrinho, que, por ordem de Manoel João Romão, feitor das obras do Cais, atirara-se a água, salvando-a. Ficando ela, porém em completo desfalecimento (...) [grafia atualizada].

Ainda no dia 10, dona Raimunda Colvet se pronunciou no Jornal Pacotilha. A tentativa era de retirar qualquer indício de culpa sobre a atitude da sua escrava.

* Doutora em História, professora de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA), membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA). E-mail: pollyannagm@yahoo.com.br.

** Mestre em História Social (PPGHIS/UFMA), Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento educacional (IESF/MA). Licenciado em História (Santa Fé – IDESP – MA). E-mail: victhorcarlos5@gmail.com.

A escrava Raimunda é dada ao vício da embriaguez e no dia do acontecimento várias pessoas a viram andar por diversas quitandas ao tomar cachaça (...) que quando se embriaga não dá conta da venda e que por esse motivo nunca foi castigada [...] seus vizinhos dão pleno testemunho da maneira que sempre tratou Raimunda. (PACOTILHA. São Luís, 10 dez. 1881, p. 2)

Grande parte da documentação policial maranhense referente aos crimes cometidos pelos escravizados relega à índole, aos vícios ou mesmo a ociosidade, como principais razões para existência do cometimento de tais crimes. Portanto, ao se dirigir ao jornal e propor sua versão, a senhora de Raimunda ratificou mais uma vez esse tipo de comportamento comum ao século XIX.

Assim, podemos depreender, segundo a alegação de dona Raimunda Colvet, que a motivação da tentativa realizada por Raimunda de dar cabo a sua própria vida estaria também ligada ao vício e ao uso constante de bebidas que, por sua vez, a impedia de “não dá conta da venda”.

Por seu turno, dona Raimunda Colvet reafirmou ao jornal traços de possibilidades de que tratava bem a sua escravizada. No primeiro alega não castiga-la, e no segundo, disse que dispunha de testemunhas para afirmar a “maneira que sempre tratou Raimunda”.

Esse caso e outras dezenas, nos fez levantar alguns problemas: De que forma as relações de forças ocorridas dentro do cativo ou do cotidiano escravista devem ser analisadas como fatores preponderantes para o suicídio? O que o suicídio poderia representar para os escravizados?

O presente artigo apresenta os resultados e análises finais após a conclusão da pesquisa, em que se analisaram as experiências suicidas no Maranhão do século XIX. A análise serial, as abordagens qualitativas e quantitativas permitiram aprofundamentos na compreensão do suicídio como fato social. A partir da divisão entre as classes jurídicas (livres, libertos ou escravos) foi feita inferências no tocante as relações sociais e de poder, produzidas e influenciadas por uma matriz escravista e capitalista da sociedade maranhense oitocentista.

Os suicídios, portanto, versam sobre o mundo social desses sujeitos e agentes históricos. A questão fica mais clara quando analisamos os métodos utilizados para cometer os suicídios e os motivos que os levaram ao ato. Esses fatores perpassam pela compreensão dessas subjetividades humanas e pelo espaço social e material que elas ocupavam. Fatores que analisaremos ao longo do texto.

O conceito de representação é um dos mais adequados para essa análise. A compreensão simbólica de representação é pautada no conceito proposto pelo historiador francês Roger Chartier. Através dos apontamentos de Chartier, compreendemos que os documentos do Maranhão do século XIX são leituras sociais de fatos cotidianos. Assim, a produção dos documentos é, na verdade, a interpretação dos fatos de quem o produziu. (FERREIRA, 2007)

João Reis e Flávio Gomes atestam que os historiadores que estudam sobre as relações de dominação precisam ler os documentos à contra pelo. Pois grande parte da documentação do período é produzida por alguém “não escravo”. Essas documentações se concentram, sobretudo, no bojo do posicionamento do opressor ou do dominante da sociedade maranhense oitocentista. O que resta aos historiadores é:

O mais sensato é cumprir o bê-a-bá do historiador, **lendo criticamente os documentos, identificando as circunstâncias e as intenções dos escribas, o que se esconde nas entrelinhas, explorando pequenos indícios, tentando mesmo ouvir os silêncios.** Enfim, não é aconselhável não se render aos documentos da repressão, mas usá-los como armas que podem abrir o caminho para a história dos escravos em fuga [grifo nosso]. (REIS e GOMES, 2012, p. 11)

Portanto, a leitura das entrelinhas do documento faz ultrapassar a compreensão de comportamentos normativos imersos no mundo dominante. Ademais, é preciso observar esses escravizados como sujeitos atuantes de suas próprias histórias. Os seus comportamentos, seja fuga, assassinato, roubos ou o suicídio, são faces

de processos racionais de sujeitos que viviam sob o jugo escravista. Como afirma Sidney Chalhoub sobre a experiência escrava, os cativos “agiram de acordo com as lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais”. (CHALHOUB, 2011, p. 318)

A historiografia sobre a escravidão da década de 1980 embebidos do marxismo do historiador britânico Edward Palmer Thompson, utilizaram largamente o conceito de experiência. Isto sedimentou as ampliações nos objetos de pesquisas sobre a escravidão, abrangência maior nas fontes históricas, e leituras sociais mais profundas sobre a vida escrava. Paralelamente, esse fator teve sua contribuição através da História Social, que lançou mão de novos paradigmas históricos.

A partir disso, compreendemos que os suicídios dos escravizados correspondem, e são respostas, as dinâmicas cotidianas. São frutos das interações sociais cotidianas entre escravizados, senhores e sociedade. Durante muito tempo perdurou na historiografia brasileira da escravidão o banzo como principal fator para cometimento dos suicídios. Segundo essa linha historiográfica, as saudades da terra natal, a transferência através do tráfico negreiro e as pesadas condições do trabalho servil, levavam os escravizados a definharem até a morte, quando não, apressadamente, encurtavam suas vidas com o suicídio.

Para compreendermos nossa problemática, este artigo dividiu-se da seguinte maneira: No primeiro momento analisaremos o cenário em que ocorreram os suicídios, nesse caso o Maranhão do século XIX; realçaremos aspectos do *ethos escravista* maranhense, ressaltando a economia e a sociedade. Num segundo ponto, nos deteremos na análise serial e qualitativa dos suicídios, dialogando com nossos referências teóricos e a historiografia da temática.

O *ethos* escravista maranhense: sociedade, economia e vida escrava

O Maranhão foi uma das províncias do Brasil que recebeu uma quantidade significativa de

escravizados entre os séculos XVII e XIX. Devido a isto, pelos menos 53% da população do Maranhão era escrava em meados do século XIX, segundo Regina de Farias (FARIAS, 2012, p. 52). Sujeitos que participavam diretamente no cotidiano das cidades e fazendas do campo; seja ofertando sua mão de obra, suas contribuições culturais como técnicas de cultivo, ou procurando dentro da dinâmica social espaços de liberdade e autonomia, territórios que realçassem suas subjetividades.

Sob condições escravas, eram designados para trabalharem nas fazendas de agricultura que se formaram no Maranhão, com maior força a partir da segunda metade do século XVIII. Embora a data de início de conquista do Maranhão seja do começo do século XVII; inicialmente, o estado permaneceu com uma quantidade pequena de escravizados. Alguns fatores ponderam para isso, o Maranhão não cultivava em grande quantidade produtos primários. Segundo, a distância e as poucas atividades que os moradores do estado realizavam influenciavam nos altíssimos preços dos escravizados. Assim, eles dificilmente entravam nos portos da cidade de São Luís.

Nos primeiros tempos da sua colonização, a produção agrícola da região era incipiente, voltada basicamente para a subsistência. O seu comércio exterior era insignificante, limitado a exportação de um ou outro produto. [...] No século e meio que antecedeu a arrancada da grande lavoura de exportação, a história do Maranhão foi marcada pelo abandono e pela miséria que afligiam os seus habitantes, confundindo-se com a história do extrativismo vegetal, da escravidão indígena e das lutas contra os jesuítas, características da colonização do Brasil Setentrional. (RIBEIRO, 1990, p. 28)

A historiografia tradicional atestam que a configuração da economia do Maranhão só se alterou com criação da Companhia Geral do Comércio Grão Pará e Maranhão em 1755, em que foi seguido de um período de opulência na economia. Contudo, Regina Faria em seu artigo intitulado “**Repensando a pobreza no Maranhão**

(1616-1755): uma discussão preliminar” leva o leitor a repensar o conceito de pobreza a que foi posto o Maranhão ao período anterior a instalação da Companhia de Comércio. Para a autora, os dados referentes à colônia nas plagas maranhenses são turvos, conflituosos e com pouquíssimas precisões. Premissa ratificada pela apresentação dos dados que demonstram os produtos que eram cultivados e consumidos no estado logo no início de sua ocupação:

[...] entre os produtos agrícolas, a mandioca, o arroz e o milho constituíam a base da alimentação da população. Esses três produtos já eram cultivados pelos índios e foram assimilados pelos europeus que tinham dificuldades para adquirir artigos a que estavam acostumados na Europa. (FARIA, 2003, p. 14)

Além disso, produtos que estavam na rota da grande exportação concentrada no nordeste brasileiro, como o açúcar, algodão, fumo, extrativismo vegetal e a pecuária; também eram cultivados, em menor quantidade, no Maranhão. Tais produtos serviam para consumo local e, quando havia mercado consumidor exportavam para regiões mais próximas.

A mesma autora assevera que a vida econômica e social era muito mais complexa do que se cristalizou na historiografia. E conclui que de fato a pobreza é inquestionável se apenas “comparada a prosperidade da segunda fase da colonização dessa capitania ou da região açucareira do final do século XVI e início do século XVII, por exemplo” (FARIA, 2003, p. 14).

Outro fator é a presença de africanos na região antes mesmo de 1755. Segundo Rafael Chambouleyron, os escravizados africanos tiveram papel fundamental no antigo Estado do Maranhão (séc. XVII) mesmo que de modo incipiente. O autor defende que é preciso trazer à tona a engrenagem singular que se instalou no estado, totalmente diferente de outras partes da América em que havia um comércio regular de escravizados. Pois elas não devem servir como modelos “para se entender os significados e as implicações da presença africana na região” (2006, p. 105). Havia ainda resistência

por parte da população africana, através de fugas ou de revoltas, o que diminuiu o impacto do tráfico (FERREIRA, 2018, p. 51)

Ainda sim, a referida companhia foi essencial pra estruturação comercial do Maranhão, tinha a função de fomentar o comércio e aumentar as práticas mercantilistas. Nela praticava-se a doação de terras, empréstimo de capital para os proprietários rurais, ferramentas e a doação de mão de obra escrava (RIBEIRO, 1990, p. 50-51).

No Maranhão, bem como em outras localidades, predominava os grandes latifúndios, fazendas de monocultura e a larga utilização da mão de obra escrava. O capital mercantil prevalecia a partir da exportação de produtos primários para a metrópole atender ao mercado mundial. O primeiro produto cultivado em larga escala foi o algodão, que ocupou as regiões próximas aos rios Itapecuru, Mearim e Baixada Maranhense. O aumento significativo da venda do algodão aconteceu logo após a Revolução Industrial, que exigia enorme quantidade de algodão para as fábricas têxteis.

Na década de 70 do século XVIII, a prática da rizicultura tomou força e estrutura. Antes se cultivava o chamado arroz da terra, vermelho, de baixa qualidade e mercado; mais tarde foi proibido e substituído pelo arroz da Carolina. Esse, por sua vez, tinha maior espaço no comércio europeu e interno. Assim, os fazendeiros do Maranhão ainda no século XVIII viram suas economias crescerem pelo cultivo e mercado consumidor do arroz (CABRAL, 1984, p. 71-73).

Por fim, a pecuária, proveniente da Bahia via rio São Francisco, ocupou as regiões sertanejas ao sul do Maranhão, sobretudo em Pastos Bons. A própria atividade pecuarista requeria uma quantidade de escravizados. Contesta, assim, a premissa de que os escravizados se concentravam apenas nas fazendas de algodão e arroz (CABRAL, 1992).

Eminentemente escravista, o Maranhão Imperial se desenvolveu nas relações de forças cotidianas vivenciadas entre africanos, crioulos, indígenas e livres. O perfil destas relações sociais ainda deixam marcas existentes nos dias atuais,

como a exclusão da etnia negra dos espaços de poder e o preconceito as religiões de matrizes africanas. No complexo mundo da escravidão encontramos uma miríade de comportamentos que demonstram o quão peculiares e singulares eram as relações escravistas, e todas elas contestam o processo de “coisificação” dos escravizados.

Devido a isso, Jaime Pinsky afirma que é necessário compreender as diversas relações específicas no mundo escravista. Por isso, “em qualquer estudo que se faça a respeito da escravidão deve-se ter isso bem em mente, para não se desenvolver uma história abstrata e irreal” (PINSKY, 2016, p. 45). Num país de extensão continental, como no caso do Brasil, as vivências variavam conforme as relações de forças mantidas entre escravizados, senhores e sociedade. Há uma linha de horizonte a partir da escravidão, que não pode ser medida em caixas herméticas ou modelos uniformes.

O grande fluxo para o Maranhão de africanos escravizados através do tráfico negreiro enriqueceu os membros que participavam diretamente desta prática comercial. Partindo de dados mais atualizados, Alexandre Ribeiro e Daniel Domingues (2017, p. 291) apontam que foram cerca de 12, 5 milhões de indivíduos desembarcados na América, desses apenas 10, 7 chegaram vivos. Esse mercado teve como legado marcas profundas nas sociedades do mundo atlântico.

Através do tipo de trabalho ofertado pelos escravizados, a historiografia nomeou os de “ganho” e de “aluguel”. Os primeiros não tinham um ofício ou emprego fixo, ofertavam qualquer tipo de trabalho que fosse oferecido. Seus senhores recebiam pagamentos fixos e, às vezes, dividiam parte com os seus escravos. Já os escravizados de aluguel assumiam ofícios fixos por serem especialistas em alguma atividade, requisitados para trabalhos em obras públicas tinham sua maior concentração na zona urbana; por isso, a vigilância servil recaía mais sobre esses, devido a presença dos chefes das obras públicas (PEREIRA, 2016, p. 55).

Marcus Carvalho (2018, p. 156) defende que “a urbanização brasileira é indissociável da

escravidão e do trabalho compulsório em geral”. Em contrariedade ao que se instalou na historiografia brasileira que afirmava que a escravidão urbana era apenas um apêndice da escravidão rural. Os escravizados urbanos e os do eito puderam vivenciar uma miríade de experiências. Apesar de viverem sob o jugo dos senhores e capitães do mato, não impediram atitudes de resistências nos cotidianos de ambos.

Os capitães do mato assumiram papel fundamental dentro da dinâmica escravista. Exerciam a função de controle da ordem e do comportamento dos escravizados, servindo como agentes da preservação dos patrimônios de senhores e fazendeiros. (MENDES, 2016, p. 165)

Arelado aos capitães, os códigos de posturas e as leis imperiais foram instrumentos de coerção aos comportamentos dos escravizados no Maranhão. Analisando as experiências de liberdade na cidade de São Luís em décadas próximas a abolição, Daylana Cristina percebeu que essas atitudes de regulamentação e controle da vida escrava só existiram pois havia atitudes de subjetividades sociais dos escravizados. Desse modo, segundo a autora, não há leis sem transgressão (LOPES, 2010, p. 41).

A condenação à embriaguez, à capoeira, aos batuques, saídas fora de horários determinados, vendas em locais inapropriados, fugas e o suicídio são demonstrações de enfrentamento e forjamento de liberdade dos escravizados. Liberdade não no sentido de ser livre juridicamente com o uso da alforria, mas a construída e percebida pelos escravizados como uma luta por melhoria de vida seja usando qualquer tipo de contestação e negociação em busca de autonomia.

Segundo Costa “a principal resistência gerada pelo cativo deriva do fato de este ser algo que *se quer coisa*, mas que sendo autor, vítima ou testemunha de crime *mostra-se sujeito*”. (COSTA, 2015, p. 270) De modo geral, essas são as nuances que se apresentam no Maranhão do século XIX, nesse interim, dezenas de suicídios ocorreram. É o que se vai ler agora.

Suicídios dos escravizados no Maranhão: os perfis dos suicidas

Traçar perfis dos suicidas foi um dos objetivos desta pesquisa, pois através desses é possível destacar aspectos relacionados ao mundo dos escravizados e livres, além de denotar essas experiências suicidas. Isso só foi possível através de extensa pesquisa e catalogação documental; foram necessário cinco tipos de documentos: correspondências policias, livros de crimes e fatos notáveis, registros de partes do dia, atestados de óbitos e os periódicos que circulavam no Maranhão à época.

Ao final da pesquisa, chegamos a 262 casos de tentativas e de suicídios consumados para o período 1834 –1888. Sendo 165 casos de escravizados, 85 de pessoas de condição livre ou libertas; desses 85, 75 casos são de pessoas de condição livre, 6 casos de pretos forros, e 7 estrangeiros habitados no Maranhão.

Em 12 casos não foi identificada a condição jurídica do suicida, entretanto, tratava-se de 9 pretos e 3 mulatos. A dificuldade de identificar esses casos aponta para dois fatores: 1 – Devido a fragilidade nos registros policias no século XIX, em que havia pouca precisão nas evidências das ocorrências. 2 – Os corpos dos suicidas quando eram encontrados já estavam em avançado estado de deformidade; a dificuldade maior se dava quando o suicida cometia o ato fora da localidade onde residia.

Em alguns documentos constatou-se que muitos desses sujeitos pretos eram postos a condição de escravos. A cor da pele preta e a escravidão andavam intrinsecamente juntas. Visto isso, quando parte da sociedade maranhense oitocentista considerava todo preto um potencial escravo, embora não o fosse. Exemplo disso é o caso do preto encontrado enforcado em Junho de 1847 no cajueiro em frente à casa do fogueteiro:

O Farriel graduado da 3 Companhia nº 5 João José da Costa, que se achava de guarda no açougue, deu parte que as 7 horas da manhã de hoje José Vaz da Rocha, feitor do mesmo açougue lhe comunicou que se achava um preto

suicidado em um cajueiro pela frente da casa do fogueteiro, **ignorando como se chama e a quem pertence** imediatamente fez colocar um Soldado dos da guarda e fez ciente ao Delegado de Polícia [grifo nosso].

Nesse momento, a cor preta do suicida já o condicionava a pertencer a alguém, sendo assim um escravo, segundo o documento. Não fora questionado a sua condição e tampouco a motivação que o levou a tal ato. Se seguíssemos essa lógica de raciocínio, afirmaríamos, imediatamente, que o preto encontrado no cajueiro se tratava de um escravo. Portanto, acenamos para a importância do cuidado ao fazer inferências sobre as vidas escravas. Os documentos referentes ao século XIX são cheios de riscos e precisam de questionamentos para além do que é exposto no documento.

Ferreira (2004, p. 198) destacou a fragilidade dos documentos; observando que no século XIX a produção das ocorrências policiais ainda era frágil. Segundo que muitos casos podem ter sido ocultados ou não foram registrados corretamente. Terceiro que há ocorrências classificadas como assassinatos que podem, na verdade, ter sido suicídios.

Em se tratando dos casos de suicídios ocorridos no Maranhão, se observamos a diferença entre suicídios consumados e tentativas, notaremos que a maioria dos que tentaram conseguiram completar seu intento pondo fim a sua vida. A maior incidência, certamente, esteve para os escravizados, de 159 casos que se constatou tratar de suicídios ou tentativas, 122 (77%) conseguiram se matar, 34 (22%) tentaram suicídio, ou seja, tentaram ou foram impedidos por alguém ou não conseguiram completar o ato por arrependimento.

Entre os que tentaram suicídio esteve o escravo Rufino, em 23 de Setembro de 1841, logo após furtar uma quantia em dinheiro e alguns bens do seu senhor, Venceslau Bernardino Freire, quando foi descoberto seu paradeiro tentou retirar a sua vida:

Averiguação de Luís Antônio Corrêa de Brito Telles, e de Victorino José Rois, as 5 horas da tarde, na casa em que reside Francisco de Salles Nunes,

por consentimento deste, procedeu-se a captura do pardo Rufino, escravo de Venceslau Bernardino Freire, residente na Vila do Itapecuru- Mirim por ter fugido e roubado de seu senhor a quantia de 3:000 Novo [ilegível]. Na ocasião de se realizar a captura, tentou suicidar-se dando uma facada sobre o peito, e arranjando-se da varanda da casa a baixo. Pelo Juiz de Paz do 4º distrito, procedeu-se ao competente corpo de delito, e ao inventario da quantia roubada, da qual achou-se o seguinte a quarenta fuças, de seis mil e quatrocentos reis; cinquenta e quatro moedas de quatro mil réis, um dubrão no valor de doze mil e oitocentos réis, nove mil novecentos e vinte em prata no valor antigo, cento e cinquenta e seis mil réis em cédulas, e um bilhete da Loteria da Misericórdia, de nº 2065.

Rufino conseguiu extraviar uma quantia relativamente grande, se pensarmos a partir do valor dos réis à época no ano de 1841. A astúcia de Rufino o trouxe de Itapecuru a capital São Luís, regiões com um pouco mais de 100 km de distância. Como chegou aqui e por que estava na casa de Francisco Nunes, a documentação não nos permite conjecturar. Mas a fuga de Rufino para São Luís poderia indicar a busca de uma nova vida com os bens retirados de seu senhor e de passar despercebido pela polícia de Itapecuru, se caso permanecesse na cidade. O feito do escravizado e sua fuga para cidade contrariou sua condição jurídica e os mandos de seu senhor.

Devido a elevada quantia retirada de seu senhor, podemos inferir que, provavelmente, tratava-se de um senhor de grande bens e, que dada a sua região de procedência, poderia facilmente ser um senhor proprietário das fazendas de algodão que se instalaram na região do Vale do Itapecuru.

Rufino receoso após descobrirem o seu paradeiro, buscou logo dar fim a sua vida. Primeiro utilizando uma faca onde feriu o seu peito, talvez, não conseguindo completar o intento, lançou-se abaixo da sacada da casa de Francisco Nunes. Acreditamos que Rufino ainda não havia reencontrado seu senhor pessoalmente após descobrirem a sua localização, mas sabendo da gravidade do roubo contra seu

senhor, saberia que facilmente sua punição não seria branda, talvez por isso tenha optado pelo suicídio.

Não dispomos de outras fontes referentes ao caso, nem a que fim deu-se a Rufino, se foi preso punido pela justiça ou devolvido ao seu senhor, Venceslau Freire. O ato de roubo, a fuga para São Luís e sua tentativa de suicídio, demonstraram um processo de racionalização de um sujeito que não estava inerte ao sistema que estava inserido. Sendo assim, seus comportamentos correspondiam as diversas condições sociais a que vivia.

Sobre a procedência dos negros escravizados, foram apenas 7 casos de africanos, sendo identificados apenas dois de nações, trata-se de Antônio da nação Cacheu que se suicidou em 14 de Junho de 1843 e, Feliciano de nação Angola em 20 de Novembro de 1844. Os outros cinco tem apenas como identificação “Africano”, eles se tratam de Maria Roza em 1851, Pedro em 1853, Torquato em 1857, Domingos e João, em 1858. Além desses, o africano forro Guilherme que se suicidou em 24 de Maio de 1859. (Jornal Publicador Maranhense, 26.05.1859).

O caso dos africanos escravizados estiveram entre as décadas de 40 e 50 apenas, não foi possível localizar outros casos nas demais. Nesse período, o Brasil ainda vivia o impasse entre a permanência do mercado negreiro na década de 40, pois ainda entrava, ilegalmente, elevados números de africanos no Brasil e, em 1850, a segunda proibição da entrada de africanos escravizados nos portos brasileiros, através da lei nº 581 de 4 de Setembro de 1850, popularmente conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. (CHALHOUR, 2012, p. 109-140)

Em outras regiões brasileiras alguns autores evidenciaram um quantitativo elevado de africanos suicidas para o mesmo período. A consequência disso levou a certos setores da sociedade, como médicos e a classe senhorial, a associarem os suicídios a uma questão cultural dos africanos. Um relato de um viajante no Rio de Janeiro em 1831, evidenciado por Mary Karasch em sua pesquisa, destacou o aspecto cultural de alguns grupos étnicos africanos propensos ao suicídio:

No Rio, **angicos e monjolos** tinham a fama de ser numerosos, de boa aparência, astutos e corajosos, inclinados à revolta e a resistência se sofressem agressões. De fato, Weech descreveu-os como amantes da liberdade, orgulhosos e teimosos, bons escravos se fossem bem-tratados. **Em caso contrário, muitos cometiam suicídio.** (...) os gabões tinham uma má reputação como escravos, e eram “impacientes” em relação à escravidão e suicidas. **Distinguiam-se também pela inusitada alta mortalidade** (KARASCH, 2000, p. 54, grifos nossos)

De igual forma, em 1832 um médico destacou os métodos utilizados por grupos específicos de africanos para se suicidarem, como afirma:

De acordo com Dr. Signaud, o suicídio era comum entre os negros congos e minas, que preferiam se matar por asfixia (engolindo a língua) e enforcamento. Embora admitisse que havia lido relatórios de fisiologistas afirmando que ninguém poderia parar de respirar dessa forma, ele acreditava firmemente nesta prática, por que testemunhara três vezes com negros minas (KARASCH, 2000, p. 417).

Assim, o Maranhão é uma exceção em relação ao restante das demais regiões escravistas no Brasil pelo seu número baixo de suicídios de africanos escravizados. Há uma particularidade nos casos dessa região e, nem todos casos de suicídios estiveram ligados a uma questão cultural proveniente de seu grupo ou de saudades da terra natal. Grande parte dos suicidas das outras décadas já eram da segunda ou terceira geração de escravizados, o que também pode ter minimizado seus laços com o outro lado do Atlântico.

Foi possível constatar, também, que os homens tentaram ou cometeram mais suicídios que as mulheres; entre todas as condições jurídicas: escravos, livres e forros. 124 casos de escravos do sexo masculino para 35 do sexo feminino, 57 casos foram cometidos por livres do sexo masculino e, 13 do sexo feminino. Entre os forros ficaram 4 homens e 2 mulheres.

Para os escravizados, a possível justificativa é o número relativamente grande da utilização de homens pretos nas fazendas e casas de senhores. Geralmente, havia preferência pelo sexo masculino, devido a força física para suportar as excessivas horas e os pesados trabalhos.

Jackson Ferreira apontou evidências para a menor incidência de suicídios entre as mulheres, dentre elas o patriarcalismo, em que as mulheres eram privadas de sua liberdade vivendo sob a tutela dos homens de sua casa e, devendo cumprir “seus deveres de esposa, dona de casa e mãe de família”. Havia, também, o ideal católico que irradiava sobre Maria, mãe de Jesus, a resignação espiritual. E, por fim, os casos em que as famílias mais abastadas poderiam ocultar casos de suicídios para manutenção da moral pública. Desse modo, havia a necessidade de proteger o nome da família de desgraças (FERREIRA, 2004, p. 75).

Foi possível identificar os períodos de maior incidência, entre 1860 a 1869 registrou o maior número de ocorrências, foram 83 (32%) suicídios consumados e tentativas. Seguido da década de 1850-1859, com 60 (23%) casos e, em terceiro, entre 1870-1879 em que ocorreram 51 (19%) casos. O período menor é o de 1834 a 1839, a justificativa para isso é devido o primeiro caso ser datado em 2 de Dezembro de 1834.

O quadro não muda tanto quando são separados por condição jurídica as ocorrências por décadas. No caso dos escravizados 51 (32%) ocorreram no período de 1860-1869, seguido novamente pelo período de 1850-1859 em que ocorreram 38 (24%) dos casos. Os períodos de 1840-1849 (17 %) e 1870-1879 (18%) estão relativamente com o mesmo número, 27 e 28 casos, respectivamente.

Grande parte desses casos ocorreram em São Luís, capital da província, com 136 casos. Outras cidades mais distantes da capital também registraram número elevados, Codó com 13, Caxias, Rosário, e Itapecuru registraram 9 casos cada, Vila do Mearim teve 8, Alcântara foram 7 e Icatu com 5 casos.

Os casos de São Luís, provavelmente, é justificado pela sua densidade demográfica elevada. Isso ocorre tanto no caso dos livres

como os dos escravizados. Por conseguinte, as regiões acima citadas estão no topo por também disporem de elevados números de habitantes. Tanto devido à proximidade a São Luís, no caso de Rosário, Itapecuru, Vila do Mearim, Alcântara e Icatu; e, também, por serem regiões produtoras de produtos primários, como Codó e Caxias. Portanto, concentravam quantitativamente muitos escravizados e livres. Além disso, as estruturas repressoras e seus aparatos, como a polícia, eram mais organizadas nesses espaços. Assim, com maior facilidade, podiam registrar os casos que tomassem conhecimento.

Nesse primeiro momento objetivamos apresentar um quadro geral das características dos suicidas no Maranhão entre 1834-1888, por isso, destacamos os casos quantitativamente e qualitativamente. A maioria da documentação não permite análises mais profundas. Além disso, grande parte dela está incompleta, principalmente porque elas dão vistas apenas dos momentos finais das vidas dos sujeitos. E explicitam aspectos que “julgam” identificar os suicidas, quando conseguem.

“Procurão com a morte por termo aos seus sofrimentos”: Métodos e motivações para os suicídios

Era 18 de Maio de 1857, quando Rodrigo Salgado Sá Moscoso buscava vender sua escrava, após o arremate ela resistiu a tentativa de venda:

Ontem sendo levada a hasta pública perante o Juiz Municipal da 1ª Vara uma escrava do casal de Rodrigo Salgado de Sá Moscoso, concluído o ato da arrematação e logo que teve a mesma escrava conhecimento a que passava a pertencer a Joaquim José Muniz, que maior lance ofereceu sobre a avaliação, **precipitava-se a uma varanda da casa da Câmara Municipal**, onde teve lugar aquele ato para a parte inferior do edifício, **desprende-se depois da grade eminência que domina o cais da sagração no lugar denominado Barreiras, com o intento sem dúvida de pôr termo a existência em tal precipício;** e não satisfeita com isso **tentou superar o paredão do cais para atirar-se ao mar**, porém já

impossibilitada pelas graves lesões que havia recebido, como último esforço para consumir o suicídio, **lançou mão de um lenço, ou de outro pano em que se vestia e comprimindo voluntariamente o pescoço** teria assim suicidado se felizmente não lhe fosse obstado por algumas pessoas que acudiram no momento [grifos nossos].

A escrava de Rodrigo assim que soube quem era seu novo dono imediatamente atirou-se da sacada da Câmara Municipal. Há possibilidade tanto de a escrava não querer ter sido vendida para outro senhor, bem como por não aceitá-lo. O mais importante nesse caso é que ela buscou diversas formas de retirar-se dessa vida, pelo menos foram três métodos utilizados: precipício, quando se atirou na sacada da Câmara, afogamento, ao tentar pular do Cais da Sagração, e estrangulamento, quando se valeu de um pedaço de pano de sua roupa.

Após ser impedida, o documento relata que a escrava teve os primeiros socorros, já que estava muito debilitada. Depois disso, foi conduzida para casa de seu novo senhor, José Joaquim Muniz: “[...] Transportada a escrava para a sala onde se achava o juiz municipal fora ele ministrados alguns socorros, sendo depois conduzida para a casa do próprio arrematante”.

No ofício de 19 de Maio de 1857, de número 650, afirma que a escrava de Rodrigo Moscoso foi arrematada por um de seus herdeiros, nesse caso José Joaquim Muniz, e quando finalizado o processo “tentou pôr termo aos seus dias”. No mesmo documento narrou os passos dados pela escrava para alcançar o suicídio, como já vimos no primeiro relato. Por fim, recomendou que fizessem os exames de corpo de delito e o envio da escrava para o hospital da Santa Casa da Misericórdia para que pudesse ser tratada, e que interrogassem sobre os motivos que impeliram a escrava à “tão grave e extraordinária resolução”.

Há casos, como esse, em que os sujeitos utilizavam os meios que pudessem mais rapidamente se matar. E quase sempre, os que fossem mais eficazes e os que menos pudessem ser impedidos por outrem. Dentre os métodos temos:

enforcamento, afogamento, arma branca (estão incluídos os diversos tipos de materiais cortantes e perfurantes), armas de fogo (inclusive as diversas armas), estrangulamento, degolamento, veneno e precipício.

O enforcamento, tanto para outras províncias do Brasil como também no caso do Maranhão, parece ter sido o método mais utilizado e o mais eficaz dentre os que tentaram se suicidar. Muitos dos casos aconteciam fora da zona urbana, principalmente em matas e florestas inóspitas; isso tudo para que não pudessem ser impedidos por ninguém.

Se observarmos os métodos dos casos de tentativas e suicídios dos escravizados, a porcentagem maior ficou com o enforcamento. As cordas de embiras, galhos de cipós de árvores, cordas atadas em caibros de telhas, tiras de redes, lenços e panos de roupas, foram utensílios para quem tentou se enforçar; registrando 118 dos casos. Em segundo lugar esteve a arma branca com 32 das ocorrências, estão incluídos os casos de objetos cortantes, como faca, navalha, canivete e tesoura. Esses materiais eram comumente utilizados em âmbito domiciliar, talvez por isso a sua posição esteja em segundo lugar.

As armas de fogo eram menos acessíveis, tanto para livres como para os escravizados. Devido as constantes revoltas e rebeliões de escravizados, os senhores evitavam que aqueles pudessem ter algum contato com as armas de fogo. O precipício foi o único método que as mulheres escravas ultrapassaram os homens, sendo 5 casos registrados, contra 2 cometidos por homens. O Maranhão também registrou número baixo de envenenamentos, foram 7 casos de homens livres, contra apenas 2 de mulheres escravas. A alta taxa de envenenamento por parte dos livres talvez se devesse ao fato de conseguirem mais facilmente comprar os produtos e essências venenosas do que os escravizados.

As ocorrências de afogamentos tanto para livres como para os escravizados registrou taxas desequilibradas. Foram registrados 13 casos para os escravizados e 6 para os livres. Dos 13 casos dos escravizados, 10 foram do sexo masculino e 3 do

sexo feminino. Enquanto os do livres tiveram 5 para o masculino e 1 para o feminino. Em 28 casos não foi possível identificar o método utilizado.

Grande parte da documentação do suicídio nos permite inquirir sobre método, data do ocorrido, localidade, idade e procedência do suicida. Entretanto, para compreender as motivações a questão tende a ser dificultosa. O entrecruzamento da documentação as vezes permite isso, em outros momentos nem tanto, devido a indisponibilidade de documentos. Uma vez que a maioria apenas dispõe de somente um documento por caso.

As documentações se apresentaram assim: 9 casos de suicídios foram cometidos logo após cometerem crimes, dentre eles assassinatos e roubos; 8 ocorrências de escravizados que estavam fugidos e que foram encontrados mortos ou, de que estavam fugidos e quando capturados resolveram se suicidar, principalmente para não voltar para os mandos de seus proprietários.

Seis outros já estavam presos, pois tinham problemas com a justiça e, quando tiveram oportunidade se suicidaram dentro das próprias celas nas cadeias da cidade ou, após fugirem delas. Com o mesmo número de casos, 5 para cada, encontram-se a resistência a venda, os abusos nos vícios e os severos castigos por parte de alguns senhores.

Os crimes seguidos de suicídios ficaram na primeira colocação entre os motivos dos suicídios dos escravizados. Entre os crimes cometidos por eles estiveram o roubo, furto, as agressões físicas, assassinatos de senhores, parceiros e mulheres. Antônio em 19 de Outubro de 1863 roubou seu senhor e quando capturado se estrangulou, pelo menos as afirmações dos peritos afirmam que o ato foi cometido pelo próprio escravizado. Vejamos o relato:

Suicídio – Amanheceu enforcado um escravo do Sr. Martins Hoyer, de nome Antônio. Este escravo havia feito roubos de valor sabido ao seu senhor, e tendo há coisa de quatro dias descoberto o crime, prendeu-o para tê-lo a bom recado, enquanto levava o fato à presença do Sr. Dr. Chefe de Polícia, afim de serem punidos os compradores

dos objetos roubados.

Fez-se corpo de delito que provou ser a morte por estrangulação, não se encontrando no corpo do suicidado se não mui ligeiros sinais de castigo.

Esse seria mais um caso de roubo seguido de um possível suicídio. A propósito a morte de Antônio foi via estrangulação, uma das mortes pouco usuais quando observamos os métodos dos suicídios dos escravizados. Em contrapartida, assassinatos via estrangulamento tiveram uma alta taxa, o que abre a possibilidade do caso também ter sido um assassinato. A proposta da notícia do jornal foi retirar a culpa de Martins Hoyer pela morte de Antônio, pois aquele apenas desferiu “moderados” castigos. Caso intrigante, se pensarmos as evidências postas pelo documentos e as possibilidades do que pode ter ocorrido.

Outros casos de assassinatos ocorriam entre os próprios escravizados, há mães que matavam seus filhos e cometiam suicídios, como Germana em 1845 e Luzia em 1873. Outros em que assinavam parceiros próximos, como Liberato em 1868, que agrediu uma escrava e seu senhor. Pedro Gago que se suicidou em 1874 quando estava preso na cadeia de Coroatá após assassinar a mulher de seu senhor e deixá-lo gravemente ferido. No mesmo ano Aniceto, após assassinar sua companheira Lusía, se suicidou. Celestino, motivado por ciúmes feriu sua parceira e finalizou sua vida do mesmo modo de Felisberto.

Das outras motivações, temos empatados com 5 casos cada, os excessos de castigos e a resistência a venda. Esses dois são aspectos muito comuns e intrínsecos a escravidão brasileira. Por se tratarem de propriedades legalmente reconhecidas por leis, os escravizados poderiam facilmente ser alugados, vendidos ou emprestados. Entretanto, as transições de venda não foram tão fáceis assim. Há os que fugiam para não serem vendidos e os que se suicidaram antes mesmo que a venda se completasse, como já vimos outros casos neste texto. Lourenço em Abril de 1882 se enforcou com uma corda no galho de uma árvore ao saber que seria vendido pelo seu senhor: “ficou verificado que o infeliz Lourenço suicidou-se por ter sabido que

seu senhor ia vendê-lo ao Tenente Coronel João Rodrigues da Silveira de São José dos Mattões para onde tinha de seguir nesse dia”.

Lourenço quebrou a lógica jurídica moderna que dava ao seu senhor o direito de vendê-lo e utilizou sua vida para isso, pois não aceitou a possibilidade de ser vendido para outro. Se uns não aceitavam serem vendidos, outros não viam a possibilidade de não estarem próximos dos seus. Segundo consta na documentação referente ao caso de Floriano ocorrido em Outubro de 1876:

[..] foi encontrado enforcado com uma corda de embira atada em um caibro de um dos ranchos da fazenda Matosinho [...] o escravo Floriano [...] querendo saber o que o levava a pratica de um ato de desespero, sendo o infeliz de setenta anos de idade, **a qual vivia triste, desde que d’ali foram retirados para Alcântara alguns de seus parceiros** [grifo nosso].

Segundo o documento, Floriano já vivia triste e tudo envolvia a venda de seus parceiros: “desde que d’ali foram retirados”. As relações afetivas entre parceiros escravizados foi alento para muitos; possivelmente, Floriano tinha relações estreitas ou mesmo intimas, podendo ser parentes sanguíneos a ponto das averiguações policiais afirmar que a tristeza, devido a separação, ocasionou o seu suicídio.

Certamente, as motivações para os diversos de suicídios de escravizados no Maranhão são muito específicas e singulares. Cada caso merece a devida atenção e documentação que permita uma análise mais profunda sobre os “motivos reais”. Além do mais, as condições sociais e de vida não eram iguais para todos, por isso que as motivações variaram conforme o sexo, a posição social, à época, localidade; assim, a partir dos condicionantes sociais da vida de quem buscou o suicídio.

Certos também de que essas podem não ter sido as motivações reais nem o que de fato aconteceu. Entretanto, serviram para compreendermos como se deram alguns suicídios e suas motivações; refletindo sobre os momentos que esses sujeitos tiveram um motivo, e a partir deles preferiram a morte.

Considerações Finais

Como visto, o suicídio foi realizado por diversos escravizados no Maranhão. O cenário foi o de relações de forças, medidas entre escravos e não escravos, das quais deram diversas conotações aos meandros do cotidiano. Por isso, nos indagamos, no início deste trabalho: De que forma as relações de forças ocorridas dentro do cativeiro ou do cotidiano escravista devem ser analisadas como fatores preponderantes para o suicídio?

A sua resposta foi apresentada ao longo desse texto. Ao afirmar que a experiência social, conceito proposto por Edward Thompson, no cotidiano do Maranhão no século XIX permitiu que homens e mulheres experimentassem situações, momentos, e relações que eram baseadas em interesses, afetividades, antagonismos ou em relações conflituosas, que às vezes terminavam em suicídio. A justificativa de fuga do cativeiro ou saudades da natal minimiza a maioria das situações vivenciadas por homens e mulheres escravas. Não notamos nenhuma alteração social sobre o suicídio em nosso recorte temporal, permaneceu sendo condenado pela sociedade maranhense como uma morte não natural.

O que se propôs neste trabalho foi trazer à tona novas experiências desses sujeitos que durante muito tempo foram anônimos para a história e, isso foi possível através de seus suicídios. Com eles, pudemos perceber nuances do cotidiano da sociedade desigual no Maranhão do século XIX.

Referências

- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís, SIOGE, 1984.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CANARIO, Ezequiel David do Amaral. “É mais uma scena da escravidão”: Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- CARVALHO, Marcus J. M de. Cidades Escravistas. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos escritos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHARTIER. Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.
- COSTA, Yuri. **A transmutação da fala: uso e desuso de testemunhos de escravos nos tribunais do Maranhão Imperial**. *In*: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Org). **O Maranhão Oitocentista**. 2ª ed. Revista e ampliada. São Luís: Café e Lápis, 2015. p. 269-302.
- FARIAS, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.
- FARIAS, Regina Helena Martins de. **Repensando a pobreza no Maranhão (1616-1755): uma discussão preliminar**. *Ciências Humanas em Revista*, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2003.
- FERREIRA, Esmênia Miranda. 2007. **91f. Os escravos e o imaginário social: as imagens da escravidão negra nos jornais de São Luís (1830-1850)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

- FERREIRA, Jackson André da Silva. **Loucos e Pecadores**: suicídio na Bahia do século XIX. 2004. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos escritos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 51-56.
- KARASCH, Mary C. **A vida de escravos no Rio de Janeiro**: 1808-1850. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOPES, Daylana Cristina da Silva. **Vivências escrava na cidade**: experiências de liberdade em São Luís (1870-1888). 2010. 85f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2010.
- MENDES, Jany Kerly. Capitães do Mato no Maranhão: escravidão, fugas e quilombos. *In*: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (Orgs). **O Maranhão e a Escravidão Moderna**. São Luís: EDUEMA, 2016. p. 165-190.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. 169f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. A vida de escravos: Trabalho e cotidiano no Maranhão no século XIX. *In*: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (Orgs). **O Maranhão e a Escravidão Moderna**. São Luís: EDUEMA, 2016. p. 49-70.
- PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. SILVA, Daniel B. Domingues da. **O tráfico de escravos africanos: novos horizontes**. *Revista Tempo*. v. 23, n. 2, p. 290-293, 2017
- RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.
- SCHUELER, Alessandra Frota. **Marxismo e Historiografia no Reino de Vitória: as contribuições de Edward Palmer Thompson**. *Verinotio*, v. 6, p. 4-18, 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Decolonizando tempos, espaços e memórias: diálogos entre os saberes escolares e os saberes comunitários na Província da Huíla em Angola

*Decolonizing times, spaces and memories: dialogues between
school knowledge and community knowledge in Huíla Province in Angola*

Elison Antonio Paim*
Solange Evangelista Luís**

Palavras-chave:
Educação
Decolonialidade
Memórias

Resumo: O presente artigo resulta de pesquisa de pós-doutorado realizada no Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED de Lubango em Angola. Objetivamos identificar como experiências, memórias, patrimônios e culturas locais são gerenciados na produção dos saberes escolares a partir da investigação do trabalho em instituições de educação básica em sete municípios da Província de Huíla. Para a coleta das informações trabalhamos com documentos diversos, fotografias e entrevistas orais com quinze professores/as. Teoricamente dialogamos com epistemologia decolonial, interculturalidade, História Oral, memória, patrimônio cultural e história local. Neste artigo apresentamos algumas narrativas sobre os diálogos entre escolas e os saberes das comunidades. O artigo é composto por considerações iniciais, explicitando o conceito de decolonialidade contextualizando Angola, diálogos escola-comunidade e considerações finais.

Keywords:
Education
Decoloniality
Memoirs

Abstract: This article is the result of a postdoctoral research carried out at Higher Institute of Education Sciences – ISCED in Lubango, Angola. We aim to identify how experiences, memories, heritage and local cultures are managed in the production of school knowledge from the investigation of work in basic education institutions in seven municipalities in the province of Huíla. For the collection of the information we work with diverse documents, photographs and oral interviews with fifteen teachers. Theoretically we dialogue with decolonial epistemology, interculturality, Oral History, memory, cultural heritage and local history. In this article we present some narratives about the dialogues between schools and the knowledge of the communities. The article is composed of initial considerations, explaining the concept of decoloniality contextualizing Angola, school-community dialogues and final considerations.

Recebido em 15 de junho de 2020. Aprovado em 26 de outubro de 2020.

Considerações iniciais

Ao elaborar e desenvolver o projeto *Decolonizando tempos, espaços e memórias: experiências educativas na Província de Huíla – Angola*, buscamos compreender como são

realizadas as aulas e atividades educativas em escolas na Província de Huíla, no tocante as questões da memória e experiências educativas a partir do estudo de documentos e das memórias dos professores das Escolas de Educação Básica.

*Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Pós doutor no programa de Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla – Angola. Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lotado no Departamento de Metodologia de Ensino (MEN) do Centro de Educação. E-mail: elison0406@gmail.com

** Professora permanente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Ensino da Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Huíla, em Lubango, Angola; professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Ensino da História de África (Departamento de Ciências Sociais do ISCED-Huíla). Doutora pela Universidade de Coimbra, Portugal, em Literaturas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Mestre pela Universidade de York, Toronto, em Teoria Pós-Colonial. E-mail: luissolange@hotmail.com

Foi no emaranhado de relações entre escolas e seus sujeitos que investigamos como as memórias, o estudo da história e cultura das comunidades bem como os saberes não escolares estavam ou não presentes nas Escolas de Educação Básica.

Considerando esse contexto, nossos questionamentos originais foram referentes a como as questões da memória, patrimônio cultural e história e cultura das comunidades de Huíla estão presentes nas salas de aulas? O que as propostas oficiais apresentam como definições e como sugerem ou não o trabalho com as memórias, os patrimônios culturais e história e cultura das comunidades rurais? O que, como e quando são trabalhadas? São trabalhadas na forma de temáticas, projetos próprios ou na forma de complementos a determinados temas de História Geral ou de Angola? Quais experiências estes professores já desenvolveram sobre as temáticas? Quais as necessidades destes professores para aperfeiçoar suas aulas quanto às temáticas propostas? Que tipo de atividades envolvem os alunos nos diferentes espaços de memória ou com guardiões das memórias de grupos específicos? Como a universidade pode contribuir para a efetivação de práticas escolares que deem ênfase a Educação Patrimonial e história e cultura locais? Na prática, algumas destas questões se mostraram inviáveis.

O estudo foi realizado a partir de dados coletados em escolas, narrativas de professores, Instituto Superior de Ciências da Educação-ISCED em Lubango e Biblioteca Pública de Lubango.

Procuramos investigar os diferentes saberes, fazeres e experiências amalgamadas na produção do conhecimento escolar identificando como as memórias, os patrimônios e culturas locais são agenciados nas práticas docentes em escolas na província de Huíla em Angola.

Este foi um estudo de natureza qualitativa, desenvolvida principalmente pelo emprego da análise bibliográfica, fotográfica, documental impressa e entrevistas orais, conforme os procedimentos apropriados no tratamento destes tipos de fontes. As observações a serem feitas e as narrativas do vivido permitiram, como lembra

Thompson (2002), auscultar os silêncios, bem como as vozes dos sujeitos envolvidos na pesquisa e de outros presentes nos diferentes espaços da escola.

Trabalhamos de forma concomitante em diferentes frentes para a coleta das informações nas produções acadêmicas, nos documentos e entrevistas. As narrativas orais foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas no intuito de conhecer as práticas pedagógicas dos docentes, em especial aquelas relacionadas com as temáticas memórias, patrimônios e o estudo da história e cultura locais. Todas as narrativas orais foram gravadas, transcritas e textualizadas. Posteriormente, fizemos a categorização e construção das mônadas na relação com outras fontes, referencial teórico e produções já existentes.

Os entrevistados ao total de quinze professores sendo onze mulheres e quatro homens. Os locais das entrevistas foram em escolas atuais dos professores em Lubango, escolas visitadas nos municípios da Humpata e Chibia e nas residências dos entrevistados.

O contato com os professores ocorreu de diferentes formas. Diretamente nas duas escolas visitadas na Chibia sendo uma urbana e uma rural e nas três escolas visitadas na Humpata sendo duas rurais e uma urbana. Uma vizinha professora quando soube da pesquisa conversou com seus colegas e dois se dispuseram ser entrevistados e uma professora da escola indicou sua filha. Um mestrando do ISCED indicou uma pessoa. Uma professora do ISCED indicou dois antigos colegas e se dispôs ser entrevistada. A supervisora deste estágio Pós-doutoral me apresentou a um amigo pessoal.

Com o número de entrevistados conseguimos abranger seis municípios da Província da Huíla num total de quatorze. Em Lubango foram entrevistados uma professora e um professor que narraram suas experiências em escolas localizadas noutros municípios e seis (quatro mulheres e dois homens) entrevistados em Lubango. Três foram entrevistados em Humpata, um em cada escola visitada (duas mulheres e um homem). Dois em Chibia, uma professora em cada escola. Os demais, narraram sobre experiências em escolas

de Quilengues (três, duas mulheres e um homem), Caluquembe (uma) e Cacula (uma). Além dos professores em uma escola de Lubango um estudante se dispôs ser entrevistado, nos narrou sua experiência enquanto estudante em um Seminário Católico localizado na Zona Rural.

No tocante a atuação em sala de aulas temos Anos Iniciais (5), Direção de Escola, Secretaria de Escola, Biologia, Geografia, Iniciação, Auxiliando na Secretaria da Escola, Português, Física, Matemática (2).

Quanto a formação temos Magistério (3), Sociologia, Biologia, Matemática, Psicologia (3), História, Física, Ciências Cervejeiras, Pedagogia, Gestão e Contabilidade e Economia. Porém a área de atuação em vários deles não está diretamente relacionada com a formação. A professora graduada em Sociologia está atuando como diretora escolar; As graduadas em Psicologia uma está lecionando Geografia, uma Iniciação (Educação Infantil) e a outra como Secretaria de Escola; A de História está na Secretaria da Escola a seis anos aguardando a sua reforma (aposentadoria); A de Física está atuando com a Primeira Classe; A de Economia está atuando com Matemática; O de Ciências Cervejeiras foi professor de Português; O de Contabilidade foi professor de Física e atualmente trabalha com Educação Laboral. Uma de Magistério atuou como chefe de Repartição da Educação. A Pedagoga atuou como agente de uma Associação para desenvolvimento da Agricultura, professora universitária e atualmente é vice-governadora para área social na Província da Huíla.

Inicialmente, a intenção era entrevistar apenas professores que trabalham ou trabalharam em escolas localizadas em áreas rurais. Porém, de forma inusitada e imprevisível acabei visitando quatro escolas urbanas nas quais as pessoas se dispuseram conceder entrevista. Também não era intenção entrevistar estudantes, porém o estudante de nono ano ao saber da pesquisa me procurou para ser entrevistado.

Explicitando o conceito de Decolonialidade

O pensamento e as ações colonizatórias colocaram-se em pauta a partir de 1492, quando

européus invadiram o continente americano e montaram as empresas colonizadoras calcadas na exploração das gentes americanas e africanas. Apoderando-se e encarcerando tanto os corpos quanto as mentes, das terras e da natureza nas dimensões animal, vegetal e principalmente mineral. Tudo foi organizado para submeter e explorar. As empresas colonizadoras mantiveram-se durante mais de quatro séculos nesse sistema, pois muitos domínios perduraram até mesmo após a independência político-administrativa das antigas colônias.

A colonialidade foi muito além da colonização de territórios no novo mundo. Os impérios europeus construíram possessões que, em suas diversas formas, foram construindo e instalando um padrão de poder com base em princípios da colonialidade moderna, ou seja, não foi pautada numa relação formal entre povos ou nações e sim na “forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, através del mercado capitalista mundial y de la idea de raza” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). Ou, como defende Boaventura de Souza Santos (2009), ocorreu um epistemicídio maciço e o desperdício de experiências cognitivas.

Estudiosos da decolonialidade apontam que a colonização aconteceu e continua acontecendo em várias frentes, como a colonialidade do poder, a colonialidade do ser, a colonialidade do saber e a colonialidade da natureza.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a *colonialidade do poder* indica a permanência do domínio colonial iniciado com a chegada dos europeus no continente americano em 1492. Nessa forma de colonialidade evidencia-se a matriz do poder colonial que “parte de los intereses de capitalismo en el marco de la modernidad y que cruce prácticamente todos los ámbitos de la vida” (WALSH, 2008, p. 135). Constituiu-se uma cadeia hierárquica de poderes como o branco frente aos indígenas, os camponeses frente aos indígenas, homens frente a mulheres, heterossexuais frente aos homossexuais, cristãos frente a qualquer outra forma de espiritualidade, línguas europeias frente às línguas indígenas e africanas e, assim

sucessivamente “unos son destinados a conocer y otros a ser destinatarios de ese conocimiento, unos son la rémora al progreso y los otros el desarrollo” (VARGAS, 2007 *apud* WALSH, 2008, p. 136).

A perspectiva da *colonização do ser* “es una expresión de las dinámicas que intentan crear una ruptura radical entre el orden del discurso y el decir de la subjetividad generosa, por lo cual representa el punto máximo de este intento” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 156). Pela interiorização, subalternização e desumanização ocorre a “não existência” ou como denominou o sociólogo brasileiro Jessé de Souza (2018) a subcidadania dos sujeitos, isto é, a desqualificação. Esta é de forma tão ampla que acaba sufocando as possibilidades de existência daqueles sujeitados à colonialidade. Dessa forma, “los pueblos y comunidades indígenas aparezcan como los bárbaros, no-modernos y no-civilizados, y los pueblos y comunidades negras [...] como no existentes” (WALSH, 2008, p. 137).

A *colonialidade do saber* evidencia-se especialmente nos sistemas educativos, em todos os níveis e idades, nos quais se prima por conhecimentos e ciências pautados na modernidade/racionalidade eurocêntricos. Portanto, descarta-se a “existencia y viabilidad de otras racionalidades epistémicas y otros conocimientos que no sean los de los hombres blancos europeos os europeizados” (WALSH, 2008, p. 137). No mesmo sentido, Paula Meneses (2009), ao problematizar a colonização portuguesa em Moçambique, ressalta que o conhecimento científico europeu se colocou com superioridade transformando e inferiorizando os saberes dos colonizados. Por analogia podemos dizer que em Angola a colonialidade dos saberes nativos em detrimento dos saberes eurocêntricos/portugueses permanecem de forma contundente neste século XXI.

Quanto a *colonialidade da natureza* considera-se a disponibilidade dos recursos naturais e a própria vida com ênfase na dicotomia entre natureza e sociedade, ignorando o “mágico-espiritual-social, la relación milenaria entre mundos biofísicos, humanos y espirituales, incluyendo el de los ancestros, la que do sustento a los sistemas integrales de vida y a la humanidad misma” (WALSH, 2008, p. 138). Portanto, com a colonialidade a

natureza passou a ser pensada e utilizada de forma que atenda apenas ao princípio capitalista da acumulação e do lucro, desconsiderando outras possibilidades de relação entre os seres humanos, os não humanos e a própria terra. Nesse sentido, “se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, caracterizando como não modernas, ‘primitivas’ e ‘pagãs’ as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima e de baixo, com a terra e com os ancestrais dos seres vivos” (WALSH, 2009, p. 15).

A epistemologia decolonial e a lógica da decolonialidade não são abordagens novas nem tampouco categorias teórico-abstratas. Elas existem desde a imposição da colonização e escravização dos povos americanos, africanos e asiáticos. A decolonização pauta-se em eixos permanentes de luta dos diversos povos sujeitados à violência estrutural pensada, assumida e realizada como projeto de posicionamento político, social, cultural, religioso, econômico e epistêmico para subjugar e dominar os povos não europeus.

Contextualizando Angola

Disponibilizamos algumas informações no intuito de apresentar a República de Angola aos leitores quanto a sua localização, organização política, aspectos históricos, econômicos e educacionais.

Angola é um país situado na África Austral que ocupa uma área de 1.246.700Km². Localiza-se entre os 5 e 18 graus de latitude sul e de 12 a 24 graus de longitude. O seu litoral é constituído basicamente por uma região de terras baixas, abrangendo toda a faixa longitudinal em sentido norte-sul. Suas terras apresentam pontos de planalto com uma altitude considerável que vai desde 1.200 a 2.100 metros, aproximadamente. (MUACHIA, 2016).

Angola está dividida em dezoito províncias: Cabinda, Zaire, Uige, Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malange, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Benguela, Huambo, Bié, Moxico, Namibe, Huíla, Cunene e Kwando-Kubango (NGULUVE, 2006). As províncias são compostas por 159 municípios e 618 comunas. As principais cidades

de Angola são: Luanda, Huambo, Lobito, Benguela, Lubango e Malanje.

Segundo dados do censo geral da população e da habitação realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014), O país tem uma densidade populacional de 20 habitantes por cada quilómetro quadrado. Porém, essa densidade encontra-se desproporcionalmente distribuída pelas 18 províncias, de acordo com a divisão política e

administrativa do Estado. Luanda tem a maior densidade populacional do país com 347,6 habitante por Km². Enquanto, que, a província do Cuando Cubango tem a menor densidade populacional: 0,2 habitante por Km² quadrado. (KEBANGUILAKO, 2016, p.125). Destacamos o mapa político de Angola (Figura 1) com atenção para as províncias com suas respectivas capitais e cidades.



Figura 1. Mapa político de Angola.

Fonte: Maps of World, 2013. Disponível em: <https://www.mapsofworld.com/angola/angola-political-map.html>. Acesso em 14 Nov. 2019.

Como a delimitação dessa pesquisa está circunscrita à província da Huíla, trazemos alguns dados específicos sobre ela a partir de diálogo com os escritos de Tchamba e Camongua (2019, p. 5) sobre sua localização geográfica no território angolano e sua composição étnica. Lemos em seu texto que:

A província da Huíla localiza-se a Sudoeste de Angola, possui 14 municípios e uma população estimada em 2.497.422 milhões de habitantes. A província é limitada pelas províncias do Namibe e de Benguela a Oeste, Cunene a Sul, Benguela e Huambo a Norte, e por último as províncias do Bié e Cuando-Cubango a Este. A população é multicultural, constituída por vários grupos étnicos, onde se destacam os Nyaneca-Nkhumbi, Ovimbundu, Ngangela e Herero. Este último grupo etnolinguístico habita essencialmente a região que corresponde ao município dos Gambos. Já os Nyanecas, grupo composto por vários subgrupos, originalmente ocupam os territórios dos municípios do Lubango, Humpata, Chibia, Gambos, Quipungo, Cacula e Quilengues, essencialmente, já os ovimbundu habitam os municípios de Caconda e Caluquembe e por último os Nganguelas ocupam os municípios da Jamba, Cuvango e Chipindo, porém actualmente devido a vários factores, como a guerra por exemplo, estes grupos étnicos encontram-se bastante mixigenados e estabeleceram os seus assentamentos em praticamente todos os municípios o que provocou o cruzamento das diferentes culturas.

A população angolana, pela indicação do censo demográfico de 2014, era estimada em 24,3 milhões de habitantes, dos quais 62% dessa população vive na área urbana e apenas 38% vive nas zonas rurais. A maior concentração populacional vive em Luanda, a capital, que conta com 6,5 milhões de habitantes equivalendo a 27% do total de angolanos (KEBANGUILAKO, 2016). É uma população multiétnica composta por vários grupos distribuídos em Ovimbundus (32%), Ambundus (20%), Bakongos (11%), Tchokwes (9%). Ainda segundo o autor, os restantes 28% da

população é formado por povos de origem Bantu como os Nyaneca, Ngangela, Ovambo, Herero e os não Bantu os Vâtwa, Khoisan e povos de origem europeia. Segundo Filipe Zau, em Angola, no ano de 1960, mais de 2, em cada 3 indivíduos brancos, não havia ali nascido. Antes do êxodo de 1975, as raízes de mais de 70% dos brancos que se encontravam em Angola, não remontavam além de uma geração (ZAU, 2009).

Foi colonizada por Portugal até 1975 quando, então, tornou-se independente. Em decorrência da colonização o português é a língua de ensino e de comunicação, porém fala-se também as línguas, Kimbundu, Kikongo, Tchokwé, Nganguela e Umbundu. Além dessas ainda são faladas as línguas Fiote, Nganguela Kwanhama e Nhaneka-Humbe (QUINTAS; BRÁS; GONÇALVES, 2019; NGULUVE, 2006).

Em Angola o subsolo é rico em minerais. Sendo relevantes a produção de “petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, manganês, ouro, rochas ornamentais, cobre, quartzo, gesso, mármore, granito negro, berílio, zinco, etc.” (NGULUVE, 2006, p.30). Em 2015 Angola produzia 1,77 milhões de barris diários. O petróleo representa 95% das exportações e 70% das receitas fiscais do país (KEBANGUILAKO, 2016). A indústria petrolífera emprega cerca de 10.000 nativos o que é pouco diante da necessidade de geração de empregos. Estes, em sua ampla maioria, são destinados a estrangeiros com maior capacitação tecnológica (MUACHIA, 2016).

Embora apresente grande quantidade de riquezas minerais sendo exploradas “o Índice do Desenvolvimento Humano – IDH, segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD de 2013, é fixado em 0,526. Angola apresenta uma “expectativa de vida de 51,87 anos, uma taxa de mortalidade de 13,89% e um rendimento per capita de 4,0 Euros. O que coloca o país na posição 149 no ranking mundial”. Portanto, “grande parte da população [está] colocada abaixo da linha da pobreza, devido a desequilibrada distribuição da renda nacional” (KEBANGUILAKO, 2016, p. 124).

Muitos dos problemas vividos pela população angolana são decorrentes de duas guerras dentro de seu território que, juntas, somam quase 30 anos de lutas, confrontos, mortes, violações, saques e destino de boa parte das receitas para a compra de armamentos e manutenção das tropas. A primeira delas foi a Guerra de Independência contra os portugueses com duração de 1961 até 1975. Devido ao desentendimento dos três movimentos de libertação e assim “[n]as vésperas da independência, o MPLA, a UNITA e a FNLA detinham o controlo exclusivo de regiões específicas de Angola” (PEARCE, 2017, p. 79) – que viria a dar início à guerra civil angolana que se estendeu de 1975 até 2002.

Inicialmente, era um conflito interno, depois tomou dimensões internacionais no contexto da Guerra Fria capitaneada de um lado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e de outro pelos Estados Unidos da América – EUA. Neste contexto, o MPLA passou a contar com apoio de países alinhados ao bloco socialista soviético e a UNITA foi apoiada pelo bloco capitalista liderado pelos EUA. Além dos líderes de cada bloco envolveram-se diretamente no conflito a República da África do Sul ao lado da UNITA e Cuba do lado do MPLA.

No contexto de colonização (1482-1975) e posterior as guerras, houve inúmeras situações delicadas que envolveram a educação: desde o fraco acesso ao estudo formal pelos nativos na era colonial, à destruição dos modos tradicionais próprios de educação dado o processo de Assimilação apoiado pelo Acto Colonial de 1933, ou, na pós-independência, às escolas organizadas com aulas acontecendo debaixo de árvores com as crianças e jovens sentados no chão ou em bancos de pedras.

Aspecto a ser considerado ao abordarmos historicamente a educação em Angola é que, em diferentes momentos, se fez e se faz a cópia de modelos educacionais e culturais de outros países – um exemplo típico de colonialidade de saberes – sem ou pouco considerar as particularidades e a “grande diversidade cultural de um país multiétnico, multilinguístico e multiracial” (KEBANGUILAKO, 2016, p. 95).

As condições acima descritas se evidenciam com maior intensidade nas escolas localizadas no meio rural angolano no qual as desigualdades sociais são explicitamente gritantes. Devido às precárias condições “as populações do campo, sobretudo as mais jovens, abandonam a escola, deslocando-se para as cidades, correndo atrás de “empregos” precários e expondo a sua vida ao risco” (MUACHIA, 2016, p. 31). A falta de incentivos educativos, tanto para alunos quanto para professores é premente e, dessa forma, as escolas rurais compõem

uma rede escolar deficitária; famílias extremamente pobres; confronto entre o ensino formal e o informal, ou simplesmente, as tradições culturais que em muitos casos impedem as raparigas de participarem nas aulas, sobretudo quando chega o momento da realização dos ritos de iniciação ou de passagem; a isto associa-se o casamento e a maternidade que conduzem ao abandono precoce da escola. (MUACHIA, 2016, p.28)

Outro agravante nas condições educativas, especialmente nas escolas rurais, quando o estudante chega a escola “com o domínio de outra língua que não é a portuguesa, que é considerada a língua de escolarização nacional. Os conhecimentos e os valores socioculturais da língua do aluno nem sempre são do domínio do professor” (KEBANGUILAKO, 2016, p. 28).

A formação de professores durante o período colonial e os primeiros tempos após a independência ocorreu basicamente em nível médio denominados cursos Normal ou Magistério. Sendo que, as habilitações em áreas específicas ocorriam obrigatoriamente fora da colônia. Somente na década de 1980 o estado angolano passou a se preocupar oficialmente com a qualificação dos profissionais da educação ao criar os Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED).

O primeiro ISCED foi criado em Lubango, capital da província da Huíla, em 1980, nas instalações daquilo que foi, no tempo colonial, a Faculdade de Letras dos Estudos Gerais Universitários de Angola. Na sequência, foram criadas unidades em províncias como Luanda, Huambo, Benguela, Sumbe, Uíge e

Cabinda. Os institutos são as únicas instituições superiores de formação de professores em nível de graduação e, mais recentemente, em nível de pós-graduação para “atuar no ensino médio geral, de formação de professores e no ensino médio técnico profissional” (KEBANGUILAKO, 2016, p. 85).

Diálogos escola-comunidade

Na perspectiva benjaminiana, as narrativas, que são formas de dizer de nossas experiências, podem ser expressas por mônadas, “que são centelhas de sentido que tornam as narrativas mais do que comunicáveis: tornam-se experienciáveis” (ROSA et al., 2011, p. 203). Na definição de Benjamin,

em cada mônada, estão indistintamente presente todas as demais. A ideia é mônada, nela reside, preestabelecida, a representação dos fenômenos, como sua interpretação objetiva. [...] a idéia é mônada, isto significa, em suma, que cada idéia contém a imagem do mundo. A representação da idéia impõe como tarefa, portanto, nada menos que a descrição dessa imagem abreviada do mundo. (2007, p. 69).

Portanto, a mônada capta a totalidade na singularidade, ou seja, na construção de mônadas como aporte metodológico com base na rememoração dos estudantes indígenas, nos detalhes mais miúdos das narrativas, há a chance de recuperar o universal, de escovar a história a contrapelo e superar a história linear e colonial, na medida em que “a mônada pode revelar o caráter singular da experiência educativa realizada, sem perder de vista suas articulações com o universo amplo da cultura em que ela está imersa e com o olhar subjetivo do pesquisador” (ROSA et al., p. 205).

Alargando as possibilidades para o entendimento do que é uma mônada, a historiadora Cyntia Simioni França (2015) diz que: “a mônada é concebida como a cristalização das tensões nas quais se inscrevem práticas socioculturais, plurais, contraditórias” (2015, p. 105), e que “a mônada é um

fragmento que salta do desenrolar do tempo linear” (p. 106); assim tem-se as imagens monadológicas em narrativas, rememoradas/contadas num tempo não linear da narração como veremos nas narrativas de professorxs a seguir.

Ao ler as mônadas, mais precisamente na “Infância em Berlim”, observa-se que “Nessas pequenas narrativas que remetem à infância de Benjamin, é possível vislumbrar a articulação entre o vivido individual do autor e as esferas sociais mais amplas, valorizando as experiências do passado infantil e ressignificando-as a partir do olhar adulto. (SANTANA, 2017, p. 27).

Na possibilidade de articulação do que é vivido (individual) de quem narra com o contexto social, na qual a mônada é terreno fértil, para a construção de substanciais significados coletivos e particulares do narrado (GALZERANI, 2013).

Apresentamos na sequência algumas narrativas dxs professorxs sobre as relações com as comunidades nas quais trabalham ou trabalharam.

Não dá, para dar aula no mato, então meu filho, vamos inventar

Assim com os pais nem tanto, o saber deles. Mais com as crianças, a gente falava algum assunto, diz “olha, vamos falar...” dava uma aula minha, com os manuais meus e o livro. [...] E os miúdos, eu dava aula e os miúdos diziam “ô professora, eu trouxe isto”. Não dá, para dar aula no mato, então, meu filho, vamos inventar. Palha de milho, que é o que eles produzem, traziam seca, palha não... o tronco, a cana. Descascadinho e eles tiravam aquela parte de fora traziam direitinho. Tudo o que era para fazerem coisas, cadeiras, cadeirinhas, gaiolas, tudo. Eu dizia “nós vamos fazer mobília pequena”. O inspetor quando ia lá... aqui no Toco, “ô dona Fernanda, deixa eu levar para aos colegas de Lubango, para verem as coisas, tirem a ideia”. Eu lhe dizia [aos alunos] “tu levas poucos. Tu fazes cadeira, tu a cadeira”. “Não, eu faço a mesa”, “pronto, tu fazes a mesa. Mas tu tens que ver, o que faz a cadeira tem que dar para entrar na mesa”. Barcos, canga, carrinhos, tudo eles que faziam, os miúdos com material local. Eu não ia para o mato buscar canas, nem palhas. Isso eles que traziam, “professora, isto vai dar para fazer carros, carrinhos,

caminhõezinhos”, eu disse “vai, vai dar. Isso vai, vocês vão me ensinar”. A professora só diz, “Ali está torto, não é? Depois olha a cadeira, olha a mesa”, e faziam. Por exemplo, noutra área, na Matemática [...] Eles faziam casinhas de contar a palha de milho, contavam pauzinhos, paus, mas tudo com uma perfeição, as dezenas, esta é a casa das unidades. Depois outra casa, aqui dez, diziam uma dezena já, uma dezena, pois é então casa das dezenas, tem casa das dezenas. Depois casa das centenas, casa dos milhares. Eles faziam as casinhas pequeninas e os pauzinhos todos lá dentro. A criança sendo orientada, conduzida, tem mais ideias do que nós. (Fernanda, 2019)

O tabu funciona muito!

Na verdade, tem sido um bocadinho complicado, porque as comunidades eles... as pessoas das nossas comunidades, é difícil lidar com eles. É preciso trazermos aqueles fatos rurais para... vou dar um exemplo, os nossos alunos têm aquela mentalidade de que não devem tomar banho, vêm sujos à escola. Então, precisa mesmo sensibilizar os nossos encarregados que devem mesmo tomar banho, pois até esses dias estamos a receber estagiários que não conseguem ficar na sala de aula por causa do mau odor, estava um mau cheiro porque as crianças vinham sujas. Então, como entrar na mente dos nossos encarregados? A questão da cultura, é preciso falarmos mesmo com precisão, é preciso, quer dizer, sensibilizarmos aos encarregados que devem preparar-se para o futuro da escola, porque senão não se faz o trabalho, porque senão o professor não consegue ficar dentro da sala, sobretudo, nas salas fechadas. [...] O tabu funciona muito. Só para ver que aqui no município da Humpata, os habitantes deste município a maior parte falam a língua nyaneka e é característico deste povo andar sujo, para eles é normal. [...] Quer dizer, é um bocadinho caricato, é um bocadinho, quer dizer, por questão que sabe mesmo que isso não faz parte da minha cultura. Para eles aquilo faz parte da sua cultura né, faz parte da sua cultura. Na verdade, essa situação é difícil. É difícil! (Alcina, 2019)

O professor chegou, o professor chegou, vem vindo professor, vem vindo professor!

Agradecemos muito a relação entre a comunidade e professores. [...] Eles com o soba, o soba lá é mesmo o que representa um papel muito importante, porque todo problema que acontece, o soba toma nota. Tudo que está a decorrer ele toma nota, até inclusive o soba tem a autoridade de marcar faltas a um professor. Tanto que o professor é controlado pelo Ministério da Educação, mas lá o soba tem essa autoridade. O soba, ele sabe mesmo. O professor chegou, o professor fulano esta semana trabalhou, esta semana não trabalhou, então ele pode ir informar lá. Na delegação provincial, porque eu sei que eles têm lá o soba como o cabeça mesmo, elemento principal. E aí então, quanto a relação comunidade e professores por intermédio do soba não há problemas, não há problemas graves. Porque eles já sensibilizam o povo. É, eles dizem mesmo: eles são professores e a maior parte deles não ficam aqui, ficam distante. Então, quando eles vêm aqui, vêm para trabalhar. Vocês devem respeitar! Ponto número um. Devem respeitar os professores. E depois visto que eles são estrangeiros, de lá onde estão a sair a aqui, até adaptar-se a nossa cultura não é fácil. Então, quanto a tradição convém mesmo: não imponham a tradição! Não imponham. Porque senão isso vai afugentar eles e nós não queremos que nossos filhos voltem a ser camponeses, voltam a ser pastores, não queremos. Nós queremos que nossos filhos venham a evoluir, que não tenham mais a vida que nós temos. E aí, então, quanto a relação, graças a Deus, foi uma relação amigável, acima de tudo, e lá eles por acaso o respeito é que é mesmo a base de tudo. [...] O professor quando chega, o que mais me impressionava, é cinco quilômetros antes do local de serviço, eles ali já tinham a informação que o professor chegou e já começavam a lhe dar as boas-vindas a partir da paragem. Professor! [...] Já. Já sabiam. E eles têm, eu não sei como é que eles passam a informação lá. É, o professor chegou, passam e veem a cara nova que chegou. O professor chegou, o professor chegou, vem vindo professor, vem vindo professor! E há outros, você vê que

alguns até chegam com ovos, oferecem a você, mesmo. [...] E lá mesmo a direção da escola organizava, muitas atividades, sobretudo, em dias de feriados para eles poderem ter também pelo cultural. Aquilo é mesmo para o bem de todos, é para o bem de todos. Eles passavam da cultura, daquilo que é a cultura deles e nós também da nossa, e foram ganhando experiência. Eles aparecem, por acaso, era só convocar. Não tinham problemas disso, os encarregados, os alunos apareciam mesmo. (A.M.I, 2019)

Na escola é a obrigação do professor saber respeitar essas questões

Nas zonas rurais é muito importante o professor respeitar os rituais culturais. Senão é bloqueado logo. Porque nós temos aqui acima do professor está o soba. O soba é a autoridade indígena, que manda e muitas vezes tem até o poder de retirar o aluno da sala. Ele entra e tira, porque aqui está muito ligado o soba ao detentor do feitiço, do saber místico, do último a dar a palavra na comunidade. Então, até para erguer salas de aula, por exemplo, muitas vezes é preciso a autorização do soba. Então temos isso, por exemplo, é comum as aulas começaram ontem, né. Ontem, dia 26. Mas para a escola rurais não, porque as festas da cidade do Lubango, culminam mais ou menos com o fim, essa época de agosto, é por quase todas as comunidades, seja da Cacula, Caluquembe, etc, fazem o Efiko. Então, enquanto dura aquela festa que é quase trinta dias, os alunos não vão para à escola. Tem o Efiko, com as meninas, e o Ekwendje para os rapazes. O Ekwendje o ápice é a circuncisão. Então, é a festa. Eles aproveitam o tempo de frio, que nós falamos aqui o cacimbo, e fazem o Ekwendje e nessa época altera, por exemplo, nas comunidades há saída de palhaços [tchinganji's]. Não é aquele palhaço é que o Brasil está habituado, de chapéu e nariz vermelho. Não. Nossos palhaços aqui são pessoas vestidas de sisais, com danças. Por ali então a comunidade nessa altura, eles vão à Cacula a passagem, as pessoas dão dinheiro, a festa. Não se encontra nenhum aluno na sala de aula. Então, temos que respeitar esse espaço e, a escola, na escola é a

obrigação do professor saber respeitar essas questões. Não só as festas, os casamentos tradicionais também, nós falamos aqui o pedido em umbuntu não sei qual é o termo que possam se utilizar nas festas, mas nós falamos para as comunidades rurais. Até aqui, não só, não só rural. Pra aqui, pra Angola, o casamento civil religioso... Mas, se não fazeres o casamento, por exemplo, tradicional, o chamado pedido ou alambamento, podes estar casada na lei e no religioso, mas na sociedade é solteira. Então, levam muito isso em conta. E para muito, depois do Efiko, há uma sucessão de casamentos e tem que tentar até digerir o calendário escolar a isso, porque as crianças não aparecem. Os rapazes para a idade do Ekwendje, dos sete aos quatorze, dos sete aos quatorze anos, aqui é quase obrigatório, ao entrar na adolescência o rapaz deve logo ser circuncidado. Agora o Efiko, nas mulheres esse simboliza mais a fase adulta. O governo já colocou, há um bom tempo atrás eram os onze, doze anos. Então, vinha as questões da... como posso dizer? Se fosse nos termos da lei seria pedofilia. Mas, para aqui em questões costumeiras o casamento é algo muito precoce. Doze e treze anos, a menina já está casada. E temos um problema cultural. Normalmente os parceiros, não são adolescentes. São mais velhos, são adultos. Vamos imaginar, uma menina fez nesse momento, termina a festa dela do Efiko com quatorze e a idade do parceiro de quarenta. De quarenta anos. A obrigação de ter que ir virgem, essas questões assim. Então, nós temos um número excessivo de gravidez precoce nas zonas rurais, por causa disso. O governo tenta fechar seus olhos por questões culturais, mas eles intensificaram o índice de gravidez precoce, casamentos e abandono escolar. E, por exemplo, numa sala, apesar de a população feminina ser maior – mas vamos imaginar uma sala do segundo ciclo – os setenta por cento dos que terminam a escola são os homens. [...] Aos seus estudos, de casada e trabalhar. Porque boa parte dos meninos e meninas já trabalham. O trabalho infantil começa logo dos cinco aos seis anos. São crianças de seis anos que tem que separar o milho do sabugo, o feijão

da vagem, etc, pastar. É, levar o gado. Aqui o pastar é... Sim. É levar o gado e aqui o gado é uma questão cultural. [...] A população nem sequer conhecem dinheiro, a população não conhece dinheiro. Nessas localidades acontece muito. Na Nangolo, onde eu trabalhei no Instituto, são... Não há via de acessos motorizadas. E nem todo mundo tem condição. Então, não há bancos. Então, as pessoas não utilizam dinheiro. Então, fazem a pergunta. É perguntação de pergunta, é trocar. Então o que tu que vais fazer se queres, eu sou professora e lá, por exemplo, os produtos agrícolas são muito acessíveis. Por exemplo, a alimentação aqui é uma coisa cara, e lá você consegue comprar feijão, milho, comprar produtos, verduras à preços baixos e eles não trocam por dinheiro. Então, na verdade a moeda de troca é bens alimentares, roupa, sapato, bacia, utensílios de cozinha, sabão, óleo, creme. (Abdelasisa, 2019)

Se tivesse mau tempo os meninos não iam para casa

Ia visitar os pais, “olha, sábado, vamos à casa do José”, “professora, é lá no meio do mato!”, “vamos todos, vamos nos juntar todos, vamos”. Eu ia no meio dos miúdos, ia, depois vinham acompanhar para a escola. Então, os pais sabiam que eu dizia sempre a avisá-los, que se tivesse mau tempo os meninos não iam para casa, eu não deixava ir. Estendia umas mantas lá no chão, na sala de aulas, os rapazes, os comerciantes portugueses emprestavam cobertores aos miúdos que ficavam ali. E as meninas ficavam num quarto da minha casinha, da minha residência, também pus lá uma cama, mantas, ficavam ali comigo as meninas. De manhã, o contínuo acordava os comerciantes, chamavam “olha, vem buscar pão. Tem chá, esse chá de capim”, o chá príncipe, nome português, fazia já na minha cozinha, fazia uma panela de chá, o pãozinho, e dava a matar o lanche aos miúdos. E tinham as canecas da cantina, que ficavam lá na escola arrumadinhas. E os pais só diziam “não, a gente fica descansados, a professora com mau tempo não deixa eles vierem pela mata”. Eu não deixava, isso é uma maravilha, não? Era amizade. A gente dedicava-se, era amor. [...] Olha, no Alto São João

eram bem uns vinte e tal, trinta, as quatro classes, primeira, segunda, terceira e quarta. E aqui no Toco era assim uns quarenta e tal. (Fernanda, 2019)

Essas meninas as duas trabalhando, por que não estão na escola?

A diferença daqui esses alunos daqui já estão evoluídos, esses pelo menos alguns falam mumuila, mas esses falavam mais a língua portuguesa. E agora já aqueles alunos, tem alunos meus que não sabem falar a língua portuguesa. Tipo, por exemplo, eu vou dar uma aula de Matemática, tipo vou... um mais um. Se calhar, esses alunos daqui da terceira eu posso falar um mais um, eles podem falar que é dois. E agora já aqueles alunos onde eu trabalhava para saberem que é dois eu tinha que falar. Quando senão é mais, eu posso falar que é... que quer dizer eu vou aumentar. Quando o sinal é o menos, significa que quando é menos tem que tirar. Eu vou pegar o um mais um, vou juntar e vai ser dois, assim, já aí os alunos te percebem. Agora quando é língua portuguesa, a pessoa tem que arranjar mesmo aquela maneira de falar tipo assim, explicar, se estou a dar aula e, mas como posso dizer, estou a falar... da bata, a bata da Bina é? Limpa. Tem que falar, por exemplo, não sei, mas posso dizer tipo de higiene. [...] tem dias, quando o meu salário caí, ai meu Deus, tenho que comprar cadernos para os alunos, lápis para os alunos, porque você às vez em quando, você encontra um aluno, encontra ele no caminho, não vais por que à escola? Ele diz, professora não tenho caderno. Eu lhe falo, amanhã apareça, a professora vai te levar um caderno. Eu encontrei duas meninas. Eu disse, essas meninas as duas trabalhando, por que não estão na escola? O pai disse que não podiam ir à escola porque tinham de controlar uma ação dos passarinhos, vão devorar, vão comer. Não, eu disse. Mas, falamos se as meninas não aparecerem na escola, nós vamos na polícia. Ele depois disse, não, eu não tenho condições. Nos falamos na entrada, na entrada aquelas crianças, quando chegar na escola nós vamos comprar caderno pra elas. Agora você encontra aquelas meninas são excelentes alunas, chega até dar gosto! (Luiza, 2019)

Preocupação de ver como são as comunidades locais

Essa questão dos saberes locais começa a ter maior fundamento nos anos noventa e nos anos noventa já porque tinha acabado... tinha entrado no multipartidarismo, e então aí isso começa a se discutir com muito mais... com mais ideias. Embora, no tempo colonial o Padre Carlos *Estermann* tivesse feito aqui um estudo sobre as comunidades locais, tivesse alguma, essa preocupação de ver como são as comunidades locais, como se valorizasse isso. Hoje se fores ao museu da Huíla, encontras muito trabalho e alguma informação sobre essas comunidades. Havia também alguma informação, mas não era tanto nesse sentido, dessa valorização, nesta perspectiva de enriquecer também as próprias, de provocar o desenvolvimento. Então, nessa altura, agora mais há essa preocupação, porque? Por causa do êxodo rural. Naquela altura, não havia tanto êxodo rural, antes não havia guerra. Mas depois da guerra, com êxodo rural, com a preocupação do desenvolvimento das próprias comunidades. Começa a haver essa questão mais dos saberes locais, mais das preocupações do que é, do que é local. [...] Enfim, e que tem a ver também com a identidade das próprias pessoas. Por isso, é que nos anos noventa se começa a aquela questão da cultura, aquela saudação de mais Angola, mais cultura. [...] Foi mesmo um investimento muito grande que a ADRA fez. Havia muito trabalho para fazer. Por exemplo, nós tínhamos um grupo de jovens, tínhamos um grupo que já falava um pouco português, tínhamos um grupo de costureiras, tínhamos conseguido trazer uma máquina industrial e essas costureiras faziam batas, faziam algumas coisas, um grupo de sapateiros. Depois trouxemos um especialista também sobre microcrédito. Então, havia um trabalho muito grande e profundo nessa área, mas também havia um grande investimento. E depois fazia aquilo que a gente chamava de encontros ADRA, que era todas as províncias onde a ADRA intervia se juntavam para falar das experiências e vinha sempre

alguém que ajudava nessa discussão, e a ajudarmos a pensar o futuro. Foi aí também onde eu aprendi a fazer plano estratégico para ser alguém para nos ajudar a pensar na ADRA no futuro. Então, veio um grande investimento nesse sentido. E aí havia mesmo essa preocupação de como é que devíamos ir na comunidade, devíamos passar esse conhecimento também para a comunidade. (Maria João, 2019).

Como os leitores puderam perceber, nas narrativas o sujeito/s narradores se colocam de forma inteira. Ao pesquisador não cabe o papel de seu interprete e sim daquele que apresenta as provocações, os objetos, as perguntas, a interlocução que detonam os gatilhos para o início do processo de rememoração, i.é, construir narrativas do passado vivido a partir das questões do tempo presente. Cada narrativa transformada em mônada já é preenhe de significados em si. Portanto, não precisa dar margem a análises e interpretações do pesquisador. A mônada como totalidade tem voz própria, não carece ser (re) narrada.

Considerações finais

De modo geral, a pesquisa possibilitou o conhecimento de um país que ora se aproxima do Brasil e ora se distancia em muitos aspectos. As diferenças e semelhanças são em muitos campos, porem fiquemos no campo da educação, objeto central da pesquisa. Percebemos semelhanças na estrutura das escolas, na organização do sistema de ensino, nas relações entre comunidades e escolas, na formação dos professores, no descaso dos governantes para com a educação, das dificuldades enfrentadas pelos professores ao desenvolver seu trabalho. Quanto às diferenças, estas se manifestaram na organização das turmas com um número geralmente elevado de alunos; a quantidade de professores que não possuem formação em cursos de formação de professores; os professores de anos iniciais conduzem uma mesma turma até o sexto ano (a monodocência); o contrato de trabalho dos professores na rede pública é de 20 horas semanais; há grande centralização

do Ministério da Educação quanto aos conteúdos a serem ensinados; as precárias condições físicas de muitas escolas e salas de aula inexistentes. A grande diferença percebida está na valorização dos professores em muitas comunidades, onde eles ainda são considerados uma autoridade e mantêm uma respeitabilidade dado o seu trabalho.

Aprofundamos conhecimentos sobre memórias, experiências, estudos da história e cultura local em relação direta com as memórias e experiências vividas pelos professores e professoras com os quais tivemos contato direto.

Dialogamos com o mundo da escola angolana o que contribuirá para construção de outros diálogos, esperamos que de forma relacional e menos hierárquica, entre escolas e universidades.

Compreendemos e conhecemos experiências dos professores de escolas da província de Huíla, no tocante a diferentes trabalhos com culturas locais o que certamente nos subsidiará e alimentará atividades de ensino e extensão relativos às temáticas da pesquisa.

As narrativas e as visitas às escolas nos possibilitaram conhecer: as condições das escolas quanto às suas estruturas físicas, quando existem salas e quando estas são inexistentes; as improvisações que cada professor se obriga fazer para realizar seu trabalho; o envolvimento de comunidades na doação de materiais e construção das escolas; o trabalho voluntário de algumas pessoas que, após sua jornada de trabalho, assumiram a tarefa de ensinar onde não havia professores; a fabricações de materiais didáticos para suprir a falta deles nas escolas.

As narrativas aqui apresentadas de forma monadológica evidenciam, muitas vezes, as dificuldades com com a língua portuguesa que os próprios professores têm.

As narrativas elencadas acima nos atentam para: a) a relação entre objetos locais e seu uso para provocar mudanças em hábitos culturais como hábitos de higiene, especialmente o banho; b) as relações entre professores/escola e os poderes locais na figura dos sobas, manifesto no controle da frequência dos professores e da retirada de estudantes das salas de aula; c) o cuidado com as

crianças (miudos) não deixando voltarem para casa em dias de muita chuva; d) necessidade de adequar o calendário escolar as festividades e rituais de cada comunidade como forma de respeito e diálogo pelas diferenças culturais; e) as dificuldades na compreensão da língua portuguesa pelos estudantes e das línguas locais pelos estudantes gerando necessidade de alunos intérpretes/tradutores do que os professores falam para os estudantes e do que os estudantes falam para os professores; f) a maior valorização do trabalho em detrimento da escola pelos familiares dos estudantes e g) envolvimento em trabalhos com as comunidades no sentido de estruturação delas num dado modelo de desenvolvimento pensado pelo estado angolano e entidades não governamentais.

Embora não evidenciado diretamente aqui, destacamos que os professores são muito orgulhosos de seu trabalho e ressaltam a importância daquilo que realizam para construir os jovens ao narrarem muitos casos de jovens que se construíram profissionais e que continuaram estudando, apesar de todas as condições se mostrarem adversas. Ou seja, apesar de todas as adversidades as pessoas procuram a escola e lá aprendem.

Além dos pontos indicados aqui, esperamos que façam outras leituras das narrativas de memórias e experiências de como estes professores se fizeram e se fazem educadores e, assim os leitores poderão construir suas próprias conclusões.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte. Ed. Da UFMG/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

CHIPALAVELA, Maria João Francisco. **Entrevista concedida a Elison Antonio Paim**. Lubango, Angola, 23 Dez. 2019.

COLE, Luísa Bendi da Silva. **Entrevista concedida a Elison Antonio Paim**. Chibia, Angola, 1 Out. 2019.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O canto da Odisseia e as narrativas docentes: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico-**

- educacional**. 2015. 346f. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP/FE, Campinas, 2015.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos. Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistências Y educación*, Buenos Aires-Argentina, v. 1, p. 53, 2013.
- KEBANGUILAKO, Dinis. **A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república: 1975-1992**. 2016. 325f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S., GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Colombia: Siglo del Hombre Editores, p. 127-167, 2007. Disponível em: <http://ww.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf> Acesso em 04 Jun. 2020.
- MENESES, Maria Paula. *Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra – Portugal: Almedina, 2009, p. 177-214.
- MIRANDA, Maria Fernanda Pinto de. **Entrevista concedida a Elison Antonio Paim**. Lubango, Angola, 12 Dez. 2019.
- MORAIS, Ana da Conceição. **Entrevista concedida a Elison Antonio Paim**. Lubango, Angola, 19 Set. 2019.
- MOYO, Abdelaziza Inocência. **Entrevista concedida a Elison Antonio Paim**. Lubango, Angola, 27 Ago. 2019.
- MUACHIA, Matias Tchimuco. **A Escola numa Angola em contexto de mudança – as línguas nativas no âmbito educacional**. 2016. 228f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Minho, Minho-Portugal, 2016.
- NDARAPA, Alcina Odete. **Entrevista concedida a Elison Antonio Paim**. Humpata, Angola, 30 Set. 2019.
- NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana (1976-2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas**. 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PEARCE, Justin. **A guerra civil em Angola: 1975-2002 – 1ªED**, Lisboa: Tinta da China Edições, 2017.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra – Portugal: Almedina, 2009, p. 74-117.
- QUINTAS, Joana; BRÁS, José Gregório Viegas; GONÇALVES, Maria Neves; *A Formação de Professores em Angola: reflexões pós-coloniais*. **Revista Transversos**. n. 15, p. 31-46, Abr. 2019, DOI:10.12957/transversos.2019.41841.
- ROSA, Maria Inês Petrucci. *Currículo e narrativa: potencialidades das mônadas para uma outra compreensão dos acontecimentos educativos*. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 198-217, Jan/Jun 2011.
- SANTANA, Tatiana Oliveira. **Narrativas Femininas Guajajara e Akratikatêjê no ensino superior**. 2017. 196f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra – Portugal: Almedina, 2009, p. 23-71.

SOUZA, Jessé de. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TCHAMBA, José João; CAMONGUA, José; As plantas – usos e costumes dos povos da província da Huíla, um estudo exploratório com securidaca longipedunculata e uapaca kirkiana. **Revista Transversos**. n. 15, p. 417 – 432, Abr. 2019, DOI:10.12957/transversos.2019.41864.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político –epistémicas de refundar el Estado. **Tábula Rasa**. Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 131-152, Jul-Dez. 2008.

ZAU, Fillipe. **Educação em Angola: Novos Trilhos Para o Desenvolvimento**. Luanda: Movilivros, 2009.

O Homem Novo nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa pré-independência

The New Man in the Pre-Independence Lusophone African Literature

Solange Evangelista Luís*

Palavras-chave:
Homem Novo
Literaturas Africanas
em Língua Portuguesa
Guerrilheiro

Resumo: Este ensaio irá analisar as características basilares do conceito de Homem Novo, desde o surgimento do Homem Soviético, até à década de 60 e perceber como estas particularidades são utilizadas na Poesia de Combate das literaturas africanas em língua portuguesa, no contexto da luta armada de libertação. Para o efeito foi selecionada a primeira antologia dedicada à Poesia de Combate, publicada no mundo lusófono, a antologia do angolano Mário de Andrade *Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado*. Embora a designação ‘Homem Novo’ nunca tenha sido utilizada por Andrade no prefácio por ele escrito para esta antologia, a análise temática e ideológica, assim como o tratamento poético dado ao guerrilheiro indicam que foi criado para ser o Homem Novo da revolução dos países africanos de língua portuguesa.

Keywords:
New Man
Lusophone African Literature
Guerrilla fighter

Abstract: This essay will explore the basic characteristics of the New Man concept, from its emergence as the *Soviet Man* to its use in the 60s, while understanding how these features are assimilated into Combat Poetry of African literature written in Portuguese, in the context of the armed struggle for liberation. The work of the Angolan anthologist Mário de Andrade, *Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado*, the first dedicated to Combat Poetry published in the lusophone world, will be discussed in this essay. Although the designation ‘New Man’ is never used by Andrade in the preface written for his anthology, a closer thematic and ideological analysis, as well as the observance of the poetic treatment given to the guerrilla fighter in this poetry, indicate that he is conceived to be the New Man of the Portuguese-speaking African revolution.

Recebido em 14 de maio de 2020. Aprovado em 27 de outubro de 2020.

*Por toda a parte, entre a morte e a vida,
no derramar belo do vermelho sangue
ela se alastrava, viva, majestosa,
esta chama quão formosa como o amor,
quão bela como o desejo,
dominando o gesto, o olhar e a vida.*
Kwame Kondé
“Revolução”¹

Este ensaio pretende compreender como o conceito de Homem Novo é utilizado nos 97 poemas reunidos na *Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado*, organizada pelo angolano

Mário Pinto de Andrade e primeiro publicada em 1979. Serão observadas as temáticas dos poemas desta coletânea, assim como o tratamento dado à figura do guerrilheiro que luta pela independência das então colônias portuguesas em África, a fim de perceber como são dadas as vestes de Homem Novo da revolução libertária das nações africanas de língua portuguesa a este guerrilheiro africano.

Segundo Yinghong Cheng, no seu livro *Creating the “New Man”: from Enlightenment Ideals to Socialist Realities*, o conceito de Homem Novo

* Professora permanente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Ensino da Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Huíla, em Lubango, Angola; professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Ensino da História de África (Departamento de Ciências Sociais do ISCED-Huíla). Doutora pela Universidade de Coimbra, Portugal, em Literaturas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Mestre pela Universidade de York, Toronto, em Teoria Pós-Colonial. E-mail: luisolange@hotmail.com.

surge na Rússia, por volta de 1860, com a criação do Homem Soviético: moral e psicologicamente superior. O Homem Soviético foi o primeiro Homem Novo na história da humanidade, um “modelo humano alternativo”² (CHENG, 2009, p. 3) que foi sofrendo alterações ao longo da sua existência ideológica. Segundo Cheng, o conceito de Homem Novo é embasado e inspirado nas ideias Iluministas que depreendem a natureza humana como o resultado do ambiente que a envolve, altera e molda. Nesta senda de ideias, o conceito de Homem Novo tem como objetivo transformar a identidade e construir o carácter (CHENG, 2009, p. 190).

O regime soviético foi o primeiro governo a tentar implementar a engenharia social numa escala nacional, com embasamento nas experiências de Pavlov na área da psicologia do comportamento sobre o condicionamento e o reflexo condicionado. O objetivo primordial soviético era a formação ideológica que, pensavam, levaria o indivíduo a dedicar-se à ação política.

Mais tarde este conceito é apropriado pela China e por Cuba, casos discutidos com profundidade por Cheng, assim como por países recém-descolonizados que procuravam, entre outros desígnios, construir uma nova identidade nacional e criar um sentimento de pertença à nova comunidade que se ergue (CHENG, 2009, p. 208). O conceito é assim adaptado às necessidades de cada contexto onde é implementado, desenvolvendo traços inerentes às circunstâncias ideológicas e socioeconómicas particulares a estes espaços, enquanto mantêm características políticas e comportamentais basilares, que se tornam transversais a estes diferentes contextos (CHENG, 2009, p. 220). Assim sendo, a título exemplar, tanto o Homem Novo soviético como o chinês e o cubano, apesar das suas especificidades, apresentam características transversais: o Homem Novo está imbuído do espírito de sacrifício, abnegação e altruísmo, enquanto apresenta conformidade ideológica e lealdade ao Partido (CHENG, 2009, p. 220).

Ao traçar a história do surgimento do Homem Novo, Cheng discute o papel da literatura na disseminação deste arquétipo para consolidar

parâmetros ideológicos e comportamentais. Cheng atribui ao filósofo e escritor russo Nikolay Gavrilovich Chernyshevsky a primeira ficção narrativa que deu corpo ao conceito de Homem Novo. *Que Fazer?* de 1861, tem como protagonista Rakhmetov, cujos atributos heróicos e a autodesignada missão de liberar o povo serviram de inspiração para gerações soviéticas vindouras, influenciando pessoas como Vladimir Lenin (CHENG, 2009, p. 20).

O guerrilheiro, na Poesia de Combate africana em língua portuguesa, consciente da sua condição de colonizado, assume, assim como Rakhmetov (o herói de Chernyshevsky), a missão heroica de libertar o seu povo. Uma missão revolucionária imbuída de sacrifício pelo bem coletivo. Este ensaio observará o tratamento dado ao conceito de Homem Novo na *Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado*, a primeira antologia de Poesia de Combate no espaço lusófono. Embora esta antologia tenha sido organizada por Andrade em 1979 (depois da independência de todas as colónias portuguesas), reúne poemas que remetem para os anos de luta armada: do início da década de 60 até início da década de 70 do século passado. Este antólogo e estudioso das literaturas africanas, entende que a poesia africana foi sempre uma espécie *canto armado*, continuamente combativa por fazer parte de uma “tradição literária de resistência” (ANDRADE, 1980, p. 3). Nesta antologia Andrade reúne aquela que é comumente referida como Poesia de Combate³, escrita no decorrer da luta de libertação das então colónias portuguesas, em território já libertado e entendida por Franz Fanon como poesia da “fase da luta”⁴ (FANON, 1963, p. 222). Poesia escrita por e para guerrilheiros, para inspirar outros Homens Novos da África de língua portuguesa a se comprometerem com a ação política.

A Poesia de Combate cria um modelo de Homem Novo adaptado ao contexto daquela época: o do guerrilheiro africano combatendo pela liberdade do seu povo, o “herói libertador” (ANDRADE, 1980, p. 6).

Cheng atribui ao Iluminismo a origem do conceito de Homem Novo⁵. A convicção na maleabilidade e no aperfeiçoamento da natureza

humana mediante a maneira com que esta responde ao ambiente em que se insere, levaram ao surgimento do Behaviorismo e do Determinismo Geográfico, que serviram de base para o conceito de Homem Novo. A concepção de John Locke da mente como um mecanismo que pode ser remodelado através da manipulação das circunstâncias que a envolve, exemplifica o pensamento iluminista de que a natureza humana pode ser moldada e mudada de acordo com o ambiente onde se encontra (CHENG, 2009, p. 8). Carl Marx apresenta também uma visão determinista da natureza humana quando afirma que os meios de produção determinam os processos sociais, políticos e espirituais da vida. Para Marx, “[n]ão é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, pelo contrário, a sua existência social determina a sua consciência”⁶ (Marx *apud* CHENG, 2009, p. 13)⁷.

Segundo Cheng, o termo Homem Novo entrou para o léxico político por volta de 1860 em associação com a *Intelligentsia* russa, um grupo revolucionário composto por intelectuais associados à ideia de “socialismo”, de tal forma comprometidos com a sua causa ao ponto de compreenderem a suas vidas como veículos para a concretização de uma sociedade ideal (CHENG, 2009, p. 15-16). Esta ideia pode ser melhor ilustrada pelas palavras de Vissarion Grigoryevich Belinsky sobre a revolução: “Tudo a partir dela, para ela, e em direção a ela”⁸ (*Apud* CHENG, 2009, p. 16). É neste contexto que a ideia de Homem Novo é engendrada e disseminada na literatura russa, com destaque para a publicação, em 1861, da novela *Que Fazer?* de Chernyshevsky, cujo protagonista, Rakhmetov, representa a ambição de uma nova geração revolucionária, fundindo a “ideologia na personalidade, transformando um indivíduo em um homem novo”⁹ (CHENG, 2009, p. 17), tornando assim Rakhmetov no primeiro modelo de Homem Novo, dando o termo a conhecer mais amplamente. Durante a era soviética este livro foi recomendado como um dos mais importantes da literatura russa do século XIX, sendo igualmente traduzido para as diversas línguas do bloco socialista (*Ibidem*), influenciando e inspirando futuras gerações¹⁰.

A Rakhmetov Chernyshevsky se atribuiu aqueles que viriam a ser os atributos basilares do Homem Novo. Entre outros, Cheng chama a atenção para a rejeição, na novela, de qualquer afeição humana que não estivesse associada ao interesse político comum, com especial destaque para a sexualidade, notando a “incompatibilidade entre a sexualidade e o compromisso político”¹¹ (CHENG, 2009, p. 17), uma vez que o desejo sexual é tido como uma potencial distração daquilo que é a missão e o comprometimento com a causa libertária. O Homem Novo de Chernyshevsky, ao rejeitar o seu impulso primordial sexual, pratica a abnegação (*Ibidem*), que viria a ser um dos atributos essenciais deste novo tipo de ser humano, encontrado também em outras versões deste arquétipo. Cheng nota que, durante a Revolução Cultural Chinesa, a abnegação da sexualidade fez-se notar na completa omissão de relacionamentos sexuais na literatura revolucionária, onde os “personagens heróicos pareciam assexuados”¹² (*Ibidem*). A sexualidade é entendida, na literatura revolucionária comunista, de uma forma generalizada e transversal a diferentes contextos, como uma distração indesejada para o Homem Novo (CHENG, 2009, p. 38).

A nota de abertura da obra de Sergey Nechayev, *The Revolutionary Catechism*, de 1869, melhor transparece a abnegação como essência basilar do Homem Novo:

O revolucionário é um homem condenado. Ele não tem interesses próprios, nem casos, nem sentimentos, nem apegos, nem pertences, nem mesmo um nome. Tudo nele é absorvido por um único interesse exclusivo, um único pensamento, uma única paixão – a revolução¹³. (*Apud* CHENG, 2009, p. 18)

O Homem novo é um homem ‘condenado’ à abnegação, este é o preço da revolução. As palavras de Nechayev encontram eco nas de Che Guevara, um século mais tarde, quando diz que “[n]ão há vida fora da revolução”¹⁴ (*Apud* CHENG, 2009, p. 19), tornando-se ele próprio num modelo de Homem Novo a ser seguido. Esta ideia ecoa as palavras do lema da revolução cubana: “que todos se tornem Che”¹⁵ (CHENG, 2009, p. 188).

Segundo Cheng, o Homem Novo Soviético servia como um modelo a ser emulado, incorporando ideais e padrões. Algumas das características deste Homem Novo, segundo Cheng, eram: a **abnegação**, a **consciência de classe**, a **consciência política**, a **fé na revolução** e a **rejeição do conforto pessoal**¹⁶ (CHENG, 2009, p. 33), assim como o seu **sentido de propósito** e a sua **moralidade superior**¹⁷ (CHENG, 2009, p. 202).

Conforme atribuído a Rakhmetov, o primeiro Homem Novo na literatura, Andrei Sinyavsky aponta o **heroísmo** como característica fundamental do Homem Novo Soviético, sem a qual ele não teria razão de ser. Segundo este escritor russo, este heroísmo rege-se por três virtudes cardeais, que refletem aquelas citadas por Cheng:

uma fé fanática no objetivo supremo; a capacidade de traduzir essa fé em ação; e um desejo de lutar não pela própria glória, mas pelo bem geral. Idealmente, esses feitos heróicos não deveriam ter proporcionado ao homem novo qualquer sucesso pessoal ou lucro e o mesmo deveria permanecer anónimo.¹⁸ (SINYAVSKY, 1990, p. 117)

Ao longo do tempo, o conceito de Homem Novo vai se transformando para melhor se adaptar às exigências contextuais¹⁹, contudo mantém sempre o heroísmo, apontado por Sinyavsky, como sua *raison d'être*. Mas é o seu sentido de propósito, de missão, que o torna tão atraente para intelectuais, activistas e até mesmo homens do clero ocidentais (CHENG, 2009, p. 195). Entre 1920 e 1930, na Europa dilacerada pela guerra, social e culturalmente desorientada, a experiência comunista soviética era observada com reservas, mas também com entusiasmo. A crise económica e política de 1930 torna a experiência comunista de coletividade e solidariedade atraente para os ocidentais, desiludidos com o materialismo e com aquilo que entendiam ser o vazio espiritual das suas sociedades. O Homem Novo torna-se assim na contraposição ao homem espiritualmente vazio, estragado pelo egoísmo e pelo conforto material (CHENG, 2009, p. 195).

Para os líderes das nações emergentes no século XIX, procurando erguer seus países, depois de longas lutas de libertação para descolonização e independência, o conceito de Homem Novo, baseado na transformação da identidade e na construção do carácter, apresenta-se promissor (CHENG, 2009, p. 190). A construção de uma nova identidade e do sentimento de pertença à nova nação são algumas das preocupações dos dirigentes destes novos países. Eles olham para os líderes dos países comunistas que, mobilizaram a sua população (seu mais precioso recurso) e conseguiram construir e modernizar seus países. Esta população modelo colabora “suprimindo e até mesmo abnegando as suas necessidades materiais e interesses individuais para que o Estado pudesse controlar quantos recursos precisasse para o seu desenvolvimento”²⁰ (CHENG, 2009, p. 208), actuando dentro daquilo que é esperado de uma população de Homens Novos. O carácter essencial de abnegação do Homem Novo comunista, a sua solidariedade e o seu propósito comunitário, aliados à ideia de unificação da sociedade e de derrube das barreiras sociais que as separavam antes da revolução, fazem do comunismo e do conceito de Homem Novo alternativas atraentes por serem avessas ao sistema colonial, profundamente enraizado na hierarquização social e na exploração.

À medida que o estalinismo vai perdendo a sua atratividade, Cheng demonstra como os exemplos da China e de Cuba recebem especial atenção, principalmente pela sua capacidade de ganhar reconhecimento internacional, apesar da falta de colaboração e apoio do Ocidente. Essas são algumas das razões, entre outras (que não serão aqui discutidas²¹), que levam os movimentos de libertação africanos das antigas colónias portuguesas a escolherem o comunismo como sistema alternativo ao capitalismo. O Homem Novo comunista era especialmente atractivo pois marcava “**uma transformação da mentalidade e atitude das pessoas**”²² (CHENG, 2009, p. 208), uma profunda mudança de paradigma que reformulava a relação entre o indivíduo e a sociedade. No contexto das literaturas africanas em língua portuguesa, o Homem Novo, desenvolvido na Poesia de

Combate, é o incansável guerrilheiro – o modelo do colonizado que deixa de ser vítima de um sistema que o anula, para ser agente fervoroso e dedicado de irradiação desse sistema. Ele é o colonizado *remodelado*: consciente da necessidade de servir fielmente o Partido que libertará a nação, passando assim a motor da sua própria história.

Mário de Andrade, no prefácio para a *Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado*, argumenta pelo carácter combativo da poesia africana, quer nos cantos tradicionais que denunciam e celebram a resistência contra a ocupação europeia, como na poesia moderna de resistência ao colonialismo. Para este estudioso da literatura africana, “a memória colectiva dos povos africanos gravou e repercutiu, ao longo das gerações, os ecos poéticos das primeiras formas de violência contra o equilíbrio social e comunitário” (ANDRADE, 1980, p. 3). A tradição literária africana carrega a história da resistência africana, o que torna difícil “datar com exactidão o nascimento da poesia africana de combate”¹³ (*Ibidem*). A selecção poética desta antologia reflecte aquilo que Franz Fanon referiu como “poesia de revolta”²⁴ (FANON, 1963, p. 226), escrita na fase da luta armada:

Durante esta fase, muitos homens e mulheres que até então nunca teriam pensado em produzir uma obra literária, agora que se encontram em circunstâncias excepcionais – na prisão, com os *Maquis*, ou na véspera da sua execução – sentem a necessidade de falar para a sua nação, de compor a frase que expressa o coração do povo, e de se tornarem o porta-voz de uma nova realidade em acção.²⁵ (FANON, 1963, p. 223)

Os poemas compilados por Andrade são poemas de luta, que apresentam uma poesia que “traz o testemunho vivo desse combate” (ANDRADE, 1980, p. 4), onde está patente “a figura do poeta-militante” (ANDRADE, 1980, p. 7). São poemas que, segundo este antólogo, “contêm uma projecção do ideal revolucionário” (*Ibidem*) e projetam “um *apelo* à mobilização *muscular* para a luta, se não à tomada das armas” (*Ibidem*). Esta poesia, de “linguagem *clara e directa*” (ANDRADE,

1980, p. 8), encontra receptividade naqueles que a lêem ou ouvem²⁶, uma vez que “[o]s homens então colonizados reconhecem nos poemas os próprios fundamentos da sua situação, entendem os mecanismos da exploração colonial e encontram as motivações para a revolta” (ANDRADE, 1980, p. 7). Esta poesia revela a “figura do poeta-militante [que] afirma a sua personalidade e afina as suas armas, durante a guerra de libertação” (ANDRADE, 1980, p. 11). Esta guerra, para Andrade, pode ser assumida pelo poeta presencialmente ou pode ser “apenas um tema de inspiração” (*Ibidem*).

Esta é uma poesia que pretende consciencializar, desalienar o homem colonizado para que este possa se elevar à condição de Homem Novo. Conforme revela Andrade, esta poesia foi produzida também por jovens guerrilheiros com fraca formação intelectual e literária, com um “conhecimento impreciso da linguagem, [e] insuficiente domínio de um idioma segundo” (ANDRADE, 1980, p. 11), o que a deixa “na fronteira da poesia” (ANDRADE, 1980, p. 9). Mas nota “o apelo íntimo, a necessidade de comunicar o *justo*, o *prático*, [e] o *belo*”, uma vez que a revolução é compreendida como um ato de amor pela nação e de fraternidade, dado o seu teor libertário.

Um dos temas centrais desta poesia, segundo Andrade, é “o tema do herói libertador” (ANDRADE, 1980, p. 6), sendo o guerrilheiro aquele que liberta e o Partido o “portador das armas de libertação” (ANDRADE, 1980, p. 9). “*Confiança* no Partido, *certeza* na libertação, *vitória* do poder das armas” (*Ibidem*) são algumas das ideias chave identificadas por Andrade nesta poesia. Outras palavras encontradas repetidas vezes, durante a leitura dos poemas compilados, mostram a linguagem aguerrida da luta de libertação: coragem, sacrifício, liberdade, livre, esperança, missão, revolução, camarada, guerrilheiro, independente/independência, vitória, combate, luta, sangue, matança/massacre. Outras palavras igualmente utilizadas, com menor ocorrência são: marcha, tiro, bala, munição, granadas, soldados, comandante, espingarda, armas, cartucho, marchar, Capitão, tanques blindados, minas, fogo, gatilho, tortura, faca, angústia, inimigo e guerreiros. Estas palavras

de teor belicista que rodeia o guerrilheiro apresentam-se como um novo léxico na poesia das literaturas africanas em língua portuguesa pré-independência. Mas vale a pena ressaltar que esta poesia também apresenta palavras como esperança, sol, flores, primavera, construir, dia, liberdade, coração, jovem, comunidade, felicidade e amor, uma vez que a luta é percebida como um ato de criação e não de destruição. Trata-se da criação de algo novo, pela mão do Homem Novo na Poesia de Combate: o guerrilheiro.

As ideias chave apresentadas por Andrade: a do **herói libertador** que pertence a um Partido no qual deposita a sua total confiança, ressoam aquelas que são as características do Homem Novo comunista, conforme apresentadas por Cheng e Sinyavsky. O **heroísmo** (na acção altruísta, sem busca da glória pessoal, mas do bem comum), a **abnegação** (na repressão do amor erótico e da sexualidade e na morte como sacrifício último) e a **fidelidade ao Partido** (na exaltação partidária e nas elegias aos heróis tombados no combate) são algumas das temáticas encontradas na selecção de poemas de Andrade, que serão aqui discutidas à luz daquelas expostas por Cheng, Nechayev e Sinyavsky que tornam o Homem Novo o modelo a seguir.

A leitura destes poemas, focada na utilização do conceito de Homem Novo, revelou que este conceito não era desconhecido dos poetas nem dos partidos políticos da África de língua portuguesa alinhados com a ideologia marxista²⁷. A título de exemplo, o conceito é abertamente evocado no poema da FRELIMO²⁸, produzido de forma colectiva, “Forja do homem novo” (ANDRADE, 1980, p. 48), datado de 1972, que evidencia o alinhamento político deste partido moçambicano. A utilização da palavra *forja* remete igualmente para “o dever militante de *brandir o ferro no cimo dos montes*” (ANDRADE, 1980, p. 13), uma referência que reporta para a literatura militante soviética onde a metáfora do ferro era utilizada para descrever a forja do Homem Novo²⁹ (CHENG, 2009, p. 34). Para o colectivo de poetas da FRELIMO, é na luta que se formará o Homem Novo, o combate é a nova aprendizagem: “É esta a nossa universidade, a forja do homem novo,/da mulher livre, do militante

fraterno, artesãos da nossa Pátria” (ANDRADE, 1980, p. 48). A luta é o processo criativo do *artesão*, do combatente. Cabe a ele criar a Pátria, essa é a sua missão, o seu propósito.

O guerrilheiro é o herói da Poesia de Combate. O seu **heroísmo serve de modelo** e de inspiração. Guiado pela revolução que trará liberdade, o guerrilheiro entoa o seu “Canto de Guerrilheiros” (Sérgio Vieira *In* ANDRADE, 1980, p. 89) “para que o povo viva/e o estado de guerra morra” (*Ibidem*). O poeta moçambicano Marcelino dos Santos, no seu poema “Segundo Panfleto” deixa claro o objectivo da luta, que é também o objectivo do guerrilheiro: **o de não procurar a satisfação individualista**, mas o bem comum. O sujeito do poema adverte: “O importante não é o que EU quero/o que TU queres/Mas o que NÓS queremos” (*In* ANDRADE, 1980, p. 100). A luta é pela pátria, pelo povo, conforme anuncia o poema do caboverdeano Abílio Duarte, “Marcha guerrilheira ‘Venceremos’”, quando diz: “Lutemos sempre unidos pelo povo” (*In* ANDRADE, 1980, p. 31). Os guerrilheiros sacrificam-se pelas “verdades puras e revolucionárias,/tão belas e tão universais, [pelas quais] aceitam morrer/para que elas vivam” (Jorge Rebelo, “O mundo que te ofereço, amiga”, *In* ANDRADE, 1980, p. 80). O guerrilheiro oferece, à sua amiga (conforme informa o título do poema) a sua vida por aquilo que acredita ser superior à sua própria vida: a revolução que exige o seu sacrifício. O guerrilheiro do poema de Rebelo demonstra a sua moralidade superior, característica do arquétipo Homem Novo, “moral concern for the other” (CHENG, 2009, p. 2002).

O seu heroísmo assenta não só na sua coragem e altruísmo, mas também na sua capacidade de **abnegação**, ciente que “o esforço que [faz]/não é leve nem pesado/É o que é necessário” (Marcelino dos Santos, “Segundo Panfleto”, *In* ANDRADE, 1980, p. 103). Observa-se nesta Poesia de Combate, assim como na literatura revolucionária comunista russa e chinesa, a **renúncia ao amor erótico**, à sexualidade. O amor romântico é substituído pelo amor fraterno, pelo amor à liberdade. O sujeito poético do poema de Jorge Rebelo escreve à “Liberdade” como à sua amada, diz-lhe “Não te esqueças/que te amei sem

desânimo” (In ANDRADE, 1980, p. 76). O angolano Nicolau Spencer em “Se nas tardes calmas...” (In ANDRADE, 1980, p. 59) escreve:

Não me perguntes amigo
os meus amores
os amores
as sendas trabalhosas persistentes – o
dever
os tranforma em Amor
Fecundidade de Vida
Alegria
e Liberdade

Os amores são agora outros e a fecundidade da sexualidade (fator de criação de nova vida) são substituídos pelo trabalho (revolucionário que trará a nova ‘Vida’) e pelo *dever* de o fazer, dever esse que o poeta evidencia em itálicos. Os amores são trocados por um só ‘Amor’, escrito com letra maiúscula para enfatizar a sua importância e grandeza: é Vida, Alegria e Liberdade.

O heroísmo do guerrilheiro leva-o à **abnegação** que ultrapassa a negação do amor carnal. A morte é o sacrifício maior, a abnegação da vida. O Homem Novo, guerrilheiro da luta de libertação, sabe: “Muitos não voltaremos [da luta]. Que importa?/ (...) a liberdade vale mais que a vida” (FRELIMO, “Irmão do Ocidente”, In ANDRADE, 1980, p. 49). No grito da guerrilheira angolana Deolinda Rodrigues: “Vitória ou Morte!” (“Um quarto de Fevereiro”, in ANDRADE, 1980, p. 58), ressoa o paradigma mais importante para o Homem Novo na Poesia de Combate: a renúncia da sua vida em prol da ‘Vida’ dos outros em ‘Liberdade’.

O guerrilheiro, assim como o revolucionário de Nechayev, é um homem condenado, a “doomed man” (Apud CHENG, 2009: 18). Para o guerrilheiro do poema “Canção de despedida” de N’Fore Sambú, a morte na luta é uma possibilidade encarada com desafeição e sem lamúria, ele diz “Vou para Angola/Ouvirás dizer que já não vivo/Que *ele* morreu em Angola//De ti me despeço, pai/Adeus, adeus” (in ANDRADE, 1980, p. 38). A celebração do herói morto no decorrer da luta de libertação é a exaltação da abnegação suprema do guerrilheiro.

Na antologia de Andrade, foram identificados sete poemas dedicados a heróis

combatentes que deram a vida pela revolução. Para Amílcar Cabral, revolucionário e teórico da descolonização, são dedicados cinco poemas nesta antologia. À são-tomense Alda do Espírito Santo, no seu poema “Requiem para Amílcar Cabral”, chama-o de “Guevara de África / (...) Grande Líder/Da África Ocidental” (In ANDRADE, 1980, p. 163). Para o guineense Agnello Regalla, no seu poema “Camarada Cabral” (In ANDRADE, 1980, p. 165), Amílcar Cabral encerra em si o que este ensaio entende ser o modelo de Homem Novo, cuja dedicação serve de inspiração para a continuidade da luta:

As flores da nossa luta
Que tu com carinho plantaste,
Estão a desabrochar
(...)
Serão sempre regadas
Com o nosso suor e sangue,
Serão sempre alimentadas
Pela força da nossa vontade.

A luta de Cabral norteia novos guerrilheiros: não só pela sua capacidade de liderança, mas pela sua postura guerrilheira que, aos olhos de Alda Lara, o iguala a Che Guevara. O poema de Abílio Duarte, dedicado ao guerrilheiro “Guerra Mendes” (versão portuguesa) (In ANDRADE, 1980, p. 30) é outro exemplo de como o modelo de Homem Novo, na vestes de guerrilheiro, manifesta-se na Poesia de Combate:

Verdadeiro guerrilheiro
Que lutou, lutou, lutou
Até ao fim da valentia
(...)
Com o peito varado de balas
Ainda se levantou para bradar:
Independência,
Independência! À carga, camaradas!

Guerra Mendes é entendido como o ‘verdadeiro’ guerrilheiro: valente, lutador que, mesmo com o ‘peito varado de balas’ desafia a morte e incentiva os seus à luta. Entre os sete poemas dedicados aos heróis que morrem pela revolução, os poemas do angolano Pedro de Castro Van-Dunem, “Dois poemas para Hoji Ya Henda”, em homenagem a este herói angolano morto na luta de libertação,

são os que melhor exemplificam, de acordo com os parâmetros referenciados por Cheng e Sinyavsky, como o guerrilheiro reflete as características do arquétipo de Homem Novo, na Poesia de Combate das literaturas africanas em língua portuguesa. No poema “1—Juramento” (In ANDRADE, 1980, p. 118-119), o sujeito do poema lamenta:

hoje,
Hoji Ya Henda.
 Hoje tu deixaste de existir...
 tu morreste,
 derramaste teu sangue precioso
 para a libertação da tua Pátria Querida!
 Para que o teu Povo seja livre.

O herói morre tragicamente (tem o sangue derramado) pela libertação da pátria e fá-lo com amor ‘pela pátria querida’, por altruísmo, para que o ‘Povo seja livre’, fá-lo pelo outro. O herói deixou de existir fisicamente, mas continua vivo na memória daqueles a quem serve de inspiração para a luta:

Mas tu, *Hoji Ya Henda*,
 tu continuas vivo, — mais vivo que os vivos
 mostrando o caminho que nos leva
 lenta,
 mas irresistivelmente à *vitória* —
 porque o teu nome e os teus feitos estão
 hoje
 em letras de sangue gravados na
 História do teu Povo!
 (...)
 E inspirados no teu espírito
nós lutaremos até à vitória final.
 (In ANDRADE, 1980, p. 118-119)

É o ‘espírito’ de abnegação do guerrilheiro, de entrega à luta pelo bem do Povo, que serve de inspiração para outros guerrilheiros. No poema “2 — Comandante Henda”, *Hoji Ya Henda* continua sendo retratado como o um modelo a ser emulado:

Tu és pilar
 da revolução
 O teu heroísmo é para nós o grande
 exemplo
 A tua coragem
 E dedicação
 Abre-nos a porta para a liberdade
 Nós marcharemos, sim contigo!...
 E com mais vigor ainda

Por estes campos regados do teu
 sangue
 do teu sangue herói
 e puro
 nós marcharemos sim!...
 (In ANDRADE, 1980, p. 120)

Estes poemas demonstram como o heroísmo e a abnegação, duas das características do Homem Novo Soviético, são incorporadas na figura do guerrilheiro que, no contexto da luta de libertação da África de língua portuguesa, toma corpo na figura do Homem Novo, que serve de modelo a ser seguido nesta revolução africana.

A conformidade ideológica, a **devoção ao Partido** e a lealdade política (CHENG, 2009, p. 220), estão igualmente presentes na antologia de Mário de Andrade, onde os respectivos partidos políticos são exaltados, assim como a ideologia socialista. O Partido faculta a ideologia e as armas para eliminar o colonialismo, conforme anuncia o poema de N’Fore Sambú “Não chorem, Pai e Mãe”: “Nós somos vossos filhos do MPLA³⁰(...) Vamos expulsar Salazar com a PPCHA³¹ (In ANDRADE, 1980, p. 35). Existem aqui duas possibilidades de leitura: a do filho tornado guerrilheiro que acalenta os seus pais dizendo-lhes que pertence a um movimento de libertação (MPLA) e que, com as suas armas, irá expulsar o regime colonial (representado pela figura de Salazar); ou a do guerrilheiro que acalenta um casal mais velho que encontra, provavelmente ao libertar alguma aldeia, dirigindo-se a eles como “mãe e pai”, conforme é hábito respeitoso em alguns países africanos de língua portuguesa ao abordar uma pessoa mais velha. Desta maneira, as armas dos guerrilheiros são identificadas, perante a população, como armas de libertação e não como armas de subjugação da tropa portuguesa. Os guerrilheiros se identificam como “filhos” do MPLA, entendendo filho como um produto ideológico, como partidário do MPLA. Em ambas possibilidades de leitura as armas, a ideologia e a força do Partido, são aliadas ao heroísmo dos guerrilheiros que irão “expulsar Salazar”. No poema da FRELIMO “Somos combatentes da FRELIMO” (In ANDRADE, 1980, p. 46), a identificação partidária está clara tanto na autoria coletiva do poema, como no seu título.

O propósito dos guerrilheiros é declarado: “somos instrumentos de um ideal” (*Ibidem*), a libertação. Contudo, é igualmente possível compreender o guerrilheiro, tornado Homem Novo, como instrumento paradigmático ideológico. O colonizado é transformado pela ideologia e pela identidade que abraça. Ao tornar-se combatente, torna-se num Homem Novo com um propósito nobre, que não é só seu, trata-se de um esforço coletivo, evidente na utilização do verbo ser na primeira pessoa do plural do presente indicativo. Ao afirmarem que são combatentes da FRELIMO, os sujeitos do poema proclamam a sua identificação com o coletivo do Partido, o que não só demonstra unidade ideológica, mas também lealdade e devoção ao Partido. Para a guerrilheira angolana Deolinda Rodrigues, indubitavelmente, será o Partido a trazer a “Vitória ao povo angolano/sob a bandeira do MPLA” (“Um quarto de Fevereiro”, *In ANDRADE*, 1980, p. 57). Estes poemas exemplificam como o guerrilheiro dos poemas de combate selecionados por Andrade apresentam, para além da bravura, identificação e devoção ao Partido, características que Cheng aponta como fundamentais ao Homem Novo.

O conceito de Homem Novo surge na Rússia e, com a expansão do comunismo, é disseminado pelos países e pelos movimentos de libertação africanos que adotaram esta ideologia política. Cheng e Sinyavsky demonstram como o conceito de Homem Novo é desenvolvido na literatura e difundido através dela. O Homem Novo é o herói devoto da revolução, capaz de se autoanular pela revolução e pelo bem comum que esta trará, tornando-se no arquétipo a ser emulado pela nação.

Este ensaio observou como o conceito de Homem Novo manifestou-se na poesia pré-independência das literaturas africanas em língua portuguesa, mais precisamente naquela que é comumente conhecida como Poesia de Combate, reunida na *Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado*, organizada por Mário de

Andrade. De acordo com este antólogo, a poesia por si selecionada para esta antologia tem como tema central o herói libertador: o guerrilheiro.

Este ensaio demonstrou como o conceito de Homem Novo é desenvolvido na Poesia de Combate na figura do guerrilheiro. O guerrilheiro dos poemas selecionados por Mário de Andrade, analisados neste ensaio, apresentam as características conferidas por Cheng, Nechayev e Sinyavsky ao Homem Novo, com maior evidência para o heroísmo (impulsionado pelo seu sentido de missão e propósito), a abnegação (sendo a morte o sacrifício maior) e a fidelidade partidária. Nesta poesia o guerrilheiro incorpora e contextualiza os atributos do Homem Novo tornando-se no arquétipo para edificar sentimentos de pertença tanto partidária e ideológica como nacionalista, enquanto mobiliza o povo para unir-se aos movimentos populares para lutar pela libertação de suas terras. O chamamento para a luta assenta no sentimento de identidade, comunidade e propósito. O Homem Novo é trabalhado nesta poesia como modelo ideológico identitário de pertença à nação projetada pelo Partido. Está disposto a morrer pela nação projetada por este. Esta abnegação suprema, este sacrifício, confere-lhe um propósito moralmente superior. Fá-lo não por si mas por solidariedade e altruísmo, para servir a revolução que trará a ‘Alegria’ e a ‘Liberdade’ ao povo (*c.f.* Rebelo).

O Homem Novo da África de língua portuguesa surge para lutar pela libertação das suas terras, para construir a nação projetada no imaginário ideológico do Partido. Ele é o arquétipo de inspiração a ser emulado. A criação da nação depende da sua coragem, do seu sangue e da sua vida. Da sua morte surgirá a Vida, pois entende que a guerra que trava não é de destruição, mas de construção de uma nação em ‘Liberdade’ (*c.f.* Rebelo), que o leva a celebrar: “Na nossa terra/ as balas começam a florir” (“Vem contar-me o teu destino irmão”, Rebelo *In ANDRADE*, 1980, p. 78).

Notas

1 (ANDRADE, 1908, p. 156).

2 “an alternative human model”, esta, como todas as seguintes são traduções do autor deste ensaio.

3 Sugestão de leitura: LARANJEIRA (2005).

4 “fighting phase”.

5 Sinyavsky busca as raízes para a concepção do conceito de Homem Novo no Cristianismo. Para este escritor russo, “a idéia e até mesmo o termo ‘novo homem’ não têm a sua origem na revolução, mas na religião. O cristianismo propõe ao seu fiel que expunja de si mesmo o ‘homem antigo’, em outras palavras, que ele se limpe de seus pecados e se torne, com a ajuda de Deus, num homem novo/ the idea and even the term ‘new man’ are not original with the revolution but with religion. Christianity proposes to the believer that he expunge the ‘ancient man’ from himself, in other words, that he cleanse himself of his sins and become, with God’s help, a new man” (SINYAVSKY, 1990, p. 120).

6 “[i]t is not the consciousness of man that determines their existence, but on the contrary, their social existence determines their consciousness”.

7 Esta ideia levou a que Marx tivesse interesse na educação como meio para remodelar a natureza humana, viabilizando a irradiação do “homem alienado” pelo “homem bem desenvolvido” (CHENG, 2009, p. 14).

8 “Everything from it, for it, and toward it”.

9 “ideology into personality, transforming an individual into a new man”.

10 O panfleto de Lenin, de 1902, “What is to be done?” reflete a influência que a novela de Chernyshevsky teve na sua escrita, sendo este, segundo Cheng, o autor mais citado na obra de Lenin (CHENG, 2009, p. 18).

11 “incompatibility between sexuality and political commitment”.

12 “heroic characters seemed sexless”.

13 “The revolutionary is a doomed man. He has no interests of his own, no affairs, no feelings, no attachments, no belongings, not even a name. Everything in him is absorbed by a single exclusive interest, a single thought, a single passion – the revolution”.

14 “There is no life outside the revolution”.

15 “Let them all become Che”.

16 Self-denial, class awareness, political consciousness, faith in the revolution, rejection of personal comfort.

17 Purposefulness, high morality.

18 “a fanatical faith in the supreme goal; the ability to translate that faith into action; and a desire to strive not for one’s own glory but for the general good. Ideally, these heroic feats should not have afforded the new man any personal success or profit and even should have remained anonymous.”

19 O Homem Soviético criado em 1930, o construtor socialista, é mais tarde substituído por um modelo menos robusto, mais indicado para o novo desafio de industrialização do país.

20 “while suppressing even abnegating their material needs and individual interests so that the state could control as many resources as it needed for its development”.

21 Sugestão de leitura: MABEKO-TALI (2018).

22 “a transformation of people’s mentality and attitude”.

23 Sugestão de leitura: LUIS (2014).

24 “poetry of revolt”.

25 During this phase a great many men and women who up till then would never have thought of producing a literary work, now that they find themselves in exceptional circumstances – in prison, with the Maquis, or on the eve of their execution – feel the need to speak to their nation, to compose the sentence which expresses the heart of the people, and to become the mouthpiece of a new reality in action.

26 A Poesia de Combate foi muitas vezes musicada para ser cantada e compreendida por uma população muitas vezes com fraco conhecimento da língua portuguesa.

27 Sugestão de leitura: LARA (2017).

28 A Frente de Libertação de Moçambique, foi fundada em 1962 como movimento nacionalista para a libertação de Moçambique do jugo colonial. A FRELIMO toma o poder depois da independência e governa o país, durante a guerra-civil como um estado unipartidário. A FRELIMO continua a governar Moçambique com a introdução de um sistema multipartidário em 1990, que trouxe o fim da guerra-civil.

29 Cheng faz alusão ao poema de Alex Gastev, de 1819, “We grow out of iron” (CHENG, 2009, p. 34).

30 A data de fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola é controversa. Oficialmente este movimento nacionalista foi fundado em 1956, pela mão de Mário (Pinto) de Andrade, um dos seus fundadores e primeiro presidente. Depois da independência de Angola, o MPLA governa o país, durante a guerra-civil, como um estado unipartidário. Atualmente o MPLA continua a governar Angola com a introdução do sistema multipartidário em 1992, que pôs fim à guerra-civil.

31 “Arma automática de fabrico soviético”: nota explicativa de Andrade.

Referências

- ANDRADE, Mário de (Org.). **Antologia Temática de Poesia Africana II: O Canto Armado**. 2ª ed. Praia/Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro/Sá da Costa Editora, 1980.
- CHENG, Yinghong. **Creating the “New Man”**: from Enlightenment Ideals to Socialist Realities. Honolulu: University of Hawai’i Press, 2009.
- FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. Trans. Constance Farrington. New York: Grove Press, 1963.
- LARA, Lúcio (Ed.). **Um amplo movimento...** Itinerário do MPLA através dos documentos e anotações de Lúcio Lara. Vol I (até Fev. 1961). 3ª Ed. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação (ATD), 2017.
- LARANJEIRA, Pires. A perspectiva da Literatura Africana de Guerrilha. **Ensaio Afro-Literários**. p. 146-217. Lisboa: Nova Imbondeiro, 2005.
- LUIS, Solange M. E. M. *Sagrada Esperança, protesto e revolta: Agostinho Neto e a tomada de consciência no acordar da literatura angolana*. In: LARANJEIRA, Pires; ROCHA, Ana T., **A noção de ser: textos escolhidos sobre a poesia de Agostinho Neto**. p. 703-714. Porto. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2014.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. **Guerrilhas e lutas sociais: o MPLA perante si próprio, 1960-1977**. Lisboa: Mercado das Letras, 2018.
- SINYAVSKY, Andrei. **Soviet Civilization: A Cultural History**. Trans. Joanne Turnbull & Nikolai Formozov. New York: Arcade Publishing, 1988.

O Português de Angola, entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: o caso da interpretação do sujeito nulo em orações subordinadas

The Angolan Portuguese, between European Portuguese and Brazilian Portuguese: the interpretation of the null subject in embedded sentences

José Gueleka Kapetula*

Palavras-chave:
Interpretação
Sujeito nulo
Sujeito pronominal

Resumo: O objetivo deste artigo é o de apresentar os resultados do estudo realizado sobre a interpretação de sujeitos pronominais de 3ª pessoa por falantes nativos do português de Angola (doravante, PA), tendo em conta antecedentes com características diferentes. Pretendeu-se comparar estes resultados com o dos falantes do português europeu (doravante, PE) e com os resultados obtidos em estudos semelhantes para o português brasileiro (doravante, PB). Os resultados obtidos mostraram-nos que: i) no PA os sujeitos nulos são preferencialmente interpretados como correferentes com antecedentes quantificados, os sujeitos pronominais também aceitam a interpretação de variável ligada, o que é improvável numa língua de sujeito nulo; ii) em contexto de orações completivas, os pronomes nulos estabelecem preferencialmente correferência com sujeito matriz; em contexto de adverbial a preferência do pronome nulo por retomar o sujeito matriz não é clara; nestes dois contextos, os sujeitos pronominais tanto podem retomar um antecedente sujeito como um antecedente objeto; iii) no PA aceita-se preferencialmente um tipo de leitura que recupera parcialmente o sujeito na posição mais alta da frase, ainda que esta tendência não seja tão marcada como a que se verifica para o PE; iv) nos contextos em que as leituras são forçadas, o sujeito nulo no PA aceita uma leitura correferente com antecedente sujeito, tal como no PE, assim como aceita também uma leitura correferente com um antecedente objeto, ao contrário do PB.

Keywords:
Interpretation
Null subject
Overt pronoun

Abstract: This paper aims at presenting the results of a study carried out on “the interpretation of pronominal subjects of third-person singular by the native speakers of the Angolan Portuguese (PA), taking into account the previous linguistic circumstances with different characteristics. We intended to compare these results with the ones obtained through similar studies about the Brazilian Portuguese. The findings revealed that: In the Angolan Portuguese (PA), the null subjects are preferably read as co-referents with quantified antecedents, the pronominal subjects also accept the interpretation of attached or connected variable, which is unlikely in a language existing null subjects; In contexts of noun clauses or nominal clauses, the null subjects rather establish a co-reference with the main subject; in adverbial contexts, the preference for null subject to bring back the main subject is not clear; in these two contexts, the pronominal subjects can either take back an antecedent subject or an antecedent object; In the Angolan Portuguese (PA), it is preferably accepted a kind of reading that recovers partially the subject in the higher position of the sentence, even if this tendency is not like the one observed in the European Portuguese (PE); For the contexts in which the readings are forced, the null subject in the Angolan Portuguese (PA) allows a co-referent reading with antecedent subject like in the European Portuguese (PE); it also allows a co-referent reading with an antecedent object, contrasting from the Brazilian Portuguese (PB).

Recebido em 04 de junho de 2020. Aprovado em 09 de novembro de 2020.

* Professor do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. Doutorando em Linguística, opção Psicolinguística, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais. Mestre em Ciências da Linguagem na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. E-mail: zezenguellekka06@hotmail.com.

Apresentação

O nosso trabalho visou estudar a interpretação de pronomes sujeito no Português de Angola (doravante, PA), por comparação com o português europeu (doravante, PE) e com o português brasileiro (doravante, PB).

Estudar a interpretação de pronomes sujeito no PA, permitiu explorar propriedades desta variedade que ainda são pouco conhecidas e trouxe mais dados à discussão sobre as diferenças existentes entre o PA, o PE e o PB.

Vários trabalhos têm demonstrado que existem diferenças paramétricas entre as variedades do português, em particular entre a variedade brasileira e a europeia. Um dos aspetos sujeito a variação é o preenchimento do sujeito e o chamado parâmetro do sujeito nulo. Relativamente ao PA, tanto quanto sabemos, não existe vasta bibliografia sobre esse aspeto, pelo que achámos importante a realização deste trabalho.

O contexto angolano é um contexto particular, uma vez que, em Angola, o português está em contacto com diferentes línguas africanas e é língua segunda para um número considerável de falantes. Esta situação sociolinguística pode determinar especificidades nas propriedades dos sujeitos nulos em comparação com o PE e com o PB.

Neste trabalho, analisámos a interpretação que falantes angolanos residentes no Lubango atribuem a sujeitos pronominais. Esses dados foram analisados e comparados com os dados de falantes do PE, que funcionaram como grupo de controlo.

As variáveis analisadas foram: i) o tipo de pronome sujeito (nulo vs. pronominal); ii) o tipo de frase subordinada (completiva vs. adverbial); iii) o tipo de antecedente (quantificado e não quantificado); iv) a correferência.

Algumas destas variáveis foram já testadas em trabalhos anteriores para o português e para outras línguas, como nos trabalhos de ALONSO-OVALE (2002), CARMINATI (2002); COSTA, FARIA & MATOS (1998); MADEIRA, CRISPIM & XAVIER (2010; 2012); SILVA (2015); FILIACI, SORACE & CONTREIRAS (2013), entre outros autores.

Neste trabalho, a seguir à introdução fazemos um breve enquadramento sobre o parâmetro do sujeito nulo em diversas línguas, na forma de Estado da Arte, com enfoque sobre a interpretação do sujeito nulo nas variedades europeia, brasileira e angolana (2.), no ponto (3.), apresentamos as questões de investigação, no ponto (4.) apresentamos uma descrição detalhada da metodologia seguida, no ponto (5.) apresentamos o Estudo Experimental com descrição sobre os procedimentos levados em conta na aplicação dos testes, em (6.) trazemos os resultados obtidos pela investigação levada a cabo, no ponto (7.) discussão sobre os resultados e referências bibliográficas.

Enquadramento

O parâmetro do sujeito nulo tem merecido muitos estudos nos últimos tempos. Através deste parâmetro, sabe-se que há línguas em que os sujeitos das orações finitas são obrigatórios e línguas em que os sujeitos podem ser omitidos (CHOMSKY, 1981; RIZZI 1982; JAEGGLI & SAFIR, 1989).

Os diversos estudos realizados para várias línguas têm demonstrado que o parâmetro não assume o mesmo valor em todas as línguas e que pode haver diferenças a nível de interpretação entre línguas e, nalguns casos, entre variedades de uma mesma língua.

Em relação ao parâmetro do sujeito nulo, as línguas naturais assumem características diferentes, podendo ser classificadas em quatro grupos (HOLMBERG, 2005)⁴:

- A. Línguas de sujeito obrigatório, as que têm sujeitos foneticamente realizados em todos os contextos (inglês e francês). Línguas em que o princípio Evitar Pronome não tem efeito.
- B. Línguas de sujeito nulo parcial, com sujeito nulo expletivo e com sujeito nulo em alguns contextos morfossintáticos, porém com algumas restrições, como são os casos do finlandês, do PB, do cabo-verdiano (HOLMBERG, 2005; DUARTE, 1995; KATO & DUARTE, 2014; PRATAS, 2002, COSTA & PRATAS, 2007).

- C. Línguas de sujeito nulo consistente, com sujeitos preferencialmente nulos na maioria dos contextos, como o italiano, o espanhol e o PE (CARMINATI, 2002, FILIACI, SORACE & CARREIRAS, 2013; ALONSO-OVALLE, 2002; COSTA, FARIA & MATOS, 1998; LOBO, 2013).
- D. Línguas de sujeito nulo radical, sem sistema de flexão, em que a identificação do sujeito é feita através de um antecedente, como são os casos do chinês, do coreano, do japonês (HUANG, 1984; ZHENG, 2017).

A interpretação do sujeito nulo nas línguas de sujeito nulo vs. línguas de sujeito obrigatório (incidências sobre o PE, o PB e o PA)

O português é reconhecidamente uma língua de sujeito nulo. Apesar disto, diversos estudos realizados sobre o PE e o PB dão-nos conta de que o parâmetro do sujeito nulo assume características diferentes nestas duas variedades (DUARTE, 1995; DUARTE, 2000; LUEGI, 2012; LOBO, 2013; KATO & DUARTE, 2014).

De acordo com os trabalhos acima citados, as diferenças na realização do parâmetro do sujeito nulo, verificadas entre o PE e o PB, vão desde as propriedades sintáticas, o preenchimento, a interpretação, o processamento, entre outras características.

O PE é reconhecido como uma língua de sujeito nulo consistente. Nesta variedade o sujeito nulo constitui uma opção preferencial. No PB o sujeito nulo é uma opção cada vez menos frequente. O pronome pleno possui propriedades diferentes das que se verificam no PE. Esta diferença faz com que cada uma destas variedades assumam características diferentes em relação ao parâmetro do sujeito nulo.

- Interpretação de sujeitos nulos e pronominais no PE

A marcação positiva do parâmetro do sujeito nulo no PE tem sido atribuída a um Princípio de Economia, *Avoid Pronoun Principle*,

o Princípio Evitar o Pronome (CHOMSKY, 1981; MONTALBETTI, 1984). Este princípio considera que a opção por uma forma pronominal nula é mais económica do que uma forma pronominal plena e em línguas de sujeito nulo consistente, como o PE, a forma nula deveria ser usada sempre que fosse necessário, em detrimento de uma forma plena. CARDINALETTI & STARKE (1999) sugerem o Princípio *Minimize Structure* que refere que num contexto de ocorrência de uma forma pronominal forte e uma fraca seja dada preferência a uma forma pronominal fraca. De acordo com esta tipologia, a escolha do pronome nulo ao invés do pronome pleno, como correferente com o sujeito matriz, deve-se ao facto de o sujeito nulo ser um pronome fraco e o pronome pleno, um pronome forte.

Na área do processamento, tem-se estudado de que forma diferentes fatores, como por exemplo a posição do antecedente, influenciam o processamento e interpretação de sujeitos pronominais nulos e plenos. Várias propostas têm sido feitas para dar conta do processamento de pronomes sujeito.

ARIEL (1990) propõe a Teoria da Acessibilidade que postula que as formas mais acessíveis são retomadas por formas mais reduzidas. Assim, um sujeito nulo, mais reduzido do que um pronome sujeito, retomaria preferencialmente um sujeito (e não um objeto), uma vez que este é mais acessível.

CARMINATI (2002) propõe a Hipótese da Posição do Antecedente, a partir da qual sugere que, nas línguas de sujeito nulo consistente, o pronome nulo seleciona preferencialmente um antecedente na posição mais proeminente, a posição do sujeito sintático, ao passo que o pronome pleno seleciona preferencialmente um antecedente que se encontra numa posição diferente do sujeito sintático.

- A interpretação da referência anafórica no PB

O PB tem sido caracterizado como uma língua de sujeito nulo parcial (DUARTE, 1995; MODESTO, 2000; HOLMBERG, 2005). Apresenta sujeitos pronominais em contextos em que no PE se esperariam sujeitos nulos. Frases como (4) são mais frequentes no PB do que no PE, que apresentaria

preferencialmente nulas as formas pronominais em (4a) e (4b).

(4)

- a. *Você* me disse que *você* está morando em Copacabana.
- b. Mesmo que *eu* não fizesse o pré-vestibular, *eu* acho que *eu* passaria por causa da base que *eu* tinha.

(KATO & DUARTE, 2014: 6)

De acordo com DUARTE (1995) e MODESTO (2000), entre outros, a restrição de contextos de sujeito nulo no PB está relacionada com a redução do sistema de flexão verbal, que passou de seis para três formas, decorrente da substituição das segundas pessoas (“tu” por “você” e de “vós” por “vocês”), e ainda, da primeira pessoa do plural (“nós” por “a gente”). As formas verbais que passaram a ser mais frequentes no PB passaram todas elas a corresponder a uma forma verbal da terceira pessoa do singular. A perda da riqueza do paradigma flexional fez com que o PB passasse a ter cada vez menos sujeitos nulos referenciais licenciados por *Agr*, sobretudo em relação à 3ª pessoa, que passou a ter a correferência dependente da ligação com um antecedente (DUARTE, 1995; FERREIRA, 2000; BARBOSA, DUARTE, KATO 2005).

No PE em (5) é possível obter-se uma interpretação em que o pronome nulo retoma o antecedente sujeito da oração principal (o João). No PB, a mesma interpretação pode ser realizada com pronome expresso (5b), o que não é a interpretação preferencial numa língua de sujeito nulo consistente.

(5)

- a. O João_i disse que *pro*_i comprou um computador.
- b. O João_i disse que *ele*_i comprou um computador.

No PB, o referente do sujeito nulo e do sujeito pronominal é determinado: i) através da ligação a uma entidade saliente no contexto; ii) através da ligação ao sujeito sintático da oração imediatamente anterior. Deste modo, o PB aceita leituras em que o sujeito nulo retoma o objeto (6a) e leituras em que o sujeito pleno pode retomar o

antecedente sujeito matriz (6b), o que é inesperado numa língua de sujeito nulo do tipo do PE.

(6)

- a. O Paulo_i disse que o Pedro₂ acredita que *pro*_{*1/2/*3} ganhou.
- b. O Paulo_i disse que o Pedro₂ acredita que *ele*_{1/2/*3} ganhou.

- A interpretação dos sujeitos nulos no PA

No PA, para o qual nos propusemos desenvolver este trabalho, como acima nos referimos, não temos conhecimento da existência de vasta investigação sobre a distribuição de sujeitos pronominais nulos e plenos e sobre a sua interpretação. Sabe-se, à partida, que são permitidos sujeitos nulos e que, portanto, o parâmetro do sujeito nulo é marcado positivamente e possui características tendencialmente parecidas com as que se verificam no PE (SANTOS & OLIVEIRA, 2007; KAPETULA, 2016).

SANTOS & OLIVEIRA (2007), com base em dados de *corpora* orais, de produção espontânea, identificam a ocorrência de sujeitos nulos e pronominais em orações finitas, e referem que no PA, o sujeito nulo ocorre em todas as pessoas, isto apesar de apresentar níveis acentuados de preenchimento, sobretudo, em relação à 3ª pessoa.

Eh pá me CHAMAM de chefe, portanto, de princípio *pro* SOU uma pessoa muito animadora talvez *pro* DIGAMOS assim né? E quando *pro* CHEGUEI aqui por- tanto EU saí do Tchivinguiro para aqui é pá *pro* DIGO bem melhor chefe porque de princípio os outros de chefe. Chefe, chefe, pronto ELES também agora me meteram o nome de chefe. (SANTOS & OLIVEIRA, 2007: 12)

De acordo com os autores acima, em certos contextos, a posição de sujeito pronominal apresenta maiores níveis de preenchimento, o mesmo verifica-se em dados de produção espontânea:

(7)

- a. Por acaso *eu* não acho. *Eu* acho que matemática quando bem entendida, *ela* é boa.

- b. Quer dizer *ele* é um jogador, *pro* consegue, *pro* consegue de mudar o resultado em vinte e quatro segundos.
- c. Uma coisa muito curiosa, *eu* sei que *tu* vieste de Cabinda.
- d. Foi muito fácil *pro* adaptares a viver aqui?
(SANTOS & OLIVEIRA, 2007: 14)

No *corpus*, os contextos de 1ª pessoa apresentam consideráveis níveis de preenchimento da posição de sujeito, o que também se verifica no PE e no PB.

Interessa-nos para este trabalho, sobretudo, a variação que se verifica em contextos de 3ª pessoa, com o preenchimento da posição de sujeito nalguns contextos e não noutros.

Assumindo que o PA legitima sujeitos nulos, tal como o PE e o PB, procurámos, neste trabalho, compreender que tipo de interpretação preferencial realizam os falantes angolanos, aos sujeitos nulos e pronominais em orações subordinadas.

Questões de investigação

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a interpretação de sujeitos nulos e pronominais em orações subordinadas, com diversos tipos de antecedentes, a fim de perceber se o sujeito nulo no PA tem o mesmo estatuto que tem no PE, ou se, pelo contrário, está sujeito às mesmas restrições que se verificam no PB. Neste sentido, o trabalho procurou responder às seguintes questões:

1. Qual é a interpretação preferencial dos falantes angolanos para os sujeitos nulos e pronominais com antecedentes quantificados e não quantificados?
2. Os falantes angolanos distinguem sujeitos nulos e pronominais em orações subordinadas completivas e adverbiais na retoma de antecedentes sujeito ou objeto?
3. No PA há aceitação de leituras *strict* e *sloppy*?
4. No PA aceitam-se antecedentes sujeito e objeto para sujeitos nulos e pronominais encaixados em frases em que se manipula

a concordância entre o sujeito sintático, o objeto e o modificador?

5. O PA tem propriedades semelhantes ao PE ou tem restrições de interpretação como o PB?

Metodologia

Os dados foram recolhidos a partir de um teste escrito, constituído por tarefas de interpretação escrita. A aplicação do teste foi antecedida por um teste piloto, com o objetivo de aferir a consistência dos estímulos. O teste piloto foi aplicado a um total de 6 falantes do PA que, a altura, residiam em Lisboa, a menos de 6 meses.

O teste definitivo foi aplicado a dois grupos de informantes. O primeiro grupo era constituído por 35 informantes, falantes nativos do PA. Entre estes havia 16 do sexo masculino e 19 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 16-19 anos (8); 20-23 anos (22); 24-27 (5) anos. Todos os informantes encontravam-se a frequentar cursos de preparação para o ingresso à universidade. O segundo grupo de informantes funcionou como grupo de controlo. Era composto por 21 informantes, falantes nativos do PE. Todos estes informantes eram estudantes universitários, alunos dos cursos de Línguas, Literaturas e Culturas e de Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Para a realização da pesquisa foi usado um teste com quatro tarefas: i) tarefa de aceitação de interpretação; ii) tarefa de leituras preferenciais; iii) tarefa de interpretação; iv) tarefa de juízos de gramaticalidade.

Para cada tarefa foram estabelecidas estruturas específicas que visaram avaliar se para os falantes do PA:

- i) Há diferença entre sujeitos nulos e pronominais quanto à possibilidade de estarem ligados por um antecedente sujeito quantificado e não quantificado – (Tarefa de aceitação de interpretação).
- ii) Há diferenças entre sujeitos nulos e pronominais em orações completivas e em orações adverbiais pospostas na retoma

preferencial de um antecedente sujeito ou objeto em contextos de ambiguidade – (tarefa de leituras preferenciais).

- iii) Há aceitação de leituras *strict* e *sloppy* de sujeitos nulos encaixados – (Tarefa de interpretação).
- iv) Há aceitação de antecedentes sujeito e objeto para sujeitos nulos e pronominais encaixados em contextos não ambíguos.

Foram usadas orações subordinadas (completivas e adverbiais), com pronome anafórico (nulo e pleno) na oração subordinada, retomando o sujeito (quantificado e não quantificado) ou o objeto da oração principal. O teste consistiu em quatro tarefas:

1. Aceitação de interpretação de pronomes nulos e plenos com antecedente quantificado e não quantificado, de acordo com MONTALBETTI (1984).
2. Leituras preferenciais em contextos ambíguos (completivas e adverbiais), com dois antecedentes disponíveis (sujeito e objeto), tal como sugere a Hipótese da Posição do Antecedente de CARMINATI (2002), com resultados produtivos para o PE, como em MORGADO (2011), LUEGI (2012), SILVA (2015), SILVA & LOBO (2016) entre outros.
3. Tarefa de interpretação de leituras *strict* e *sloppy*, em que se procurou determinar as propriedades da categoria vazia na posição de sujeito no PA, verificando se tem o comportamento de um pronome, um *pro*, o que, a ser comprovado, induziria a ocorrência de leituras *strict*, ou se, por outro lado, tinha o comportamento de uma variável, com tendência preferencial a induzir leituras *sloppy* (COSTA & LOBO, 2015; DUARTE & FIGUEIREDO e SILVA, 2009).
4. Tarefa de juízos de gramaticalidade, em que se testou o nível de aceitação da gramaticalidade de frases em que foi manipulada a concordância entre o sujeito sintático, o objeto e o modificador,

forçando-se a correferência do pronome nulo com o sujeito ou com o objeto.

O objetivo desta última tarefa foi o de identificar o comportamento dos sujeitos nulos no PA, vendo se se assemelhavam ao sujeito nulo no PE ou no PB, isto é, se o sujeito nulo não aceitasse o objeto como antecedente, teria características parecidas com o nulo do PB, como demonstrado em DUARTE (1995), MODESTO (2000), DUARTE & SILVA (2012); se, ao contrário, aceitasse como antecedente tanto o objeto como o sujeito, tinha um comportamento semelhante ao PE.

Discussão dos resultados e conclusões

Os resultados gerais verificados para o grupo de angolanos nas tarefas 1 e 2 não marcam de forma clara a preferência pela interpretação do sujeito nulo encaixado como variável ligada ao sujeito quantificado ou correferente com o sujeito não quantificado (Tarefa 1), ou a preferência pela correferência do sujeito nulo com o antecedente sujeito matriz em contexto de completiva ou adverbial, tal como se verifica no PE (LUEGI, 2012; LOBO e SILVA, 2016). As percentagens obtidas situam-se, globalmente, ao nível dos 50% para qualquer das tarefas, daí ter-se optado pela apresentação individual dos resultados, como meio de verificar se, individualmente, os resultados podiam ser outros. Da leitura dos resultados correspondentes à Tarefa de aceitação de interpretação (tarefa 1) pode-se concluir que as performances do grupo de angolanos denotam variação ao que se esperaria numa língua de sujeito nulo consistente, em que os falantes interpretam o sujeito nulo como variável ligada ao sujeito, mas não um sujeito pronominal (MONTALBETTI, 1984).

Para os falantes angolanos, a interpretação do sujeito nulo encaixado como variável ligada com antecedente quantificado não é categórica. Os resultados demonstram que apesar de esta ser a tendência que mais se verifica, há casos em que esta interpretação não é aceite. O grupo dos angolanos aceita tanto os contextos em que o sujeito pronominal retoma antecedentes sujeitos quantificados e não

quantificados, o que é inesperado numa língua de sujeito nulo.

Os resultados individuais do grupo de angolanos parecem denotar desempenhos diferentes: i) um tipo de desempenho igual ao que se verifica para o PE; ii) um tipo de desempenho diferente do que se verifica no PE; iii) um tipo de desempenho que não distingue os dois contextos, que apresenta resultados semelhantes para o nulo e para o pronome.

Os resultados do grupo de controlo para a Tarefa 1 confirmam as previsões. Apesar de não ser categórica, a interpretação dos falantes de PE está de acordo com o Princípio de MONTALBETTI (1984). Os falantes de PE aceitam a interpretação dos sujeitos nulos e pronominais como variáveis ligadas com o sujeito matriz e maioritariamente rejeitam a mesma interpretação para sujeitos pronominais.

Na tarefa das leituras preferenciais (tarefa 2) verificou-se que no PA, em contexto de completiva *pro* retoma preferencialmente um antecedente sujeito. Em contexto de adverbial não há uma preferência marcada. Os resultados situam-se ao nível dos 50% para qualquer uma das opções disponíveis.

Nos mesmos contextos (completivas e adverbiais) verifica-se que o pronome pleno tanto pode retomar um antecedente sujeito como pode retomar um antecedente diferente do sujeito.

Quando analisadas individualmente, as respostas dos angolanos denotam que há pelo menos três categorias: i) respostas de informantes que têm uma gramática parecida à gramática do PE, isto é, para estes informantes o sujeito nulo é preferencialmente correferente com o sujeito matriz e o sujeito pronominal retoma preferencialmente o objeto; ii) respostas de informantes que têm uma gramática diferente do PE, que não manifestam uma preferência clara pela correferência do sujeito nulo com o sujeito matriz e o pronome pleno com o objeto; iii) respostas em que o pronome nulo tanto pode retomar o sujeito como o objeto e o mesmo ocorre com o pronome pleno, o que dá mostras de que nesta tarefa os resultados do PA diferem do que era esperado numa língua de sujeito nulo consistente.

Nesta mesma tarefa, nos mesmos contextos, verificou-se que no PE há uma distinção clara entre pronomes nulos e pronomes plenos quanto ao tipo de antecedentes que selecionam preferencialmente; os pronomes nulos retomam preferencialmente antecedentes sujeitos e os pronomes plenos antecedentes objeto.

Os resultados do grupo dos portugueses confirmam as previsões de CARMINATI (2002) e, para o caso do PE, os resultados verificados nos trabalhos de COSTA *et al* (1998), LUEGI (2012), SILVA (2015) e LOBO e SILVA (2016), que referem que nas línguas de sujeito nulo consistente há uma divisão de tarefas entre sujeitos nulos e plenos, que são sensíveis à posição sintática do antecedente. Nestas línguas, o sujeito nulo é usado preferencialmente para recuperar um antecedente sujeito e o sujeito pronominal é usado para retomar um antecedente objeto. Nesta tarefa verificou-se que o pronome pleno tanto pode ser correferente com antecedente sujeito como com objeto.

Na Tarefa 3, para ambos os grupos, os resultados também não são categóricos. Os contextos apresentados possuíam dois antecedentes disponíveis, o que favorecia uma leitura em que se podia retomar qualquer dos antecedentes. O sujeito nulo podia recuperar parcialmente o antecedente que se encontrava em posição mais alta por meio de uma leitura *strict* ou uma leitura em que o pronome nulo podia retomar o antecedente sujeito da oração imediatamente anterior a si.

No PE observa-se que há uma tendência marcada de aceitação preferencial da leitura em que o nulo encaixado retoma o sujeito matriz.

Os falantes angolanos demonstram maior aceitação de uma leitura *strict* em que o nulo recupera o sujeito, embora sejam significativos os contextos em que também se aceita a correferência do pronome nulo com o antecedente sujeito da oração imediatamente anterior a si. Portanto, neste contexto a interpretação dos sujeitos nulos por falantes angolanos também é variável. No PE parece ter preferencialmente um funcionamento de pronome; na PA, os resultados não são tão claros, há uma maior aceitação de leituras *sloppy*, compatíveis com uma análise de variável ligada.

Na Tarefa de juízos de gramaticalidade forçavam-se determinados tipos de leituras: i) pronome nulo coindexado com antecedente sujeito, opção preferencial nas línguas de sujeito nulo consistente; ii) pronome nulo coindexado com antecedente objeto, inaceitável no PB; iii) pronome pleno coindexado com antecedente sujeito, aceitável no PB e despreferido no PE; iv) pronome pleno coindexado com o objeto, aceitável no PE e no PB.

Todos os contextos testados tinham dois antecedentes que eram marcados por um traço de género distinto, o que favorecia um tipo de leitura em que tanto o pronome nulo como o pronome pleno podiam retomar apenas um dos antecedentes disponíveis. As médias de respostas dos dois grupos nesta tarefa são aproximadas, situam-se ambas muito próximas do valor máximo (4), que é estimado como o valor máximo de aceitabilidade das frases, isto apesar de haver contextos em que a leitura das frases força correferências atípicas para o PE, como nos casos da coindexação do nulo com o objeto e do pronome com o sujeito. Mesmo nestes contextos a opção maioritária dos informantes foi a de considerar aceitável este tipo de coindexação, o que parece resultar da necessidade de concordância dos traços de género do pronome nulo ou pleno com o seu antecedente.

Na tarefa 4 o grupo de angolanos tem performances mais uniformes. Os resultados confirmam as previsões de que os falantes angolanos considerariam aceitáveis a maior parte dos contextos testados e que as suas respostas estariam na mesma linha daquilo que se espera no PE.

Referências

BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugênia L.; KATO, Mary. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 11-52, 2005.

CARMINATI, Maria Nella. **The processing of Italian subject pronouns**. 2002, 426f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Massachusetts, Amherst. 2002.

COSTA, Armanda, ISABEL Hub Faria & MATOS Gabriela. Ambiguidade referencial na identificação do sujeito em estruturas coordenadas. *In: Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 1998. p. 173-188.

COSTA, João; LOBO, Maria. Crosslinguistic variation in the acquisition of null categories: Portuguese vs. Japanese. *In: Theoni Neokleous & Kleanthes Grohmann. Developments in the Acquisition of Clitics*. Cambridge. 2015. p. 276-299.

COSTA, João; PRATAS, Fernanda. Licenciar pro não significa ser uma língua pro-drop: evidência do Caboverdiano. *In: FROTA, Sónia; SANTOS, Ana Lúcia (Eds) Textos Selecionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, p. 2007. p. 157-166.

FILIACI, Francesca; SORACE, Antonella; CARREIRAS, Manuel. Anaphoric biases of null and overt subjects in Italian and Spanish: a cross-linguistic comparison. **Language and Cognition and Neuroscience**, London, v. 29, n. 7, p. 825-843, 2013.

HOLMBERG, Anders. Is there a little pro? Evidence from Finnish. **Linguistic inquiry**, v. 36, n. 4, p. 533-564, 2005.

JAEGGLI, Osvaldo; SAFIR, Kenneth J.. The Null Subject Parameter and Parametri Theory. *In: JAEGGLI, Osvaldo; SAFIR, Kenneth J. (Eds.). The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisers, 1989. p. 1-44.

KAPETULA, José. **Interpretação de sujeitos nulos e pronominais no Português de Angola**. 2016. 89f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, (2016).

KATO, Mary Aizawa; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro. **Veredas: Sintaxe das Línguas Brasileiras**, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2014.

- LOBO, Maria; SILVA, Carolina. Ambiguidade pronominal em orações adverbiais do português europeu: crianças vs. adultos. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n. 2, p. 319-338, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21747/2183-9077/rapl2a14>.
- LUEGI, Paula. **Processamento de sujeitos pronominais em Português: efeito da posição estrutural do antecedente**. 2012. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, (2012).
- MADEIRA, Ana; XAVIER, Maria Francisca; CRISPIM, Maria de Lourdes. Interpretação semântica e/ou pragmático-discursiva de sujeitos na aquisição de português L2. *In: Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, APL, 2010. p. 513-529.
- MADEIRA, Ana, XAVIER, Maria Francisca & CRISPIM, Maria de Lourdes. Uso e interpretação de sujeitos pronominais em português L2. *In: Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2012. p. 376-397.
- MODESTO, Marcello. Null Subjects without “rich” agreement. *In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Orgs.). Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Vervuert-Iberoamericana, 2000. p. 147-174.
- MONTALBETTI, Mario M.. **After binding: on the interpretation of pronouns**. 1984. 200f. Tese (Doutorado em Filosofia) Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1984.
- MORGADO, Sara. **Processamento da correferência pronominal: informação sintáctica e semântica**. 2011. 199f. Dissertação (Mestrado em Psicolinguística) – Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola: **Um estudo preliminar. Filologia e Linguística portuguesa**, n. 9, p. 85-102. 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p85-101>.
- PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago): Questões de Gramática**. 2002. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
- SILVA, Carolina Glória de Almeida Guerreiro da. **Interpretation of Clitic, Strong and Null Pronouns in the Acquisition of European Portuguese**. (2015). 282f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.
- ZHENG, Yi. Aquisição da correferência pronominal catafórica no português europeu por aprendentes chineses. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n. 3, p. 401-422, 2017, DOI: <https://doi.org/10.26334/21839077/rapln3ano2017a21>.

O que aprendemos com as meninas bonitas? Análise de dados de uma pesquisa sobre racismo, gênero e literatura infantil

What do we learn from beautiful girls? Data analysis of a research on racism, gender and child literature

Helena Maria Marques Araújo*
Rosa Maria Noronha Dias**

Palavras-chave:

Racismo

Gênero

Literatura infantil

afro-brasileira

Resumo: Este artigo apresenta a análise dos dados colhidos pela pesquisa intitulada “Meninas bonitas – um estudo sobre empoderamento feminino e relações étnico-raciais” no contexto escolar a partir da literatura infantil, que constitui a dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica – Curso de Mestrado Profissional (PPGEB) do CAP/ UERJ. O objetivo da investigação foi estudar de que forma a escrita para crianças pode colaborar na construção de uma identidade mais positiva para as meninas negras, duplamente discriminadas pela cor e pelo gênero. A pesquisa-ação foi definida como metodologia e teve como referencial teórico os Estudos Decoloniais. A pesquisa desenvolveu-se a partir de rodas de leitura – onde os livros selecionados para compor as mesmas contam histórias que valorizam a condição e/ou a cultura negra – e foi realizada em uma escola da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro com alunas do quinto ano do primeiro segmento do ensino fundamental.

Keywords:

Racism

Genre

Children's Literature

Abstract: This article presents the analysis of the data collected by the research entitled “Pretty girls – a study on female empowerment and ethnic-racial relations” in the school context from children's literature, which constitutes the dissertation presented to the Graduate Program in Education in Education Basic – Professional Master Course (PPGEB) from CAP / UERJ. The objective of the investigation was to study how writing for children can collaborate in building a more positive identity for black girls, doubly discriminated against by color and gender. The action research was defined as theoretical reference the Decolonial Studies. The research was developed from reading wheels, where the books selected to compose these wheels told stories that value the condition and/or black culture – and was carried out in a public school in the city of Rio de Janeiro with students of the fifth year of the first segment of elementary school.

Recebido em 15 de junho de 2020. Aprovado em 09 de novembro de 2020.

* Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1985), Mestrado em Educação pela PUC-Rio (1998) e Doutorado em Ciências Humanas – Educação pela PUC-Rio (2012). Atualmente é Professora Associada de História do CAP UERJ, assim como da disciplina de Estágio Supervisionado de História no Departamento de História da UERJ e é membro do corpo docente do Mestrado Profissional de Ensino de História (PROFHISTÓRIA)/ UERJ. Também é coordenadora da disciplina de História na Educação (Didática e Metodologia de Ensino de História) no Curso de Pedagogia da UERJ do CEDERJ. Líder do Laboratório de Ensino de História do CAP/ UERJ (LEH-CAP), onde é co-coordenadora da linha de pesquisa Espaços Educativos e Desigualdades. É pesquisadora associada do GECEC- Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura(s) – da PUC-RIO e do Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as, Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais (GFPPD) da UNIRIO. Tem experiência em docência, extensão e pesquisas na área de Educação, com ênfase em Ensino de História e Memória, atuando principalmente nas seguintes temáticas: formação de professores, ensino de História, espaços educativos não formais, memória(s), museologia social, interculturalidade crítica, decolonialidade e pedagogias decoloniais.

E-mail: hmaraujo.maosaobra@gmail.com.

**Mestre em Ensino pelo Programa de Pós Graduação de Ensino em Educação Básica do Colégio de Aplicação da UERJ. Possui graduação e licenciatura em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994), além de residência em Psicologia Clínica Institucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Hospital Universitário Pedro Ernesto (1997). Professora aposentada da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, onde atuei especialmente nas áreas de Educação Infantil e formação de leitores. Atriz profissional (DRT 38.910/RJ) e contadora de histórias. E-mail: rosmnd@bol.com.br.

Introdução

Como professora/ educadora da rede pública da cidade do Rio de Janeiro trabalhando há quase três décadas – exercendo a função de professora regente de Sala de Leitura nos últimos nove anos – observo as relações que se estabelecem entre os alunos e alunas nas escolas. Relações ainda impregnadas do ideário eurocêntrico e racista. Relações que classificam e hierarquizam pessoas pela cor da pele, pela textura do cabelo, por traços fenotípicos. Mais ainda, observo que este pensamento racializado também está presente entre professores e outros membros da comunidade escolar, negros ou não, interferindo no julgamento e na relação que mantém com os estudantes.

Por isso, escolhi pesquisar que impactos as vivências discriminatórias podem ter sobre as crianças negras dentro do contexto escolar. Mais especificamente, que impactos estas vivências podem ter sobre as meninas negras, como aponta Carneiro:

Dentre as violências experimentadas pelas crianças negras, está a negação do direito a uma imagem positiva que tem, particularmente sobre a autoestima das meninas negras, o seu efeito mais danoso, sobretudo pela importância que a valorização estética tem sobre a condição feminina em nossa sociedade (CARNEIRO, 2002, p. 10).

Além de estudar esses impactos, a pesquisa buscou apontar a literatura infantil e suas ressonâncias no leitor como alternativa de enfrentamento ao preconceito racial. Ou seja, o texto literário foi o recurso utilizado não só para refletir sobre o racismo presente no cotidiano, como também para através dele as meninas/ alunas – sujeitos da pesquisa – ressignificarem percepções e apontarem mudanças.

Inclusive, é possível falar de uma literatura infantil afro-brasileira, preocupada em discutir e valorizar nossa herança africana, com um cunho artístico e literário, sem se perder numa escrita de cunho pedagógico e panfletária. Optei por utilizar a denominação literatura afro-brasileira, no sentido

empregado por Souza, Lisboa de Sousa e Pires (2005). Segundo as autoras, esta literatura

[...] possui uma enunciação coletiva, ou seja, o eu que fala no texto traduz buscas de toda uma coletividade negra; propõe (e se propõe como) uma releitura da história de nosso país; traduz uma ressignificação da memória do povo negro brasileiro; realiza fissuras nos textos que representam o discurso hegemônico da nacionalidade brasileira; se caracteriza por um processo de reterritorialização da linguagem, ocupando lugares e desmontando estereótipos; se configura como narrativa quilombola, porque realiza verdadeiras manobras de resistência [...] (p. 3-4). Após uma breve apresentação da pesquisa que originou este artigo e das motivações que a engendraram, seguiremos abordando a especificidade da metodologia empregada a partir da discussão sobre o papel do investigador em uma pesquisa de observação participante, como é a característica da pesquisa-ação, as angústias e as potencialidades vivenciadas nesse e a partir desse lugar. E, por fim, buscaremos analisar os dados colhidos a partir do olhar teórico das pedagogias decoloniais e de outros autores que estudam os grupos subalternizados pela perspectiva das relações étnico-raciais e das questões de gênero. Longe de apresentar conclusões definitivas, entendemos este trabalho como mais uma ação de educação antirracista em direção a uma sociedade mais igualitária.

Referenciais teóricos metodológicos

No livro “Métodos de pesquisa”, organizado por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfó Silveira, é possível encontrar a conceituação de observação participante, uma forma mais vívida e ativa de participação do pesquisador:

O investigador participa até certo ponto como membro da comunidade ou população pesquisada. A ideia de sua incursão na população é ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos

do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. [...] A técnica de observação participante ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (SILVEIRA;CÓRDOVA, 2009, p. 75).

Dado que a neutralidade na pesquisa científica tem sido cada vez mais questionada – sejam aquelas que acontecem em laboratórios com grande controle das variáveis ou as que possuem um perfil mais qualitativo – a pesquisa participante mantém seu valor e sua eficiência pelos benefícios que oferece. Creio que a investigação realizada pela pesquisa-ação, seria prejudicada se fosse desenvolvida a partir de outra perspectiva de interação pesquisadora-sujeito.

Confesso que me deslocar do papel de professora regente de Sala de Leitura e me identificar com o papel de pesquisadora foi um processo difícil, construído sobre incertezas e questionamentos. Se para mim o espaço físico da pesquisa e seus recursos eram familiares – a Sala de Leitura e os livros – por outro lado, sabia que seriam esperadas posturas que nem sempre me eram claras, ainda que, como exposto, a pesquisa-ação permitisse algum envolvimento com o grupo.

Percebeu-se também que para as participantes da pesquisa havia um certo estranhamento em relação ao arranjo que se formava entre nós. Eu era a pesquisadora que pediu para ser chamada apenas pelo nome, que elas sabiam que era professora da escola e que já havia sido professora de duas delas anos atrás, que explicou que elas não eram obrigadas a participar da pesquisa e que, por isso, não esperava precisar ter uma postura disciplinadora que normalmente os professores têm diante dos alunos que não querem frequentar as aulas. No entanto, volta e meia era chamada de tia – denominação vaga e pretensamente carinhosa com que normalmente alunos menores chamam suas professoras – e algumas vezes precisei relembrar combinados para que as normas de convivência entre elas não fossem quebradas. Afirmando que encontrar a delimitação do

papel de pesquisadora, caminhando sobre a linha tênue que separa o envolvimento e a imparcialidade foi bastante positivo e fortalecedor.

Como já foi exposto, a pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia da pesquisa-ação, uma modalidade de pesquisa participante na qual o grupo é chamado à mudança, à ação. Foram selecionadas como sujeitos de pesquisa alunas do quinto ano do Ensino Fundamental, com a faixa etária entre nove a onze anos, da escola pública carioca onde trabalho como professora regente de Sala de Leitura. A pesquisa foi realizada no contra turno de meu horário de trabalho. Das duas turmas convidadas, formamos um grupo de doze alunas. Apesar de ter delimitado os sujeitos da pesquisa por gênero e a justificativa para esta escolha ter sido explicitada anteriormente, não foram utilizados raça, fenótipo, auto declaração ou afins como critérios de delimitação dos sujeitos. Partindo do princípio de que seria proveitoso participarem da pesquisa meninas negras e brancas para que, afetadas ou não diretamente pelas questões, pudessem estabelecer diálogos entre suas vivências e enriquecessem o processo de pesquisa-ação. Aliás, a escolha de meninas que se declarem brancas em participar de um grupo que vai discutir identidade negra e empoderamento feminino, já pode mostrar o quanto elas se sentem, de alguma forma, envolvidas com a temática.

Na primeira parte do desenvolvimento da pesquisa, realizamos as rodas de leitura, onde, a cada encontro, uma história era lida e as meninas eram convidadas a conversar sobre o que acharam da história, do que gostaram ou não, se a história lhe trazia lembranças e tanto a pesquisadora quanto as meninas destacavam determinadas falas ou situações presentes no texto. As histórias selecionadas atendiam ao critério de apresentarem positivamente a cultura e a estética negras a partir de suas protagonistas. Foram elas: O cabelo de Lelé, de Valéria Belém; O mundo começa na cabeça, de Prisca Aguston; O cabelo de Cora, de Ana Zarco Câmara; os tesouros de Monifa, de Sônia Rosa; Oiá e o búfalo interior e Oxum e seu mistério do livro Omo Obá – histórias de princesas, de Kiusam de Oliveira e O mundo no black power de Tayó, também de Kiusam de Oliveira.

Encerrado o ciclo de rodas de leitura, as meninas participantes da pesquisa foram provocadas a materializar todo o processo de reflexões que desenvolvemos – o que vai ao encontro de uma das características principais da metodologia escolhida, a pesquisa-ação, que é a execução de uma ação que visa a melhora de uma prática. Sendo assim, elas criaram a história “O amor impossível de Juliana?” – a qual conta a saga de dois jovens vivendo um amor inter-racial – e participaram de todas as etapas do processo, do roteiro ao lançamento do livro, que aconteceu na escola, diante de seus pares. Esta foi uma ação de intervenção e empoderamento que teve início nas leituras, quando entraram em contato

com a negritude de uma forma enriquecedora através da literatura.

Como pesquisadora do mestrado profissional, além da dissertação, para fins de aprovação, elaborei um produto educacional, cuja finalidade é ser utilizado por outros educadores. Na verdade, foram feitos três produtos: o livro (fig.1) escrito e ilustrado pelas meninas participantes da pesquisa e o roteiro para educadores (fig.2) – no formato impresso e no formato e-book – onde compartilho o passo-a-passo de todo o processo pedagógico, com o objetivo de que ele possa servir como recurso educativo na luta contra a discriminação racial no ambiente escolar.

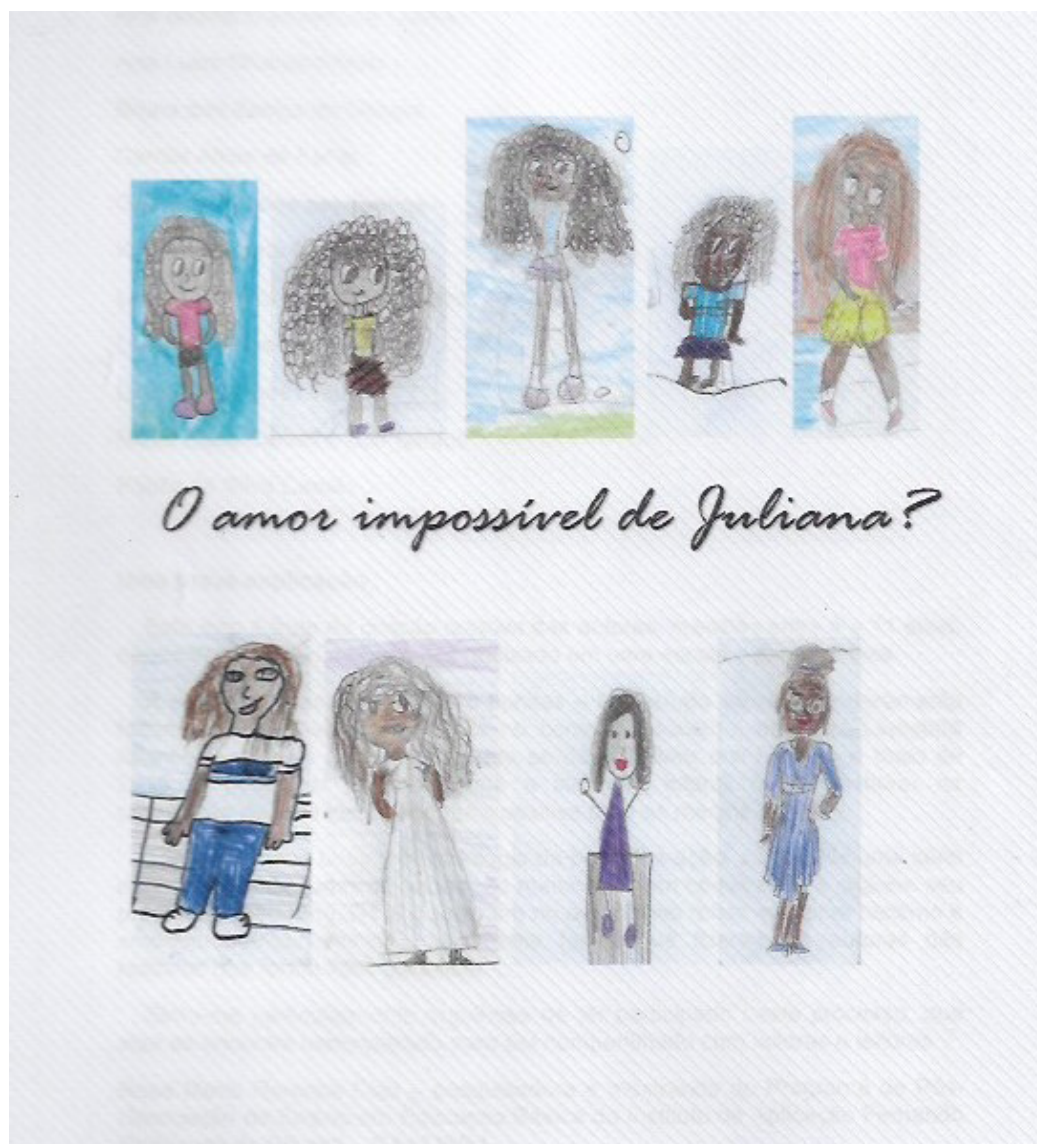


Figura 1- Livro “O amor impossível de Juliana?”

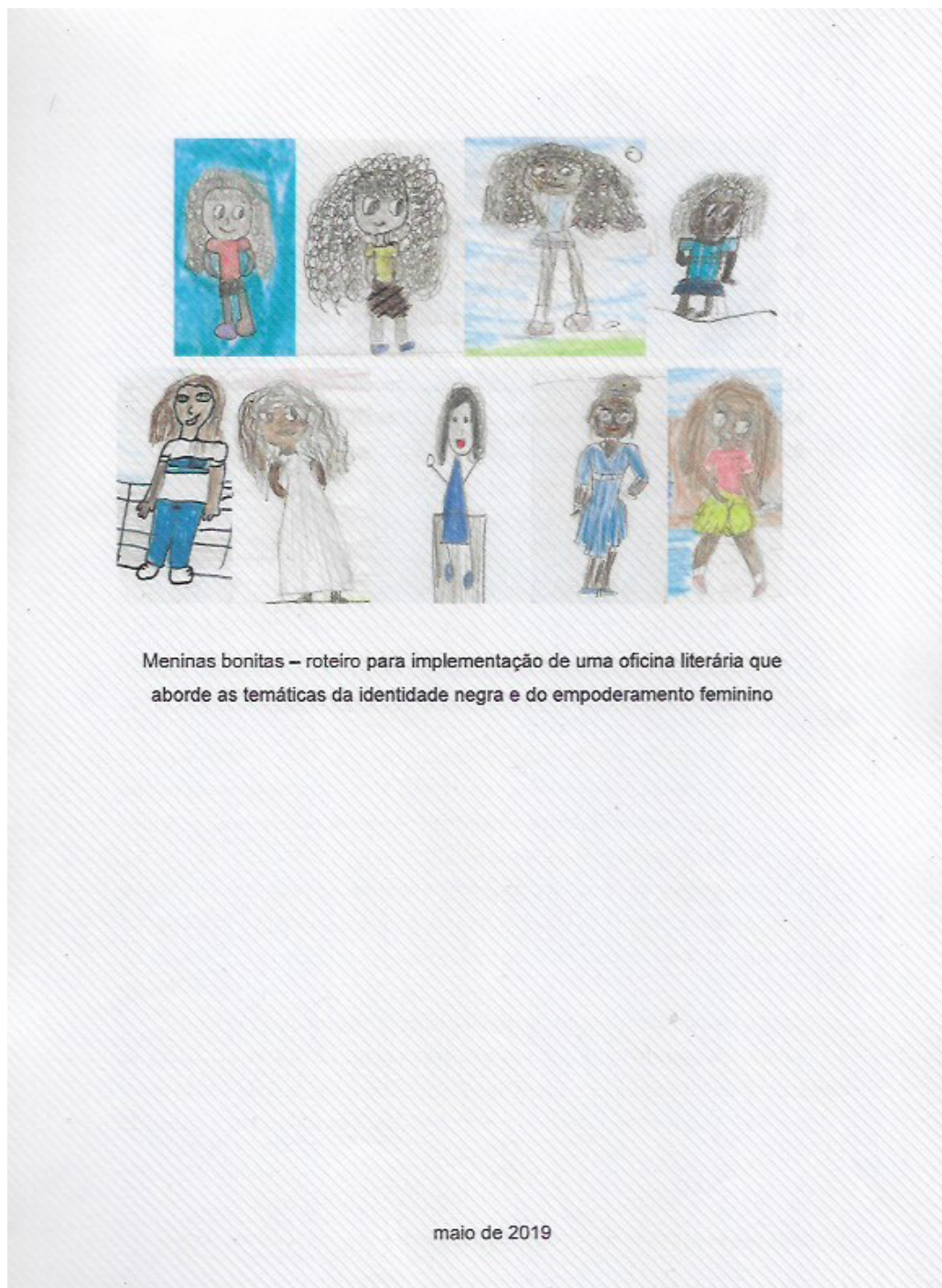


Figura 2 – Roteiro da oficina literária.

Após a apresentação da metodologia empregada e do detalhamento de como a pesquisa foi encaminhada até sua conclusão, destacam-se as observações e análises feitas ao longo dos encontros, apresentando-as por temas e relacionando-as ao aporte teórico. Em alguns momentos, são citadas algumas participantes da pesquisa por seus pseudônimos. Foram escolhidos por elas próprias, ação que vai ao encontro da proposta de

empoderamento que permeou a pesquisa. Os temas elencados para eixo de análise são os seguintes:

O discurso eurocêntrico introjetado

Logo nas primeiras rodas de leitura, chamava a atenção a forma como as meninas lidavam com as questões étnico-raciais, não parecendo compartilharem nem serem atingidas

por nenhum pensamento racista de adequação à estética ou à cultura eurocêntrica. Com o passar do tempo, no entanto, pude observar que, se por um lado elas afirmavam que todos eram iguais, que cada menina é bonita do seu jeito, seja branca ou negra, por outro lado, em algumas de suas falas se deixava mostrar, involuntariamente a interiorização do discurso eurocêntrico. Eram falas que, ou eram autodepreciativas ou usavam de subterfúgios, de meias palavras para não “ofender” ninguém com alguma referência à condição negra.

Violetta, num dos encontros, recordou de seus cabelos que eram ruins, porque eram muito volumosos e, ao ser questionada se isto era mesmo negativo, ela diz que na vida real era sim. Ou seja, apesar do valor das histórias que mostram a negritude longe de estereótipos, empoderada, mesmo assim ainda existe a vida real, um mundo no qual ela está inserida e que precisa de muito mais ações antirracistas, de muitas mudanças estruturais para ser mais plural.

Ao começarmos a criar a história “O amor impossível de Juliana?”, a composição física da protagonista também denunciou o quanto possuir características correspondentes à raça/etnia negra pode ser malvisto ou não desejado. Luna chamou a protagonista de moreninha e Gabrielly trocou a palavra crespo por “um cabelo, assim, tipo o meu”.

As três posturas não são particulares dessas três meninas. São posturas, bem contextualizadas dentro de uma sociedade que não se assume racista, mas submete seus membros ao racismo antes mesmo do nascimento. Concordamos com Miranda e Riscos quando afirmam que:

Um dos mais sérios entre os obstáculos da afirmação da identidade negra é que a opção por uma “adequação estética” inclui processos de branqueamento de corpos não-brancos e a ocultação das marcas da descendência africana (MIRANDA; RIASCOS, 2016, p. 566-567).

O valor das ilustrações na literatura infantil

Os tesouros de Monifa, de Sônia Rosa, conta a história de uma menina que recebe das mãos da mãe e da avó um baú que guarda cartas,

versos e outras lembranças deixadas pela tataravó que veio da África para ser escravizada no Brasil. Ao longo da história, o baú vai mudando de cor e, ao perceberem, as meninas vão tentando encontrar explicações para aquele fato, até que Pâmela apresenta uma hipótese que satisfaz ao grupo por ir ao encontro do que o texto escrito vai contando: as aventuras e desventuras pelas quais Monifa passa e que vão construindo a pessoa que ela se torna. Ou seja, as meninas perceberam que as mudanças na cor do baú não ocorreram de forma fortuita, mas se conjugavam com o texto para comunicar e multiplicar as possibilidades de compreensão da obra. Assim sendo, as ilustrações são um instrumento muito rico, na medida em que, entre outras coisas, permitem uma aproximação entre o leitor e a história escrita. Concordamos com os autores a seguir quando afirmam que:

Ninguém duvida que as crianças consomem imagens muito antes de serem apresentadas às letras. Elas acompanham desenhos animados pela televisão desde pequenas, experiência com sequência narrativa – sucessão de eventos mínimos – de que desfrutam antes de iniciado o letramento (CADEMARTORI, 2010 *apud* BURLAMAQUE; MARTINS; ARAÚJO, 2011, p. 83).

É possível encontrar em Coelho (2000) alguns apontamentos sobre o valor da linguagem imagem/texto no livro de literatura infantil, quais sejam:

Estimula o olhar como agente principal na estruturação do mundo interior da criança, em relação ao mundo exterior que ela está descobrindo. Estimula a atenção visual e o desenvolvimento da capacidade de percepção. Facilita a comunicação entre a criança e a situação proposta pela narrativa, pois lhe permite a percepção imediata e global do que vê. Concretiza relações abstratas que, só através da palavra, a mente infantil teria dificuldade em perceber; e contribui para a capacidade da criança para a seleção, organização, abstração e síntese dos elementos que compõem o todo. Pela força com que

toca a sensibilidade da criança, permite que se fixem, de maneira significativa e durável, as sensações ou impressões que a leitura deve transmitir. (COELHO, 2000, p. 197-198).

Mais ainda, como afirma o escritor e ilustrador Roger Mello, vencedor em 2014 do prêmio Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da literatura infanto-juvenil:

A leitura visual não se restringe a decodificar os elementos narrativos, simbólicos, e o contexto em que se insere o objeto artístico. A imagem possui ritmo, contraste, dinâmica, direção e, ainda, uma série de outras características que não suportam ser traduzidas em palavras. A imagem tem lá seus silêncios (MELLO, 2002 *apud* BURLAMAQUE; MARTINS; ARAÚJO, 2011, p. 85).

Assim sendo, para o bem e para o mal, as ilustrações têm suma importância na literatura infantil, seja para a quebra de estereótipos e veiculação de novas imagens, seja para o reforço e propagação de representações negativas de grupos minoritários.

Histórias protagonizadas por personagens negras ainda são uma minoria, apesar do progressivo aumento das publicações. Mesmo com as mudanças que vêm ocorrendo, persiste a queixa de que muitas vezes estas personagens são representadas de maneira estereotipada, feias, estranhas, vitimizadas, associadas à pobreza ou à marginalidade. Uma criança imersa numa literatura onde não se enxerga, onde não se reconhece – ou pior – onde se vê desqualificada em sua aparência, ridicularizada na cultura que vem de seus antepassados e, sabendo que esta mesma literatura representa o saber aceito pela sociedade, o que irá pensar? Possivelmente, pensará que é feia, que é má – afinal, muitas histórias ainda tomam como modelo a dicotomia bom/bonito-mau/feio – e que não merece que escrevam sobre ela e sobre os seus.

Os livros escolhidos para compor as rodas de leitura apresentam ilustrações ricas, que dialogam com o texto e que abrem para múltiplas percepções. Durante as conversas após as leituras,

as ilustrações sempre despertavam a atenção das meninas e serviam de material para a discussão. No entanto, dos sete livros selecionados, apenas dois foram ilustrados por ilustradores negros: “O mundo no black power de Tayó”, por Taísa Borges e “Omo-Oba, histórias de princesas”, por Josias Marinho. Ambos os livros foram escritos por Kiusam de Oliveira e é possível levantar a hipótese de não ser uma coincidência, mas uma preocupação da autora – também negra –, de entregar seus textos a ilustradores que, como ela, estivessem comprometidos com suas ancestralidades.

Faz-se necessário que mais ilustradores negros, seguindo o crescimento do número de escritores negros, assumam um lugar de protagonismo no mundo imagético dos livros infanto-juvenis. Como também é urgente a desnaturalização da denominação lápis cor-da-pele para a cor que se atribui à pintura da pele branca. Então esta é a única pele? É a pele-modelo? A pele que merece ser pintada e compor um belo desenho? Num país multicolorido como o nosso, onde menos da metade da população é branca, por que elegê-la como o padrão fenotípico? O racismo parece ser a única resposta possível a estas perguntas e decolonizar o olhar e a linguagem são atitudes que podem parecer triviais, porém são bastante necessárias e significativas para nos reconhecermos e nos empoderarmos.

A família como fator de confirmação (ou não) da autoimagem

A família exerce um papel importante na percepção que as meninas têm de si, na aceitação de suas características, no reforço ou não do preconceito racial. Ainda vivenciando a transição entre a infância e a adolescência – o período chamado pré-adolescência – nelas ecoam fortes as palavras, as escolhas, os silêncios dos adultos que delas cuidam acerca de vários assuntos, entre eles, o racismo. Os questionamentos, os rompimentos, a entrada em outros grupos cujos valores, por vezes são diametralmente opostos aos da família de origem – atitudes frequentes na adolescência – ainda não ocorreram. E mesmo quando a adolescência

chegar, dado que os estudos psicológicos apontam para a grande importância dos primeiros anos de vida para a formação da personalidade, o quanto de mudança será possível a quem nasceu imerso num ambiente de negação e de desqualificação da raça/etnia negra? Quantas barreiras terão que derrubar?

Schucman, Mandelbaum e Fachim (2017), no artigo “Minha mãe pintou meu pai de branco: afetos e negação da raça em famílias interraciais”, apontam para a presença do racismo nas relações familiares compostas por membros que apresentam características fenotípicas distintas entre si. Afirmam que os familiares que possuem a marca da negritude, seja nos traços faciais, seja na cor da pele ou na textura do cabelo, podem sofrer dentro da família desde preconceito declarado e desqualificador até a negação daquilo que qualquer espelho mostra. Esta última atitude tem como objetivo uma autopreservação da família em enfrentar algo que numa sociedade racista pode ter duros desdobramentos: o amor a uma pessoa negra. Logo concordamos com os autores quando apontam que:

É possível afirmar, portanto, que na sociedade brasileira, neste momento histórico presente, há certas condições conjunturais bastante complexas que permitem aos sujeitos um comportamento ideológico e discursivo singular e contraditório. Eles podem, de maneira simultânea e coordenada: a) ser contra o racismo, b) achar que o racismo é um mal que todos devem combater, c) sagrar casamentos interraciais e d) ser racistas (SCHUCMAN; MANDELBAUM; FACHIM, 2017, p. 453).

Gabrielly – uma das “Meninas Bonitas” – contou, num dos encontros, que sua avó costuma lhe aconselhar a alisar os cabelos. Podemos entender este conselho como uma forma de melhorar o *status* social da família e de preservar a neta dos percalços de ser reconhecida como negra, que é como a menina se autodeclara. Afinal, Gabrielly é uma negra de pele clara e, com os cabelos alisados, poderia subir alguns degraus na escala da hierarquia racial brasileira. Muito possivelmente, esta foi a forma de

combater o racismo que a avó aprendeu, adequando-se a ele, enquanto Gabrielly sinalizou preferir uma outra estratégia: a da falsa concordância em alguns momentos e a decisão em escolher o que acha certo, uma espécie de resistência pacífica.

O empoderamento através da beleza

Os cabelos têm um valor bastante significativo na percepção da beleza feminina e “um cabelo bonito” de um modo geral está relacionado aos cabelos lisos em nossa sociedade, o que dificulta a identificação positiva das meninas negras com suas características ancestrais. Algumas meninas reconheceram que nem sempre se sentem confortáveis com seus cabelos, como Thayssa, que têm os cabelos bem crespos e gostaria que eles fossem cacheados, mais palatáveis à aceitação social e, por conseguinte, a sua própria aceitação. Por outro lado, Luna, uma das meninas brancas e de cabelos lisos do grupo, afirmou que se criticassem seus cabelos, com certeza seria por inveja, certa de que sua aparência está em acordo com o modelo eurocêntrico valorizado.

A proposta de estudo desta pesquisa foi avaliar de que forma a literatura infantil poderia colaborar na construção de uma identidade mais positiva para as meninas negras e essa identidade passa pelo reconhecimento da beleza em si. Meninas bonitas é o título da pesquisa e – dito por algumas das participantes – o mote que despertou a curiosidade e o interesse em participar, uma imagem com a qual se identificam ou gostariam de se identificar.

Lima (2016) discute a dificuldade que é, numa sociedade como a nossa, extremamente visual, não estar adequada às imagens canônicas, não corresponder ao padrão de beleza veiculado, reforçado, massificado pelos meios de comunicação, pelas mídias digitais. Em nosso país, alheios ao padrão real – preto e pardo, majoritariamente – nossos olhos e desejos voltam-se para o padrão ideal branco e esforços são feitos para o apagamento da ancestralidade negra presente nos corpos. Assim, muitas mulheres e meninas sentem-se bonitas alisando cabelos, clareando tons de pele e afilando narizes, mas seguem sem questionar as estruturas

que as fazem se negarem para existirem enquanto pessoas belas aos olhos dos outros. Não há, nesta perspectiva, um empoderamento verdadeiro, por atingir apenas indivíduos e não, a coletividade daqueles que são discriminados, como defende Berth (2018). Segundo a autora, é importante conhecer e lutar contra as razões históricas que sustentam esta opressão.

A nossa visão de nós mesmos começa a ser distorcida e influenciada de forma extremamente negativa e agressiva por obra do colonizador. Ele precisaria incutir em nossas mentes a perspectiva que o favorecia e que era a de inferioridade e desumanização (BERTH, 2018, p. 70).

Beleza é também poder. Não é o único pilar que sustenta o empoderamento, mas é um dos pilares. É um dos pilares por subverter a lógica colonizadora que imputou aos indígenas, aos negros a pecha da fealdade e com isso os desumanizou, diminuiu, os tomou como selvagens para melhor dominar. E esta relação entre beleza e poder incide de forma mais cruel sobre a mulher, em especial sobre a mulher negra, que por não atender ao padrão estético eurocêntrico – no máximo pode atingir o *status* de mulata gostosa, ícone de uma beleza sensual e animalizada – sofre as consequências dessa opressão em sua autoestima.

Por tudo isso, creio ser muito empoderador ler, por exemplo, “nosso crespo é de rainha” (bell hooks), “quanto mais encaracolado o cabelo, mais próximo às histórias que os antigos contavam sobre cabelos que hospedam os pássaros ao final de longas migrações” (Prisca Agustoni), “assim faz Tayó: todas as manhãs ela se levanta da cama com a certeza de que é uma princesa e, como de costume, projeta em seu penteado a mais exuberante coroa de palha da Costa, búzios e ouro” (Kiusam de Oliveira). E foi justamente isso que a pesquisa buscou realizar.

O desconhecimento generalizado sobre a África

Em várias oportunidades ao longo dos encontros, foi possível perceber o desconhecimento das meninas sobre a história dos que sofreram a

Diáspora Africana, de quem muitos de nós, neste país miscigenado, somos descendentes.

O apagamento da história dos povos considerados subalternos, racializados, não surpreende, ao contrário, apenas mais uma vez demonstra a estratégia do colonizador para enfraquecer aqueles que, desconhecedores dos saberes, crenças e culturas de seus ancestrais, não se reconhecem nos currículos escolares. Oliveira e Candau (2010) apontam a lei 10.639 e seus desdobramentos legais como tentativas de corrigir esta lacuna e valorizar a história e a cultura dos africanos e afro-brasileiros. Apesar de considerarem que muitos conteúdos elencados não compõem a formação inicial dos docentes, afirmam ao mesmo tempo que estes documentos provocam um deslocamento epistemológico, que pode suscitar reações de desagrado de grupos mais conservadores.

É sempre bom lembrar, no entanto, que se houve e ainda há o silenciamento da cultura diaspórica africana em nosso país, há também um forte e ancestral movimento de resistência, que se expressa, por exemplo, no saber que passa dos mais velhos para os mais novos – como da personagem Monifa – que cultivou ao longo da vida seus tesouros e criou uma forma de passá-los através das gerações da família – e que se expressa através da oralidade. Este é um movimento essencialmente decolonial, de resistência e ação transformadora, chamado por Mignolo (2008) de insubordinação epistêmica:

A opção decolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta [...] Consequentemente, a opção decolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...] (MIGNOLO, 2008, p. 290).

O preconceito religioso como consequência do desconhecimento da cultura africana

Um desdobramento do pouco conhecimento e/ou do conhecimento deturpado pela visão do

colonizador sobre a África é o preconceito religioso que existe no Brasil em relação às religiões vindas deste continente por parte de setores conservadores das religiões cristãs. A dominação colonial não se expressou unicamente pela violência física, mas também pela violência epistêmica, capaz de causar estragos maiores e por um longo período de tempo, ainda agora, quando o processo de colonização está encerrado. A violência epistêmica, como aponta Quijano (2005), apropria-se da cultura do colonizado, reprime a expressão de sua subjetividade e impõe sua visão de mundo como sendo a única passível de conter a verdade. Assim sendo, as religiões cristãs se expressam a partir da dualidade bem e mal e tomaram esta dualidade como base de compreensão das religiões de matriz africana, desconsiderando a complexidade de cada orixá.

Nenhum orixá é nem inteiramente bom, nem inteiramente mau. Noções ocidentais de bem e mal estão ausentes da religião dos orixás no Brasil. E os devotos acreditam que os homens e mulheres herdaram muitos dos atributos de personalidade de seus orixás, de modo que em muitas situações a conduta de alguém pode ser espelhada em passagens míticas que relatam as aventuras dos orixás. Isto evidentemente legitima, aos olhos da comunidade de culto, tanto as realizações como as faltas de cada um (PRANDI, 1997, p. 12-13).

Foi muito acertada a escolha do livro “Omo Obá – histórias de princesas” para compor a roda de leitura por, no mínimo, dois motivos: em primeiro lugar, foi através de sua leitura que tivemos a oportunidade de discutir sobre o preconceito em relação às religiões de matriz africana quando Laradin me procurou em segredo no final do sétimo encontro para contar que seu pai era filho de Ogum. Com a sua permissão, no encontro seguinte refletimos com o grupo sobre o que motivou Laradin temer falar diante do grupo a religião que seu pai professava. Em segundo lugar, foi emocionante ouvir Gabrielly, uma das alunas evangélicas, contar sobre a mudança de percepção que teve das religiões afro-brasileiras a partir das histórias lidas nas rodas de leitura: “É que antes eu tinha mais ou menos um

racismo sobre isso. Porque eu achava que só porque a pessoa era de outra religião, a pessoa era do mal e essas coisas de africano, sabe? Não eram muito legais. Mas com essas histórias eu fui percebendo que, tipo... não é isso. (...) quando Deus fez o mundo, Ele criou o ser humano com sua essência que pode escolher o que ele vai fazer, qual religião ele vai ser”.

Assim sendo, precisamos decolonizar o pensamento em inúmeras dimensões, reconhecendo, por exemplo, a possibilidade de mundos diversos coexistirem de forma harmônica. Como afirma Catherine Walsh, é a possibilidade de ação transformadora feita no cotidiano, nas relações e nos encontros, que subverte o ideário colonizador:

Nesse sentido, pedagogias ou pedagogias descoloniais seriam construídas e por construir: em escolas, colégios, universidades, dentro de organizações, em bairros, comunidades, movimentos e na rua, entre outros lugares. [...] As pedagogias que integram questionamento e análise crítica, ação social transformadora, mas também insurgência e intervenção nos campos de poder, conhecimento e ser (WALSH, 2009, p. 15).

A pesquisa para além dos muros da escola

Pâmela – outra “Menina Bonita” contou, ao final de um dos encontros, que a Disney foi criticada pelo embranquecimento da princesa Tiana, a única princesa negra da Disney, a qual foi apresentada pela primeira vez ao público no filme “A princesa e o sapo”, em 2009. No trailer de *Wifi Ralph* (2018), Tiana apareceu com a pele mais clara, os traços mais finos e os cabelos menos crespos. Após críticas e à consulta feita ao grupo *Color of Change*, que organiza campanhas pela representação racial nos filmes da Hollywood, os criadores do filme revisaram a animação e mantiveram os traços originais da princesa, que voltou a ostentar uma aparência mais condizente com sua ancestralidade africana.

Com suas palavras de menina, Pâmela denunciou aquela “correção estética” que foi baseada num único motivo: racismo. A insurgência

a esta orientação racializada e a relação que Pâmela fez entre o fato e as discussões nas rodas de leitura foram atitudes decoloniais, de quebra do paradigma hegemônico. Dar os nomes exatos aos fatos é o primeiro passo para as mudanças subsequentes.

Conclusão

A pesquisa *Meninas bonitas* – um estudo sobre empoderamento feminino e relações étnico-raciais no contexto escolar a partir da literatura infantil foi construída a partir de inquietações vivenciadas no exercício do magistério, no reconhecimento do racismo que se encontra nas bases de nossa sociedade e na crença de que o texto literário pode catalisar reflexões e mudanças.

O objeto de estudo – a relação entre uma literatura que valorize a negritude e seus reflexos na formação de uma identidade positiva entre meninas negras – foi investigado dentro da perspectiva de uma pesquisa participante, mais especificamente da metodologia da pesquisa-ação, que busca sensibilizar e mobilizar os participantes para uma ação em benefício do grupo. Ainda que tenha suas dificuldades e desafios, esta modalidade de pesquisa foi entendida como a mais acertada para a investigação que foi realizada.

As rodas de leitura foram o instrumento através do qual a pesquisa foi desenvolvida, lançando mão de livros que buscam ressignificar a cultura, a estética e a história dos povos da Diáspora Africana – uma literatura que se autodenomina afro-brasileira – até chegarmos à criação do texto literário escrito e ilustrado pelas meninas e ao subsequente roteiro para replicar a pesquisa no formato de oficina pedagógica, ambos produtos educacionais originários deste processo de investigação.

De acordo com as análises realizadas a partir das falas das meninas e na observação de suas interações e de seus silêncios, recorrendo a autores que oferecem uma compreensão decolonial do objeto de estudo, foi possível destacar determinados temas que emergiram ao longo dos encontros, sendo eles: a postura ambivalente entre a aceitação da identidade e da estética negra e a introjeção do discurso eurocêntrico, a importância das ilustrações

na potencialização do texto literário para o público infantil, a família como instrumento importante para reforçar ou combater o racismo e colaborar ou não na construção da autoimagem, o valor que os cabelos têm na estética feminina e o quanto ela ainda está submetida ao modelo de beleza branco, o pouco conhecimento em relação à África e à cultura que nos chegou através dos africanos escravizados, o preconceito religioso que tem como um dos pilares o desconhecimento da cultura africana, a possibilidade de observar o cotidiano e relacionar com o que foi discutido nas rodas de leitura. Este último ponto foi considerado muito positivo, pois atinge exatamente o que a pesquisa, em sua perspectiva decolonial propõe: aprender a desaprender, desnaturalizar o olhar, problematizar o que é dado como posto, como certo, como natural e pensar outras formas de entendimento e de estar do/ no mundo.

Partindo da questão inicial – de que forma a literatura infantil pode colaborar na construção de uma identidade mais positiva para as meninas negras – hoje respondo que através da escrita que valoriza a diversidade étnica e cultural de nossa sociedade, que respeita os diversos saberes e fazeres e as diversas formas de expressão, que entende as questões históricas que justificam o contexto atual e que dialoga com os que por muito tempo foram excluídos.

Referências

- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BURLAMAQUE, Fabiane; MARTINS, Kelly Cristina C.; ARAÚJO, Mayara S. A leitura de imagem na formação do leitor. *In*: SOUZA, Renata J.; FEBA, Berta L. T. (Orgs). **Leitura literária na escola**. Campinas: Mercado das letras, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Prefácio. *In*: HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na Educação**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 7-10.
- COELHO, Nelly N. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

LIMA, Clarissa. **Cor da pele:** valorizando as diferenças para as oportunidades serem iguais. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2015.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 04 Abr. 2019.

MIRANDA, Cláudia; RIASCOS, Fanny M. O. Pedagogias decoloniais e interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista. **Educação em foco**, v. 21, n. 3, p. 545-572, 2016. Disponível em: <https://educacaoemfoco.ufjf.emnuvens.com.br/edufoco/article/view/3186/106>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

OLIVEIRA, Luiz F.; CANDAU, Vera M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.15-40, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 Abr. 2019.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do axé:** sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHUCMAN, Lia V.; MANDELBAUM, Belinda P. H.; FACHIM, Felipe L. Minha mãe pintou meu pai de branco: afetos e negação da raça em famílias inter-raciais. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 439-455, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2017v51n2p439>. Acesso em: 27 Abr. 2019.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Ana L. S.; PIRES, Rosane; SOUSA, Andréia Lisboa. **Afro-Literatura Brasileira:** O que é? Para que serve? Como trabalhar? Subsídio – uma ideia para o dirigente municipal de ensino. São Paulo: Gruhbas, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Pensar em movimento: a interseção “África-diáspora” e as outras aprendizagens em disputa no tempo presente

*Thinking about movement: the “Africa-diaspora” intersection
and other learning in dispute in the present time*

Claudia Miranda*

Aline Cristina Oliveira do Carmo**

Mille Caroline Rodrigues Fernandes***

Palavras chave:
Pensar em movimento
Epistemologias africanas
(re) aprendizagens
afrodiaspóricas

Resumo: As motivações para nos deslocarmos e “pensar em movimento”, incluem considerarmos nossos referenciais africanos e afrodiáspóricos em processos de (des) aprendizagens historiográficas. Nossa releitura da problemática racial, hoje, nas Américas, nos leva a reconsiderar percursos que consolidaram esse legado. Exigimos compreender dispositivos da dominação colonial europeia e seus efeitos para a alienação em massa, bem como problematizar as reações frente ao fenômeno da negação da existência de racionalidades outras. Valorizamos, no presente artigo, o incremento da historiografia dessa diáspora no tempo presente, e sugerimos tecnologias em rede para a retomada de conhecimentos fixados à margem e que ao mesmo tempo, estão em disputa, nos espaços de enfrentamento recriados pelas instituições do Movimento Negro. Ganham centralidade os deslocamentos na luta e na produção epistemológica para a elaboração de temários antirracistas e de fortalecimento sociopolítico que se consolidam no itinerário África-diáspora.

Keywords:
Think in motion
African epistemologies
Aphrodiasporic (re) learning

Abstract: The motivations for moving and “thinking in movement” include considering our African and aphrodiasporic references in processes of historiographical (un) learning. Our reinterpretation of racial issues today in the Americas leads us to reconsider paths that have consolidated this legacy. It requires us to understand devices of European colonial domination and their effects for mass alienation, as well as to problematize reactions to the phenomenon of denying the existence of other rationalities. In this article, we value the increase in the historiography of this diaspora in the present time, and we suggest network technologies for the resumption of knowledge fixed at the margin and that, at the same time, are in dispute, in the confrontation spaces recreated by the institutions of the Black Movement. The displacements in the struggle and in the epistemological production gain importance for the elaboration of anti-racist themes and of socio-political strengthening that are consolidated in the Africa-Diaspora itinerary.

Recebido em 01 de junho de 2020. Aprovado em 04 de novembro de 2020.

* Pós-doutora em Psicossociologia (UFRJ/EICOS). Professora do Departamento de Didática e do Programa de Pós-graduação em Educação (UNIRIO). Professora da Especialização e Curso internacional estudios afrolatinoamericanos y caribeños Pensar América Latina y el Caribe es pensar la raza (CLACSO). Formada em Letras (UFRJ). Membro do Grupo de Trabalho Afrodescendência e propostas contra-hegemônicas (CLACSO), professora da Escuela Internacional Más Allá del Decenio Afrodescendiente. (CLACSO). Email: mirandaunirio@gmail.com

** Professora do Departamento de Filosofia (Colégio Pedro II) com vínculo na pós-graduação e na educação básica. Pós-doutoranda em educação (UNIRIO). Formada em Filosofia (UERJ) e em Direito (UNIRIO). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NeabiCp2) e do grupo de estudos e pesquisas Corpoder – Filosofias Decoloniais: corpos, poderes e saberes e do corpo docente do curso de Pós-graduação em Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Básico (EREREBA). É membro da Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras (RECEN) e do grupo de pesquisa Formação de Professores, Currículo e Pedagogias Decoloniais (GFPPD/UNIRIO). Email: alinec.oliveira1984@gmail.com

*** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGeduc/UNEB). Bolsista PDSE/CAPES no Instituto Superior de Ciências da Educação-ISCED/Luanda. Formada em Pedagogia; Professora de História da África (Ensino Fundamental II/Município de Nazaré/BA)..Professora Colaboradora no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas-ISCED/Luanda. Pesquisadora do Grupo Memória da Educação na Bahia. Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Email: millecaroline@hotmail.com

*Racismo é crime, ninguém nasce racista,
se aprende a ser racista,
o mal tem que ser cortado pela raiz.
Basta de Racismo!*

Ao abrirmos um portal de notícias¹, na última semana de maio (2020), chamou nossa atenção a seguinte manchete: “Negros sem escolaridade têm 4 vezes mais chances de morrer por Covid-19 no Brasil” e, a matéria apresenta resultados da pesquisa desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O estudo incluiu a análise de quase 30 mil internações pela doença: *Quanto maior o nível de escolaridade, menor a letalidade. Este efeito pode ser resultado de diferenças de renda, que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde.* Apresenta dados alarmantes que revelam o risco a ser enfrentado: [...] *pretos e pardos sem escolaridade mostraram uma proporção 4 vezes maior de morte do que brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%)*”, *mostra a análise do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (Nois).*

A campanha *Racismo é crime*² (lançada em 26 de maio, de 2020) veio junto com outras manifestações motivadas por sucessivas agressões físicas e simbólicas. Em inúmeros casos, são naturalizadas e entendidas como “acidentes” – por parte de quem comete tais delitos. A epígrafe inserida acima, faz parte da dinâmica que contou com a participação de diferentes artistas negras (os). As reportagens sobre assassinatos, segregação racial e injustiças sociais, movimentaram o mundo em um período marcado por uma tragédia que mobilizou os continentes: chega, pelos meios hegemônicos – e alternativos –, de comunicação, a notícia do assassinato de George Floyd³ (USA), no ato de sua prisão. Uma onda de indignação fez emergir protestos antirracistas reunindo milhares de pessoas. Ao acompanharmos esses eventos, chamou atenção, nos cartazes das (os) manifestantes, a frase *Black lives matter*. Observamos, nas inúmeras mensagens, a importante tarefa de responder com insurgência coletiva, o que reflete a densidade do problema. Nos diferentes informes que tivemos acesso, evidenciou-se que, revoltas dessa monta, não eram vistas desde a morte de Martin Luther King Jr (1929-1968). A

frase *I can't breather* passou a ser convocatória, tendo cruzado oceanos e potencializado uma série de novos deslocamentos que, a nosso ver, são político-epistemológicos.

Para o campo da Medicina, deslocamento é o mesmo que um ato ou efeito de deslocar da posição normal (qualquer parte do corpo) e, para o antirracismo, trata-se de uma alternativa insurgente envolvendo setores diversos, partícipes de um tipo de renascença afrodescendente. O uso de imagens de símbolos de resistência (os punhos fechados), a menção às lideranças históricas e, a adoção de materiais como documentários e filmes, sobre racismo e antirracismo, são alguns importantes dispositivos dessa insurgência que sugere um *continuum*. O que se vê é um processo constituído como legado da *Négritude*⁴, sendo esse um *locus* existencial reconectado, diretamente, com filosofias produzidas em movimento, no percurso “África-diáspora”. Conseqüentemente, os deslocamentos que inauguraram nossa experiência, como diáspora, facilitaram a composição de gramáticas específicas.

Definido como um gigante multicultural, o Brasil é formado por um número expressivo de nações. Seu vínculo com o continente africano, está explicitado na população preta e parda (negra), que soma mais de 54% do total de 210 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Essa maioria tem experimentado todo tipo de desvantagem e, a exclusão e empobrecimento, definem a fixação na subalternidade. As favelas e morros nasceram como “bairros africanos” e até o ano de 2010, cerca de 11,4 milhões de pessoas viviam em habitações, também conhecidas como aglomerados subnormais. Hoje, esses territórios já somam mais de 6.329 e se espalharam por todo o país. A desigualdade socioeconômica se acirrou ao longo do século XX e, o século XXI nos desafia com um quadro avassalador, incluindo o genocídio dessa população vulnerabilizada, nas áreas que ocupa. A violência do Estado é um dos mais graves, dentre os temas presentes na pauta dos movimentos sociais. Tem sido analisada com maior preocupação, por conta das sucessivas agressões que caracterizam violação aos direitos humanos, em todo o território.

A “Coalizão Negra por Direitos”, formada por cerca de 117 entidades, atua em âmbitos

nacional e internacional, divulgando as inúmeras possibilidades de repactuação social. Como parte de suas ações, impulsiona a divulgação de dados alarmantes, mostrando a situação dos setores mais vulneráveis e incrementa processos que possam garantir maior visibilidade para as demandas por direito à vida e mobilidade socioeducacional. Instituições do Movimento Negro Brasileiro atravessaram todo o século XX, insistindo com uma narrativa descolonizadora e sem perder parâmetros orientadores onde o ideário democrático caminha ao lado do ideário antirracista. Em *Racismo e Sexismo na cultura Brasileira*, Lélia González (1984, p. 226) problematiza as representações construídas sobre as africanidades: “E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem”. Em *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra* Maria Beatriz Nascimento (1985) entende o Quilombo como uma instituição africana, como um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira. A partir de suas críticas, González e Nascimento apontam aspectos que sustentam rotas de insurgência coletiva. Os estudos da pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2017, p. 56-57) apresentam rupturas com os discursos ocidentais sobre o continente africano e suas diferentes formas de entender e se relacionar com o mundo. Consequentemente, abre mão de noções e conceitos reducionistas. Seu quadro teórico incorpora abordagens mais alinhadas com a pluralidade, com sentidos de mundo e isso por entender que, tanto a sociedade Yorubá como outras culturas africanas, privilegiam perspectivas mais porosas e afinadas com uma amplitude de percepções:

Si el cuerpo humano es universal por que parece tener una presencia tan exagerada en Occidente en comparación con el territorio Yorubá? El marco teórico de una investigación comparativa demuestra que una gran diferencia se origina en cuál de los sentidos será privilegiado en el proceso de comprensión de la realidad – la

vida en Occidente y una multiplicidad de sentidos anclados en el oído en la tierra Yorubá. La tonalidad del lenguaje Yorubá predispone a una comprensión de la realidad que no puede dejar al margen lo auditivo.

Para a diáspora africana, movimentar-se *casa adentro* significa, então, recompor a afro-existência superando todos esses obstáculos acima citados pelas intelectuais afro-brasileiras e por grupos do continente africano, com os quais nos conectamos como rede de pesquisa e de ativismo antirracista. Convém ressaltar que, dos 65.602 homicídios cometidos, no Brasil, 49.500 são de negros (as) e a histórica discriminação racial e, o racismo sistêmico, ganham novos contornos, com as crises sanitária e política. No dia 14 de julho (2020) o Portal Geledés⁵ anunciou: *Aumento de mortes por causas naturais é três vezes maior entre pretos e pardos do que entre brancos: desigualdade foi agravada durante pandemia do novo coronavírus*. Estabelecer comparações passa a ser uma exigência, na construção de contra narrativas sobre as condições de acesso a bens materiais, mobilidade socioeducativa e garantia de direitos básicos. No âmbito da América Latina e Caribe são escassos os dados acerca das perdas de vidas negras.

A formulação de contra narrativas é feita por redes de ativistas e de intelectuais que desenvolvem propostas interinstitucionais, e contemplam também países africanos. Nesse formato de cooperação, tem sido possível enfraquecer o ideário da democracia racial que, mesmo com alguma capilaridade, já não pode ser defendido. Perde força, a cada nova etapa da atuação do Movimento Negro (MN) e do Movimento de Mulheres Negras⁶. O ideário da democracia racial, entendido como instrumento de dominação simbólica, dificultou a compreensão do ordenamento social hierárquico e excludente e vimos, como um dos aspectos da problemática do racismo sistêmico, os efeitos das crises geradas pela perpetuação desse quadro. Órgãos internacionais alertam para o perigo emergente dos efeitos insuperáveis da violência do racismo. Nesse caso, trata-se do descaso com os setores mais afetados pela distribuição desigual de riqueza e

desequilíbrio nas formas de acesso aos serviços de saúde. Podemos afirmar que, as alternativas, para o enfrentamento dessas demandas, são sugeridas por lideranças constituídas nas periferias, favelas e morros, que atuam em espaços precarizados, como as moradias provisórias que emergiram das urgências dos africanos e africanas, sobreviventes da vida nas senzalas.

As iniciativas de moradoras (es) da favela de Paraisópolis (São Paulo) ocuparam as principais notícias, sobre reação ao Covid-19, nas áreas de maior vulnerabilidade. Segunda maior do estado, com cerca de 100 mil habitantes, Paraisópolis ganhou as páginas dos jornais pela sua organização comunitária, que inclui o Comitê de Bairro, formado por cerca de 420 moradores identificados como Presidentes de Rua. Esses são responsáveis por monitorar um total de 50 famílias, cada um. A Associação de Moradores contratou ambulâncias compostas por médicos e agentes de saúde, e dentre os serviços oferecidos, incluindo um plantão, para atender as demandas de emergência. Pelo exposto, são engendradas vias de oxigenação para se garantir maiores experiências de participação social, em zonas transformadas em espaços criminalizados, conforme o entendimento de Andreilino Campos (2010). Destaca-se o empenho para a formação de agentes que possam trabalhar apoiando a dinâmica local com propostas criativas, visando a elaboração/execução de propostas, que amenizem as ameaças em grande escala, como ocorre com a pandemia de Covid-19.

As motivações para pensar em movimento, incluindo cosmopercepções, no sentido dado por Oyèwùmí (2017) saem, justamente, de nossas suficiências. A afro-existência demanda, portanto, diversas linguagens estético-políticas. Em deslocamento permanente, atua-se sem intervalações, vive-se em constante transmutação, como nos ensina a Filosofia Bantu e, com a cooperação África- diáspora (na América Latina e Caribe), novas rotas são ensaiadas. Essa retomada de sentidos comuns, se caracteriza por uma ancoragem ancestral. A releitura da problemática das desigualdades raciais, que fazemos, inclui reconhecermos e valorizarmos o legado africano e

suas cosmopercepções. Exige que compreendamos como a dominação colonial se consolida apoiada em dispositivos, promotores de alienação em grande escala. Tais diagnósticos podem reorientar análises críticas sobre ideários que insistem em negar epistemologias africanas e afrodescendentes. Sob tal perspectiva, a história da diáspora, pode ser um dos pontos altos para a conformação de temários antirracistas, conforme indica a Lei nº 10.639 (2003).

Decerto, as crises profundas que ameaçam a vida negra e a manutenção dos direitos já alcançados, serão, novamente, enfrentadas com percursos coletivos de embate e, a ancoragem que nos sustenta, nessa travessia quilombola, não pode ser fora de nossas referências de pertencimento. Assim como Catherine Walsh (2017, p. 95), valorizamos “las apuestas praxísticas-políticas y los procesos [...] organizativos que empleamos e inventamos tanto para luchar en contra del proyecto guerra-muerte como para crear [...] y afirmar la vida fuera de la lógica-estructura capitalista-patriarcal-moderno/colonial imperante”. Os segmentos afetados pela perspectiva colonizadora são, estrategicamente, racializados, são os que figuraram (e figuram), nas narrativas coloniais⁷, como diferentes e, logo em seguida, como inferiores. Ser não branco é ser racializado tendo em vista que, a normalidade, é parecer-se com o colonizador europeu. Para o enfrentamento do problema racial é indispensável considerarmos o papel do inconsciente, nas práticas sociais e, do mesmo modo, considerar a existência de mecanismos que contribuem para a exclusão, provando que as instituições ratificam o ordenamento hierarquizado. Justamente por isso, a retomada de processos iniciados, antes mesmo da emergência das instituições do MN e das organizações do Movimento de Mulheres Negras, do Brasil, é outra vez, o ponto de partida.

Négritude e pan-africanismo

O contexto era a França dos anos de 1930 e, o protagonismo, de escritores, estudantes universitários e intelectuais pertencentes a diferentes lugares da África, Américas e Caribe.

O desafio: viver nas fronteiras simbólicas, em um mundo organizado pelas hierarquias raciais. Essa presença outra, em um país da Europa, indica quão exitosa foi a aventura colonial. Não obstante, pode-se entender que as fissuras são parte da estrutura desigual e foram localizadas por segmentos que migraram, em busca de outras percepções de si e de mundo. As manifestações são, portanto, fruto dessa junção que fomenta debates sobre modos de insurgir. Sobre a *Négritude*, Waldir Freitas Oliveira (2002, p. 409) discorre:

A negritude, considerada em sua essência, não nasceu, contudo, na Europa, mas em terras da América, talvez sob a inspiração do movimento *New Negro*, surgido dos Estados Unidos em começos deste século, do qual participaram grandes poetas negros norte-americanos como Langston Hughes, Countee Lee, Jean Toomer e Claude McKay, todos com grande influência sobre a obra dos poetas francófonos da região das Antilhas e do Caribe, em especial sobre a de Aimé Césaire, da Martinica, e a de Léon-Gontran Damas, da Guiana.

Oliveira atribuiu a Etienne Lero, Jules Monerot e René Ménil, o papel de promotores de um arcabouço filosófico e cultural, com os escritos veiculados nos anos de 1930, valorizando o manifesto *Légitime Defense*. Entre 1934 e 1935, Aimé Césaire, Léon-Gontran Damas e Léopold Sédar Senghor, dirigiram o jornal *L'étudiant noir*. Foi no final dos anos de 1940, que “a palavra negritude veio a ganhar destaque no seio das comunidades intelectuais da Europa. Talvez em consequência da publicação, em 1948, em Paris, organizada por Léopold Sédar Senghor, de *L'Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgaxe*” (OLIVEIRA, p. 215). Sobre esses desdobramentos, avalia que foi “um movimento capaz de posicionar-se, de modo decisivo, na história das literaturas em língua francesa”.

Algumas lições sobre a condição de existência das populações, que resistem ainda que em condições adversas, já foram absorvidas. Nas suas histórias, inúmeras trajetórias foram/são

interrompidas por processos desumanizadores, com efeitos irreparáveis. Consequentemente, tal fato nos convoca a realizar incursões que nos alinham com um conjunto mais amplo de conhecimentos. Pensar em movimento é, portanto, deslocar-se com epistemologias subterrâneas, com um modo outro de ensaiar a vida levando em conta as brechas que, a olho nu, não são facilmente perceptíveis. Incluir garantirmos outro *status* para os percursos de resistência – como é caso da *Négritude*. Reconhecer-se a partir das vinculações com as cosmopercepções africanas, depende de uma experiência com referenciais positivos de pertencimento. Descolonizar, então, é um compromisso que demanda a rejeição de perspectivas superficiais de pluralidade e diversidade. Assim, vinculamos a categoria “negros”, primeiramente, ao movimento da *Négritude*, um tipo de deslocamento, uma movimentação que concebeu o mundo na perspectiva do outro inventado na colonização.

A *Négritude* é definida como uma ideologia fruto dos efeitos da estigmatização sofrida, nos países do primeiro mundo e, quando pensamos com Edward Said sobre a experiência de ser o outro colonial, concordamos que “se os negros foram outrora estigmatizados e ganharam um *status* inferior ao dos brancos, então torna-se necessário não negar a negritude e não aspirar a ser branco, mas aceitar e celebrar” (SAID, 2003, p.181). Said definiu, como inevitável, manifestos pelo fortalecimento da identidade de grupo, sendo esse o caso de sujeitos submetidos aos desmandos de processos devastadores. Isso mostra, ao mesmo tempo, que o racismo produz um antirracismo bem como outros modos de pertencimento e possibilidades de reagrupamento.

As pesquisas de Sheila S. Walker se desdobram, na coletânea “Conocimiento desde Adentro – los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias” (2010) e, no documentário “Rostos familiares, lugares inesperados: uma diáspora africana global”⁸ (2018). Vimos como um exemplo de ações, que se voltam para a retomada de um exercício de reescrita da memória da diáspora africana. Não podemos desconsiderar os estudos que indagam a historiografia vigente e, a

nossa preocupação, inclui revermos as narrativas cristalizadas como únicas. Dos seus achados, interessa observar a seguinte ênfase:

A palavra diáspora, que quer dizer ‘semear através,’ faz alusão ao processo pelo qual estes africanos, brutalmente desenraizados de tudo que conheciam, fincaram novas raízes, produzindo novos frutos nas terras onde se encontravam. Em todas as américas, esses sobreviventes migrantes involuntários, depois de um trauma tão enorme, tiveram que começar imediatamente, em uma situação de opressão inimaginável, a inventar novas identidades e criar novas culturas. Fundamentaram-nas nos saberes que trouxeram da África em sinergia com o que encontravam em sua nova terra, criações que marcaram com sua originalidade as sociedades de todas as américas (WALKER, 2010, p.15).

O quebra-cabeça a ser remontado, a partir da sugestão da autora, exige deslocamento epistemológico que, a nosso ver, faz parte das estratégias de mudança de *status* para os conhecimentos e saberes africanos e afrodescendentes. Walker insistiu com o mapeamento da África nas Américas e seu argumento é para produzirmos conhecimento desde dentro.

O trabalho de Lucia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier (2018, p.8) apresenta alguns outros pontos cruciais para essa tarefa:

O debate aponta para a necessidade e a riqueza de se pensar, por exemplo, de forma aprofundada o processo de escravização considerando, no tempo, como diferentes povos ou etnias foram comercializados, as diferentes rotas, a diversidade das experiências em locais variados no atlântico, recuperando a dinâmica deste processo. Sem dúvida esta não é uma tarefa fácil. Requer um trabalho de arquivo ampliado considerando múltiplos espaços geográficos e políticos, o que em alguns casos pode demandar do pesquisador o domínio de diferentes línguas e a estadia em diferentes regiões ou países. Uma história diaspórica, entrelaçada,

pode implicar também o domínio de diferentes historiografias, tal como aquelas referentes tanto a história africana como americana ou caribenha.

As autoras assumem “a complexidade da abordagem dos estudos da diáspora” e reconhecem “sua contribuição ao nos propor novas interrogações sobre os enquadramentos das histórias coloniais, sobre os recortes nacionais, sobre os processos identitários, sobre os arranjos sociais e culturais construídos pelos sujeitos” (SILVIA e XAVIER, 2018, p. 8).

Notadamente, as questões orientadoras, nos projetos que se ocupam de fomentar as redes de intercâmbio e de cooperação entre África e sua diáspora, devem considerar o volume de proposições já existente. E se assim pudermos entender, pensar em movimento é possível quando a memória coletiva é concebida como o portal de referências de *Négritude*. Significa assumir um compromisso com memórias coletivas, com a história de insurgência e, ao mesmo tempo, significa conectar-nos com epistemologias “desde dentro,” conforme a defesa de Walker (2010).

Faria diferença, para as urgências do tempo presente, incorporarmos o alerta feito por Sueli Carneiro (2019, p.45), e esse consiste em um maior cuidado para o exame das estratégias de manutenção de hierarquias que garantem múltiplas formas de fragilização da população negra:

[...] o que se coloca aqui é a necessidade de destacar os efeitos perversos que a ideologia machista tem para a luta empreendida pelo grupo negro em geral, na medida em que, objetivamente, tanto quanto o racismo, o sexismo atua como componente intrínseco da subalternidade de expressivo contingente da população negra, as mulheres negras. Decorrem daí, as desigualdades existentes entre homens e mulheres negras, gerando entre outras condições, a fragmentação da identidade racial.

No argumento da autora falar de mulheres negras e de discriminação racial não é falar de minoria porque falamos de quase 50% da população

feminina nacional. São as mulheres negras as que tomam a direção e insistem com suas famílias – que na sua maioria, habitam as periferias desassistidas – para as aventuras insurgentes. Em muitas delas, sacrifícios foram (e são) feitos para a manutenção das condições minimamente favoráveis para a subsistência.

A rebeldia impulsionada no Haiti, ainda é uma importante referência de descolonização. Essa transgressão é “sentirpensante” e envolve, a nosso ver, cosmopercepções de segmentos que elaboraram teorias e as traduziram em práticas anticoloniais. Desse modo, vimos como essa condição explicitada na Revolta de Saint-Domingue (1791-1804), é consequência daquilo que Aníbal Quijano⁹, definiu como o mais proeminente exemplo de descolonização. Em seus termos, foi a primeira revolução global descolonial de todo o mundo contemporâneo. “Colonialidade do poder” e “descolonialidade do poder”, para o autor, estão imbricadas no processo vivenciado na primeira revolução global descolonial de todo o mundo histórico contemporâneo. Negros contra brancos rebelados proclamam, em sua constituição, que todas os povos do mundo, são iguais. O autor considera esse feito como sendo parte de um legado, um paradigma de resistência temido, em grande parte do mundo.

A desacomodação da ordem vigente, é um traço dos ruídos produzidos por grupos que insistem em retomar a sua humanidade. No Brasil, mesmo em estruturas precárias, o que podemos observar, na segunda década do século XXI, são os efeitos da entrada de um número maior de jovens negras (os), nos bancos universitários, rompendo, mesmo que com obstáculos diversos, as amarras do racismo sistêmico.

Com larga experiência de desacomodação social, as instituições do MN brasileiro promovem, hoje, importantes agendas (nacional e internacional), e se multiplicam como agentes coletivos sem intervalos ou pausas para descansar. Ao mesmo tempo, observa-se mudanças nessa luta não apenas retórica, mas efetiva, conforme se vê, no cotidiano de estratos fixados à margem. Por tudo isso, exige-se outras ambiências formativas que

podem contemplar novos quadros para o trabalho de desalienação. Isso porque a auto referência é um ponto chave nos processos emancipatórios que geram convivência intercultural em contextos multirraciais afetados por ataques e boicotes sucessivos contra populações racializadas.

Pensar em movimento com nossas ancestralidades, nos leva a reconectar-nos com os diferentes percursos na diáspora africana; é reconhecer o esforço de lideranças inventivas, comunidades que, sem recursos, engendraram um mosaico estratégico, com vistas a promover espaços de fortalecimento comunitário. A produção trans mídia de intelectuais negros (as), o trabalho do Acervo Digital de Cultura Negra – CULTNE, as diferentes vias de comunicação, advindas das bases sociais e uma gama de iniciativas de colaboração com mídias digitais já consolidadas, são entendidos como dispositivos extremamente necessários. Facilitam a interconexão com uma África invisibilizada, nos redirecionam filosoficamente por meio de bens culturais, nos alimentam com outras possibilidades de percepção de mundo. Isso porque a autoimagem positiva faz parte dos objetivos a serem alcançados nas inúmeras teses sobre pertencimento na diáspora.

Para analisarmos as vias de desalienação, é imprescindível criticar a gramática conservadora, de hierarquias que se reinventam, sofrem mutações, mas que vigoram, em um discurso unívoco de experiência no mundo. O desenvolvimento da historiografia das lutas das instituições do MN é parte das demandas por revisão desses referenciais.

A agenda do Movimento Negro

A Lei nº 7.716/89 – Lei CAÓ – é uma referência de alguns resultados efetivos no combate ao racismo e reflete a organicidade na qual ativistas são formadas (os). Sua história, inclui o empenho de um ativista nascido na Bahia (nordeste do Brasil). Advogado, Carlos Alberto Caó de Oliveira (1941-2018) formou-se também em jornalismo e, no ano de 1982, se elegeu como deputado federal podendo influenciar na política, como constituinte. Com a sua participação, garantimos que o racismo

se tornasse crime inafiançável. Ao analisar o importante trabalho do historiador Flávio dos Santos Gomes (UFRJ) João José Reis (1996, p. 198) interpreta o lugar de importância que ocupa o especialista da história da escravidão e reafirma, como temática central, a resistência escrava:

[...] Flávio Gomes se coloca no campo da nova historiografia da escravidão, imaginando os escravos enquanto sujeitos complexos que conceberam sua própria história em diversas direções e agiram com sentidos próprios mas multifacetados, em oposição a uma historiografia que só entende o processo histórico como uma sequência de movimentos estruturais na direção da “superação” do sistema vigente, no caso a escravidão, e tudo que não aponta nessa direção é entendido como “falho”, como insuficiente para contribuir com a dinâmica histórica.

Já em *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*, Gomes (1995) considerou a existência de “mundos da escravidão” e por esse itinerário, apreendemos pistas relevantes acerca da fixação efetiva de África e de sua diáspora, nas esferas subterrâneas, em todo o globo.

Assim como na Historiografia, também no âmbito das Ciências Sociais, da Educação e em outras áreas, pouco se considerou as interconexões realizadas na contramão do racismo sistêmico. Falta, portanto, ampla avaliação do peso da agência coletiva negra tendo em vista os esforços engendrados nas fissuras localizadas como faz Flávio Gomes. As outras aprendizagens possíveis acerca da “afro-existência” podem ser alcançadas em movimentos contínuos e em redes colaborativas que privilegiam o conhecimento desde dentro, que reconhecem as cosmopercepções africanas e afrodescendentes.

No argumento de Azoilda Loretto da Trindade (2013, p.21),

Assim como podemos falar de uma diáspora africana como sendo a presença africana no mundo material e imaterial, medida pelos seus

descendentes, na sua diversidade, podemos dizer que esta diversidade também se faz presente no pensamento pedagógico relacionado à aplicação da Lei 10639/2003. É diaspórica, diversa, plural, ampla como é a presença negra, afrodescendente nesse país e como anuncia a própria lei que altera a nossa lei maior da educação.

A análise acima recuperada, é suficiente para evidenciarmos argumentos sobre outros constructos epistemológicos e sobre como as instituições do MN e de Mulheres Negras, vêm negociando espaços curriculares para a dinamização de perspectivas educacionais mais justas para as populações negras e não negras, do Brasil.

Em “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?” Kabengele Munanga (2015, p. 21) acrescenta:

Tanto as antigas migrações combinadas com o tráfico negreiro e a colonização dos territórios invadidos, quanto as novas migrações pós-coloniais combinadas com os efeitos perversos da globalização econômica, criam problemas na convivência pacífica entre os diversos e os diferentes. Entre esses problemas têm-se as práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de intolerâncias, notadamente religiosas. As consequências de tudo isso engendram as desigualdades e se caracterizam como violação dos direitos humanos, principalmente o direito de ser ao mesmo tempo igual e diferente.

A Educação da população negra é um dos mais importantes pontos da agenda antirracista e as lentes de Munanga impulsionam nossa crítica, sendo ele um dos nomes de destaque maior importância no histórico de formação da intelectualidade afro-brasileira. Como africano residente no Brasil, desenvolveu estudos inéditos inserindo diferentes gerações de estudantes negras (os) no mundo acadêmico. Para um país continental, desigual e racializado como é o nosso, esses são dados que ajudam a entender a insurgência de novas (os) intelectuais negras (os).

Não é possível negar o impacto da discrepância na desigualdade socio-racial em contextos nos quais a aventura colonial europeia foi devastadora. São esses alguns importantes rastros que nos mobilizam a reavaliar o *status* das outras formas de pensar e, para tanto, importa localizarmos a capilaridade dos conhecimentos experienciados coletivamente e em dinâmicas comunitárias no continente africano e na sua diáspora. A diversidade linguística e o domínio de um conjunto de idiomas por parte daqueles/as nascidos/as na África, as tradições do Candomblé – religião afro-brasileira derivada dos cultos tradicionais africanos –, são elementos relevantes para essa perspectiva.

No século XXI, as armas que matam crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de lazer ou descanso, são as ameaças mais explícitas, no cotidiano das grandes metrópoles. Por outra parte, a negação dessa humanidade, tem garantido o desenvolvimento de enfermidades profundas, problemas psicossociais e de perda de referências bem como de perspectivas de ruptura, com esse estado de coisas. Em processos paralelos, muito se pode observar das reações alcançadas, coletivamente.

Associações e núcleos formados em espaços plurais como as zonas periféricas, as favelas e morros, universidades, associações de bairro, instituições religiosas, entre outros, têm discutido as suas urgências, incluindo nessa pauta, a elaboração de um plano efetivo, priorizando o direito à vida. Articulações intersetorial, interinstitucional e intergovernamental, fazem parte dessas iniciativas. Com os processos de organização interna, se conectam para elaborar suas estratégias de luta social visando incidir na proposição de políticas públicas.

Chama atenção, na história recente, o desafio assumido por inúmeras organizações e núcleos antirracistas que, juntos, reinventaram os movimentos de base. Busca-se a interatividade e a promoção de uma cultura de formação na luta e para tanto, exige-se pensar em movimento. As heranças africanas estão no centro das preocupações dos grupos interessados em fomentar processos insurgentes e quilombolas. Passa a ser anticolonial

a revisão da historiografia legitimada socialmente como narrativa oficial.

Como afirma Petrônio Domingues (2007, p.105) a imprensa negra incluía jornais publicados por negras (os) e elaborados para tratar de suas questões, uma via alternativa, que partiu de demandas próprias:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.

Ao mesmo tempo, foram adotadas diferentes formas de negociação com as instâncias públicas e o trabalho contínuo de sensibilização de órgãos da administração pública, no final dos anos de 1980, favoreceu uma nova conformação para a luta antirracista, a nível nacional.

O exemplo da Fundação Cultural Palmares

Para as inúmeras instituições do Movimento Negro e, do Movimento de Mulheres, garantir o direito à memória coletiva é parte dos objetivos de sua agência política. Nesse processo de negociação com o poder público, muito se caminhou, sobretudo, a partir da abertura política, dos anos de 1980. Queremos ressaltar a longa atuação de uma das suas mais importantes instâncias e que reflete parte das vitórias obtidas com a insistência e as tecnologias de negociação. Com a missão de combater o racismo, promover a igualdade racial, preservar a cultura negra e valorizar as manifestações, nas diversas áreas das Artes, a Fundação Cultural Palmares (FCP) foi criada no âmbito do Ministério da Cultura, no dia

22 de agosto de 1988. Seu papel foi de aglutinar e isso está bem apresentado por Fabiana Guimarães Xavier (2018, p.86):

Analisando todos os relatórios de gestão e outros documentos oficiais da Fundação Cultural Palmares fica claro a evolução do órgão no estabelecimento de relações de cooperação internacionais e ainda como [...] conseguiu dialogar com o Ministério da Cultura e barganhar apoio institucional e político, por exemplo com as suplementações em seu orçamento. Outro ponto que deve ser reafirmado é a ampliação da presença do governo brasileiro, por meio da Palmares, no continente africano. Política deliberada e encampada pelo governo Lula e seu Ministério das Relações Exteriores. Para tanto algumas ações foram executadas como: o I Fórum Internacional sobre Economia da Cultura, realizado pelo Ministério da Cultura de Cabo Verde, sob a coordenação da FCP; a I Exposição Cultural do Timor-Leste, em coordenação junto ao departamento cultural do Ministério das Relações Exteriores; a semana cultural do Benin, em Salvador; o processo de revisão da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, junto a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e o II Encontro Ibero-americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente das Américas, em Salvador. Esse último com o foco de elaborar uma agenda afrodescendente para as américas.

O Brasil, na análise da autora, desempenhou papel indispensável, além de avançar com a sua política de cooperação com o continente africano e com os países vizinhos. Tudo isso, com o esforço da FCP, com suas equipes gestoras. Internamente, instituiu representações em sete estados e isso revela pistas do êxito e de embate realizado na contracorrente.

Alcançou lançar-se pela orientação de lideranças reconhecidas nacionalmente, sendo esse um dado central na nossa forma de situar as condições de preservação, promoção e difusão das manifestações culturais. As etapas de atuação

que localizamos como sendo as mais decisivas, foram vividas com dificuldades diversas como, por exemplo, a dificuldade de financiamento. Entre os anos de 2007 e 2010 vimos sair do papel, o “Projeto de Cooperação com os países da América Latina – processo de mapeamento das dimensões da cultura”. A fundação conseguiu imprimir um formato onde o olhar para as questões da diáspora afro-latina, passou a ganhar força, saindo das margens e se deslocando para o centro.

Para entender os contornos dessa performance institucional, vimos como um dispositivo coerente, a abordagem realizada *casa adentro*, nos termos adotados por Catherine Walsh e Juan García Salazar (2005, p.82). Alinhamo-nos com sua visão pelo “uso estratégico hoy de la memoria colectiva –entendida como la filosofía y enseñanza de los y las mayores– como práctica decolonial para recuperar, fortalecer, reposicionar y reconstruir la existencia como derecho ancestral”. Podemos considerar a travessia da FCP como uma experiência quilombola, insurgente e portanto, carregada de reaprendizagens sobre diáspora e África. A exemplaridade pode então, figurar como parte dos resultados de uma vertente multidimensional, por nos redirecionar nas análises sobre como se incide nas políticas culturais do país.

Podemos afirmar que sua história – de êxito e de legitimação –, vai do ano de 1988 até 2017. Observamos que as dificuldades foram aumentando, sobretudo, com o término do governo do Partido dos Trabalhadores. Não se pode falar dessa insurgência institucional sem valorizarmos as estratégias de coexistência. Em outros termos, quando a FCP é analisada no conjunto das instituições públicas, o que a diferencia pela adoção de atalhos para manter-se como tal. O mérito de seu modo de resistir, voltada para as demandas do MN é, sobretudo, das (os) diferentes agentes que, com o apoio da comunidade negra nacional, a defenderam de ataques e ameaças. Importa ressaltar que a instituição nasce de uma estratégia contínua, de uma tecnologia dialógica própria e, *casa adentro*. Uma tecnologia que se configurou a partir dos diagnósticos produzidos pelas (os) intelectuais das instituições. Ao mesmo tempo, é

necessário admitirmos que pensamos tudo isso, em movimento, (des) aprendemos em movimento e (re) aprendemos nessa rítmica. As vias de negociação encontradas são também intragrupos, já que somos continentais e diversos em todo o país. A nosso ver, os (as) diferentes gestores (as) que atuaram no período citado, trabalharam conclamando a comunidade e negociando novas agendas para redirecionar as demandas mapeadas em diferentes partes do país.

O cantor e compositor Gilberto Gil, foi Ministro da Cultura entre os anos de 2003 e 2008 e seu substituto foi Juca Ferreira. Nota-se, no percurso da instituição, mudanças pertinentes onde se manteve o compromisso com as pautas elaboradas conjuntamente. Com essa forma de encaminhar seu funcionamento, priorizou a consolidação, impulsionando um perfil colaborativo e ratificando sua identidade institucional. Entendemos que a importância da FCP, para as políticas culturais, é sobretudo, por ter encaminhado projetos em consonância com as urgências da comunidade de interesse. Em outros termos, pode-se afirmar que se consolidou uma instância com capilaridade, mesmo enfrentando boicotes sucessivos, que já foram denunciados em diferentes pesquisas (ARAÚJO, 2020; XAVIER, 2018).

O trabalho de titulação de terras quilombolas foi um dos mais importantes trâmites assumidos. Os encaminhamentos realizados, podem ser analisados juntamente com uma agenda formativa, garantida nessas ações de reconhecimento. Outro importante projeto foi o Observatório Afro-Latino e Caribenho – um programa para interação e diálogo, dando centralidade para as culturas afro-latinas e caribenhas. Foi possível acompanhar a criação do portal bem como o plano de ação para impulsionar pesquisas sobre diáspora e presença africana na região. Sua emergência gerou grande expectativa impactando núcleos diversos, que se surpreenderam com um mosaico de possibilidades novas de mobilidade e interconexão.

Por tudo isso, temos que concordar que a FCP é parte da agenda educadora do MN e, sem dúvida, é preciso compreendê-la como resultado de uma plataforma política de um movimento

que se conformou nos interstícios e que trabalhou na contramão insistindo em suas diversas ações desenvolvidas em cooperação com as comunidades e suas organizações. O acervo que conseguiu reunir, faz parte da memória do país e é indispensável para entendermos como uma instância se organizou, (pelo menos até o ano de 2017), na contramão do racismo sistêmico. Como uma instância criada para combater a luta e diminuir o que definimos como ranço colonial, a fundação pode ser situada entre as grandes vitórias do antirracismo, na diáspora africana. Hoje, mais do que antes, é tarefa *sine qua non* recuperarmos sua história e garantir a difusão do que semeou para a recomposição da historiografia da luta, em todo o contexto nacional.

Acreditamos que esse itinerário pode favorecer a produção de subsídios para futuros debates, pesquisas, desenvolvimento de projetos, mas sobretudo, servir como um gatilho que favoreça (des)aprendizagens sobre o que é o Brasil profundo, o Brasil negado, o Brasil de mais de 54% de afrodescendentes. Um exemplo dessa negação pode ser localizado no trabalho de mapeamento de quilombos, em diferentes regiões do país. As representações instituídas em distintos Estados, facilitaram diagnósticos e análises conjunturais que privilegiaram as demandas advindas das comunidades sempre observando seus modos de reivindicar o reconhecimento da existência dos quilombos. Suas estratégias incluíram, por exemplo, a discussão de propostas de políticas públicas para a preservação de práticas culturais de matrizes africanas e das Comunidades de Terreiro. Foram inúmeros projetos de formação, de fomento para a criatividade, concursos e apoios que facilitaram a compreensão do que seria a sua tarefa. Trata-se de um percurso exitoso que propiciou maior visibilidade para as associações e grupos atuantes, nesse universo plural. Seu papel foi, sobretudo, de inaugurar um lugar inexplorado, em termos de políticas culturais. Para Araújo (2020, p.129):

[...] a Fundação Cultural Palmares não só desempenhou um papel relevante para o estreitamento das relações culturais entre os afrodescendentes brasileiros e os afrodescendentes

latino-americanos, inaugurando um período onde o intercâmbio cultural e a troca de experiências entre instituições, grupos e ativistas do movimento negro foi intenso, como também, pela primeira vez nos seus 30 anos de existência, conseguiu cumprir minimamente com os objetivos para os quais foi criada.

Entendemos que a cooperação, nessa área, é, também, cooperação política. Sendo assim, um dos seus feitos, foi revelar lacunas existentes e reconectar processos culturais privilegiando alinhamentos com a América Latina e o Caribe. Grupos de artistas participaram de ações de intercâmbio e de projetos significativos, nos países vizinhos. Já no Brasil, aconteceu o mesmo desfecho onde pensadoras (es), ativistas, artistas e estudantes, participaram de propostas de aproximação. A nosso ver, esses são alguns dos resultados alcançados com uma significativa virada conceitual contemplando a região da qual fazemos parte. O vínculo com a Colômbia, impulsionou a realização de estudos comparados. Já é possível encontrarmos pesquisas que incluem fenômenos tais como as políticas educacionais, o pensamento intelectual afrodescendente, as agendas de luta do movimento social e as alternativas de cooperação em projetos formativos.

Alguns diagnósticos foram realizados na perspectiva comparada, no trabalho de mapeamento dos processos culturais, notamos importantes traços. Já se mencionava questões das especificidades em termos da diversidade cultural e, viu-se que, no contexto colombiano, as comunidades negras lutam pelo reconhecimento dos seus direitos básicos enfrentando sérias desvantagens educacionais e socioeconômicas. Assumidamente, o Brasil foi um país aglutinador e revelou potencialidades no tema do desenvolvimento cultural afro-latino. A ausência de recursos financeiros, a difícil localização das instalações da FCP, a negação da importância da demanda por reconhecimento e valorização, são alguns traços de sua jornada de institucionalização.

Podemos afirmar que como afrodescendentes, construímos nossos respectivos países e fizemos grandes mudanças, mesmo sem o acúmulo de bens materiais. Formamos quadros,

intervimos em políticas sociais e denunciemos as condições nas quais se encontram as populações da diáspora. Nossa história como sociedades plurais, com marcas culturais africanas, é inegável. Existimos e re – existimos, como parte do território da diáspora africana no mundo. Portanto, o êxito da FCP foi valorizar essa pertença social e ratificar as reivindicações do Movimento Negro. Fabiana Guimarães Xavier (2018, p.160) destaca que é preciso:

Entender melhor o posicionamento político dos gestores e como eles veem a cultura negra é uma das análises que podem contribuir para um melhor entendimento das decisões organizacionais tomadas pela Palmares. Outro viés a ser aprofundado diz respeito aos editais lançados pela Palmares. Na nossa investigação não conseguimos examinar eficazmente cada certame. Seria necessário ir além dos valores e compreender o simbólico e político por trás de cada seleção.

Trabalhos sobre políticas públicas de cultura para os afro-latinos *versus* modos outros de intervenção da Fundação Cultural Palmares (ARAÚJO, 2020; XAVIER, 2018), ganham maior importância e oferecem um outro eixo interpretativo para a análise acerca do longo percurso a ser feito, para a revisão da historiografia. Trata-se de um desdobramento fundamental de um percurso feito na perspectiva do aquilombamento (*perspectiva casa adentro*) e da renascença africana.

À guisa de conclusão

Com a cooperação internacional realizada entre África e sua diáspora, outras rotas são ensaiadas e, essa retomada é também de sentido comum e de amplos deslocamentos coletivos. Coloca nossas ancestralidades outra vez, no centro. Os fóruns dos quais participamos, como Rede Pedagógica Latino-americana e Afro-caribenha (formada no Equador, incluindo Cuba, Brasil e Colômbia), favoreceram interações profícuas, como por exemplo, nossa participação no *Congreso Internacional Cuerpos, despojos, territorios: vida*

amenazada (Quito, outubro de 2018) e, em Angola, no Primeiro Colóquio Internacional sobre Tarefas para uma Educação Inclusiva, no Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED/ Universidade Agostinho Neto (Luanda, outubro de 2019). A experiência de deslocamento incluindo investigadoras/es desses diferentes contextos, tem garantido maior compreensão acerca das demandas interinstitucionais, o que exige a ampliação dessa dinâmica.

Conseqüentemente, emergem projetos transculturais incluindo a proposição de fóruns e debates que contemplem diferentes áreas. Pode-se afirmar que o esforço empreendido, é de promover diálogos transoceânicos e essas são questões que entrecruzam análises geopolíticas com o foco no continente africano. Especificamente em Luanda (Angola), foi possível iniciar uma aproximação com a Universidade Agostinho Neto, tendo em conta a importante problematização a ser desenvolvida, com núcleos já atuantes naquela capital.

Para o Brasil, a colaboração envolvendo entidades promotoras de ações antirracistas, de organizações comunitárias, da região da América Latina, é um vínculo recente. A nosso ver, não podemos interromper os processos em curso e, com tais diagnósticos, pode-se propor pesquisa social e historiográfica, além de privilegiarmos outras vias de internacionalização. Essas são algumas das tecnologias ancoradas em movimentações que geram disputas multifacetadas e, um dos efeitos positivos desse outro desenho de inserção geopolítica, é poder ser interlocutoras (es) em propostas de reaproximação com cosmopercepções africanas.

As abordagens desde dentro ganham centralidade e passam a ser abordagens inclusivas e, assim, consideramos a institucionalização de uma política de formação na pesquisa, que ressignifique os espaços disciplinares hierárquicos, bem como a seleção do conhecimento. Nessa perspectiva da internacionalização e de cooperação mútua, é possível pensar em movimento e essa proposta está pautada no ideário de (re) aprendizagens africanas e afrodescendentes. A agenda de trabalho investigativo, da qual fazemos parte, exige que

façamos perguntas sobre o *status quo* e suas formas sutis de violência e isso exige avaliação permanente das margens impostas aos “não brancos” inventados na aventura colonial europeia.

As investigações expedicionárias e, as escavações epistemológicas, são alcançadas, conforme aprendemos até aqui, na medida em que nos colocamos em redes colaborativas para pensarmos a centralidade dos vínculos a serem impulsionados com maior densidade. Tomar como referência uma gama de saberes invisibilizados, pode ser o primeiro grande passo. As trajetórias na diáspora africana é tema emergente e ainda pouco explorado no âmbito da Educação, das Ciências Sociais e da Historiografia. Assumimos, como grupo alinhado com tais preocupações, estabelecer pontes, visando considerar o conhecimento casa adentro e intercambiar, como rede de investigação expedicionária. O esforço das redes de investigação e de proposição de fóruns temáticos e permanentes, faz parte de um modo outro de trabalhar na contramão dos obstáculos que insistem em potencializar hierarquias. Importa considerar esses itinerários levando em conta, por exemplo, o acúmulo da FCP e assim, potencializarmos nossas tecnologias para outras composições teórico-práticas e filosóficas, que podem ser construídas em movimento.

Notas

1 Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/27/negros-sem-escolaridade-tem-4-vezes-mais-chances-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-mostra-estudo.ghtml>

2 Ver em <http://www.cultne.com.br/>

3 George Floyd, um homem negro de 46 anos, foi assassinado em Minneapolis (USA) pelo policial branco Derek Chauvin. Mesmo após mobilizá-lo, o agente o sufocou pelo pescoço até a morte. O motivo alegado, para a detenção, foi a semelhança do afro-estadunidense com um suspeito procurado. O crime deflagrou uma série de protestos e esses se espalharam pelo país, recebendo apoio advindo de outros contextos. Vimos mobilizações em quase toda a Europa e demais continentes.

4 Aimé Césaire (1913-2008) é um dos idealizadores desse movimento e o termo *Négritude* aparece, primeiramente, em 1935, na Revista *L'étudiant noir* (n. 3), em Paris (França).

5 Acessar: https://www.geledes.org.br/aumento-de-mortes-por-causas-naturais-e-3-vezes-maior-entre-pretos-e-pardos-do-que-entre-brancos/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification

6 Sobre isso, indica-se o trabalho “As ONGs de mulheres negras no Brasil”, de Sônia Beatriz dos Santos (2009).

7 Discursos coloniais são trabalhados por Aimé Césaire em *Discursos sobre o colonialismo* (1978).

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g1BceeLjIRO>

9 Sobre isso, ver Aníbal Quijano (Quito, 2015), na Conferência Magistral do III Congresso Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais, em: <https://www.youtube.com/watch?v=OxL5KwZGvdY&t=102s>

Referências

ARAÚJO, Edvaldo Mendes de. **Políticas Públicas de Cultura para Afro-latinos: o trabalho da Fundação Cultural Palmares (2003-2010)**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639**. Ministério da Educação. Brasília, 9 de janeiro de 2003.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], v.12, n.23, p.100-122. 2007.

FANON, Frantz Omar. **Pele Negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz Omar. **Los Condenados de la tierra**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica. 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de**

senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 mai. 2020.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora: Revista do mundo negro**. n. 6-7, Ipeafro, p.41-49. 1985.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Leopold Sedar Senghor e a Negritude. **Afro-Ásia**, 25-26, p. 409-419, 2001

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales de género**. Bogotá: La frontera, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Conferência Magistral. III Congresso Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OxL5KwZGvdY&t=102s>, 2015.

REIS, João José. **Resenha: Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**, de Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. **História Social**. Campinas-SP, n. 3 p. 197-200. 1996.

SAID, Edward. **Cultura e política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As Ongs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira e XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a Diáspora Atlântica. **História**

[online]. v. 37, e2018020. Epub 17-Set-2018.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Tecendo africanidades com brasilidades: desafios do cotidiano escolar.** In: VIANA, Maria Elena. **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei 10639/2003.** Rio de Janeiro: Editora Rovelte, 2009.

WALKER, Sheila S. **Conocimiento desde adentro: los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias.** La Paz: Fundación Pedro Andavérez Peralta, Afrodiáspora, Fundación Interamericana; Organización Católica Canadiense para el Desarrollo y la Paz, PIEB, 2010.

WALSH, Catherine. **Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de**

reflexión acción para resistir, (re) existir y (re) vivir. Vale de Cauca: Alternativas, 2017.

WALSH, Catherine e SALAZAR, Juan García. **Memoria colectiva, escritura y Estado. Prácticas pedagógicas de existencia afroecuatoriana. Cuadernos de literatura.** v. XIX n. 38, 2015.

XAVIER, Fabiana Guimarães. **Políticas públicas para a cultura negra: a Fundação Cultural Palmares.** 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

Representações sobre práticas religiosas africanas: a visão dicotomista colonial entre “civilizados” e “não civilizados”

Representations of african religious practices: the colonial dichotomist view between “civilized” and “non-civilized”

Erivaldo Sales Nunes*

Palavras-chave:
Representações
Práticas religiosas africanas
África

Resumo: O presente artigo traz algumas reflexões sobre formas de representações oriundas de práticas religiosas africanas, a partir da visão colonial binária “civilizados” e “não civilizados”. As análises recaem a partir de fontes primárias e secundárias. Contamos com etnografias de investigadores portugueses que apresentam em suas narrativas, o lugar e o papel desempenhado por africanos que compartilharam de suas experiências religiosas entre os séculos XVI ao XX. Compreender algumas representações de práticas religiosas africanas, envolvendo categorias tais como, seitas, cosmologia, existência humana, e, por conseguinte, um (ré) conhecimento sobre valores religiosos africanos pautados no princípio da ancestralidade são algumas possibilidades de interpretações presentes em nossas análises.

Keywords:
Representations
Religious practices african
Africa

Abstract: The present article brings some reflections on forms of representations originating from African religious practices, from the binary colonial vision “civilized” and “uncivilized”. The analyzes fall from primary and secondary sources. We have ethnographies of Portuguese researchers who present in their narratives the place and the role played by Africans who shared their religious experiences between the 16th and 20th centuries. Understanding some representations of African religious practices, involving categories such as sects, cosmology, human existence, and therefore a (back) knowledge about African religious values based on the principle of ancestry are some possibilities of interpretations present in our analyzes.

Recebido em 20 de maio de 2020. Aprovado em 05 de novembro de 2020.

Nosso ponto de partida

A Diáspora Negra erigiu valiosas criações culturais nas Américas. O Brasil revelou-se um importante cenário dessas criações culturais. Merece destaque a reconfiguração étnica que constituiu as identidades afro-brasileiras, assentadas e erigidas a partir de organizações religiosas chamadas *nações* do Candomblé, que procuram preservar memórias africanas. Pode-se considerar, por exemplo, as *nações Angolas, Jejes e Nagôs* não apenas um aparelho institucional que sedia tradições cuja origem sua denominação indica, como também um campo simbólico onde se preserva, através de

ritos, um acervo de valores e saberes transmitido por antepassados africanos, fundamentais na construção da história religiosa e cultural do Brasil. (SERRA, 2002, p. 4)

Entre os séculos XVI e XIX ocorreu no território brasileiro, a dispersão de africanos dos mais diversos grupos étnicos e culturais, capturados e trazidos para o Brasil na condição de cativos. Dentre eles, diversos povos da África Central, que vieram de territórios atualmente conhecidos como Angola, Congo, Guiné, Moçambique e Zaire, denominados pela historiografia clássica como povos de línguas Bantos; os povos de língua Fon, provenientes do antigo reino do Daomé, atual Benin;

* Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado Sanduíche pela Universidade Nova de Lisboa. Possui Mestrado em Letras – Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia e Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia. É especialista em Gestão e Política Cultural pelo Instituto Itaú Cultural/São Paulo e Universidade de Girona/Espanha. Atualmente é professor de História do Instituto Federal da Bahia-IFBA, campus Salvador e do Curso de Especialização em Estudos Étnicos e Raciais-CPGEER do IFBA, campus Salvador. E-mail: valzeba@gmail.com.

os Ewe, chegados do atual Togo; os povos de língua Iorubá, vindos de cidades hoje compreendidas na Nigéria, tais como Ilexá, Oyó, Ketu, Abeokutá, Ekiti, Ijexá; os Minas (*Fantis e Ashantis*), correspondentes à atual Gana. Esses diferentes povos, com suas múltiplas culturas, incluindo a dimensão religiosa, se reorganizaram continuamente no Brasil, vindo a compor a configuração consideravelmente variada das religiões afro-brasileiras, entre as quais se destaca, como referência mais usual de origem, o Candomblé.

No presente artigo, o ponto central será em se discutir as formas de representações construídas sobre práticas religiosas africanas, a partir do binarismo colonial “civilizados” e “não civilizados”. Num primeiro momento, analisar-se-á as formas de representações sociais sobre as populações africanas e suas práticas religiosas, articulando-as com religiões afro-brasileiras e afro-baianas. Dentre tais análises, dois marcos temporais conduzirão as reflexões: os padrões estabelecidos a partir do processo de expansão marítima comercial ocorrida no século XVI e aquelas envolvendo discussões sobre alteridade (a relação com o outro), pautadas, sobretudo, a partir do século XX. Por fim, propomos compreender algumas representações de práticas religiosas africanas, envolvendo categorias tais como, seitas, cosmologia, existência humana, e, por conseguinte, um (ré) conhecimento sobre valores religiosos africanos pautados, sobretudo, no princípio da ancestralidade.

Representações sobre os Africanos e suas práticas religiosas: visões a partir do século XVI

Muitas literaturas que tratam de temas ligados aos africanos, mesmo as mais descritivas, quase sempre estão diante de representações, ou seja, perante (re) construções do real. O discurso construído sobre as sociedades africanas, por exemplo, entre os séculos XV e XVI e a atualidade, também é, no fundo, uma construção de algo a que chamamos “realidade”, mas que não existe como absoluto; e apenas empiricamente se supõe como tal. Essa construção se dá a partir de categorias

culturais e mentais de quem viu, e/ou de quem escreveu: como é sabido, aquele que observava as terras e os homens e o que fazia o respectivo registro por escrito nem sempre coincidiam numa mesma pessoa (HORTA, 1994, p.189). Portanto, a representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade exterior que se percebeu e que vai ser evocada – oralmente, por escrito, por uma imagem – estando ausente. Cabe aqui ressaltar que essa representação se aplica, por exemplo, em artigos publicados pelos jornais baianos entre 1916 e 1948¹, envolvendo as batidas policiais nos Terreiros de Candomblés. O ato de classificar imediatamente comportamentos, crenças e costumes, cujo ponto de partida mais geral é uma matriz civilizacional de base ocidental cristã, estabelece um lugar em que o afro-descendente será confrontado, num jogo de semelhanças e diferenças. O conhecimento das populações africanas faz-se, em alguns casos, entre limites e possibilidades dos referentes culturais do observador. Contudo, as representações não são apenas fruto do previamente estabelecido, portanto estáticas, mas uma dimensão do pensar que está sujeita a todo o tipo de interações (HORTA, 1994, p. 189-90).

É uma evidência a pertença das representações do africano pelos europeus à história da Europa, mais diretamente à história cultural na expansão europeia. Tomemos como exemplo o modo como foi sendo percebido o Islamismo subsaariano e os seus agentes difusores na sequência dos contatos estabelecidos no litoral do continente desde meados do século XV: trata-se da expansão de um todo que é o processo expansionista, num determinado espaço e num dado tempo (HORTA, 1994, p. 189-90). De igual modo, as representações africanas sobre os europeus: o lugar do Cristianismo no imaginário religioso de diferentes sociedades africanas e sua evolução – constituem, indubitavelmente, um objeto da História da África. Todavia, as representações europeias, mesmo as anteriores ao período colonial, não deixam de pertencer à História da África, na faceta correspondente às suas relações externas, nomeadamente no impacto dessas relações sobre a evolução das sociedades do continente. E ainda:

Na mesma perspectiva, também as representações africanas envolvidas nesse relacionamento interessam à História europeia. [...] Em suma: as representações constituem um binômio indissociável. As últimas têm, portanto, um papel coadjuvante na explicação da natureza do relacionamento entabulado entre duas partes que se observam e que interagem. Nesse sentido, estamos perante um objeto – as representações – que deve assumir uma dupla pertença disciplinar. (HORTA, 1994, p. 190-91)

Um exemplo emblemático é, sem dúvida, o tema do tráfico atlântico de escravos, que constitui simultaneamente um objeto da história da expansão europeia e da história dos africanos e afro-americanos que nesse processo participaram nos sistemas econômicos, políticos e de organização social. O estudo das representações torna-se necessário para o conhecimento histórico quer das sociedades africanas, quer das sociedades europeias, quer das sociedades afro-americanas. Não convém, numa simplificação, enquadrar as representações europeias do africano exclusivamente na área de estudos da expansão europeia (HORTA, 1994, p.190-91). De igual modo, não é possível estudar as representações do africano pelo europeu sem levar em conta a configuração sócio-histórica das sociedades, tanto no espaço quanto no tempo, e que constituem objetos desses olhares. Cabe levar em consideração também a construção de novos significados de crenças, costumes, constituição de famílias, línguas, dentre outras possibilidades, por parte dos africanos e europeus que se deslocaram para o Novo Mundo a partir do século XVI.

A complexidade do debate se dá quando, entre as fontes mais importantes para o estudo dessas sociedades – africana, europeia e afro-americana –, encontram-se precisamente as fontes europeias. Estas são objetos do estudo das práticas expansionistas, bem como das representações. Entretanto, muito pouco se explora do africano pelo europeu. Diferente do afro-americano, este busca referências no africano sobre aquilo que possivelmente possui em termos de continuidades ou descontinuidades (HORTA, 1994, p. 193). A reconstituição das representações de determinadas

sociedades africanas não é confundível com a reconstituição histórica, ou mesmo antropológica, dessas sociedades. De acordo com Horta, estudar o modo como os produtores das fontes escritas sobre os africanos os viram não é, propriamente, estudá-las em si mesmas. Na verdade, pode contribuir para uma manipulação crítica dos textos europeus, obtendo distanciamento em relação ao discurso que importava descodificar para ser usado como fonte histórica (HORTA, 1994, p.195).

Representações sobre os Africanos e suas práticas religiosas: visões a partir do século XX

É fato que, desde meados do século XV, colonizadores portugueses iniciaram a mais atroz ação de devassa nos territórios africanos. De acordo com a documentação existente no Arquivo Salazar do Arquivo Nacional Torre do Tombo-ANTT, do Leste Africano ao Oeste das costas africanas, foram os portugueses os iniciadores da compra e venda de escravos em virtude do qual mais de 100 milhões de africanos foram levados para fora do continente, morrendo a maioria destes entre a captura e o transporte. Portugal possuiu propriedades coloniais nas ilhas de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, a Guiné chamada portuguesa, Angola e Moçambique; Goa, Dio e Damão (Índia), Macau (China) e a parte oeste da ilha de Timor (Indonésia). Em 1951, o Governo de Salazar apresentou ao Parlamento um adendo à Constituição pelo qual as colônias passaram a chamar-se “províncias ultramarinas de Portugal”. Com esta base, os círculos governamentais arrogantemente recusaram-se a prestar à Organização das Nações Unidas-ONU elementos de informação sobre os territórios não independentes, sob o pretexto que não existem tais territórios. Renegando a palavra “racismo”, a lei portuguesa vai então dividir a população africana em “civilizados” e “não civilizados” (ANTT- AOS/CO/NE-25, Pt.10). A primeira categoria pertencia aos portugueses que viviam nas colônias e os mulatos. Para que os africanos recebessem a designação de “civilizados”, e, portanto, os direitos de cidadania, deveriam falar bem o português, ter nível de riqueza elevado e

apresentar competente certificado de idoneidade política. Fora isso, os demais eram enquadrados como “não civilizados”.

No estudo das representações, torna-se necessário articular diferentes níveis de abordagem. Por um lado, o estudo dos mecanismos da “alteridade” na escrita sobre o africano; na verdade, há mecanismos que não são específicos do caso africano – veja-se a estruturação e desdobramentos das categorias europeias de pensamento, como por exemplo, as noções de bestialidade, barbárie, polícia, justiça, civilização, modernidade, que constituem um esteio da representação extra-europeu. Por outro lado, a especificidade do(s) discurso(s) antropológico(s), que resulta dum relacionamento estabelecido com africanos, num espaço geográfico com sociedades concretas, num dado período. Isto é, o discurso que parece de fato ter uma grande proximidade com as reais vivências e reais conhecimentos obtidos de uma forma ou de outra, através de um filtro cultural dos viajantes ou colonos (HORTA, 1994, p.196).

Sabe-se que quanto mais restrito for o objeto de estudo, mais africanista será a perspectiva de abordagem e, porventura, maiores serviços às análises das representações poderão trazer à reconstituição histórico-antropológica das sociedades e reciprocamente. Atualmente, parece consensual que a História da África deva socorrer-se de todas as fontes ao seu dispor, articulando os textos escritos disponíveis, tradição oral, arqueologia, e o auxílio das fontes de conhecimento antropológico, linguístico e aqueles outros correspondentes a outros nichos epistêmicos (HORTA, 1994, p.196-97). Pelo seu posicionamento de espelho, a história das representações pode constituir uma das pontes para a aproximação entre a história europeia, a história africana e a história afro-americana. O futuro da história das relações da Europa, África e América não pode passar senão por uma verdadeira atenção à história dos espaços e territórios em que a primeira se expandiu (ou melhor, “coagiu”). Tratar-se-ia, então, de uma história “vista de dentro” (HORTA, 1994, p. 197).

Numa análise de fontes etnográficas portuguesas, portanto, exógenas ao Brasil e endógena

ao mundo Atlântico, cabe aqui trazer para o centro da discussão a contribuição de Antonio Jorge Dias,² que, na década de sessenta do século XX, buscou compreender os fatos e procurar explicar o mundo sobrenatural das populações da África Portuguesa. Numa publicação do Ministério do Ultramar em Lisboa, o autor analisa populações do norte e do sul de Moçambique, bem como do nordeste e sudoeste de Angola, tecendo da seguinte forma considerações sobre religião, magia e ancestralidade dos povos e populações africanas:

Em primeiro lugar, não me parece adequado usar a palavra religião relativamente a estas populações, porque os historiadores das religiões não são todos concordes quanto ao conceito de objecto do seu estudo. Em geral, a palavra religião só é usada quando se trata de religiões que tiveram um fundador e adoram um Deus supremo. De qualquer maneira, a palavra religião nunca cobriria toda uma série de crenças, práticas e superstições intimamente associadas aos princípios de religião natural que se observam entre muitas populações da África Portuguesa. Por outro lado, mesmo encarando só as relações entre homens e o Ente supremo, talvez a palavra religião fosse exacta, pois, segundo creio, a definição de religião implica não só a crença num Ser supremo, como a existência de uma doutrina e de um culto (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p. 2).

O etnólogo português inicialmente não enquadra as crenças das populações africanas na esfera dos estudos das religiões. Vai enxergar a crença num “Ser supremo” como ponto de partida para o desenvolvimento de uma religião natural. Esta encerra em si os anseios próprios da grande maioria dos homens, de se elevar a “Deus” e de receber dele a sua proteção. Entretanto, este princípio de se estabelecer uma verdadeira religião aparece sempre misturado a crenças e práticas que, se em parte se podem considerar formas embrionárias de atitudes, sentimentos, ou cultos religiosos, por outro lado apresentam indiscutível caráter mágico e supersticioso que, de maneira nenhuma

se deveria incluir sob a designação genérica de religião. Portanto, se teoricamente era possível isolar os princípios de religião natural, comum às sociedades indígenas, na prática esses princípios aparecem intimamente associados a crenças e ritos da mais variada natureza (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p. 3).

E alerta ainda para o fato de que:

[...] não é fácil estabelecer uma distinção clara entre uma série de crenças e os sentimentos religiosos puros e toda uma série de crenças supersticiosas e práticas mágicas. Não quer isto dizer que o africano não tenha feito um esforço no sentido de interpretar o mundo que o cerca, e entre as diversas crenças pode, por vezes, descobrir-se um nexos que, embora enferme dos defeitos do pensamento mítico, de que atrás falamos, assenta de certo modo uma concepção de mundo (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p.4).

Representações sobre práticas religiosas africanas: seitas, cosmologia, existência humana

Cabe ainda compreender que o olhar sobre as crenças das populações africanas, sobretudo aquelas que estiveram sob a égide da colonização portuguesa, aponta que a vida dos sujeitos considerados “primitivos”, isolado na grande vastidão do mato povoado de mistério, é uma vida extremamente contingente e bárbara. Tal qual a visão reducionista e hierarquizada existente no Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, as práticas afro-religiosas eram vistas como seitas, distantes do modelo religioso cristão, base religiosa da civilização europeia. Do ponto de vista religioso, as plantas possuíam forças ocultas que podiam atuar de maneira benéfica sobre o homem, fornecendo-lhe alimento ou remédio contra as doenças, ou podiam atuar ainda de maneira estranha, dando-lhe estados de exaltação ou entorpecimento, como as bebidas fermentadas ou alcalóides, e ainda, de maneira maléfica, produzindo doenças ou a morte, sob a forma de venenos.

Nas descrições de Antonio Jorge Dias, os

animais também forneciam o sustento e outras matérias primas para produzir doenças e mortes, pois eles acabam sendo um motivo de fascinação, de medo e de espanto (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p.5-6). Os extraordinários recursos que os animais revelam ao defender-se do ataque do homem, quer fugindo habilmente das armadilhas ou cercos, quer atacando inesperadamente, quer ainda matando por picadas peçonhentas, levam a atribuir-lhes poderes invulgares e de natureza sobrenatural. Além disso, há que se contar com os fenômenos celestes ou meteorológicos; as trovoadas tropicais, as inundações, os ciclones devastadores, os grandes períodos de secas, em que o sol implacável reduzia as colheitas à triste desolação de míseras plantas mirradas e calcinadas. Tudo isto acabava tendo reflexos para agigantar um mundo de forças atuantes, tanto no bom como no mau sentido. Eis, portanto, a preocupação em reforçar a força vital na luta contra o mundo, e diminuir a força vital dos seres contra quem temos de lutar (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p. 5-6). Essa força vital a quem o etnólogo remete está associada às práticas religiosas africanas. Outra análise merece aqui destaque por ser equivalentes à visão colonial portuguesa e a de estado-nação brasileira, ambas ancoradas ao longo do século XX, sobre as práticas culturais e os costumes africanos e afro-brasileiros no sentido de compreensão sobre a morte. Poucas vezes a morte é atribuída a causas naturais. A não ser em casos de velhice ou, às vezes, quando se trata de uma doença conhecida e longa, é sempre atribuída a artes mágicas de qualquer feiticeiro.

Entre as sociedades estabelecidas na década de sessenta da África Portuguesa, na visão do etnólogo português, existe sempre a crença num “Ente” supremo criador dos homens e das coisas, onipresente e em muitos casos onisciente, mas demasiado grande e distante para se interessar pelos destinos individuais dos homens. É este “Ser supremo” que os *Ambós* do Sudoeste de Angola designam por *Kalunga*, os *Cubais* por *Huku*, os *Macondes* do norte de Moçambique por *Nungu*, os *Macuas* por *Mulungu*, os *Lomués* por *Muluco*, *Roga Kulunkumbu*, entrona-se no céu e é a origem de tudo. O entendimento é de que essas populações

de territórios de domínio colonial português não têm uma representação clara deste “Ser supremo”; concebem-no como uma força suprema, onipotente. Se não é possível considerar esta crença num ser supremo como uma religião monoteísta, pois é uma crença vaga, que não se apóia em numa espécie de doutrina e não deu origem a um culto, não há dúvida de que temos aqui o embrião de uma religião (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p. 14-15). Há, portanto, a partir dessa documentação analisada, que o olhar do etnólogo português se desloca do afastamento inicial para o reconhecimento de um embrião de uma religião propriamente dita. Entretanto, será através do critério de equivalência diante dos cultos cristãos que tal reconhecimento surtirá efeito. Essa constatação em muito se aproximará do processo de sincretismo³ existente nas situações de resistências e permanências das práticas religiosas afro-brasileiras.

Constatou-se ainda que, na impossibilidade de se dirigirem diretamente a Deus, os africanos – no caso em questão, aqueles sob domínio colonial português – costumavam apelar para os seus antepassados. Os mortos, sejam os da família, sejam aqueles do clã, sobretudo os mortos grandes, isto é, aqueles que morreram velhos e conseguiram acumular experiência, descendência e saber, ou aqueles que em vida foram chefes ou homens dotados de excepcionais capacidades, podiam continuar a ajudar os seus do outro lado. Os mortos são por vezes divinizados e configurados como uma espécie de deuses, podendo eles próprios proteger os seus parentes vivos ou interceder junto do ente supremo em seu favor. Esta crença no morto vivo, que participa de certos atributos divinos e por outro lado, conserva muitas características humanas, inclusivamente aspectos pouco edificantes de mesquinhez, melindre e ciúme (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p. 14-15).

Nosso ponto de chegada: o (ré) conhecimento do papel da ancestralidade

E o etnólogo português percebeu que era através da ancestralidade que o verdadeiro culto se (ré)conhecia entre as populações africanas até aqui

delineadas. A este culto estão associados rituais que envolvem orações, cânticos, oferendas, sacrifícios, danças, etc. Muitos destes rituais baseiam-se em concepções mágicas e a magia nem sempre se pode separar as formas do culto. Entretanto, seria indubitável a existência de princípios religiosos que traduzem os anseios destas populações. Quando a magia falha, o recurso é implorar a proteção da divindade, recorrendo aos antepassados que mais perto do “Ente supremo” e conhecedores das misérias e necessidades humanas, podem apiedar-se e interceder em seu favor. Esse sentimento religioso, de humildade perante um “Ente supremo”, bem como o culto aos mortos, seria a porta de entrada do Cristianismo, pois aí se encontraria excelente terreno para semear a semente fecunda da sua religião que pregava o discurso de fraternidade humana (ANTT – AOS/CO/UL-37 Pt. 4, p. 15).

Em suma, fica evidente que, tanto sob o ponto de vista etnológico endógeno como exógeno, as práticas religiosas de africanos e suas ressignificações na América e no Brasil permaneceram ao longo da primeira metade do século XX como formas de representação bárbara, não civilizada, apoiadas, sobretudo, na condição de seita e não de uma religião propriamente dita. Estabelecer nos ritos e cultos africanos formas equivalentes a ritos religiosos cristãos parece ter sido comum, tanto no processo de colonização e descolonização no Brasil quanto nas intervenções colonialistas portuguesas em territórios africanos. A construção social de uma religião em que o espaço de convívio fez uso de hierarquias no exercício de suas funções internas criou calendários de festas, estabeleceram contatos através de prestígios com membros da sociedade, acaba de algum modo formando modelos de configuração que se assemelham a uma congregação religiosa.

Diante de práticas remetidas como fruto de sobrevivências africanas, algumas dessas congregações foram vistas sob o ponto de vista inter-étnico e de seus ritos como sendo puras, e outras como sendo misturadas e fracas. No caso do Brasil e em especial na cidade de Salvador, na Bahia, ao longo da primeira metade do século XX, se estabelecerá uma espécie de relação de forças

entre os Terreiros de Candomblés Angola, Nagôs e Jejes pautados no binômio “pureza” africana e “fraqueza” mítico-ritual. Entretanto, essa já é outra trama de sentidos que envolvem a história das religiões afro-brasileiras e afro-baianas com amplos desdobramentos na contemporaneidade.

Notas

1 Periódicos frequentemente revisitados para o tema envolvendo perseguições policiais aos Terreiros de Candomblés na Bahia: *Jornal A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Bahia*, *Jornal O Estado da Bahia*, dentre outros.

2 Doutorou-se em Etnologia pela Universidade de Munique, foi licenciado em Línguas germânicas pela Universidade de Coimbra e professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais de Lisboa. Além disso, ocupou o cargo de diretor da secção de etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Numa visita que efetuou a África, viajou entre Angola e Moçambique, e elaborou importantes monografias acerca do grupo étnico africano – Macondes de Moçambique.

3 Sobre Sincretismo ver FERRETI (1995) e CAPONE (2004).

Referências

CAPONE, S. **A busca da África no Candomblé.** Tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

DOCUMENTO AOS/CO/NE-25, Pt.10. **Correspondência sobre a publicação de artigo no *Jornal Pravda***, em 20 nov. 1960, intitulado de *Os colonizadores portugueses, os maiores inimigos dos povos de África*. (tradução, sem autor), 6 pgs.

Arquivo Salazar, NE-25, cx. 406, pt. 10. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Lisboa. Portugal.

DOCUMENTO AOS/CO/UL-37 Pt. 4. **Conferência intitulada “O mundo sobrenatural dos indígenas da África portuguesa”** proferida na Sociedade Geografia de Lisboa, em 21 mar.1960, por Antonio Jorge Dias, do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar – Ministério do Ultramar – Lisboa. 15 páginas. Arquivo Salazar, UL-37 cx. 764, pt. 4. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Lisboa. Portugal.

FERRETI, S. **Repensando o sincretismo.** São Paulo: Edusp. 1995.

HORTA, J. da S. **Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira:** as representações. Lisboa: s.n., 1994. p. 189-200; 23 cm. – Sep. Actas do Colóquio “Construção e ensino da história de África”, Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 de Junho de 1994.

NUNES, E. S. **Contribuição para a história do Candomblé Congo-Angola na Bahia:** o terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916-1946). 2017. 384f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2017.

SERRA, O. J. T. **Lauda antropológico:** exposição de motivos para fundamentar pedido de tombamento do Terreiro do Bate-Folha como Patrimônio Histórico, Paisagístico e Etnográfico. IPHAN, 2002.

Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo

Being quilombola: concepts and memories in the trajectory of the black community of Caçandoca, Ubatuba, State of São Paulo

Clayton Galdino*
Maria Aparecida Papali**
Pedro Ribeiro-Moreira***

Palavras-chave:
Quilombos
Autorreconhecimento
Caçandoca

Resumo: o presente artigo objetiva apresentar à luz de revisão bibliográfica, consulta documental e entrevistas, um panorama dos conceitos que permeiam as lutas de comunidades negras de modo fugaz em contextos sulamericanos e brasileiros e com mais vagar em comunidade quilombola em Ubatuba, SP. Transcorre sobre estratégias de uso do termo quilombola sob a égide da Constituição Federal de 1988, sobre memórias ancestrais de africanidades, ações de invisibilidade e o tráfico negreiro nesta porção da costa litorânea paulista. Tais cenários estão presentes na consolidação da comunidade negra do Quilombo da Caçandoca, cuja coesão em torno do ideal da garantia de seu território foi proporcionada como resistência a ação de desapropriação decorrente de empresa urbanizadora.

Keywords:
Quilombos
Self-recognition
Caçandoca

Abstract: this article aims to present, in the light of bibliographic review, documentary consultation and interviews, an overview of the concepts that permeate the struggles of black communities, fleetingly in South American and Brazilian contexts and more slowly in the quilombola community in Ubatuba, SP. It runs on strategies for use the term quilombolas under the aegis of the 1988 Federal Constitution, on ancestral memories of Africanities, invisibility actions and the slave trade in this part of the coast of São Paulo. Such scenarios are present in the consolidation of the black community of Quilombo da Caçandoca, whose cohesion around the ideal of guaranteeing their territory was provided as resistance to the expropriation action resulting from an urbanizing company.

Recebido em 20 de maio de 2020. Aprovado em 01 de setembro de 2020.

Introdução

O Litoral Norte de São Paulo acolhe porção considerável de remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados (mangue,

jundu, restinga), com cursos d'água que entremeiam ritmos serenos e encachoeirados, além de feições topográficas diversas. Cenário este que moldurou paisagens ocupadas desde tempos pré-coloniais por nações indígenas. Perpassou a trajetória colonial

* Graduado em Turismo pelo Centro Universitário Módulo. Especialista em preservação e restauro do patrimônio arquitetônico e urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Santos. Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, cursa doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: galdinotur@hotmail.com

** Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), concluiu Mestrado em História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 1996, e o Doutorado em História Social também na PUC em 2001. Atualmente, é professora doutora da Universidade do Vale do Paraíba, atuando na Graduação (Curso de História e Geografia) e na Pós-Graduação, como docente permanente do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa "Sociedade, Espaço e Cultura". É coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Pró-Memória São José dos Campos", do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica/ IP&D/UNIVAP e do Centro de História e Memória (CEHVAP) da UNIVAP. E-mail: papali@univap.br.

*** Arquiteto e urbanista pela FAU "Elmano Ferreira Veloso" - São José dos Campos (1970-1974) com especialização em Urbanismo - Centre de Recherche d'Urbanisme-CRU (Paris 1978); mestrado em "Analyse Régionale et Aménagement de l'Espace - Institut d'Etudes du Développement Economique et Social - Université Paris I" (1980), doutorado em "Géographie Humaine et Organisation de l'Espace - Institut de Géographie Université Paris I - Panthéon-Sorbonne" (1982) e História Social - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas FFLCH - Universidade de São Paulo-USP (2002). Atua também em Fotografia, Vídeo e Artes Plásticas, com interesse em temas sócio-culturais. É produtor cultural e docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID / Mecanismo Independente de Consulta e Investigação MICI. E-mail: pedroribeiro@univap.br.

sob numeroso contingente de escravos africanos, a consolidação da ocupação caiçara de subsistência e é suporte dos dias atuais, com urbanização complexa.

Esta região possui vasto patrimônio cultural formado pelas ocupações citadas, representadas por sítios arqueológicos, núcleos de comunidades tradicionais, casarios, saberes e fazeres; além de paisagens notáveis. Presenciou o sincretismo do homem indígena, do europeu e do africano; que resultou na gente caiçara, personagem símbolo do homem praiano. Todos estes fatos e atores contemplaram as cidades com seus vestígios, testemunhos de seus hábitos, da ocupação, interação e transformação da paisagem que os cercava, e que nos auxiliam a entender nossa história.

Desde as primeiras décadas da colonização portuguesa, esta porção da costa brasileira vivenciou ciclos econômicos representados por ações intensivas de extrativismo, monoculturas açucareiras e cafeeiras, armações de baleias, dentre outros. Tais fases serviram-se de mão de obra escrava, sobretudo africana, e para tal, viu em suas encostas, baías e reentrâncias bases clandestinas de tráfico negreiro, destinadas ao atendimento das fazendas de beira mar assim como as unidades de serra acima.

No findar do século XIX, a região assistiu a rápido declínio econômico, decorrente do isolamento geográfico, do esgotamento das suas terras nas práticas de cultivo e da agonia de seus portos, com a construção das linhas férreas do planalto com Santos e Rio de Janeiro. Esta derrocada relegou ao Litoral Norte de São Paulo nichos de cultura tradicional sob a prática da subsistência (caiçaras e quilombolas) que preservaram certa homogeneidade no decorrer da primeira metade do século XX (AYER DE OLIVEIRA, 2001; DIEGUES, 2004; MANTOVANI DE OLIVEIRA, 2008). Tais comunidades mantiveram este *status* até a abertura de vias rodoviárias e especulação imobiliária derivada, no decorrer da segunda metade dos novecentos, que viu nesta parcela do estado oportunidades de negócio para atender ao lazer de populações que permeiam grandes cidades, já saturadas urbanisticamente e psicologicamente, como observa Luiz Geraldo Silva (2004, p. 68).

Este cenário imprimiu ações de violência, expulsão e agressão a modos tradicionais de vida e, sobretudo, adaptação destas comunidades a este novo contexto, muitas vezes permeada por resistência, exercida por algumas populações caiçaras e quilombolas. Neste sentido, famílias quilombolas da Caçandoca em Ubatuba, SP, associadas em rede com outras comunidades e movimentos sociais, de vieses culturais, étnicos, ambientais e de gênero, são exemplo destas trajetórias históricas e de luta.

O presente artigo objetiva apresentar um panorama dos conceitos e percepções que permeiam a luta de comunidades negras (quilombo, invisibilidade). Para tal faz uso de revisão de amostra de bibliografia disponível, acesso a documentação e entrevistas (ações integrantes de projeto de doutorado em Planejamento Urbano e Regional em curso). Tal abordagem é também efetuada de modo fugaz em contextos brasileiro e sulamericano, e de forma mais apurada no município de Ubatuba e no Quilombo da Caçandoca.

Pretende, em caráter sinóptico e complementar, abordar expressões memoriais de africanidades, representadas por afirmações colhidas pelos autores consultados e documentação pesquisada onde remanescentes quilombolas indicam, por meio de oralidades herdadas, origens remetidas a porções específicas de África.

As oralidades do Quilombo da Caçandoca foram obtidas por meio de entrevistas qualitativas, semiestruturadas e com adaptação de técnicas da História Oral. Estas tiveram, como objetivo, não a reconstituição da trajetória da comunidade (algo de certa forma já oferecido em outros estudos), mas a obtenção de respostas a questões específicas de nossa pesquisa, que mescla questões relacionadas à Arqueologia e ao Planejamento Urbano e Regional, em consonância com o prescrito por José Carlos Sebe Bom Meihy (2002, p. 11).

Assim, a primeira parte do artigo versa de forma geral sobre os conceitos pretéritos e atuais de quilombo no Brasil, assim como exemplos em Colômbia, entremeados por breve histórico e algumas tipologias de terras de negro no território brasileiro. Cita algumas ações deliberadas por agentes externos e integrantes de comunidades

negras, que visavam dar invisibilidade e discrição referentes a sua presença em seus núcleos rurais.

Prossigue com inserções sobre possibilidades de cisões nas comunidades tradicionais, decorrentes da rejeição a novos termos de autorreconhecimento, como por exemplo, uma comunidade rural ser chamada agora de quilombola, cenário no qual se insere o papel da Constituição Federal de 1988.

Por fim, o segundo tópico aborda de forma mais específica a formação do Quilombo da Caçandoca, composto por unidades agrícolas monocultoras e atividade atlântica de tráfico negreiro, ambas no século XIX, consolidação de cultura de subsistência no decorrer da primeira metade dos novecentos e resistência ante ação capitalista, no findar das décadas seguintes. Enfim, uma comunidade tradicional do povo negro que agrega em sua trajetória muitos dos aspectos elencados no decorrer deste artigo.

Quilombos de ontem e de hoje

O território brasileiro possui diversas comunidades compostas de populações negras, comumente rurais, sob várias designações: terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos, patrimônios (BERNO DE ALMEIDA, 2012). Conforme veremos adiante, grande parte destas comunidades consolidou, como forma de autorreconhecimento, o termo quilombo para a identificação de seus núcleos. Este seria derivado de 'kilombo', relacionado a "uma sociedade iniciática de jovens guerreiros *mbundu* que habitavam a região que corresponde hoje ao sul de Angola, formado por vários grupos étnicos desenraizados de suas comunidades" (BRANCO, 2007, p. 50). Já Egléia Adalgizo Minas (2015, p. 20) aferiu que tal palavra seria originária de *kilombu*, que no idioma quimbundu, falada no noroeste angolano, significaria arraial ou acampamento.

No Brasil, segundo Gomes e Machado (2016, p. 291), já no século XVI há menções de redutos de resistência de escravos fugidos, em 1575, no recôncavo baiano. Em contexto similar, colombiano, têm-se os palenques; também com as mesmas características de formação dos quilombos

brasileiros, sob a prática do *cimarronismo*, descrito por Restrepo (2016, p. 198) como:

...a fuga em grupos ou individualmente a lugares alijados do domínio escravista, onde se consolidavam como palenques [...] O cimarron e o palenque se configuram, então, como um estado e um espaço não somente de rebeldia explícita ante o sistema escravista, mas também, como ato paradigmático de resistência e reconstituição cultural, demográfica e militar.

Ao contrário das colônias espanholas, francesas, holandesas e inglesas, os termos africanos mocambos e quilombos foram mais difundidos no Brasil, embora se saiba muito pouco como, de fato, os fugitivos se autodenominavam (FREITAS MONTEIRO, 2020, p. 367).

No senso comum e inicial, todo quilombo seria formado exclusivamente por escravos fugidos e atores de alguma ação de resistência, inclusive armada. Sandra Santos (1997, p. 75) explana sobre este contexto ao remeter à definição de 1740, expressa pelo rei de Portugal ao Conselho Ultramarino. A autora lista outras possibilidades de formação de tais grupos, como agrupamentos de negros alforriados; herança por testamento do senhor das terras; ex-combatentes das guerras e fixação em locais ermos após a fuga. Ainda segundo a autora, tal conceito geral permanece na percepção nos dias atuais, além de ponderar sobre o distanciamento do termo como se este não fizesse parte do cotidiano nacional, e sim restrito à época da escravidão.

Berno de Almeida (2004, p. 67/68) pontua a categoria, ainda incipiente no Brasil, de quilombos urbanos, derivados de grupos de famílias expulsas de seu lugar original que se reagrupam em periferias de cidades.

Também Sandra Santos (1997, p. 47/48) compila diversas opiniões que resumem a conceituação moderna de quilombo, composta por: legado; sentimento de ser e pertencer a um lugar e grupo específico; não restritos a grupos homogêneos, insurrecionais ou rebelados; não definido por número mínimo de indivíduos; pertencimento formado por ações de afiliação ou

exclusão (resistência); territorialidade composta por uso coletivo do espaço; autoidentificação como integrante quilombola, dentre outros.

A Constituição Federal de 1988 e o aprimoramento dos conceitos nos dias atuais ofereceram instrumentos para a consolidação da posse do território por tais comunidades. Neste sentido, Andrade (1997, p. 47) pondera: “Para as comunidades beneficiárias serem consideradas remanescentes de quilombos, não é preciso que elas tenham sido constituídas por escravos fugidos”. Sobre os aprimoramentos citados, a autora (ANDRADE, 1997, p. 48) oferece como exemplo o expresso pela Associação Brasileira de Antropologia, que versa: “Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. Já Sandra Santos (1997, p. 77) diz:

Para os militantes, o correto seria entender por comunidade remanescente de quilombo todos os grupos étnicos de preponderância negra, encontrados em todo o território nacional, conhecidos popularmente como terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos ou quaisquer denominações reconhecidas, e que convivam num mesmo espaço por um determinado tempo. Seria mais simples e rápido do que provar uma descendência que raramente é documentada, posto que o que predomina em tais comunidades é a tradição oral.

Referente ao Litoral Norte de São Paulo, na literatura consultada no período próximo aos anos de 1950, não há menção às comunidades negras como quilombos, embora a toponímia de alguns rios expresse sua existência em seus sertões, como por exemplo, o Rio Quilombo no Bairro da Enseada, em São Sebastião/SP, ou nas histórias que permeavam o imaginário de comunidades caiçaras. Ary França (1954, p. 101) faz citação de *palmares* (refúgios) nas matas de Ilhabela/SP, ao indicar a atribuição da mata indômita ao negro, “legenda sombria da floresta, com seus mistérios e perigos” e aponta certo temor dos caiçaras, em relação aos

caminhos na floresta pujante comumente chamados de ‘trilhas de negro’.

Sobre as designações locais, em entrevista com o Sr. A.S., 72 anos, nascido no Quilombo da Caçandoca, nos foi relatado os termos que cada comunidade era identificada, nos diversos bairros da costa, conforme descreve:

Não, o pessoal da Caçandoca, não se falava em caiçara, nem indígena, nem... era pessoal da Caçandoca, eram chamados. O pessoal tratava muito nas épocas, cada local tinha um nome, como aqui, praia de Caçandoca, praia da Caçandoquinha, praia do Saco da Raposa, praia do Saco da Banana, praia do Simão, praia da Lagoa, e, praia do Pulso, então, é tudo é um território só, mas cada localzinho tinha a diferença. Então eu sou daqui da praia da Caçandoca, já o H. ali da praia do Saco da Raposa, né. Tem outros que é da Ponta Grossa, tem outros que é do Saco do Morcego, e assim por diante. Então, o território, cada pedacinho tem um nome, né? Então a gente se conhecia assim desta forma.

Outro aspecto inicialmente identificado refere-se a uma certa invisibilidade dos negros na formação e consolidação da cultura litorânea, fartamente abordada por Merlo (2005, p. 17) ao afirmar que: “Notou-se que do negro pouco ou quase nada se falava. Este tinha sido ‘esquecido’ da memória, ou melhor silenciado por ter sido segregado em todos os sentidos - nos documentos e, em parte, nas lembranças.”

Um caso que entendemos ser adequado inserir refere-se à demolição, em Ubatuba, da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no início do século XX, para uso de seus materiais na reforma da Matriz, conforme relatado por Washington Oliveira (1977, p. 99). A capela, segundo o costume usual no nosso país, teria sido erigida, mantida por negros e destinada a estes, muitas vezes ainda no regime de escravidão. No entanto, foi desmontada sem cerimônia e sem maiores menções aos seus idealizadores.

França (1954, p. 100) também não atribui participação do negro nas técnicas laborais do

Litoral Norte Paulista, somente apropriações do indígena, e, sobretudo, adaptações europeias. Embora o negro tivesse formado grande parte da população caiçara do Litoral Norte, Willems (2003, p. 18) não aponta sua presença maciça no decorrer da primeira metade do século XX. França (1954, p. 46) argumenta que o contingente de ex-escravos teria se evadido para outras praças após a abolição, ao assim afirmar:

O negro, trazido em quantidades ponderáveis como contrabando, no século passado, por ocasião da perseguição ao tráfico de escravos, a ponto de, em 1835, corresponder a 37,6 % da população desertou da região logo que a emancipação civil o permitiu e hoje não representa senão fração reduzida do efetivo humano, embora seja considerável a influência deixada pelo escravo nas cidades e nos latifúndios do passado, assim como nas mais vulgarizadas tradições da música e do 'folclore' praianos.

Não nos cabe contestar ou validar tal hipótese. No entanto, há se de verificar o porquê destes negros, sem posses ou contatos em outras praças, terem escolhido como opção, diante de sua liberdade, irem para serra acima ou para cidades mais populosas do litoral. Podemos inferir que esta invisibilidade poderia ser traduzida nas comunidades de hoje, localizadas em locais até então ermos, atuação solidária no labor e nas demais atividades do cotidiano, olvidados como todo o litoral e mais esquecidos ainda, pela condição de litorâneo pobre somada a de descendentes de escravos. Em depoimento colhido por nós com uma quilombola (I. S. P.) da Caçandoca, de 76 anos, ela nos diz:

Não, era mais difícil. Por que eles (praianos brancos) achavam que a gente, meus pais tinham que trabalhar para eles, entendeu, por que a força dos negros não era tanto que nem a força deles. Então eles achavam que tinha esta separação.

Mesmo (eles) sendo pobres. Só que eles tinham canoa, tinham uma rede. Eles achavam que estavam em cima de tudo. Mas sempre tinha este modo. 'Vem trabalhar para mim'. Aí a pessoa

ia trabalhar, hoje em dia você trabalha você tem um dinheiro, lá você ganhava um pouquinho de peixe, assim, levava para casa e já era o dia ganhado.

No mesmo sentido, Neusa Gusmão (2016, p. 361), ao se referir ao Quilombo do Campinho, em Paraty, RJ, nos fala: "Uma sociedade marcada por relações que negam a condição negra de que são portadores e que nega também, o direito à terra que habitam, uma terra herdada dos troncos..."

Não podemos deixar de lado ações deliberadas de comedimento, para atenuar ou evitar discriminações. De forma correlata temos exemplo no cenário colombiano, conforme explana Franklin Gil-Hernández (2016, p. 72):

Eu penso que as pessoas que pertencem a grupos minoritários, vinculados a processos históricos de discriminação, medem o que dizem e fazem no espaço público antecipando uma possível experiência de discriminação. Existem diversas formas de 'estar em público': tornar-se invisível ou evitar os conflitos tratando de ter um perfil discreto, reafirmar estereótipos para adequar-se à lógica dominante, o de outro lado, 'estar já armado', pronto, antecipando-se ao golpe.

No âmbito do Quilombo da Caçandoca temos o depoimento de J.S.P., quilombola, que narra esta opção pela discricção ou silêncio:

Por que nós temos uma briga aí por questões de território contra o Pulso (bairro vizinho composto de casas de luxo), que a gente questiona o Pulso, pois está inserido dentro do território da Caçandoca. Então as pessoas que se colocam, se manifestam desta maneira muitas vezes acabam encontrando dificuldade de trabalhar dentro do Pulso. E se elas trabalharem no Pulso elas não se manifestam. Elas ficam quietas. Não querem ser identificadas ou como quilombola ou como uma possível liderança. Elas preferem se omitir, ficar calada para poder garantir seu emprego, seu sustento.

Em relação ao uso de termos para definir sua comunidade, além das referentes ao nome

de seu bairro, em estudos sobre os cenários colombiano e brasileiro, Nilda Carolina Barraza (2016, p. 110) aborda mudanças de terminologias de autorreconhecimento diante de ameaças externas, que faz com que a comunidade veja-se como um grupo distinto do que os se contrapõem, "... por que viviam em uma comunidade relativamente homogênea, ao que tendem a não pensar em si mesmas em termos absolutos de raça".

Desta forma vemos na literatura consultada que os termos quilombo e quilombola foram reforçados junto às estratégias de resistência, diante de ameaças à consolidação da posse das terras de tais comunidades. Tal possibilidade deu-se, conforme abordado, com a Constituição Federal de 1988 e de demais dispositivos, que consolidam a grupos assim designados um melhor caminho na difícil luta para garantia de seus territórios. Encontramos este viés em pesquisa de campo realizada no Quilombo Aldeia, em Iguape, SP, com formação de comunidade rural de afro-brasileiros, em local ermo, após o abandono no período escravocrata, das fazendas da região.

Porém, tal estratégia não foi aceita tacitamente por todas as comunidades envolvidas, no decorrer desta trajetória de luta. Ayer de Oliveira (2001, p. 63) observa que, por exemplo:

...há alguns membros (do Quilombo do Camburi, Ubatuba) que se recusam a assumir-se como quilombolas - embora todos sejam ligados por laços de parentesco e constituam de fato uma comunidade coesa, independente se é chamada de comunidade quilombola ou caiçara.

Neste contexto de formação desta identidade Inge Helena (2016, p. 262). ressalta divisões internas, ao abordar o cenário colombiano insular de San Andrés: "Mas a utilização de uma denominação [...] e a reivindicação de uma identidade de corte étnico, são pontos de debate dentro da mesma população, já que alguns setores não compartilham o significado desta denominação."

Aliado ao reconhecimento como quilombolas, vemos na literatura consultada menções a ancestralidade ligada a determinadas

regiões africanas. Tais lembranças remetem às transmissões de oralidades de antepassados, associadas a um determinado porto africano ou designação que coligia grupos de escravos advindos com o tráfico, não necessariamente associados ao local preciso de nascimento.

Embora tal tópico merecesse um trabalho exclusivo, entendemos por bem inserir brevemente neste artigo por também permear a memória de alguns personagens, juntamente com o autorreconhecimento como caiçara e quilombola. Vimos em algumas citações / depoimentos de publicações que abrangeram os quilombos de Ubatuba que a ancestralidade de África estaria no debate cotidiano das comunidades.

Neste sentido Denilson Araújo de Oliveira (2020, p. 324) ressalta para as heranças de África, ao dizer:

No entanto, os povos escravizados não só trouxeram seus corpos para o trabalho, mas também seus princípios epistemológicos e ontológicos cosmogônicos, as metafísicas de divindades e religiosidades, saberes ancestrais étnicobotânicos, de mineração, agricultura em ambiente tropical/equatorial, técnicas de metalurgia que se territorializará na diáspora.

Sobre as incorporações no Brasil de origens geográficas africanas, Camilla Agostini (2011, p. 120) observa que novas identidades diaspóricas foram originadas por grupos de afinidade já no Brasil, no rearranjo social dos escravos em seus ambientes, sejam eles urbanos ou rurais, assim como também observa:

Muitos dos etnônimos atribuídos aos escravos ou mesmo auto-referenciados por eles representavam vastas regiões da África ou portos de embarque. Não eram, assim, referências a grupos linguísticos ou sócio - culturais específicos. Os então chamados nomes de Nação sugeriam a procedência dos cativos a partir de abstrações muito genéricas, como 'Angola' ou 'Moçambique'...

Nos textos consultados vemos exemplo de Mantovani de Oliveira (2008, p. 97), ao transcrever depoimento de quilombola do Camburi, Ubatuba, que mencionou ser descendente de escravo de Angola. Ary França (1954, p. 101) cita a chegadas de “peças de Guiné”, ao mencionar o desembarque clandestino de escravos em Ilhabela. Em documentação presente no Arquivo Histórico de São Sebastião, vemos em documento de inventário de 1847 sobre a Fazenda Lagoa – componente do complexo cultural no qual se insere o Quilombo da Caçandoca – registro de escravos com ‘sobrenome’ Benguela e ‘Massambique’, etnônios que podem ter sido incorporados em narrativas posteriores.

Já Ayer de Oliveira (2001, p. 68) oferece depoimento de Genésio dos Santos, quilombola de Ubatuba, que diz: “Eu não vim de África, posso até ter sangue de africano, mas eu fui nascido e criado ali no Camburi.” A autora conclui: “Mas completa que tem ascendência de quilombo, fala por ele e por todos os demais caiçaras como ele.” Este relato, mesmo sendo composto por uma negativa, revela que tais origens eram discutidas no dia a dia dos grupos abordados. Assim, entendemos que tais ‘rememorações’ inserem-se em construções de uma origem que se conectaria às memórias coletivas atuais, que mesclam a identidade caiçara, negra e, agora, a quilombola de resistência para a consolidação da posse da terra. Neste sentido, vemos correlação com o que Bosi (2003, p. 39) afirma serem “lembranças isoladas, singulares, que constituem autênticas ressurreições do passado”.

Assim, as percepções memoriais de ordem coletiva aqui apresentadas são nascidas de comunidades que necessariamente se adaptaram frente às mudanças e impactos infringidos no decorrer de sua trajetória que “... constroem e reconstróem suas tradições culturais cotidianamente...” (MANTOVANI DE OLIVEIRA, 2008, p. 8). Embora tais manifestações possam ser impregnadas de saudosismos, no que Antônio Cândido (2010, p. 225) conceitua como “utopia retrospectiva”, vemos que o fortalecimento de tais identidades também deu-se como reação à agressões de ordem capitalista ao seu território e à sua cultura.

Tais lembranças são embasadas pela coletividade (HALBWACHS, 2003, p. 39), e também,

como uma via de mão dupla, que possibilita suporte para a lida diária, por meio do apoio para a narrativa, no que Bosi (2003, p. 70) exemplifica como “companheiros que suportam as lembranças”.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao esquecimento seletivo do passado, expresso pela rejeição em determinados tempos de reconhecimentos como caiçara ou como quilombola, derivada de um momento pretérito de exclusão e violência, consoante com o que Pollak (1989, p. 5) descreve como o não dito, reprimido.

Isto posto, acreditamos que a necessidade de compreensão destas experiências não será restrita aos campos antropológico e cultural, mas possui aplicabilidade em outras áreas, como por exemplo, o Planejamento Urbano e Regional. Assim, considerarmos que tais manifestações culturais demandam não somente atendimento às necessidades materiais, mas também as simbólicas; fruto de constante adaptação e rearranjo, que requerem soluções específicas, de ordem territorial, política e cultural, presentes no Quilombo da Caçandoca, tema da próxima seção.

O Quilombo da Caçandoca

O Município de Ubatuba abriga atualmente quatro comunidades autorreconhecidas como quilombolas, tituladas ou em processo de titulação: Caçandoca, Camburi, Sertão da Itamambuca e Fazenda da Caixa (ARAÚJO, 2016, p. 2). As duas últimas mantêm estreita relação com grupos localizados no Estado do Rio de Janeiro, no limite com o Município de Paraty, como o Quilombo do Campinho. Esta correlação se expressa por luta cotidiana pelos seus direitos bem como trajetórias em comum formadas por migrações e casamentos entre os seus.

O início destas comunidades estaria associado ao tráfico clandestino negreiro, que encontrou neste recortado litoral diversos pontos para os desembarques, para atender sobremaneira o mercado de serra acima e as centenas de fazendas cafeiras e canavieiras locais, mesmo em pequenas propriedades sob administração unifamiliar, conforme analisou Holme (1971, p. 80). Neste caso,

segundo Ary França (1954, p. 143) atendidas por negros doentes e de preços mais baratos, pois eram julgados incapazes de subir a serra.

Sobre a formação do Quilombo da Caçandoca, vemos em trabalhos realizados (BRANCO, 2007, p.78, 81; MINAS, 2015, p. 34; AYER DE OLIVEIRA, 2001, p. 47) que tal narrativa está vinculada a uma fazenda cafeeira oitocentista, que teria sido desmembrada, gerando outros núcleos. Seus herdeiros não prosseguiram com suas atividades, relegando os ex-escravos à sua própria sorte. Há algumas variantes, que indicam casamento de herdeiros com escravas e consequente descendência, ou então, que assumiram o sobrenome do antigo senhor como prática usual à época.

Em trabalho de reconhecimento arqueológico realizado no território da Caçandoca, no âmbito da tese de doutorado em curso, além das unidades produtivas monocultoras, também foram identificadas ruínas do que seria um local de desembarque de escravos, na paragem Saco do Morcego. Desta forma, além da origem agrícola citada, inclui-se também a atividade clandestina do tráfico negreiro.

Entendemos que a trajetória histórica do Quilombo da Caçandoca pode representar um resumo de fases econômicas e sociais: acolhe testemunhos das ocupações coloniais cafeeiras, canavieiras e escravocratas; tráfico atlântico negreiro, vestígios de ocupações de subsistência, tanto caiçaras como afrobrasileiras; resistência ante ação especulatória imobiliária e, apresenta nos dias atuais, a consolidação da identidade quilombola, associada a rede de demais comunidades tradicionais e movimentos sociais de matizes cultural, ambiental, étnica e de gênero.

Já em relação à Praia da Caçandoca, integrante da Serra da Lagoa, esta tem sua ocupação citada em documentos pesquisados desde 1808, segundo ofício exarado por Silvestre Ferreira da Silva, em 02 de agosto do mesmo ano, que narra: “... enviamos uma guarnição com pólvora e bala na paragem chamada Cassundoca entre a barra do norte desta villa e districto de Ubatuba, onde se achava hua embarcação, q supunhão ser de nação inimiga, e esta armada em guerra”. Lita Chastan

(1992, p. 30 e 75), em sua pesquisa documental insere este bairro na 2ª. Cia de Ordenanças de Ubatuba, em 1827.

A ocupação agrícola monocultora se estendeu por todo o século XIX, com alternância de proprietários. Chastan (1992, p. 31) indica ter sido um destes Carlos Grace, na Caçandoca e Carlos José Robillard, na Fazenda da Lagoa. Já Oliveira (1977, p. 72) relata:

Nas proximidades da Caçandoca, podemos encontrar vestígios da Fazenda Lagoa, dos Antunes de Sá (possivelmente descendentes dos Sá que aqui chegaram com os primeiros colonizadores). Parte dessa fazenda foi legada aos escravos e, ainda hoje, encontramos por lá muitos Antunes de Sá mesclados na população caiçara.

O tráfico negreiro, expoente nesta paragem, permeia a trajetória histórica do quilombo relatada em entrevista com Sr. H., 76 anos, quilombola:

Aqui, por causa da escravidão, né? Do tempo da escravidão. Quem veio primeiro aqui para o Brasil eram os portugueses, os portugueses que vieram aqui. Depois então vieram muitos escravos, que traziam de lá. Traziam de lá. Inclusive que o... o abacate, jaca, esse negócio aí não é nativo aqui do Brasil. Eles traziam pra fazer o lastro em baixo do porão, pros escravos traziam. Ficava aqui. Eles vendiam. Os caras de lá, do estrangeiro vendiam escravo aqui trocava a troco de comida. Aí levava a comida e deixava os escravos aqui.

A bibliografia consultada e o trabalho arqueológico citado indicam consonância com a assertiva do entrevistado. O conjunto de praias, costões e ilhas do extremo sul de Ubatuba e seu setor imediato, em Caraguatatuba/SP, insere-se em sistema de tráfico clandestino de escravos, o que poderíamos classificar como um dos últimos baluartes desta atividade no Brasil. Para tal prática, quando o tráfico era combatido e segundo ténues leis brasileiras seria proibido, preferia pontos ermos da costa, distantes das vilas, conforme expressa Jaime Rodrigues (2000, p. 143):

Os pontos mais remotos do litoral foram os preferidos pelos traficantes a partir da primeira lei de extinção do tráfico, por motivos óbvios. Neles a perseguição se tornava mais difícil, tanto por as rotas serem novas e procurarem evitar os portos onde o tráfico era mais notório, quanto por que as bocas dos rios, enseadas e pequenas baías ofereciam refúgios que dificultavam as ações dos temidos cruzeiros britânicos e das autoridades locais, em geral baseadas nas sedes das vilas.

Consonante com tais feições geográficas, Jaime Rodrigues (2000, p. 147, 148), lista o limite entre os dois municípios (Caraguatatuba e Ubatuba), setor na qual se inserem as praias do quilombo, no rol de pontos com fortes indícios de tráfico clandestino em 1839 e cita rede de comércio de cativos, que envolvia portos de Ubatuba e entrepostos serra acima, como Paraibuna e Jacareí, ambos em SP. Chastan (1992, p. 75) também informa sobre o incremento desta atividade, entre os anos de 1830 e 1836, citando os franceses (o proprietário da Fazenda Maranduba, próxima a Caçandoca, inclusive), como um dos três maiores possuidores de escravos do município de Ubatuba.

Alheio a tentativa de introdução de mão de obra europeia vemos que as novas demandas da rubiácea, tanto no litoral quando no planalto, influenciaram o aumento da procura de escravos africanos por meio do tráfico clandestino. Sobre isto, Oliveira (1977, p. 87), transcreveu documentação da câmara municipal ubatubense, de abril de 1834, a qual cita desembarques clandestinos de escravos na Enseada do Bananal (Saco das Bananas, território quilombola da Caçandoca). O autor prossegue:

Continuou assim, por muito tempo, esse vergonhoso comércio clandestino, e o que é pior, estendeu-se por muito tempo depois da Lei Eusébio de Queiróz. Os negros desembarcavam nas enseadas afastadas da Vila, ao que consta na Fortaleza e Caçandoca, no Sul, e Ubatumirim, ao Norte e, por veredas dissimuladas, através da mata, eram conduzidos às fazendas do Vale do Paraíba e ali comercializados a altos preços.

Enfim, a narrativa de abandono das fazendas pelos herdeiros do sistema produtivo da Caçandoca e praias vizinhas corresponde à trajetória de decadência do Litoral Norte paulista, no findar dos oitocentos, conforme abordado. Desta forma, sua posse consolidou-se no decorrer do século XX, com ex-escravos e seus descendentes, com as dificuldades próprias de uma localidade rural isolada, desprovida de infraestrutura. Restou a estes a posse da terra, sua sobrevivência e sua organização territorial (BRANCO, 2007, p. 54; SÃO PAULO, 2017), compatível com as formas de ocupação derivadas da consolidação da economia de subsistência no final do século XIX e até as décadas de 1960 - 1970. Araújo (2016, p. 4) relata, com base em informações textuais e análises de imagens aéreas, a conformação de ocupação do quilombo em 1962:

Em 1962 o território era intensamente ocupado com agropecuária e as famílias tinham suas casas concentradas nas proximidades da praia e às margens dos córregos. Nos anos 1970 havia aproximadamente 35 casas no Sertão da Caçandoca e o mesmo número de famílias nas outras localidades do território, totalizando uma população em torno de 70 famílias no território quilombola. Houve então o processo de exclusão.

No final da década de 1970, em decorrência da abertura da rodovia BR 101 empreendida pelo governo militar, com sua função estratégica em relação às usinas nucleares de Angra dos Reis, RJ, as terras até então mais isoladas de Ubatuba passaram a valorizar-se, momento no qual especuladores agiram com violência ante o quilombo (BRANCO, 2007, p. 112). Neste período, grande parte das famílias da Caçandoca e adjacências perdeu a posse da terra, por ação coercitiva de uma incorporadora imobiliária. Algumas famílias tentaram, desde então, recuperar a posse de seu território, sem sucesso.

No ano de 1998, a comunidade remanescente, em conjunto com familiares que haviam sido expulsos, recorreram ao Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) para, à luz da

Constituição Federal de 1988 e do artigo nº. 68 do Ato de suas Disposições Transitórias, serem reconhecidos como membros de uma comunidade quilombola e assim terem assegurada a posse definitiva de seu território (SCHMITT, 2000, p. 3). O ITESP, embasado por Relatório Técnico Científico, de cunho antropológico (SCHMITT, 2000), deliberou favoravelmente à concessão de parte do território requerido.

A retomada do território valeu-se de ações de ocupação, em barracos de lona, em situação precária. Este movimento foi assim descrito por Dona I.M.S.P. quilombola de 76 anos, que atuou na reocupação:

A gente chegou onde tem aquelas casas ali, tem o centro comunitário, tem a casa do N. Barraca de lona. Barraca de plástico preto. Aí para cada um, para não ficar no tempo, a gente dormir, as mulheres de um lado, os homens num outro. O J. chegou a ficar aqui um pouco junto comigo, inchou muito o olho por causa da fumaça. A gente ficava um pouco em cada lado. A gente não tinha banheiro. Era um buraco no chão, mosca, mosca... Ficava com as pernas inchadas assim. E até hoje eu estou aqui.

Seu filho, J. S.P., quilombola, também relata:

Para a gente reocupar o território a gente teve o apoio do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A gente não sabia como fazer isso. A gente não tinha a mínima ideia. Aí através na época de um cara que era muito mais politizado que era o J., que era o D., o J. que depois veio a ser vereador da câmara aqui de Ubatuba, e o D. que é professor de Geografia, formado pela Universidade de São Paulo - USP, parece também que professor de História, eles tinham ligação já com estes movimentos. Então eles pediram apoio e o MST veio nos orientar. O que fazer para fazer a reocupação do território. Aí fizemos isto. Os acampamentos, tinha toda a questão de segurança, para entrar e para sair. A gente não deixava qualquer carro descer. O carro

para poder descer tinha que informar quem era e para onde ia, que horas que ia voltar se não, não descia. Então não tinha nada de romântico. Não tinha nada de legal naquilo ali por que era um momento de extremo risco. A gente sabia que havia policiais contratados pela Continental que transitavam e eles ameaçavam. Havia remanescentes quilombolas que não entendiam o processo e que nos viam como inimigos. Por que hoje em dia moram, hoje em dia fazem parte da associação, mas naquele momento por questão de ignorância, de desconhecimento eles achavam que era prejudicial para a comunidade aquilo ali.

Diante de tais resistências por parte da comunidade, mesmo com perda de parcela de sua população, e sob os pareceres favoráveis de órgãos públicos, a titularidade da terra veio somente em 2006, mediante desapropriação efetuada pelo governo federal, referente a área sob posse de empresa urbanizadora (SÃO PAULO, 2017). Assim, o Quilombo da Caçandoca torna-se o primeiro localizado em terras de marinha a receber tal titulação e também a primeira comunidade a ser beneficiada pelo escopo do Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (ESTRELA DA COSTA, 2016, p. 3). No entanto, este processo também passou por desafios de ordem interna, conforme relata Araújo (2016, p. 10):

Durante o processo de regularização acirrou-se a animosidade entre os diferentes grupos que compõem a comunidade, o que motivou a criação de outra entidade representativa. Tal entidade, que representava uma parcela da coletividade em questão, denominava-se Associação dos Remanescentes da Comunidade do Quilombo Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade (ARCQCRSB) e reunia parte das famílias tradicionais da Caçandoca que, no início do processo, não haviam aceitado se associar ou reivindicar a identidade quilombola e, portanto, não foram contempladas com a criação do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). Em julho de 2008, a Fundação Cultural

Palmares (FCP) expediu Certidão de Autorreconhecimento à Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade, criando uma situação inédita no Estado de São Paulo: duas associações quilombolas distintas, ambas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, reivindicando um mesmo território.

Porém, em 2009, para evitar prejuízos ao processo de titulação, decisões judiciais ‘congelaram’ a ocupação, e em 2013, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a comunidade concordou em unificar as associações. Assim, o território poderia retomar sua ocupação, com ingresso de novas famílias e construção de novos equipamentos (ARAÚJO, 2016, p. 11). Atualmente, o quilombo caminha na consolidação de seu espaço, com o exercício de atividades turísticas, pesca, serviços, bem como no acolhimento de novas famílias.

Por fim, o quilombo ocupa área de 890 hectares (metade do que foi reivindicado), localizado na Costa Sul do Município de Ubatuba, já nas proximidades com a vizinha Caraguatatuba. Congrega a praia e sertão da Caçandoca, praia da Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana e praia do Simão (SÃO PAULO, 2017). Deste perímetro, 412 ha foram reservados pelo INCRA para a execução de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Caçandoca (ARAÚJO, 2016, p. 3).

Mesmo diante da titulação alcançada, vê-se constante luta para a preservação de sua identidade cultural. Neste sentido, entendemos que esforços para o fortalecimento desta, ou pelo menos subsídios para decisão sobre o que perenizar ou olvidar, tanto em caráter material ou imaterial, funcional ou simbólico, devem ser empreendidos. O quilombo configura-se como fiel depositário de bens de ordem natural e cultural, além de suas manifestações de ordem étnica, repertório de recursos ambientais e culturais; bens comuns a eles e em geral à nação brasileira.

Considerações finais

O texto aqui apresentado pretendeu oferecer um breve histórico da Comunidade Quilombola da Caçandoca, permeado por condicionantes econômicos, sociais e históricos de seu território, bem como as consolidações de termos identitários, que derivaram nesta e em outras comunidades ações de autorreconhecimento.

Conforme mencionado, esta localidade tem como matriz a instalação, operação, declínio e abandono de sistema escravocrata, que era composto por unidades canavieiras e cafezeiras, além de postos de apoio e desembarque para o tráfico clandestino de escravos. Com a deserção dos antigos proprietários, os ex-escravos e seus descendentes exerceram a posse mansa e pacífica das terras da Serra da Lagoa. As pequenas roças eram condizentes com os modos seminômades de ocupações de subsistência, sem limites definidos, balizadas por acidentes geográficos ou marcos toponímicos, em casas que gravitavam laços de parentesco, cenário garantido a esta e demais comunidades pelo isolamento geográfico e a parca atividade econômica que atingiram o Litoral Norte ao longo da primeira metade do século XX.

No entanto, conforme pudemos verificar nos depoimentos e na literatura oferecida, que as identidades destas comunidades estavam relacionadas não a aspectos étnicos, mas à sua localidade, seu bairro rural.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, a abertura de novas vias rodoviárias e a ‘redescoberta’ deste litoral como estoque de terras de lazer para loteamentos de veraneio, imprimiram novas ameaças a estas comunidades, representadas por ações de grileiros que valeram-se das frágeis documentações de posse dos moradores nativos, com titularidade de suas terras “selada apenas pela palavra” (RIBEIRO-MOREIRA NETO, 2002, p. 8).

Com estas mudanças de ordem urbanística e econômica, de vieses acentuadamente capitalista e especulatório, as comunidades outrora dispersas, com vínculo identitário relacionado ao seu bairro e sua família, viram-se obrigadas a se aglutinar em objetivos comuns (garantia do território, acesso a

serviços públicos e defesa de sua identidade), tanto com seus vizinhos quanto com outros movimentos sociais (ambientais, culturais, étnicos e de gênero). Neste sentido Cordeiro (2020, p. 36) explica: “É, portanto a partir do choque com a tentativa de apropriação privada de seus territórios que boa parte das comunidades (re)constrói sua identidade.”

Assim, em específico ao Quilombo da Caçandoca, podemos aferir que, se por um lado as ações violentas de um grupo capitalista infringiu expulsões, traumas e perdas materiais, por outro foi responsável pela formação desta unidade comunitária, que permitiu que hoje estas famílias possuíssem a propriedade comum de seu território, bem como a possibilidade de retomada de suas práticas vernáculas (cultivos, extrativismos e pescas tradicionais), associadas a introdução de novas iniciativas de caráter participativo (permacultura, agrofloresta, etc.), consonantes com as boas práticas ambientais e culturais e que são suportes fundamentais do desenvolvimento individual e coletivo.

Notas

1 Nossa pesquisa está aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 01501118.4.0000.5503.

2 Arquivo Público Municipal de São Sebastião, SP. Documentos Jurídicos. CX 51, processo 177

3 Arquivo do Estado de São Paulo – AESP. Ofícios Militares: Cx. 0258: Doc. 78

4 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Referências

AGOSTINI, Camilla. **Mundo atlântico e clandestinidade**. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda no sudeste, século XIX. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2011.

ANDRADE, Tânia (Org.). **Quilombos em São Paulo**. Tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

ARAÚJO, Paulo Roberto David de. **Território quilombola Caçandoca**: termo de ajustamento de conduta como instrumento de Governança. “Desafios para a governança agrária do país”. Brasília: Sind. PFA, 2016.

AYER DE OLIVEIRA, Leinad. **Quilombos**. A hora e a vez dos sobreviventes. São Paulo: Comissão pró Índio de São Paulo, 2001.

BARRAZA, Nilda Carolina. **Tierra ancestral, desplazamiento territorial y la ‘nueva’ identidad de ‘mujer negra desplazada’ in Bogotá, Colômbia**. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio Santos; ROJAS, Axel (Orgs.) **Territórios de gente negra**: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 83-114.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Apresentação**. In: IPHAN. **Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará**. Rio de Janeiro: CASA 8 - IPHAN, 2012, p. 7-12.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003;

BRANCO, Elaine R. **Encontros, desencontros e reencontros na trajetória da comunidade remanescente do Quilombo Caçandoca**: identidade e territorialidade. 2007. 151f. Monografia – Faculdade De Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CHASTAN, Lita. **Litoral Norte. Caiçaras e franceses**. São Paulo: Ateniense, 1992.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. **Racismo e regularização fundiária dos territórios das**

- comunidades quilombolas da Bahia. Revista da ABPN**, v. 12, Ed. Especial – Caderno Temático: Geografias Negras, p. 32-53, 2020.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia Caiçara**. Vol. 1. O Olhar do pesquisador. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- ESTRELA DA COSTA, Ana Carolina. **Comunidade Quilombola de Caçandoca**. Belo Horizonte: FAFICH. INCRA, 2016.
- FRANÇA, Ary. **A Ilha de São Sebastião**. Estudo de Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954.
- FREITAS MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato de. **Panorama Geohistórico dos Quilombos no Brasil: Notas Para (Re) Pensar a Formação Territorial Brasileira. Revista da ABPN**, v. 12, Ed. Especial – Caderno Temático: Geografias Negras, p. 361-388, 2020.
- GIL-HERNÁNDEZ, Franklin. **Colonialidad, racialización y subjetividad: experiências de racismo y construcción de subjetividades de personas negras en sectores medios de Bogotá, Colombia. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio Santos; ROJAS, Axel (Orgs.) Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 59-82.**
- GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria Helena P.T. **Interiorização, formas de ocupação e quilombos ‘volantes’ em São Paulo. Século XVIII e XIX. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio Santos; ROJAS, Axel (Orgs.) Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 291-330.**
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Quilombo Campinho da Independência: direito insurgente, luta quilombola e educação. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio Santos; ROJAS, Axel (Orgs.) Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 359-378.**
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2003.
- HELENA, Inge. **Conflictos interétnicos en el Caribe Insular colombiano. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio Santos; ROJAS, Axel (Orgs.) Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 247-270.**
- HOLME, Oscar. **Ubatuba. De uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial**. Tese de doutorado em História. São Paulo: FFLCH, 1971.
- MANTOVANI OLIVEIRA, Tamara Fresia de. **Tradições culturais do Quilombo da Fazenda pelas vozes da comunidade. SÃO PAULO: Governo do Estado de São Paulo, 2008.**
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MERLO, Márcia. **Entre o mar e a mata: a memória afro-brasileira. São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. São Paulo: EDUC, 2005.**
- MINAS, Egléia Adalgizo. **Registro e Preservação Cultural: Fazeres e Saberes da Comunidade Remanescente do Quilombo da Caçandoca – Litoral Norte/SP**. 2015. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Camilo Castelo Branco, Fernandópolis, 2015.
- RIBEIRO-MOREIRA NETO, Pedro. **Fotografia e Histórias de Vida: Famílias Caipiras no Alto do Vale do Paraíba**. 2002. 206f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002;
- OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Questões acerca do genocídio negro no Brasil. Revista da ABPN**,

v. 12, Ed. Especial – Caderno Temático: Geografias Negras, p. 312-335. 2020.

OLIVEIRA, Washington de. **Ubatuba. Lendas & outras histórias**. Ubatuba: edição do autor, 1977.

POLLAK, Michel. Memória, **Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RESTREPO, Eduardo. **Espacialidades afrodescendentes en el Pacífico colombiano**. *In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio Santos; ROJAS, Axel (Orgs.) Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 189-214.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**. Campinas: UNICAMP, 2000.

SANTOS, Sandra. **Herdeiros de Zumbi**: Olhando o Futuro sem Esquecer o Passado. *In: ANDRADE,*

Tânia (Org.). **Quilombos em São Paulo**. Tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

SÃO PAULO, Secretaria da Cultura do Estado de. **Quilombo de Caçandoca**. Disponível em: <http://estadodacultura.sp.gov.br/espaco/972/>. Acesso em: 11 Jun. 2017.

SCHMITT, Alessandra. **Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Caçandoca. Município de Ubatuba / São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2000.

SILVA, Luiz Geraldo. **Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara**. *In: DIEGUES, Antônio Carlos. Enciclopédia Caiçara*. Vol. 1. O Olhar do pesquisador. São Paulo: HUCITEC, 2004.

WILLEMS, Emilio. **A Ilha de Búzios**. Uma comunidade Caiçara no Sul do Brasil. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC, 2003.

Transpor os muros das escolas de arquitetura e urbanismo: um olhar crítico sobre o ensino e a extensão universitária, cruzando Moçambique e Brasil

Transposing the walls of the schools of architecture and urbanism: a critical approach on the teaching and university extension, crossing Mozambique and Brazil

Sílvia Jorge*

Murad Jorge Mussi Vaz**

Palavras-chave:

Pensamento decolonial

Escolas de arquitetura e urbanismo

Maputo

Resumo: Partindo de uma abordagem crítica, baseada no pensamento decolonial, o presente artigo discute o papel social do arquiteto-urbanista a partir da sua formação acadêmica. Através de uma leitura cruzada entre Moçambique e o Brasil, analisa-se a forma de pensar e conceber cidade a partir do caso concreto da capital moçambicana, Maputo, orientando posteriormente o olhar para a universidade e o seu trabalho de extensão como forma de romper o processo de universalização, homogeneização e abstração do espaço. Este percurso demonstra que novos métodos, abordagens e práticas são necessários para um reconhecimento da pluralidade de existências e para a efetivação de um diálogo e ação comprometidos com a perspectiva de decolonização do ser, do saber e do poder.

Keywords:

Decolonial thinking

Schools of architecture and urbanism

Maputo

Abstract: Focusing on critical thinking and a decolonial approach, this article discusses the social role of the architect-urbanist from his academic background. Through a cross reading between Mozambique and Brazil, the way of thinking and conceiving the city is analysed through the concrete case of the Mozambican capital, Maputo. Subsequently, we orient the look towards the university and its extension work as a way to break the process of universalization, homogenization and abstraction of space. This path demonstrates that new methods, approaches and practices are necessary to recognise the plurality of existences and to carry out a political dialogue and action committed to the decolonisation of being, knowledge and power.

Recebido em 29 de maio de 2020. Aprovado em 09 de novembro de 2020.

Introdução

O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, à qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação (FREIRE, 2013, p. 67).

Com o avançar do século XX, e sobretudo com os desafios globais enfrentados a partir do

século XXI, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de rever as bases teóricas, metodológicas e epistemológicas que subjazem a produção atual do conhecimento, sobretudo se considerarmos que, nas palavras de Santos, “o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que divide o mundo humano do sub-humano” (2009, p. 31). Neste sentido, importa refletir sobre as teorias que dominam a prática profissional no campo da arquitetura e do urbanismo, vinculadas

* Doutora em Urbanismo, bolsista de investigação do projeto “África Habitat: da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo” (IC&DT/PALOP/FCT-AKDN/333121392/2018), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Aga Khan Development Network, coordenado por Isabel Raposo, sediado no CIAUD-FAUL (2018-2021). E-mail: aivlisjorge@gmail.com.

** Doutor em Geografia Urbana, arquiteto e urbanista, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. Membro do DALE-UNILA e do NETAP-UFFS. E-mail: murad.vaz@uffs.edu.br.

à perspectiva da modernidade/colonialidade, como proposto por Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2014, p.04). Sentidos a nível global, os negativos impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da prática dominante revelam, por um lado, uma teoria aquém da pluralidade de contextos territoriais existentes, descontextualizada, com viés altamente excludente e vinculada a diversos padrões de colonialidade¹; por outro lado, um crescente compromisso com a lógica de mercado, sobrepondo-se tendencialmente o valor de troca ao valor de uso (MONTANER & MUXÍ, 2011). Como destaca Lefebvre (1991 [1974]), a progressiva destruição programada das particularidades locais a favor da homogeneização e abstração do espaço, que viabilizam a constituição de um mercado global, têm vindo a gerar um conflito do urbano consigo mesmo, progressivamente mais desigual e excludente.

Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2014, p. 18, tradução nossa) partem do princípio de que “os impactos globais da homogeneização do espaço e a perda de identidade na arquitetura, no urbanismo e no ordenamento do território serão superados somente se reconhecidos como parte da ocidentalização do mundo”. Neste sentido, os autores (*Idem*) sublinham a necessidade de assumir uma atitude apoiada na teoria da “transmodernidade” e na “ecologia dos saberes”², na senda de Sousa Santos (2009). O reconhecimento de uma pluralidade de saberes permitiria ressaltar diversas espacialidades, ao vincular práticas espaciais e práticas sociais, evidenciando a urgência de criticar e repensar a ideia de uma humanidade homogênea, a partir da qual, nas palavras de Krenak (2019, p. 12), “o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania.”³

Na academia, uma abertura ao diálogo e ao reconhecimento de práticas fundadas na diferença permitiria, por sua vez, uma abertura à diversidade de práticas espaciais vinculadas a práticas sociais, aludindo a abordagens pedagógicas e metodológicas variadas, incluindo no campo da arquitetura e do urbanismo. Seguindo esta linha de pensamento, destacam-se diferentes prioridades, nomeadamente: (1) sublinhar a importância da discussão epistêmica “em torno da negociação/reafirmção do projeto

civilizacional moderno”; (2) assumir o carácter e impacto global e local dos problemas de hoje; (3) abraçar as múltiplas dimensões do urbano; (4) debater a teoria urbana contemporânea a partir da perspectiva da modernização/colonização, questionando a “legitimidade do conhecimento racional moderno e o seu impacto mundial” (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p.04, tradução nossa).

A discussão epistêmica, filosófica, metodológica, prática, política e sociológica em relação ao carácter eurocêntrico da modernidade e pós-modernidade, promovida pela crítica decolonial, abre assim espaço para a construção de teorias sobre aspetos pouco ou nada explorados da realidade urbana (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014). Simultaneamente, ao dialogar com Freire (2006, 2013), revela-se uma outra forma de pensar e construir conhecimento, horizontal e obrigatoriamente vinculada à realidade, em contínua transformação. É sobre esta forma “outra” que incide a nossa análise e reflexão, cruzando dois contextos distintos – Moçambique e Brasil –, com o objetivo de reconhecer caminhos comuns e desviantes a este pensamento alternativo. O cruzamento parte da experiência, vivência e conhecimento co-construídos nos últimos anos sobre a capital moçambicana, Maputo, especificamente da observação direta, dos levantamentos e entrevistas realizados em diferentes territórios da cidade. Simultaneamente, apoia-se numa abordagem de investigação-ação, sempre limitada, mas comprometida com uma leitura crítica e reflexiva dentro e fora da academia em torno do saber, conceber e intervir, vinculada à ação de extensão, em sua condição de abertura aos diversos contextos e à construção de um conhecimento socialmente comprometido.⁴

Partindo da ideia de espaço em sua condição de simultaneidade de histórias em realização, efetuamos num primeiro momento uma análise crítica do planeamento da cidade de Maputo desde a sua origem à atualidade, sublinhando diferentes lógicas e cosmovisões. Num segundo momento, dirigimos o olhar para a universidade, identificando diferentes perspetivas e experiências desencadeadas

de dentro para fora dos muros das escolas de arquitetura e urbanismo. Num terceiro momento, analisamos o papel da extensão universitária, a partir de uma abordagem decolonial, abrindo, no final, espaço para algumas notas conclusivas.

Pensar e planejar a cidade: o caso de Maputo

A fixação portuguesa em Lourenço Marques, que após a independência (1975) receberia o nome de Maputo, consolidou-se no início do século XIX com a chegada de uma força militar e a construção de uma pequena fortificação (MENDES, 1985, p. 79-80). A existência de um porto natural e de uma estrada de ligação a Lidemburgo⁵ acabariam por atrair, quer pessoas vindas da metrópole e das mais variadas partes do mundo, quer população autóctone, na procura de melhores condições de vida (RITA-FERREIRA, 1967/68, p. 129-151). Com efeito, a progressiva chegada de estrangeiros a caminho do Transvaal⁶, ou que aí se instalaram como intermediários e negociantes, rapidamente alterou o rosto da pequena povoação, resumida a uma língua de areia cercada de pântanos e mangues (MORAIS, 2001, p. 57; VALES, 2014, p. 24).

A expedição de Obras Públicas, por autoridades portuguesas, conduzida em 1877 foi a principal força motriz de uma nova fase de expansão, criando as condições necessárias para a construção de uma ferrovia, vital para o funcionamento do porto, a realização dos primeiros aterros, que viabilizaram a expansão para norte, e a concessão de terrenos, sobretudo a estrangeiros e para especulação (VALES, 2014, p. 88-89; RITA-FERREIRA, 1967/68, p. 182-183). Com efeito, um artigo do *Occidente*⁷, de 1880, destacava a remoção das chamadas “palhotas”, habitadas sobretudo por autóctones, para fora das muralhas, alegando-se serem facilmente inflamáveis. Tinha assim início um longo e violento processo de segregação racial e sócio-espacial, regido pela ordem e racionalidade que caracterizam o espaço abstrato a que alude

Lefebvre (2012 [1968], p.56). Uma nova ordem negava os diversos processos simbólicos e culturais anteriores ao regime colonial e invisibilizava a população autóctone no espaço urbano em construção. Esse processo é intrínseco à produção de mercadorias e à divisão e organização do trabalho, aos modelos de comportamento e aos sistemas de valor que induzem ao consumo, em representação de uma ordem simultaneamente próxima e distante.

Neste sentido, o Plano de Ampliação de Lourenço Marques de 1887, assinado por António José de Araújo, acabou por desempenhar um papel determinante ao instrumentalizar o espaço com vista à produção de mais-valias e a um maior controle social, reproduzindo as relações de poder e dominação então instituídas pelo regime colonial. Concebia uma cidade a-histórica e transcultural, que negava o passado e a cultura do “outro” – o não ocidental –, percebido como uma manifestação de atraso e como algo a ser erradicado. Com exceção do núcleo antigo, a partir do qual iniciou o traçado ortogonal que passou a orientar e regular a expansão e crescimento urbanos, o Plano fez tábula rasa das preexistências, negando a “cidade moderna” à população autóctone, negra, remetida para o denominado “bairro Indígena”, que nunca chegou a sair do papel (Figura 01). Em contrapartida, baseado numa política de concessão restrita a portugueses, estrangeiros e empresas, promoveu o mercado e a especulação imobiliária, determinando o lugar de cada um na cidade.

Com efeito, ao seguir a lógica de segregação, desenvolveu-se para lá da Estrada da Circunvalação aquela que se viria a chamar de “cidade de caniço”, autoproduzida⁸ e distante dos padrões de ordenamento preconizados. De carácter temporário, parte dela ficou desde logo refém dos interesses imobiliários instalados, em particular os terrenos sobranceiros ao porto e à baía, atribuídos a grandes promotores e investidores privados. Outra parte, menos atrativa para o mercado, alojou, sem o mínimo de condições de habitabilidade, a maioria da população aí residente.



Legenda | cidade edificada; canal de esgoto; projeto de ampliação.

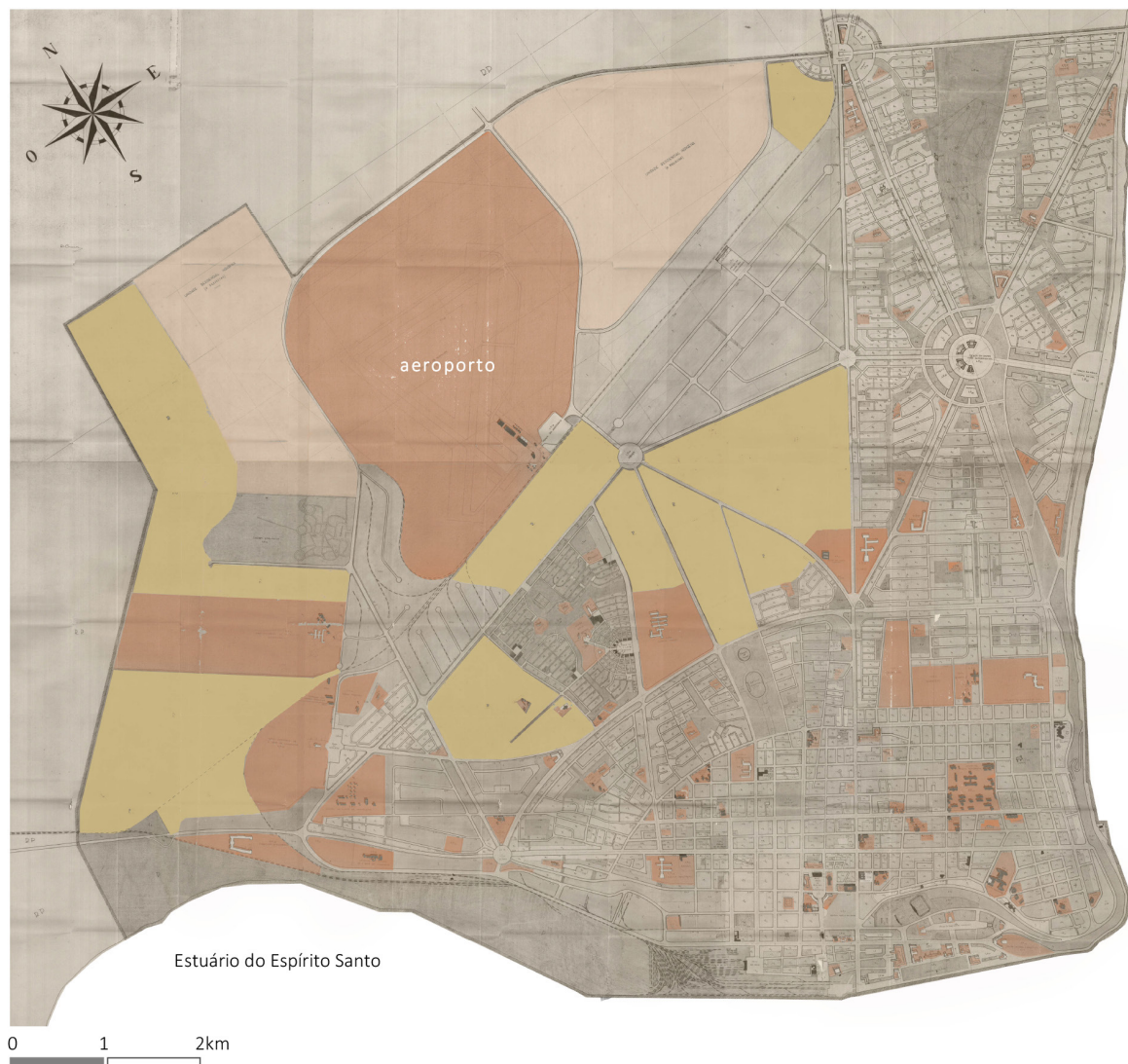
Figura 01 – Plano de Ampliação de Lourenço Marques, 1887.

Fonte: Projeto de ampliação da cidade de Lourenço Marques (versão 2) (1887). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.



Figura 02 – Expansão da cidade.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Moçambique.



Legenda | ■ equipamentos e instituições públicas; ■ áreas de reserva; ■ 'residencial indígena'.

Figura 03 – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952.

Fonte: Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, Ocupação do Solo (1952). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.

Já em meados do século XX, enquanto ganhava forma no Brasil o paradigmático Plano Piloto de Brasília, apresentava-se em Moçambique o Plano Geral de Urbanização de 1952, da autoria de João Aguiar, reiterando o caráter temporário dos espaços autoproduzidos, classificados como “reserva” (Figura 03). Tal como o seu antecessor, fez tábula rasa dos espaços em redor da denominada “cidade de cimento”, formalmente reconhecida, remetendo agora a população autóctone para uma área “residencial indígena” nas imediações do aeroporto, que também nunca saiu do papel.

Preconizava-se a demolição de bairros inteiros, considerados insalubres e desordenados, bem como a sua reconversão em parques, equipamentos e novos edifícios enquadrados no paradigma da modernidade. Constituiu exceção o olhar crítico de Pancho Guedes⁹, que, contrariando o pensamento dominante, propôs no seu Manual do Vogal Sem Mestre (1963) uma abordagem de intervenção assente na qualificação e integração do tecido auto produzido. Ironizando e contrariando o pensamento urbanístico dominante, criticava em pleno regime a visão dos arquitetos e urbanistas ao seu serviço:

Os sabetudos [arquitetos/urbanistas] quando chegam de avião viam, lá do alto, muita gente pequena em barracas de lata à roda da cidade. Preocupados com isso (entre outras preocupações) alugaram arquitectos rápidos para sonhar o sonho deles, que era que com muitas casas ia ficar tudo mesmo bem. Os arquitectos não pensaram, nem falaram – desenharam e mandaram fazer algumas casas – longe, caras e más (GUEDES, 1963, p. 6, inserção nossa).

Às portas da independência, o Plano Diretor de Urbanização de 1969 (Figura 04), coordenado por Mário de Azevedo, rompeu com as premissas que até então guiaram a prática de planejamento, assumindo

uma escala territorial (VANIN, 2013, p. 49). A sua proposta de zoneamento foi definida por grandes manchas e limites flexíveis, numa primeira tentativa de diálogo entre a “cidade de cimento” e a “cidade de caniço”, para a qual se propôs a sua infraestruturização e a implementação de equipamentos de apoio à população. Ações desta natureza acabaram por ser conduzidas pelo Gabinete de Urbanização e Habitação de Lourenço Marques, responsável pela melhoria dos acessos, pela iluminação de algumas vias principais, pela construção de fontanários e algumas unidades polivalentes, ainda hoje em funcionamento, bem como pelo início da recolha do lixo (ver MAZEMBE, 2006).

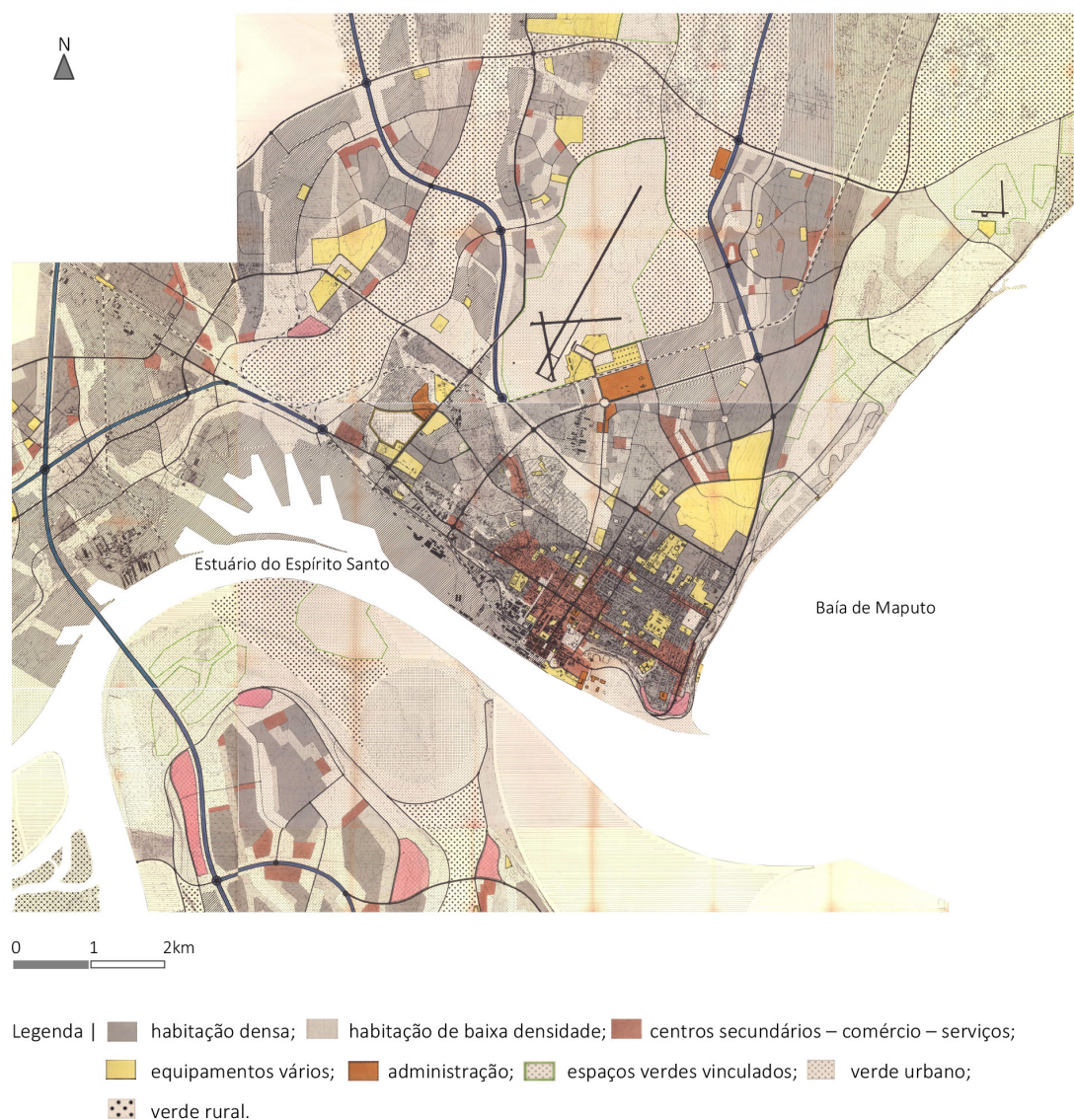


Figura 04 – Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques, 1969.

Fonte: Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques (1969). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.

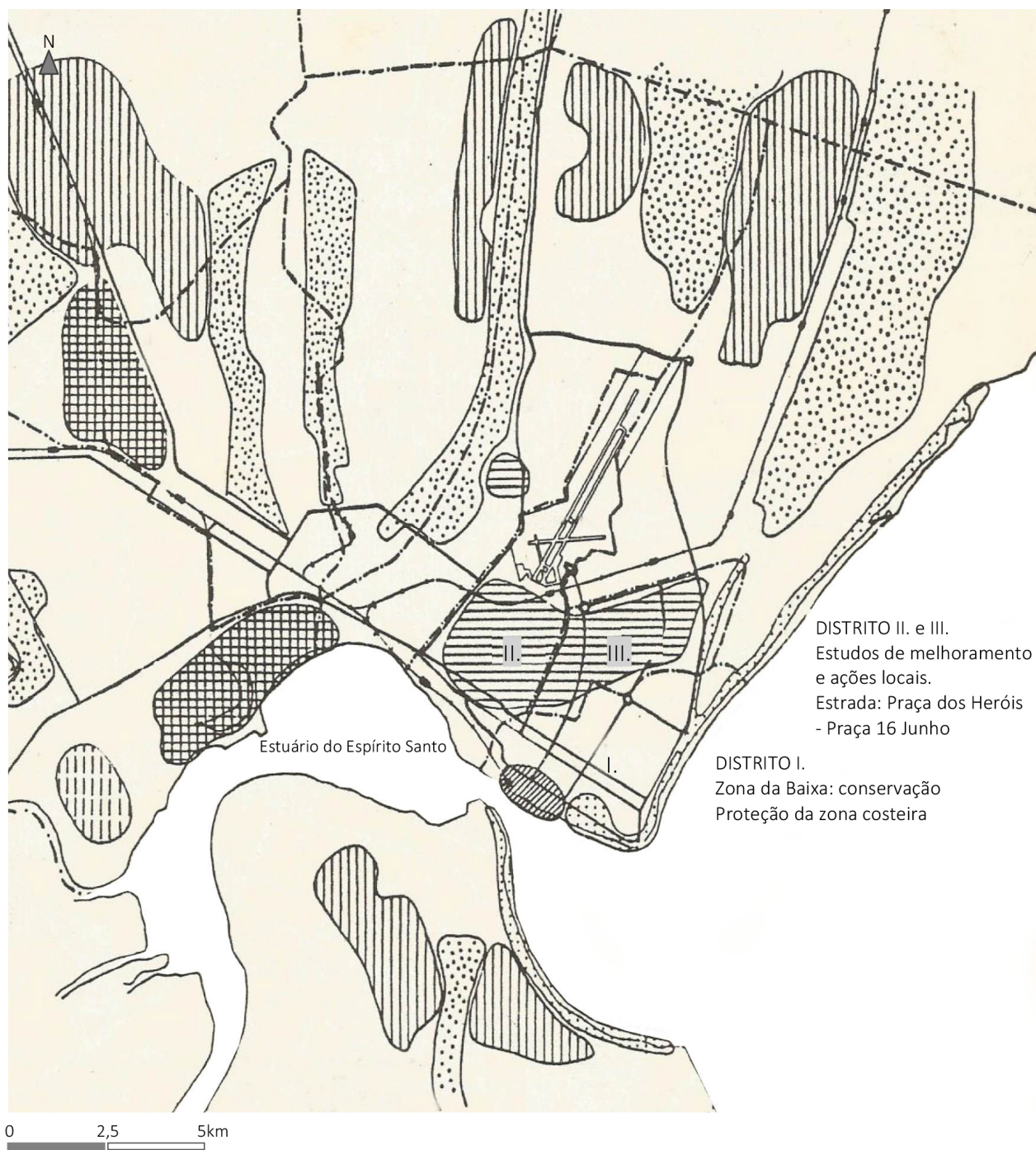
Com a independência, em 1975, a Frelimo (Frente de Libertação Nacional) – o partido que assume o poder desde então – proclamou maior equidade, o fim da opressão e exploração coloniais, bem como o progresso cultural e social, apoiado numa nova ideia de nação e, à semelhança do regime anterior, assente no paradigma da modernização (CAHEN, 2007, p. 121-122). Sobretudo a nacionalização da terra e dos prédios de rendimento travaram o mercado fundiário e imobiliário, promovendo o acesso de milhares de pessoas ao centro da cidade e a uma habitação plurifamiliar, mas também profundas mudanças ao nível do espaço auto produzido, que rapidamente “se cimentou” (CARRILHO & LAGE, 2009, p. 320). Destarte, populações com modos de vida plurais, inseriram-se ou foram inseridas numa cidade de matriz modernista, levando a choques culturais e miscigenações de práticas socioespaciais. Financiado e apoiado pelas Nações Unidas, o Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço (1977-1979) – dois bairros adjacentes ao centro da cidade – representou uma experiência ímpar ao nível da qualificação do tecido auto produzido, seguindo o espírito dos primeiros anos de independência (ver SAEVFORS, 1986).

Na década seguinte, o Plano de Estrutura de 1985 (Figura 05), coordenado por José Forjaz – na altura um dos poucos arquitetos moçambicanos do país –, embora continuasse a propor a melhoria e infra estruturação destes territórios, anunciou um novo olhar sobre as áreas mais próximas do centro, em participar sobre Polana Caniço, classificada como área de reserva para “habitação especial”. A atribuição restrita de novos talhões (lotes) a cidadãos capazes de cumprir “os critérios e standards da zona” (INFP, 1985, p. 91), refletia o poder de uma nova elite política e econômica local, a sobreposição dos seus interesses em detrimento dos da maioria da população, bem como a revalorização destes lugares estratégicos do ponto de vista do mercado (JORGE, 2017).

A chamada “guerra dos dezesseis anos” (1977-1992), travada entre a Frelimo e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) – principal partido da oposição –, bem como a crise social e

econômica que cedo se instalou, acabaram por paralisar a maioria dos projetos e intervenções previstos ou em curso em Maputo. Ao longo da década de 1980, a cidade acabaria por acolher milhares de refugiados, através da densificação e expansão do espaço autoproduzido, periférico ao centro, contribuindo para a precarização das condições de habitabilidade, a saturação e deterioração das infraestruturas/equipamentos e o agravamento dos problemas ambientais (RAPOSO & SALVADOR, 2007; VIVET, 2012). Entre 1970 e 1991, a população de Maputo mais que duplicou (LOPES *et al.*, 2007, p. 44). A vida urbana começava a interpenetrar gradualmente a vida rural e vice-versa, desencadeando um movimento de transformações e resistências que, como descreve Baía (2011), acentuava a oposição urbanidade-ruralidade.

A adesão a programas de ajustamento estrutural ainda na década de 1980, apoiada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, apresentou-se como incontornável, marcando o início de um novo ciclo econômico e financeiro, de cariz neoliberal. As mudanças políticas e econômicas desencadeadas desde então reacenderam a lógica de mercado, aumentando assim a pressão exercida, quer no centro da cidade, quer nas margens urbanas (ver JORGE, 2020). Num primeiro momento, os grupos de menores recursos foram sendo progressivamente reconduzidos para áreas mais periféricas, na sequência do sub-aluguel e da alienação dos prédios de rendimento do Estado. Seguiram-se ainda intervenções como o Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995), que apostou na reabilitação de alguns destes imóveis no centro da cidade e no realojamento das famílias que os ocupavam em bairros mais periféricos, gerando igualmente processos de periferização. Com a entrada marcante das organizações não-governamentais e de outros agentes estrangeiros, sobretudo promotores e investidores, multiplicaram-se as instituições e projetos de cooperação internacional direcionados para o desenvolvimento urbano e habitacional. Contudo, eram insuficientes e a sua ação superficial, não fazendo frente aos processos crescentes de segregação e exclusão sócio-espacial (RAPOSO, 2007; MELO, 2015; JORGE, 2017).



Legenda | expansão habitacional; expansão industrial; subdivisão de talhões; melhoramento.
 conservação; zona verde permanente.

Figura 05 – Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, 1985.

Fonte: Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, Mapa 8 – Intervenções Prioritárias (1985). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.



Legenda | ■ espaço urbanizado; ■ área urbanizável planejada; ■ área urbanizável não planejada; ■ área para expansão urbana; ■ verde urbano; ■ área húmida e inundável; ■ equipamentos; ● centros urbanos propostos.

Figura 06 – Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, 2008.

Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, Planta de Ordenamento (2008). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.

Paralelamente à (re)emergência da renovação urbana (JORGE, 2015), assente na tábula rasa do tecido auto produzido, também se reafirmou a defesa da sua requalificação num estudo realizado no âmbito da iniciativa “Melhoramento dos Assentamentos Informais” e no Plano de Estrutura do Município de Maputo de 2008 (Figura 06), ambos coordenados por José

Forjaz. No entanto, o Plano de 2008, ainda em vigor, também propôs a renovação de algumas áreas consideradas estratégicas do ponto de vista do mercado, através da criação de parcerias público-privadas. Os megaprojetos da Grande Circular e da ponte entre Maputo e a KaTembe, enunciados neste mesmo Plano e entretanto já concluídos, abrem novas oportunidades para o mercado imobiliário,

em ascensão nos últimos anos (BEJA & JORGE, 2019; JORGE, 2020). Cada vez mais próxima da lógica empresarial, a cidade tende a ser lida numa perspectiva estritamente econômica, encarando-se o planejamento como um mero acessório, ao qual se recorre ou dele prescinde em função dos interesses instalados (JORGE, 2017, 2020).

Aprender e lecionar na universidade

Face a uma cidade desigual e excludente desde a sua origem, regida pelo “sistema unitário” e o “urbanismo total” a que alude Lefebvre (2012 [1968], p. 37-38; 2001 [1972], p. 102-103), indutores de uma racionalidade tecnológica e tecnocrática, que papel assume ou pode vir a assumir a universidade na geração de práticas e abordagens mais inclusivas? A resposta a esta questão requer uma outra abordagem e atitude, não só uma leitura crítica e reflexiva da realidade e do sentido de existência da própria universidade, mas também do processo de produção, disseminação e apropriação do conhecimento gerado dentro e fora dela.

Ao contrário do Brasil, onde a criação da primeira universidade remonta a 1920¹⁰, em Moçambique ela surge durante o período colonial, em 1962, sendo que a formação em arquitetura e planejamento urbano apenas foi assegurada na década de 1980, anos após a independência. Sem quadros técnicos nacionais suficientes para fazer face aos desafios herdados, o país tornou-se progressivamente dependente daquilo que Forjaz¹¹ descreve como a “arquitetura de importação”, a “urbanística no papel” e o “planeamento regional do mapa e relatório”, dominados por um pensamento marcadamente ocidental, distante e distinto da realidade local. Findo o regime colonial, tornava-se cada vez mais urgente desenvolver uma massa crítica e técnica próprias, capazes de, nas palavras de Forjaz, “construir a sua cidade, modelar e ordenar a sua paisagem”, bem como “sofrer ou [...] gozar as consequências dos seus próprios erros ou sucessos”. A Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM) nasceu em 1986 com esse grande objetivo – criar técnicos superiores nacionais –, pelas mãos do seu então diretor, José Forjaz, e com o apoio da

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Roma “La Sapienza”.

Fiel ao pensamento crítico que o caracteriza, Forjaz descreve a universidade como um tempo oferecido “para pensar, [...] criar o vício do pensamento, o dever do pensamento, a alegria do pensamento” (2018, p. 48-49). Tal desafio implica, nas suas palavras, “conhecer o homem e a sociedade, os materiais e as tecnologias, a geografia e o clima, a geomorfologia e as religiões”, mas também “conhecer-nos a nós próprios” (*Ibidem*). Atribui desta forma à universidade a responsabilidade de assumir a dimensão da ignorância universal, quer do professor, quer do aluno, cabendo: ao primeiro, “estimular no aluno a coragem da descoberta, [...] a alegria da razão e do sentir, a capacidade de exprimir, a ciência de comunicar a dimensão técnica e a poética da invenção” (*Ibidem*); ao segundo, acreditar que vale a pena aprender com prazer, manter “a inocência da curiosidade e da imaginação” e descobrir “que tecnologia sem poesia é tecnocracia” (*Idem*, p. 59). Esta leitura da universidade e do papel do professor e do aluno aproxima-se do pensamento de Freire ao reconhecer que “se aprende ao ensinar” (2006, p.23) e que “ensinar não é transferir conhecimento” (*Idem*, p.47), mas sim criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção, exigindo “uma reflexão crítica sobre a prática” (*Idem*, p.38). Contudo, esta linha de pensamento ainda está longe de ser, ela mesma, hegemônica.

Nos primeiros quinze anos de existência (1986-2001), formaram-se na FAPF-UEM cerca de duas centenas de arquitetos/urbanistas. Entretanto, abriram outras escolas públicas e privadas com o mesmo fim, nomeadamente: a Escola Superior de Arquitectura do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM); a Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Moçambique (UCM); a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade de Lúrio (UNILÚRIO); a Faculdade de Engenharias, Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Wutivi (UNITIVA); e a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Zambeze (UNIZAMBEZE). Transversal a todas elas, como reconheceu Forjaz após 20 anos na direção da FAPF-UEM (2018, p. 62), será a dificuldade de transmitir

a urgência de uma arquitetura e urbanismo socialmente responsáveis, num contexto de poucos recursos e fortes desigualdades.

Quer à escala global, quer em Moçambique, como descrito no ponto anterior, o crescimento urbano tem obliterado a pluralidade da condição de vida humana nos assentamentos urbanos. A favor da especulação imobiliária, reproduzem-se em larga escala tipologias e produtos imobiliários orientados para e pela lógica de mercado, amplamente difundidos pelas agências e organizações internacionais, sobretudo a partir deste novo milênio (RAPOSO *et al.*, 2012). Desterritorializada, essa arquitetura dissemina-se sob a forma de hotéis, condomínios fechados, centros de negócio e vários outros programas e tipologias arquitetônicas, comuns a várias partes do mundo (ver Figura 07).

Esse ideário penetra e domina progressivamente as escolas de arquitetura e urbanismo, cada vez mais orientadas para as necessidades do mercado e não propriamente para a melhoria das condições de vida das cidadãs e cidadãos. Farrés Delgado e Ruiz (2014, p. 09) exploram a ideia de colonialidade do saber territorial¹² através do qual se enaltece “o privilégio com que as disciplinas científicas universalizam noções ocidentais de território, cidade e arquitetura”. Neste sentido, de acordo com Carlos Nelson-Ferreira dos Santos (1978), um novo rumo deveria ser dado às pranchetas dos arquitetos e urbanistas, da formação à prática. Como destacam Louçã e Ash (2017, p. 236), o poder sobre a educação e o ensino acaba por ser condição essencial para a disputa da atual hegemonia global.

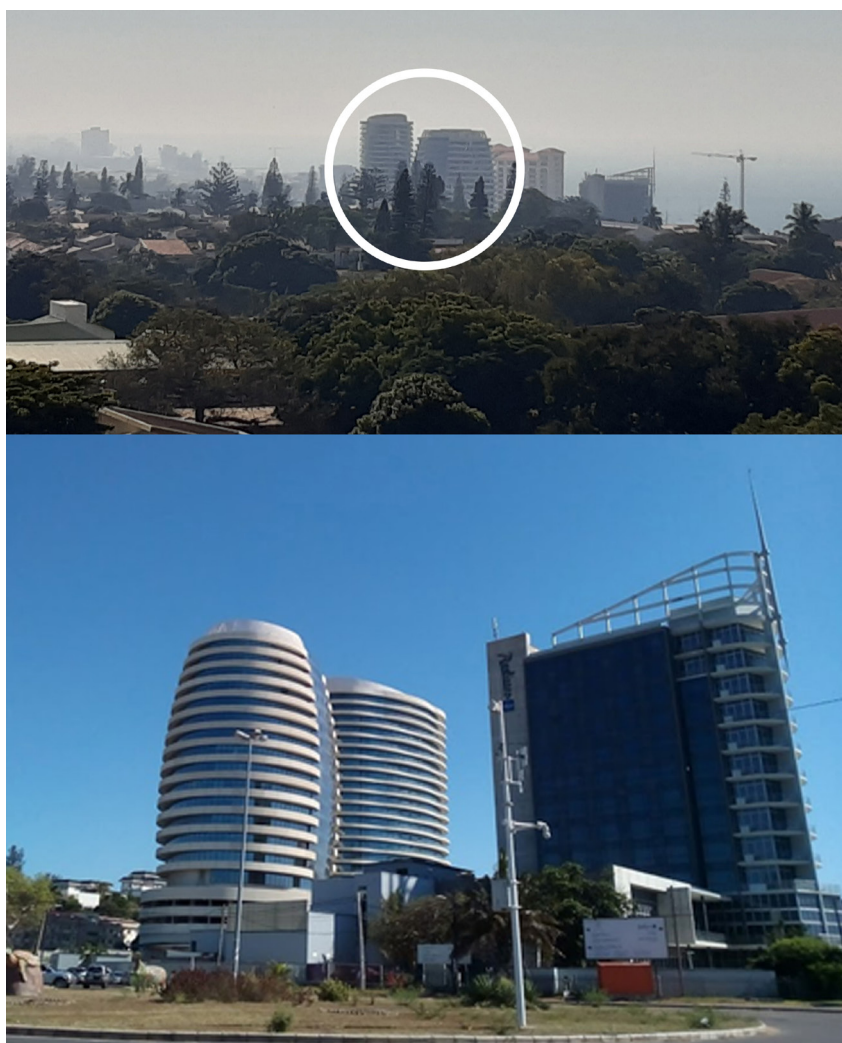


Figura 07 – O destaque do Hotel Radisson na paisagem de Maputo.

Fonte: Cortes, 2020; Vaz, 2019.

De forma mais ou menos explícita, tendem a reproduzir-se os padrões de colonialidade territorial (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p. 08-10) no seio da universidade, sendo cada vez menos as escolas de arquitetura e urbanismo que, quer em Moçambique, quer no Brasil, se desvinculam dos modelos modernos homogeneizantes que marcam a generalidade das propostas e intervenções urbanas aí esboçadas.

Identifica-se, em ambos os países, um distanciamento prático e teórico em relação aos diversos contextos territoriais existentes (como vilas, assentamentos rurais, ocupações, reservas indígenas, áreas quilombolas, cidades de pequeno porte). Por um lado, este distanciamento reflete a progressiva consolidação de uma hierarquia pedagógica e epistemológica, que privilegia o pensamento e a visão ocidentais, em detrimento de outras realidades, saberes e experiências (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p. 08). Por outro, distancia-se da leitura da universidade e do papel do professor/aluno antes descrita por Forjaz (2018) e Freire (2006).

Predomina uma compreensão do conhecimento estática, que desconhece ou desvaloriza o confronto, as trocas e o aprendido com as diferenças e particularidades locais (FREIRE, 2013). Tendencialmente, o professor revela maior interesse no desenvolvimento da teoria e prática da arquitetura e do urbanismo, em detrimento da teoria e prática da educação, sendo a dimensão do projeto encarada como uma simples atividade centrada na resolução de problemas a partir de práticas e argumentos obsoletos e abstratos (RHEINGANTZ, 2005; DUTTON, 1991). Do lado do aluno, privilegia-se a sua passividade e submissão aos conteúdos administrados, promovendo-se dessa forma um pensamento acrítico e abstrato, desvinculado da realidade concreta.

Em contraciclo, alguns professores e alunos, no Brasil, em Moçambique e em vários outros contextos, envolvem-se na construção de um pensamento alternativo, plural, mais inclusivo e democrático, questionando o sentido e o papel da sua profissão e formação nesse processo (RAPOSO, 2017). No Brasil, destaca-se uma vez mais o

pensamento de Carlos Nelson dos Santos (1981), que, entre as décadas de 1960 e 1980, explorou novos caminhos dentro da academia brasileira, através de experiências como a de Brás de Pina. Observam-se abordagens alternativas dentro e fora do país, como as desencadeadas por exemplo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), nos Centros Interdisciplinares de Tecnologia e Infraestrutura (CITI), e de Território, Arquitetura e Design (CITAD).

Em Moçambique, para além de Forjaz (2018), outros professores e alunos procuram operacionalizar uma aprendizagem mais inclusiva e horizontal, comprometida com paradigmas e abordagens de intervenção direcionadas para a realidade e atenta aos recursos locais. A reaproximação entre a universidade e a sociedade civil, em particular dos grupos de menores recursos, vem sendo feita através de diferentes iniciativas, destacando-se: o projeto Kaya Clínica, promovido pela FAPF-UEM, que visa potencializar novos paradigmas urbanos, priorizar os processos em vez dos produtos e os métodos participativos na construção do comum (LAGE & LAGE, 2017); e a iniciativa “Mapeando o Meu Bairro”, coordenado por um professor da mesma instituição, que visa estabelecer um vínculo entre as administrações públicas e a realidade local em torno da melhoria do espaço urbano.

Neste sentido, quebrar o processo de (re)colonização do saber requer, por um lado, reconhecer as linhas abissais e lógicas que determinam a hegemonia do ocidente (SANTOS, 2009); por outro, recriar a forma como se gera e valida o conhecimento, a partir da interação e de uma interlocução individual e coletiva mais efetiva, crítica e reflexiva. No lugar do predeterminismo que tende a vigorar na universidade, resta partir para o terreno com o mínimo de hipóteses e submetê-las a situações concretas, integrando e privilegiando sobretudo as reivindicações de quem é, historicamente, marginalizado na sociedade, assumindo, de acordo com Santos (1978), o cariz político e o risco que tal abordagem acarreta. Na mesma linha de pensamento, Rheingantz (2005, p. 46) propõe o desenvolvimento de uma pedagogia

de projeto fundada nos princípios éticos da arquitetura – “contribuir para tornar a vida dos homens mais confortável” –, apoiada numa interação mais horizontal entre o professor e o aluno, bem como entre a universidade e a sociedade. Trata-se de democratizar o conhecimento científico e partir do pressuposto de que a produção científica e tecnológica se deve constituir sobre o diálogo e a realidade (GADOTTI, 2017, p. 2). Esse vínculo estreito entre a produção do conhecimento científico e outras formas de conhecimento, chamadas vernaculares, questiona o próprio papel da academia e reposiciona a extensão em relação ao ensino e à pesquisa. Representa um novo paradigma a ser atingido, em resposta à ausência histórica de arquitetos e urbanistas nas periferias das cidades brasileiras e moçambicanas, bem como em diversos outros contextos territoriais, reconectando dessa forma escolas, profissionais e sociedade.

Rever a extensão universitária

Face às evidentes desigualdades socioespaciais que caracterizam ambos os contextos, as universidades no Brasil e em Moçambique possuem a possibilidade e a responsabilidade de intervir e interagir diretamente na decolonização do saber, do ser e do poder¹³, através da produção do conhecimento e de geração de novas práticas. A desmistificação do conhecimento como “objetivo, neutro, universal” (CRUZ, 2017, p. 26) potencia a abertura ao diálogo, à troca de saberes e a uma prática interativa, num ir e vir entre a academia e a sociedade. Neste sentido, a extensão universitária apresenta-se, não só enquanto “instrumento de mudança social e da própria universidade” (GADOTTI, 2017, p.2), mas também enquanto possibilidade de fruição e construção compartilhadas de saberes, através da “ação transformadora da realidade” (FREIRE, 2013, p.24). Como destacam Rovati e D’Ottaviano (2017, p. 23), esta ação transformadora implica abrir a extensão à experimentação e à diversidade, transpor as fronteiras disciplinares, ultrapassando a dissociação entre o pensar e o fazer ou entre a teoria e a prática, bem como agregar e construir um projeto coletivo vinculado à realidade, impulsionando um processo de formação transversal e horizontal.

A formação dá-se a partir da extensão universitária, tendo em conta a constante produção de um conhecimento e de uma prática vinculados à pesquisa, num caminho de interlocução e descoberta, de ensino e aprendizagem constantes. Trata-se de compreender e contextualizar a produção do conhecimento a partir das histórias locais, “arraigadas em culturas e cosmovisões particulares” (CRUZ, 2017, p. 27). A extensão constitui-se assim enquanto processo de interlocução e conscientização entre interagentes, permitindo que, a partir da problematização da realidade, todas e todos concretizem a “sua inserção crítica na realidade” (FREIRE, 2013, p.22). Para que a comunicação se efetive, os interagentes são reconhecidos enquanto sujeitos inseridos no seu próprio tempo histórico, social e relacional, ou seja, um ser da ‘práxis’, da ação e da reflexão (*Idem*, p.19). Neste processo de abertura e de reconhecimento associados à interlocução e à prática, o potencial emancipador da extensão revela-se capaz de ressignificar, de acordo com Gadotti (2017, p. 03), a própria universidade.

A problematização constante da realidade e a possibilidade de emancipação atribuem à extensão, no caso brasileiro, sobretudo a partir da década de 1960, um papel político fundamental, ao assumir um diálogo e um compromisso com os grupos de menores recursos, em defesa dos seus direitos (GADOTTI, 2017, p.1). Simultaneamente, contribui ou pode vir a contribuir na adoção de práticas mais democráticas, comprometendo-se dessa forma no combate às desigualdades sociais e aos preconceitos e pensamentos de matriz colonialista (ROVATI & D’OTTAVIANO, 2017, p. 23).

Ao nível das escolas de arquitetura e urbanismo, são diversos os caminhos e formatos abertos à extensão. Face a esta pluralidade, Rovati e D’Ottaviano (2017, p. 18) destacam a importância de não generalizar as práticas de extensão, necessariamente ajustadas a cada contexto, compreendendo as suas possibilidades, formatos e níveis de atuação. Distantes da realidade brasileira, composta de pequenas cidades, vilas rurais, quilombos, aldeias indígenas, entre tantos outros territórios, as escolas precisam estar abertas às várias

e diferentes relações estabelecidas em cada espaço, formulando outras formas de conceber, organizar e experienciar a relação entre espaço e tempo.

Apresentamos aqui duas atividades de extensão realizadas em Maputo e em Boane¹⁴, em Moçambique, na qual os autores estiveram diretamente envolvidos, na tentativa de criar um diálogo entre diferentes contextos e, dessa forma, possibilitar trocas e experimentar métodos e técnicas de ação. A partir dessas trocas e de um constante processo de aprimoramento, novas abordagens têm sido preconizadas, abrindo espaço a outros olhares sobre o papel da universidade neste e noutros contextos. A primeira atividade, intitulada “Workshop: O Espaço Público nos Assentamentos Informais de Maputo”, realizou-se em 2018, fruto de uma parceria entre a FAPF-UEM, a UN Habitat e a associação IVERCA¹⁵. Tratou-se de uma proposta de intervenção para o bairro de Mafalala, localizado às portas do centro da cidade, para o qual professores e estudantes do curso de Arquitetura e Planejamento Urbano da FAPF tinham identificado possíveis áreas de intervenção ao nível do espaço

público. As atividades desenvolveram-se ao longo de três dias, com palestras, mesas redondas e trabalhos de campo, acompanhados por moradoras e moradores do bairro (ver VAZ, 2019). A segunda atividade, dedicada ao tema da assistência técnica em arquitetura, realizou-se em Boane, em 2019, através de uma parceria entre o Centro Hakumana, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), do Brasil, e duas universidades moçambicanas, a Wuitivi-UniTiva (sede e promotora do evento) e a UEM, contando ainda com a participação dos Arquitetos Sem Fronteiras da Catalunha e uma pesquisadora da Universidade de Lisboa. Tratou-se de uma oficina de concepção de uma nova sede para o Centro Hakumana, que trabalha com crianças, jovens, adultos e idosos soropositivos e tuberculosos, que reuniu 40 estudantes das duas instituições moçambicanas de ensino envolvidas. Durante quatro dias, realizaram-se mesas redondas e debates, trabalho de campo e a criação de projeto em ateliê, acompanhadas por docentes, pesquisadores, técnicos e comunidade local¹⁶.



Figura 08 – Atividade desenvolvida em Maputo.

Fonte: Vaz, 2019.

Entre as diversas atividades desenvolvidas, escolhemos estas duas por conceberem e atuarem na extensão enquanto “ação política e espaço público, locus privilegiado da interação entre universidade e sociedade pautado pela prática da democracia” (ROVATI & D’OTTAVIANO, 2017, p.17-18). Embora pontuais e limitadas no tempo, a interlocução gerada entre as comunidades locais, o terceiro setor e a academia revelaram a necessidade de construir e fortalecer canais de diálogo entre todos. Através das ações desenvolvidas, evidenciaram-se e aprofundaram-se as diferenças entre os tempos da academia, mais dilatados, e os da realidade, mais prementes, traçando um caminho orientado a novos métodos e práticas construídos e desenvolvidos em conjunto e maior consonância. Por último, tornou-se igualmente evidente a falta de preparação e experiência das estruturas universitárias, no que concerne o suporte e apoio, instrumental, técnico e material, para que oficinas sejam desenvolvidas, permitindo uma maior integração entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Ao longo do desenvolvimento das atividades percebemos que conceitos como espaço público, forma arquitetônica, cotidiano e práticas sociais e espaciais variam conforme as componentes simbólicas, culturais e socioeconômicas espacializadas em cada lugar. Fomentar a interlocução entre escola e os diversos segmentos da sociedade tem permitido a reflexão de que novos métodos e abordagens são necessários, apontando novos rumos, em processo contínuo de construção.

Conclusão

O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber (FREIRE, 2013, p.37).

Dada a pluralidade de possibilidades de relações entre ser humano e espaço, vinculada às mais diversas cosmovisões, sistemas simbólicos e culturais, em contraponto com o projeto hegemônico de modernidade, racionalizante e homogeneizador, o papel social, crítico e comprometido de arquitetos e urbanistas consolida-se a partir do próprio

processo de formação acadêmica. Neste sentido, ao preconizar o ensino e a pesquisa baseados na extensão, reconhecendo as complexidades e contradições da realidade, a atividade extensionista possibilita a abertura para a troca e a aprendizagem fundidas entre a academia e a sociedade. Consolida-se assim, não somente seu potencial de difusão, mas também de construção de conhecimento e trocas culturais transversais.

A análise e observação aqui restituídas, acuradas ao processo de colonização de Moçambique, especificamente de Maputo, enquanto capital, demonstram simultaneamente o choque e o mimetismo de processos locais e globais. Constituem-se, assim, desde a origem desta cidade, espaços excludentes, marcados pela sobreposição do valor de troca em detrimento do valor de uso. Neste sentido, o projeto de colonização dá-se através da invisibilização do outro –, numa negação da condição cidadã em sua existência, reforçando uma constante e violenta colonização do ser, do saber e do poder, com forte matriz e impacto territorial. Como vimos, do ponto de vista dos campos disciplinares da arquitetura e do urbanismo, este projeto de colonização inscreve-se, quer ao nível do planejamento e das práticas de intervenção consideradas oficiais, quer no seio da universidade, que acaba por reproduzir as lógicas de mercado. Desta forma, sublinha-se o facto da maior parte da população brasileira e moçambicana ficar à margem da generalidade da ação e intervenção de arquitetos e urbanistas.

Ao se tratar de uma abordagem que visa a decolonização do conhecimento e do ser, alicerçada sobretudo numa crítica socialmente comprometida com a dimensão processual, as universidades assumem, ou podem vir a assumir, um papel central na construção de um espaço mais inclusivo e democrático. Para isso uma nova postura, que questiona a primazia do conhecimento científico-acadêmico sobre todas as outras formas de conhecimento, assente na interlocução e no diálogo, na abertura e reconhecimento da alteridade, segundo as mais variadas cosmovisões. O vínculo estreito entre pesquisa, ensino e extensão ressignifica-se assim a partir de uma ampliação da ênfase e da

atividade de extensão enquanto canal preferencial de diálogo entre a academia e a sociedade. Para que esta interlocução seja possibilitada e potenciada, há que reconhecer a pluralidade de existências, vinculadas às práticas contextualizadas e a à construção do conhecimento, de forma horizontal.

Notas

1 Na linha de Maldonado-Torres, o colonialismo representa “a formação histórica dos territórios coloniais”, tendo em conta a forma como os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização [...] capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (2018, s/p).

2 Para aprofundar a ideia de ecologia de saberes recomenda-se a leitura do capítulo “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, de Boaventura de Sousa Santos (2009).

3 Na obra “O Espaço do Cidadão” (1987), Milton Santos discute os espaços da constituição da cidadania no Brasil, aprofundando, entre outros tópicos, a leitura do cidadão e do consumidor.

4 O artigo foi produzido no quadro: do projeto “África Habitat: da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo” (IC&DT/PALOP/FCT-AKDN/333121392/2018), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Aga Khan Development Network, coordenado por Isabel Raposo, sediado na FAUL (2018-2021), no qual a primeira autora foi bolsista; dos projetos de pesquisa “A produção de espaços públicos: reflexões sobre Maputo, Moçambique” (2017-2018) e “Maputo: reflexões compartilhadas” (2019-), coordenados pelo segundo autor e sediados na UFFS; e da pesquisa de pós-doutorado “Maputo: cidade, espaço público, cidadania” (2018), realizada pelo segundo autor, entre a UFFS, a UEM e a UL.

5 Região da África do Sul onde foi descoberta uma importante jazida de ouro em 1873.

6 Região da África do Sul localizada acima do rio Vaal, no nordeste do país.

7 Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, publicada entre 1878 e 1914.

8 A noção de auto produção é usada na tentativa de retirar ou minorar o sentido pejorativo que geralmente subjaz os conceitos empregues na identificação dos espaços ocupados e construídos de forma não oficial.

9 Arquiteto, escultor e pintor português com vasta obra em Moçambique (1925-2015).

10 Para um aprofundamento sobre a trajetória da formação em arquitetura e urbanismo, com uma ampla discussão que data desde o Brasil Colônia até à atualidade, recomenda-se a consulta do décimo volume da obra “Trajetória e Estado da Arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia” (IPEA/CONFEEA, 2010).

11 Texto intitulado “Historial da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da U.E.M.”, não publicado, disponível em: <http://www.architecture.uem.mz/informac/histfapf.htm>. Acesso em abril de 2013.

12 Os autores apoiam-se na “proposta de Farrés e Matarán (2012) que define a colonialidade territorial como o conjunto de padrões de poder que na praxis territorial servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção do território sobre outras que resultam “inferiorizadas” (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p. 08).

13 Sobre a decolonização do ser, do saber e do poder recomendamos a leitura de Maldonado-Torres (2016, 2018). Segundo o autor, “é somente em virtude da articulação de formas do ser, poder e saber que a modernidade/colonialidade poderia sistematicamente produzir lógicas coloniais, práticas e do ser que apareceram, não de modo natural, mas como uma parte legítima dos objetivos da civilização ocidental moderna.” (Maldonado-Torres, 2018, s/p).

14 A oficina de 2019 foi realizada em parceria entre a UFFS (Professor Murad Jorge Mussi Vaz), a Wuitivi-UniTiva (Professora Daiane Bertoli), a UEM (Professor Remígio Chilaule) e o Centro Hakumana (Irmã Rute Mesquita, Irmã Olívia Moises Cosme, Irmã Aurora Frederico Zucula, Educador Humberto Paulo Laiheque, Engenheira Agrônoma e voluntária da Hakumana Joczabet Guerrero). Para além destas instituições, contou-se com a participação do Gestual/CIAUD-FAUL (investigadora Sílvia Jorge) e da ONG Arquitetura Sem Fronteiras (Arquiteta Mariana Buttes, Planejador Físico Orlando Mucuhu).

15 Mais informação disponível em: <http://www.iverca.org/>. Acesso em 28 de maio de 2020.

16 Durante a escrita do artigo, finalizou-se o projeto arquitetônico para a Sede da Hakumana, através de trabalho on-line entre estudantes da UFFS e da UniTiva.

Referências

BEJA, Ana; JORGE, Sílvia. Uma Paisagem em Mutação: o caso do Bairro dos Pescadores em Maputo. **Finisterra**, LIV v. 54, n. 112, p. 145-162, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis17838>.

CAHEN, Michel. Michel Cahen, **Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado**, entrevista realizada

- por Angela Lazagna. *Crítica Marxista*. São Paulo. Ed. **Revam**, 2007, p. 118-130.
- CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís. Desafios no domínio da habitação. *In*: BRITO, Luís, CASTELBRANCO, C., CHICHAVA, Sérgio e FRANCISCO, António (Orgs.). **Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2009, p. 319-322.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15-36.
- FARRÉS DELGADO, Yasser; MATARÁN RUIZ, Alberto. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis** [online]. 2014, v. 13, n. 37, p. 339-361. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682014000100019>.
- FARRÉS DELGADO, Yasser; MATARÁN RUIZ, Alberto. Colonialidade territorial: Para analisar Foucault no quadro da desterritorialização da metrópole. Notas desde Havana. **Tabula Rasa** [online]. 2012, n.16, p.139-159.
- FORJAZ, José. **Pensar Arquitectura**. Casal de Cambra/Maputo: Caleidoscópico/Kapicua, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [recurso eletrónico] Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017.
- GUEDES, Pancho. Manual de Alfabetização do Vogal sem Mestre. **Tribuna**, p. 6-7, 1963.
- IBELINGS, Hans. **Supermodernismo**. Arquitectura en la era de la globalización. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1998.
- IPEA/CONFEA. **Trajectoria e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia**. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.
- JORGE, Sílvia. The Re-Emergence of Urban Renewal in Maputo: Importance and Scale of the Phenomenon in the Neoliberal Context. *In*: SILVA, Carlos (Ed.). **Urban Planning in Lusophone African Countries**. Farnham: Ashgate, 2015, p. 203-213.
- JORGE, Sílvia. **Lugares interditos: os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo**. 2017. 359f. Tese (Doutoramento em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.
- JORGE, Sílvia. The financialization process of land and housing in the Mozambican capital: The case of pericentral self-produced spaces. **Housing Policy Debate**, p.1-17, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. EDITORA SCHWARCZ S.A., São Paulo, 2019.
- LAGE, Luís; LAGE, Jéssica. Atuar sobre os processos habitacionais através da assistência técnica comunitária pela academia: Projeto Kaya Clínica, Maputo. **Espaços Vividos e Espaços Construídos**. v. 1, n. 6, p. 22-29, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Lisboa: Letra Livre. Trad. por R. Polo do original em francês de 1968, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A. Trad. por M. Ramos e M. Jamur do original em francês de 1972, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Nova Iorque: Wiley-Blackwell. Trad. por D. Nicholson-Smith do original em francês de 1974, 1991.

- LOPES, Carlos; AMADO, Filipe; MUANAMOBA, Ramos. Dinâmicas populacionais em Luanda e Maputo. *In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coords.). Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 37-64.
- LOUÇÃ, Francisco, ASH, Michael. **Sombras**. A desordem Financeira na Era da Globalização. Lisboa, Bertrand, 2017.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade**. Revista Sociedade e Estado – v. 31, n. 1, p.75-97, 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MAZEMBE, Albino. **GUHARLM, Experiência de gestão de terras metropolitanas no Grande Maputo no período anterior à Independência Nacional**. Maputo: Estudo para o programa de Apoio à Estratégia de Gestão Ambiental para a Área do Grande Maputo, Moçambique, 2006.
- MENDES, Clara. **Maputo antes da independência, Geografia de uma Cidade Colonial**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura e política**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2011.
- MORAIS, João. **Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana Topologia do Lugar**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- RAPOSO, Isabel. Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo. *In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (Coords.). Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 219-246.
- RAPOSO, Isabel; SALVADOR, Cristina. Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio, urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. *In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (Coords.). Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 104-138.
- RAPOSO, Isabel. Intervir nas margens do urbano, o papel da academia. **Espaços Vividos e Espaços Construídos**, v. 1, n. 5, p. 29-39, 2017.
- RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa. Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à metrópole neoliberal. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v. 4, n. 2, p. 189-205, 2012.
- RITA-FERREIRA, António. **Os Africanos de Lourenço Marques**. Lisboa: Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, v. 9, série C, 1967/68.
- RHEINGANTZ, Paulo. Por uma arquitetura da autonomia: bases para renovar a pedagogia do ateliê de projeto de arquitetura. **ArqTexto**, n. 6, p. 42-67, 2005.
- ROVATI, João; D’OTTAVIANO, Camila. Os territórios da extensão universitária.. *In: D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João (Orgs.). Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.
- SAEVFORS, Ingemar. **Maxaquene, a comprehensive account of the first urban upgrading experience in the new Mozambique**. UNESCO, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estudos CEBRAP, 79, p. 71-94, 2007.
- SANTOS, Carlos Nelson. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson. Associações de bairro e de moradores. Estarão as pranchetas mudando de rumo? Rio de Janeiro, **Revista Chão**, n. 1, 1978.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

VANIN, Fabio. **Maputo, cidade aberta**. Maputo, open city. Lisboa: Fundação Serra Rodrigues, 2013.

VALES, Teodoro. **De Lourenço Marques à Maputo. Genèse et formation d'une ville**. 2014. 692f. Tese (Doutoramento em Urbanismo e Arquitetura) – École Doctorale Sciences de l'homme, du politique et du territoire. Université Grenoble Alpes, 2014.

VAZ, Murad Jorge Mussi. O papel social do arquiteto e urbanista. Uma abordagem crítica e aplicada a partir da formação acadêmica. *In: Anais do 9º Seminário Internacional Projetar*, 22 à 25 de outubro de 2019 [recurso eletrônico] STINGHEN, Andréa Berriel Mercadante [et al.] – Curitiba: UFPR: Universidade Positivo, 2019. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/eiaqqoknz057ezc/AACQ4edI3CTX54kJbkNfb6ala?dl=0&preview=9%C2%BA+PROJETAR+-+Volume+1.pdf> Acesso em 28 Mai. 2020.

VIVET, Jeanne. **Déplacés de guerre dans la ville: La citadinisation des deslocados à Maputo (Mozambique)**. Paris: Karthala, 2012.

Cultura e experiência, cotidiano e vulnerabilidade: uma análise das investigações sobre o fenômeno urbano na Sociologia Urbana e na História Oral no pós década de 1960

*Culture and experience, daily life and vulnerability: an analysis
of investigations on the urban phenomenon in Sociology
Urban and Oral History in the post 1960s*

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

Palavras-chave:
Fenômeno urbano
Cotidiano
Vulnerabilidade

Resumo: As categorias de cultura e experiência, cotidiano e vulnerabilidade, em particular, a partir da década de 1970, situam-se no centro da problematização sobre os estudos urbanos. Nesse sentido, configuram-se como mediações fundamentais ao aprofundamento da sua renovação teórica e metodológica. O objetivo desse trabalho (construído com base em literatura especializada e interdisciplinar) é o de fazer um esforço de comparação, visando demonstrar como essas categorias têm contribuído para transformar as dinâmicas de dois campos disciplinares, em particular: a Sociologia Urbana (pós década de 1960) e a História Oral. Além de estimular relações de complementariedade entre esses e outras áreas das Ciências Sociais.

Keywords:
Urban phenomenon
Daily
Vulnerability

Abstract: The categories of culture and experience, daily life and vulnerability, in particular, from the 1970s onwards, are at the center of the problematization of urban studies. In this sense, they are configured as fundamental mediations for the deepening of its theoretical and methodological renewal. The objective of this work (built based on specialized and interdisciplinary literature) is to make an effort of comparison, aiming to demonstrate how these categories have contributed to transform the dynamics of two disciplinary fields, in particular: Urban Sociology (post 1960s) and Oral History. In addition to stimulating complementary relationships between these and other areas of Social Sciences.

Recebido em 28 de março de 2020. Aprovado em 14 de outubro de 2020.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir a centralidade das categorias de cultura, experiência, cotidiano e vulnerabilidade, destacadamente a partir da década de 1970, no processo de aprofundamento da renovação teórica e metodológica dos estudos urbanos: em particular, na Sociologia Urbana (pós década de 1960) e da História Urbana². Para alcançarmos essa finalidade, demonstraremos, inicialmente, como esses campos formaram-se

e desenvolveram-se de maneira articulada e interdisciplinar, influenciados por diferentes tradições conceituais e discussões temáticas sobre cidade e urbanidade, que têm como pano de fundo o tenso debate entre dois enfoques (a cidade como processo e a cidade como variável independente), intensificados pela influência de ventos pós-modernos³ que, em décadas recentes, sopram sobre o processo de construção dessas áreas de pesquisa. Para tanto, nossa discussão está organizada em quatro partes.

* Professor adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) na Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiás - GO, Brasil. Pós-doutor em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP). Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG-GO). Tem experiência nas áreas de História Social, Sociologia do Trabalho e Teoria Social. Na primeira, com ênfase em identidade e memória, cultura e cidade e movimentos sociais. Na segunda, com ênfase em teoria sociológica e sociologia do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, informalidade, precarização; reestruturação produtiva, flexibilização, emprego e desemprego, modernidade, trabalho e saúde docente. E-mail: ed.clio@hotmail.com.

Na primeira parte, *A cidade como processo e a cidade como variável independente*, procedemos a uma breve revisão da literatura, analisando algumas das principais discussões que têm pautado a emergência da História Urbana e da Sociologia Urbana enquanto áreas de conhecimento específicas no ocidente, particularmente a partir da segunda metade do século XX. A intenção é contrapor e diferenciar duas tendências de enfoque sobre o fenômeno urbano que têm marcado a constituição dessas duas áreas de conhecimento específicas: a ideia de cidade e urbanidade enquanto variável independente e a ideia de cidade e urbanidade como processo⁴ (GOMES; PINHEIRO, 2005).

Na segunda parte, *A cidade e o urbano: a influência de ventos pós-modernos*, demonstramos a emergência de abordagens pós-modernas que, a partir da década de 1970, pouco a pouco, e de forma geral, passam a influenciar o processo de conceituação e discussões temáticas sobre cidade e urbanidade na Sociologia Urbana e na História Urbana. Destacando ainda nesses dois campos algumas investigações emblemáticas desse novo paradigma interpretativo sobre a cidade e o urbano.

Na terceira parte, *A cidade e o urbano: contribuições teórica e metodológica a partir da História Oral*, buscamos analisar em que medida a História Oral, influenciada pela nova História Cultural, ao mesmo tempo em que se beneficia do atual quadro de crise das metanarrativas, também tende a se posicionar criticamente em relação ao modo como essas são, em geral, confrontadas pelo pós-modernismo. Nessa linha, oferece-se uma nova opção teórico-metodológica para os estudos sobre o urbano e a cidade (em particular), na qual assumem centralidade categorias como as de cultura, experiência⁵ e cotidiano⁶. Dessa forma, contribuindo para ultrapassar falsas antinomias presentes, tanto na Sociologia Urbana, quanto na História Urbana.

Na quarta parte, *Desafios comuns à História Oral e à Sociologia Urbana para os estudos do fenômeno urbano no início de século XXI e as contribuições da categoria “vulnerabilidade”*, desenvolvemos uma reflexão no sentido de demonstrar que os principais desafios que estão colocados para essas duas áreas de

conhecimento são, em muitos pontos, os mesmos, e que grande parte deles já estava colocada desde as últimas décadas do século XX. Também nessa parte, defendemos a necessidade de, tanto a História Urbana, quanto a Sociologia Urbana, conferirem papel privilegiado ao conceito de vulnerabilidade somado às categorias de experiência e cotidiano, como forma de buscarmos compreender criticamente a dinâmica das cidades neste início de século profundamente marcado pelo crescimento massivo de novas formas de vulnerabilidades e tipos de vulneráveis.

Na última parte, *Considerações finais*, sustentamos que, de forma geral, as contribuições para renovação dos estudos urbanos são marcadas por uma grande pluralidade teórica e metodológica, demonstrando os principais desafios colocados para os especialistas que se debruçam sobre tais objetos, sem deixar de discorrer sobre a complexidade de variáveis que envolvem o enfrentamento de cada um deles.

A cidade como processo e a cidade como variável independente

Nas últimas décadas, aumentaram muito os estudos sobre a cidade ou sobre temas relacionados à cidade na Sociologia e na Historiografia Brasileira, compondo um vasto painel de recortes marcado tanto pela busca interdisciplinar, pelo conhecimento empírico, quanto pela constante renovação teórica e metodológica.

No campo da Sociologia, de acordo com Barreira (2010) e Frehse (2012), registrou-se um importante acúmulo de reflexões sobre: desigualdades econômicas e políticas públicas; conflitos e movimentos sociais; violência, direitos e cidadania; habitação; entre outras. Sendo que essas reflexões encontraram nos espaços urbanos o verdadeiro palco de fatos sociais indutores de problemáticas sociológicas contemporâneas e teriam se beneficiado da virada sociológica ocorrida nos anos de 1970, na França.

Essas temáticas passam a caracterizar hegemonicamente o conjunto das investigações urbanas, particularmente a partir dos anos de 1980

(BARREIRA, 2010), já que, até então, conviviam-se com os estudos voltados para a questão agrária. Esses temas de pesquisas estão representados por autores, tais como: Barreira e Stroh (1983); Bonduki (1988); Cardoso (1983); Durham (1986); Jacobi (1982); Jacobi e Nunes (1983); Kowarick (1983); Kowarick e Brant (1976); Moisés *et al.* (1982); Rolnik (1986); Telles (1988); Oliveira (1994); Sader (1988); etc. Acrescentando que essas investigações – ao mesmo tempo – são expressivas das várias formas como a cidade é analisada nesse campo, num diálogo, em diferentes graus, direta e indiretamente, com representantes da Sociologia Clássica e/ou da Sociologia Contemporânea.

Sendo que, no Brasil, nessa passagem de século – agora consolidada – a nova Sociologia Urbana continua a se renovar, agregando novos temas e reflexões teóricas e metodológicas. Ao mesmo tempo, ora legitimando, ora problematizando determinados conceitos, tais como cidade e urbano; ora agregando, ora elaborando novas noções sobre os mesmos⁷.

No campo historiográfico, conforme têm apontado vários especialistas, como Bresciani (1992), observamos uma frequência de temas associados à ideia de cidade com desdobramentos sobre a compreensão da categoria urbanidade, tais como: a cidade e a questão técnica, em Pechman e Ribeiro (1996) e Sevcenko (1998); a cidade e a questão social, em Rago (1997) e Pesavento (2001); a cidade e a formação de identidades sociais, na perspectiva da burguesia em Cerasoli (2004) e Rodrigues (2010); e a nova sensibilidade burguesa sobre a cidade e a vida urbana dos indivíduos que vivem a experiência rica e complexa das novas metrópoles do século XIX, em Pechman e Kuster (2014), entre outros⁸.

Além disso, conforme observamos na Sociologia Urbana, um elevado volume de estudos historiográficos sobre cidade e urbanidade – no contexto marcado pela virada do século XX para o XXI – permite-nos constatar permanências, mas também rupturas, na constituição desse campo disciplinar (OLIVEIRA, 2002; RAMINELLI, 1997). São abundantes os novos esforços de pesquisa cada vez mais caracterizados pela interdisciplinaridade,

novos temas de pesquisa e inquietação teórico-metodológica⁹.

Importante observar ainda que, tanto no campo na Sociologia Urbana, quanto no da História Urbana, principalmente a partir da década de 1970, tem aumentado muito o número de estudos que sustentam concepções de cidade e urbanidade fundamentadas na representação de um presente descolado do passado (FREHSE, 2012). Dito de outra forma, autores que tentam estudar tais objetos como uma variável independente

Acrescentando que, na Historiografia, esse enfoque emergiu em décadas anteriores (em oposição a ideia da cidade como processo), representado principalmente por historiadores que analisavam a cidade e o urbano, enquanto entidade social *sui generis* ou como domínio específico *urban as a site*, abordagem presente originalmente – a título de exemplos – em autores como Schlesinger (1940; 1999) e Sennett e Thernstrom (1969)¹⁰.

Enquanto que na Sociologia essa abordagem surge ligada a uma corrente da ecologia humana representada por alguns membros da “Escola de Chicago”¹¹ que inauguraram a Sociologia Urbana. Em particular, por autores, tais como: Park (1928; 1952; 1967); Wirth (1967); Burgess (1923); William e Znaniecki (1918), entre outros. Cabendo destacar a grande influência que Simmel (1858-1918) exercera sobre essa “escola” com suas reflexões sobre vida mental e metrópole¹².

A cidade e o urbano: a influência de ventos pós-modernos

Demonstramos que olhares que concebem a cidade como processo têm influenciado tanto a Sociologia Urbana quanto a História Urbana e da Cidade desde o início da constituição desses campos, bem como várias abordagens associadas ao enfoque que encara a cidade como variável independente, que se opõe ao primeiro e está presente também desde os momentos iniciais de formação desses.

Procuramos expor agora que a tensão entre essas abordagens clássicas, que sempre perpassaram a dinâmica histórica da construção de tais áreas, é reconfigurada e ganha novo vigor principalmente

a partir de transformações observadas desde a década de 1970, com a difusão das ideias pós-modernas. Contexto no qual cresce o número de estudos urbanos influenciados por um pano de fundo caracterizado comumente na literatura especializada como crise da modernidade.

Trata-se de um momento histórico em que o debate sobre os estudos relativos ao fenômeno urbano¹³ figura recorrentemente marcado pelo: (a) descolamento em relação ao passado histórico; e (b) afastamento em relação à ideia de modernidade em diferentes áreas da Filosofia, Cultura e Ciência, como forma de contrapor-se fortemente aos modelos interpretativos totalizantes da modernidade há muito estabelecidos.

Devemos acrescentar também que cresce o volume das investigações em questão que evitam conceitos sobre a cidade e o urbano, resultantes de apropriações do ideário iluminista: cidade como palco por excelência das forças do progresso; cidade como lugar de possibilidades históricas de desalienação.

Enfim, é uma conjuntura na qual, no âmbito do processo de formação/transformação desses campos de estudos, avança a ideia de um presente que parece se configurar expulsando a ideia de futuro e de cidade como terra prometida ou esperança¹⁴, numa sociedade caracterizada pela fluidez e descartabilidade, pela alta mobilidade e individualismo exacerbado (BAUMAN, 2001). De outro modo, é apontada uma crise das metanarrativas: positivismo, materialismo histórico, psicanálise, etc. Assim, configura-se um quadro de emergência de questionamentos crescentes quanto às certezas identificadas como constitutivas e constituídas pela modernidade (GOMES, 2000), o que tem contribuído para alimentar a recorrência e persistência de novas ideias-núcleo sobre a cidade e o urbano.

Acrescentando que essas são ideias caras ao que se convencionou chamar de pós-modernidade, defendidas em várias áreas do conhecimento (conforme foi dito, mais expressivamente a partir das últimas décadas do século XX) por diferentes autores¹⁵, a partir de múltiplos posicionamentos político-ideológicos e com diferentes graus de desenvolvimento teórico-metodológicos.

No referido cenário de crise das ideologias e globalização neoliberal, a influência de olhares pós-modernos sobre as novas investigações relativas à cidade e ao urbano e/ou a temas associados a esses na Sociologia Urbana e na História Urbana¹⁶, tem se revelado de forma cada vez mais explícita, na medida em que conquistam espaço no conjunto de investigações recentes em tais campos. São formulações para as quais o presente nas cidades é essencialmente diferente do passado dessas, e os instrumentos conceituais elaborados no âmbito da modernidade para analisá-las, ultrapassados.

Na Sociologia Urbana, assim como nas Ciências Sociais, em geral, o pós-modernismo tem contribuído para sua transformação, sem deixarmos de reforçar que essas ciências tem uma dinâmica independente desse fenômeno. Esse paradigma, avesso a modelos explicativos característicos do hegelianismo, do positivismo, da Sociologia Clássica, do estruturalismo, etc., tem direta e indiretamente reforçado um movimento – já existente – de transformações teórico-metodológicas que essa grande área já experimentava, em particular, a partir da segunda metade do século XX.

Nesse contexto, observa-se, nesse campo de estudos, sob a influência do que crescentemente marcava a teoria social de então, um certo distanciamento de modelos interpretativos com alto grau de rigidez encontrados principalmente na Sociologia Clássica. E, conforme Deffacci (2012), ao mesmo tempo, a construção de modelos interpretativos da realidade social mais dinâmicos.

No bojo desse conjunto de mudanças, observamos a emergência de um pensamento pós-moderno sobre a cidade e o urbano, manifesto em várias análises nas quais é recorrente: a defesa da ausência do tempo marcada pela supressão da diacronia, bem como da cidade e do urbano enquanto complexo multidimensional (real, virtual, imaginário, simbólico, metafórico etc.), conforme Haesbaert (2009); colcha de retalhos, consoante Maffesoli (1996); lugar no qual espaço e tempo tornaram-se objetos de consumo visual, de acordo com Zukin (2000).

Nessa linha, Frehse (2012, p. 202) esclarece que, na Sociologia Urbana, esses ventos pós-modernos estão presentes, por exemplo, em

produções de diversas orientações metodológicas que: 1) são elaboradas com base no pressuposto “[...] de transformações “radicais” na estrutura social das cidades nas últimas décadas [...]” (SASSEN, 1991, p. 12); 2) sustentam “[...] um padrão absolutamente novo de consumo – “visual” – do tempo e do espaço” (ZUKIN, 2000, p. 81); 3) identificam muitas e profundas “[...] alterações nos ‘tempos, espaços e ritmos da experiência urbana’ a partir dos anos 1990 [...]” (TELLES; CABANES, 2006, p. 11).

Quanto à influência das ideias pós-modernas na História Urbana, vale destacar que elas têm impactado essas historiografias, assim como influenciaram a Sociologia Urbana e, de modo geral, a Historiografia Contemporânea, destacadamente a partir da década de 70. Fenômeno que ocorrera em outros campos da Arte, da Filosofia e da Ciência, e que, conforme sustenta Brandão (2014), resultou na maior crítica elaborada e já verificada sobre a modernidade enquanto paradigma e como projeto político eurocêntrico de colonialidade¹⁷.

Nesse sentido, Ankersmit (2001) argumenta que, para essa forma de escrita da História perpassada pelo paradigma da pós-modernidade: (1) o conteúdo é derivado do estilo, de outro modo, o reconhecimento da natureza estética da Historiografia; (2) as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado; (3) não existe nada na realidade histórica que corresponda estritamente ao conteúdo das interpretações; (4) é insustentável a ideia da essência do passado, pois esta não se encontra nesse; (5) é fundamental a crítica à epistemologia da doutrina historicista das ideias históricas; (6) a meta da História não deve ser mais a integração, síntese e totalidade, mas migalhas históricas; (7) é inevitável o crescimento da tendência à indiferença quanto à origem e contexto históricos como forma de evitar formas de legitimação da escrita histórica; (8) a ideia de que tudo tornou-se contemporâneo; (9) a lembrança tem prioridade sobre o que é lembrado; (10) o significado é mais importante que a reconstrução e a gênese; etc.

Nesse contexto de crise da modernidade em termos teórico-metodológicos, a História Cultural¹⁸ emerge na Historiografia mundial como uma

das grandes protagonistas do pensamento historiográfico contemporâneo, inclusive nos estudos sobre o urbano e cidade. Nessa linha, marcadamente, a partir dos anos de 1990, ganharam força investigações que se propõem a analisar o social, de modo geral, e múltiplos aspectos do fenômeno urbano¹⁹.

Assim, conforme Pesavento (1995), podemos compreender melhor as bases da emergência de novas investigações no campo da História Urbana que – em diálogo com as ideias pós-modernas e reservando lugar estratégico ao conceito de cultura – analisam a cidade tomando-a como: acúmulo de bens culturais (ARGAN, 1995, *apud* PESAVENTO, 1995); rede de significados socialmente estabelecidos (GEERTZ, 1981); conjunto de cenários, paisagens, narrativas, metáforas com capacidade de revelação/ocultação, tanto da realidade física, quanto simbólica da mesma (PECHMAN, 1994); “iluminação”, expressão no sentido bejaminiano (PETITDEMANGE, 1991); representação ou conjunto de representações (RONCAYOLO, 1990); sentidos conferidos aos espaços e sociabilidades urbanas atribuídos pelos produtores e consumidores da cidade (GINZBURG, 1987; 1990); conjunto de discursos ou imagens (MONTLIBERT, 1995); conjunto de representações do mundo social e que implicam em atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder (BOURDIEU, 1982); “floresta de símbolos”, “labirinto” (MOLES, 1984); etc.

A cidade e o urbano: contribuições teóricas e metodológicas a partir da História Oral

A crítica crescente relativa a explicações totalizantes nas Ciências Humanas, impulsionada – entre outros fatores – pela emergência das ideias pós-modernas, como analisado anteriormente, favoreceu a emergência de novas investigações sobre a cidade e o urbano, caracterizadas pela centralidade conferida à dimensão cultural e às

representações na construção do conhecimento sociológico e histórico.

Essa dinâmica também favoreceu a revisão/ampliação do conceito de fonte histórica e, no rastro dessa, a emergência da História Oral como alternativa teórica e metodológica para esses estudos e diversos outros realizados em várias áreas das Ciências Humanas. Sendo que tal forma de produzir conhecimento histórico ganhou ainda mais legitimidade, inclusive acadêmica, favorecida por um quadro de crise do capitalismo (a partir dos anos de 1970) e de transformações na divisão do trabalho que se refletiram no arrefecimento do crescimento urbano, na descentralização de políticas urbanas, no enfraquecimento de movimentos sociais e no fortalecimento dos poderes locais (TOPALOV, 1988).

Nesse contexto, encontramos, de forma crescente, análises marcadas por uma compreensão da cidade e do urbano na qual emerge a oralidade e/ou confrontos entre o oral e o escrito e a partir dos conflitos sociais entre diferentes segmentos e classes da sociedade. Assim, contribuindo para desafiar as limitações de análises que tendem a (re)produzir representações sociais construídas apenas a partir da “cidade das letras” (RAMA, 2015).

Nesse sentido, a História Oral, ao mesmo tempo em que se consolida enquanto contribuição para a renovação de análises tradicionais do urbano e da cidade (perpassadas por determinações estruturais e estáticas), também experimenta influências teóricas e metodológicas a partir de uma dupla determinação. De um lado, o conjunto de questionamentos e reflexões construídos tanto por autores críticos das ideias do pós-modernismo, quanto pelos arautos do mesmo. De outro, o ambiente histórico – no qual está inserida – caracterizado pelo crescimento de análises interdisciplinares que têm em comum a defesa do fenômeno urbano enquanto fenômeno cultural, produção social que não pode ser compreendida adequadamente se desvinculada de sua materialidade (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009).

Acrescentando que, no processo de renovação de tais investigações, conquistaram centralidade na História Oral as categorias de cotidiano, experiência e cultura, enquanto articulações estratégicas entre

as dimensões micro e macro, bem como entre agência e estrutura e, portanto, fundamentais para formulação de respostas críticas a “falsas antinomias” (BOURDIEU, 1979 *apud* ABREU, 2015) da teoria social, tais como: a) interpretação e explicação; b) estrutura e história; c) liberdade e determinismo; d) comunidade e sociedade; e) objetivismo e subjetivismo; etc.

Desafios comuns à História Oral e à Sociologia Urbana para os estudos do fenômeno urbano no início de século XXI e as contribuições da categoria “vulnerabilidade”

Iniciamos essa parte reforçando um reconhecimento amplamente presente na literatura especializada, qual seja, o de que a História Oral já superou o desafio, antes existente, em relação a outras disciplinas, tais como: a Psicologia e a Antropologia, a Etnologia e a Sociologia, a Geografia e a Demografia, etc. De outro modo, consolidou a imprescindível necessidade da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade.

Cabendo destacar, conforme Joutard (2000, p. 33), que o atual combate colocado para a História Oral nesse início de século XXI está em permanecer fiel à sua inspiração original: “[...] ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono [...]”. Balanço realizado na mesma linha de outras importantes expressões dessa forma de produzir conhecimento histórico, tais como: Thonsom (2000) e Portelli (2000); Meihy (2000); Meyer (2000) e Schwarzstein (2000); entre outros.

O que esses historiadores defendem como novo grande enfrentamento do qual deve se ocupar de forma estratégica a História Oral nesse início de século (particularmente para especialistas que se dedicam à História Urbana), dialoga de forma muito próxima à defesa da necessidade de abraçarmos “a vulnerabilidade”²⁰ como categoria sociológica – conforme encontramos em Oliveira

(1994) e Kowarick (2003; 2009)²¹ – enquanto olhar privilegiado para compreendermos a dinâmica de sua extensão nas cidades nos dias atuais, uma vez que tal situação:

[...] passa a englobar também estratos com níveis mais elevados de instrução e qualificação, trabalhadores especializados e quadros profissionais que até então trilhavam carreiras estáveis e previsíveis, num percurso protegido por direitos que lhes propiciava a ascensão econômica e social e uma forte presença no cenário político. Inicia-se uma situação de *vulnerabilidade* advinda do desemprego e da precarização do trabalho, rebaixamento de status e da perda de raízes ligadas à sociabilidade primária. Trata-se de grandes e variados grupos de “excluídos”, sobre os quais as ciências humanas produziram dezenas de investigações e inúmeras teorizações sobre essa sempre renovada questão social (KOWARICK, 2003, p. 2003).

Trata-se de um importante legado da Sociologia Urbana na mesma linha da História Oral recente, particularmente num quadro no qual as cidades mais e mais tendem a ser impactadas pela globalização periférica que impõe a lógica do mercado e promove a quebra dos laços da integração social, produzindo, como efeito, novos mecanismos de vulnerabilização sobre vastos e crescentes segmentos da população (RIBEIRO, 2004). Nesse cenário, tais contribuições tornam-se ainda mais importantes, já que vêm para reforçar a necessidade de ampliação de estudos empíricos e teóricos sobre a marginalidade e a exclusão, a pobreza e a miséria, de indivíduos que se encontram num processo de “desqualificação social” em massa (PAUGAM, 1991; 1993)²².

De outro modo, o exame pormenorizado realizado pelos referidos expoentes da História Oral quanto aos principais objetivos que tal campo deve perseguir no atual momento histórico, reforça e, ao mesmo tempo, é reforçado pela concordância crescente constatada no âmbito da Sociologia, bem como no da Antropologia, da Psicologia, da Geografia, etc., sobre o atual desafio comum que está posto para tais campos no que concerne às

investigações sobre o fenômeno urbano no início de século XXI.

Referimo-nos à urgência de se conferir visibilidade às narrativas de experiências individuais e coletivas relativas às diversas e crescentes formas de vulnerabilidade social (precarização do trabalho e desemprego, pobreza e violência, criminalidade e insegurança, favelização etc.) e, ao mesmo tempo, privilegiar análises construídas de modo a dar centralidade às representações de grupos, categorias e classes sociais que – no cenário atual de nossas cidades – experimentam amplos e diversos processos de vulnerabilidade socioeconômica e civil que conduzem ao que Castel (1995) chama de “vulnerabilidade em massa” e que Kowarick (2003) designa de processo de “descidadanização”, conjugado com uma dinâmica de crescimento de um “Estado penal” associado à retirada desse da economia e à redução de recursos para programas sociais, como analisa Wacquant (1999).

O que ocorre num contexto no qual o capitalismo parece ter completado uma triagem da humanidade, ao definir os que são “úteis” e os que são “inúteis”. Sendo que os últimos, nesse processo, passariam a ser considerados “supérfluos”. E, assim, a favelização e a precarização das condições de trabalho e vida nas cidades, especialmente de países em desenvolvimento, emerge como resposta para o “armazenamento” dessa “humanidade excedente” (DAVIS, 2006).

Considerações Finais

Encaminhando-nos para a finalização desse artigo, é importante destacar que o processo de renovação teórica e metodológica das investigações sobre o fenômeno urbano, nesse início de século, dá sequência a uma dinâmica que consolidou seus primeiros desenvolvimentos, principalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, como foi demonstrado em relação a Sociologia Urbana e na História Oral.

Dessa forma, reforçamos que essa mudança registrada em tais campos se desenvolveu até aqui de forma complexa e a partir de diversas influências, consolidando mais e mais o primado da experiência

e do cotidiano numa perspectiva histórica e cultural identificada em um expressivo conjunto de análises teóricas e empíricas que têm, assim, contribuído intensamente para estruturar novos caminhos analíticos sobre o urbano, a cidade e temáticas associadas.

Por um lado, como constatamos, as contribuições para renovação dos estudos urbanos são marcadas por uma pluralidade teórica e metodológica. Por outro lado, e articuladamente, os desafios colocados para os estudiosos que se debruçam sobre tais objetos não são poucos e nem simples, ao mesmo tempo que tendem a tornarem-se cada vez mais intrincados.

E, nesse sentido, podemos relacionar algumas necessidades, amplamente reconhecidas pela literatura especializada, tais como: (a) transpor limitações um ambiente acadêmico, no Brasil, que experimenta um momento político e econômico de profundas incertezas e de dificuldades de toda ordem para o processo de formação qualificada de novos cientistas sociais; (b) alcançar maior compromisso com o rigor analítico e com o estímulo ao desenvolvimento de investigações interdisciplinares, assim como com a necessidade de aprimoramento teórico e metodológico; (c) avançar no processo de descolonização dos estudos urbanos, bem como reforçar o desenvolvimento de análises afinadas com o enfoque da “cidade como processo”; (d) buscar romper com uma certa vocação isolacionista do Brasil – ainda influente – em relação à América Latina e estimular a estruturação de mais projetos de pesquisa realizados em equipe, visando superar o ensaísmo; entre outros.

Por fim, acreditamos que os caminhos possíveis para a realização de análises como a que construímos são inúmeros e todos – como em qualquer reflexão – pressupõem escolhas que, ao mesmo tempo, implicam em renunciar a outros debates. Nesse sentido, esse trabalho constitui apenas um desses caminhos de análise sobre o processo de renovação teórica e metodológica das investigações sobre o fenômeno urbano no âmbito de um expressivo acúmulo já realizado de investigações com propósito semelhante.

Notas

1 De acordo com Souza (2005, p. 62): “[...] considerado um dos maiores intérpretes da obra marxiana na França, Henri Lefebvre foi responsável pela primeira crítica as concepções derivadas da Escola de Chicago. Apoiando-se no quadro do materialismo histórico, foi o fundador da Escola Marxista Francesa sobre o urbano, de onde partiram os primeiros estudos de Manuel Castells e Jean Lojkin, entre outros. No conjunto das obras de Lefebvre (1968; 1970a; 1970b; 1999 etc.), a cidade aparece subordinada à lógica da reprodução do capital, enquanto seu cenário e suporte [...]”. Nessa linha, autores tais como Castells (1971; 1978 etc.) e Lojkin (1981, 1990, etc.), no pós-1968, figuram como protagonistas de um debate de perspectiva marxista que “[...] caracterizou-se, entre outros aspectos, por abrir uma frente de crítica aos fundamentos do pensamento sociológico predominante na época, especialmente à Escola de Chicago, por entender que essa vertente estaria reduzindo o tratamento da questão urbana aos aspectos exteriores do modo de produção capitalista, particulares, escamoteando, consciente e inconscientemente, a lógica do capital subjacente à dinâmica da composição urbano-industrial que havia sido anteriormente denunciada pelos clássicos Marx e Engels [...]” (SOUZA, 2005, p. 72).

2 Conforme Silva (2002), o principal marco da constituição da História Urbana como campo de conhecimento autônomo foi a constituição do Grupo de História Urbana, no âmbito da Universidade de Leicester (Inglaterra), liderado por H. J. Dyos, além da publicação periódica de *Urban History Newsletter*, a partir de 1962. Importante acrescentar que a definição do que seja História Urbana implica antes na delimitação do campo dessa e da história da cidade: uma tarefa complexa e sobre a qual não nos deteremos. Entretanto, de forma geral, Bresciani (1992 *apud* MONTEIRO, 2012, p. 107-108) afirma que “[...]múltiplas são as portas que se abrem para refletir sobre a cidade [...]. E que, é possível a partir dessa análise (se não definirmos claramente), indubitavelmente identificarmos [...] algumas das diferentes formas de abordagem da cidade na Historiografia brasileira das décadas de 1990 e 2000 [...]”. Sendo que, nessa linha: “[...] uma primeira abordagem seria a questão técnica [...]. A segunda abordagem, a da questão social [...]. A terceira abordagem trata da formação de identidades sociais [...]. A quarta abordagem, a nova sensibilidade burguesa sobre a cidade [...]. Outro campo é o da pesquisa sobre cidade e fotografia [...]. Gostaria ainda de citar a novíssima vertente de trabalhos que abordam espaço e memória, os lugares de memória no espaço urbano, bem como aqueles que discutem a questão do patrimônio urbano como formas de compreender a cidade como um local de aprendizagem da história e da trajetória de uma sociedade no tempo [...]” (BRESCIANI, 1992 *apud* MONTEIRO, 2012, p. 108-109).

3 De acordo com Froehlich (2010, p. 630): “[...] A atitude dita pós-moderna, o pensamento pós-moderno ou o pós-modernismo são os termos aplicados às mudanças ocorridas nas ciências, artes e sociedades tecnologicamente avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o Modernismo (1900-1950) [...]”. Tal como esse autor, defendemos que: “[...] para os fins deste artigo, não diferenciamos pós-modernidade, pós-modernismo, pós-moderno, [...], embora informados das suas nuances e implicações [...]” (FROEHLICH, 2010, p. 637).

4 A concepção da ideia da “cidade como processo” (bem como a ideia de urbanidade), é representada por historiadores a exemplo de Hobsbawm (1971), Perrot (1992), Claude-Perrot (1992), apenas para citar alguns, que a compreendem como observatório privilegiado dos fatos sociais na modernidade (GOMES; PINHEIRO, 2005).

5 Encontramos em Barreira (2010) a defesa de que a noção de experiência, deve muito às fontes de renovação do marxismo por meio de Thompson (1979). Autor que sustenta a análise de que o fazer-se da classe social não está associado a um destino político, mas sim, a uma construção histórica permanente tecida na luta cotidiana. Nesse sentido, Moraes e Muller (2003) sustentam que a categoria de experiência é formulada em Thompson (1981): “(...) em sua articulação com a de cultura” (MORAES; MULLER, 2003, p. 337). Acrescentam que, em *The Poverty* (1979), “[...] Thompson oferece importantes esclarecimentos sobre a relação entre experiência e cultura [...]”. Ressaltam também “[...] que no quadro de seu materialismo histórico, o *conhecimento* de classe seria impossível sem a compreensão das *experiências* que emergem dos confrontos entre classes em função também das diferenças entre as várias culturas, políticas, religião, valores, convenções [...]” (MORAES; MULLER, 2003, p. 338, grifo do autor). Os mesmos destacam “[...] que a experiência e cultura são articuladas por Thompson (1979) constituindo ambas um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos [...] são “conceitos de junção” (*junction-concepts*) [...]” (MORAES; MULLER, 2003, p. 339).

6 Segundo Certeau (1996, p. 31 *apud* DURAN, 2007, p. 118): “[...] o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente [...]. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior” [...]. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada [...]. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’, ou dessa ‘não história’, como o diz ainda A. Dupont: “O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível [...]” (CERTEAU, 1996, p. 31).

7 Frehse e O’Donnell (2019, p. 1) constata a continuidade da força e riqueza dos: “[...] novos

investimentos das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia e da Antropologia, na produção de um olhar analítico sobre as cidades [...]”; a partir do final do século XX e início do XXI. Tal verificação resultou num dossiê, no qual as autoras produziram um balanço representativo dos novos temas e problemas do campo de estudo em questão, a partir da produção de um “grupo de trabalho que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) abrigou por seis anos (entre 2007 e 2012) [...]” (2019, p. 1), além de contribuições reunidas “[...] no âmbito de discussões travadas em dois grupos de trabalho e um seminário temático [coordenados pelas autoras] nos encontros anuais da Anpocs de 2014, 2015 e 2016 [...]” (FREHSE; O’DONNELL, 2019, p. 4). A acolhida de novos temas e o permanente diálogo e renovação dos estudos sobre cidade nas Ciências Sociais estaria demonstrado, segundo essas, sobretudo pela recorrência de pesquisas discutidas nesses grupos ou seminários de trabalho (respectivamente, GTs e STs), particularmente a partir de 2002.

8 Sem deixarmos de lembrar o seminal trabalho da própria Bresciani (1985).

9 De acordo com Oliveira (2002), os novos desafios sobre cidade e urbanidade no âmbito historiográfico, na passagem do século XX para o XXI, estão representados pela emergência de vários novos temas, a saber: a) cidade como lugar de transeuntes (o que indica o sentido efêmero da vida urbana nos dias de hoje); b) cidade e sua materialidade edificada (sua dimensão simbólica); c) cidade e construção de identidades num contexto de globalização (marcadas por fortes transformações de tradicionais referências espaciais temporais); d) cidade, globalização e transformações social, política e padrões de organização espacial; e) cidade e novas configurações entre patrimônio urbanístico; f) cidade, história e memória; g) cidade e o esvaziamento de tradicionais formas de representação; h) cidade, violência e crime organizado; i) cidade, corpo e afetos; j) cidade e lazer; l) cidade e imagem; etc. Análise semelhante encontramos em Carpintero e Cerasoli (2009), ao trazerem informações dos programas de Pós-Graduação em História, autorizados e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior – Capes, a partir de 1992 e do Diretório de Grupos de Pesquisa, desenvolvido e gerenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

10 Para uma análise mais detalhada sobre as origens da História Urbana, consultar Silva (2002) sobre os marcos e discussões que têm pautado a emergência da História Urbana como uma área de conhecimento específica.

11 Segundo Coulon (1995), podemos compreender o que se convencionou denominar de Escola de Chicago como uma corrente heterogênea de pensamento, mas com muitas características que foram capazes de conferir uma grande unidade e distinção à mesma na Sociologia americana. Esse autor também destaca que a Escola

de Chicago pode ser entendida como um conjunto de trabalhos de pesquisas sociológicas produzido entre 1925 e 1940, por professores e estudantes da universidade em Chicago.

12 Conforme Ferreira (2000, p. 103 *apud* SANCHIS, 2011, p. 01). “A influência de Simmel foi grande para a Escola de Chicago, por sua sensibilidade cosmopolita, seu enfoque microsociológico (ainda que não tenha feito pesquisas empíricas) e por uma interpretação da cultura que privilegia o jogo dinâmico entre *estruturas simbólicas identitárias* e forças de alteridade”.

13 Segundo Oliven (2010, p. 08): “[...] procurando elaborar um conceito do fenômeno urbano, Weber (1966; 1967) analisou vários tipos de cidades que existiram no passado. Ele mostrou as diferentes origens destas cidades e enfatizou a importância do mercado para seu desenvolvimento [...]”. Marx (1975; 1987, p. 10), por sua vez, continua: “[...] assinalou que uma economia urbana requer um processo prévio de divisão social do trabalho. No caso das cidades da Europa Ocidental da Idade Moderna isto significou o desenvolvimento de um novo padrão de exploração, não mais através de um sistema de estamentos feudais mas através de classes sociais [...]”. E, finalmente, acrescenta que “[...] por mais fundamentais que sejam as divergências entre Marx e Weber, é importante ter em mente que ambos analisaram a cidade historicamente e mostraram de modos diferentes que na tradição ocidental a cidade tem sido o ponto de convergência de diferentes processos [...]” (MARX, 1987, p. 11).

14 Num esforço de relacionar essas noções centrais nos limites desse debate, sem com isso pretender esgotá-las, podemos citar: (1) a centralidade conferida à fragmentação e segmentação socioespacial (SOJA, 1994); (2) o aumento do interesse sobre heterogeneidade e diferença, o desenvolvimento de olhares sobre a sociabilidade perpassados pela ideia de compressão do tempo-espaço e a emergência de uma sensibilidade cada vez mais subordinada a dinâmicas marcadas pelo velocidade e pelo esvaziamento no âmbito da lógica do mercado (HARVEY, 1994); (3) o crescimento de estudos que procuram em compreender a onipresença dos não-lugares (AUGÉ, 1994); (4) a ampliação de reflexões sobre esferas éticas associadas a formas de afetividades plurais e a variedade de análises sobre a estetização da violência (LIPOVETSKY, 2005); (5) o lugar privilegiado assumido por investigações sobre sentimentos de nostalgia, melancolia e impotência (GIDDENS, 2002); (6) a relevância assumida por pesquisas sobre nomadismo e identidade (BAUMAN, 2005); (7) a proliferação de reflexões sobre processos nos quais as tradições são engolidas eternamente pelo novo (HARTOG, 2012); (8) o avanço de esforços que constatam um cotidiano no qual se avolumam experiências marcadas pela falta de profundidade cultural e pela crise da historicidade num mundo espetacular em que a imagem se sobrepõe e assume primazia em relação à própria coisa (JAMESON,

1997), incluindo transformação do espaço e do tempo em objetos de consumo visual (ZUKIN, 2000); (9) a multiplicação de olhares sobre cidade e o urbano como palco por excelência de simulacros e simulação (BAUDRILLARD, 1991); (10) a nova dinâmica das incertezas e dos riscos na contemporaneidade (BECK, 2010); entre outros.

15 Importante atentarmos para o que destaca Shinn (2008, p. 57-58), ao afirmar que: “[...] Existem alguns pensadores sociais que continuam os vínculos com a modernidade, que evitam os pós-modernistas e cuja reflexão e remodelação da modernidade, entretanto, convergem com tanta proximidade para o pensamento pós-moderno, que eles poderiam, de fato, ser classificados como pós-modernos mais ou menos desviantes [...]”. Sendo que, nessa linha, tal autor classifica, por exemplo: Beck (1994); Latour (2003); Lash (1993); Lash e Friedman (1990); Giddens (199).

16 Esforço que constatamos, conforme Deffacci (2012), na produção de autores como: Bauman (1999); Touraine (1970); Lyotard (1998); Maffesoli (1988); Schütz (1979); Claus Offe (1989); Habermas (1987); Giddens (1997); Certeau (1996), entre outros.

17 Segundo Grosfoguel e Mignolo (2008 *apud* BRANDÃO, 2014, p. 34): “[...] O conceito de colonialidade remete às formas de assujeitamento que se seguiram ao fim da colonização. Os processos de independência política e econômica não foram seguidos de uma independência dos modos de pensar, sentir, ser [...]”. Sendo que: “[...] A ciência, a filosofia e as artes são hoje consideradas por uma crítica pós-colonial ou decolonial como grandes dispositivos de colonialidade da epistemologia ocidental moderna” (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008 *apud* BRANDÃO, 2014, p. 35).

18 Alguns expoentes da mesma são: Hunt (1992); Baczko (1985); Chartier (1990); Boutier e Julia (1998) e Burke (2008).

19 Segundo Vainfas (1997), a história cultural envolve historiadores com posturas muito diferentes, tais como: 1) A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg (1991); 2) A história cultural de Roger Chartier (1990); 3) A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson (1987). No que concerne a esse último, principalmente, sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das classes populares na Inglaterra do século XVIII.

20 Ao analisar a vulnerabilidade socioeconômica e civil, de modo esquemático, Castel (1991, p. 153 *apud* KOWARICK, 2003, p. 73) afirma que: “[...] o modelo formal está apoiado em dois eixos, um de caráter econômico, e outro, social, representados pelas trajetórias, respectivamente, do emprego estável e regular para modalidades de trabalho precário até atingir a situação de desemprego, e da plena inserção na sociabilidade primária – família, vizinhança, comunidade –, marcada por sólidas redes sociais ao

retraimento do universo domiciliar/pessoal, definido pela fragilização das relações. Daí surgem quatro zonas: de *integração*, caracterizada por garantias de um trabalho permanente e por relações sociais sólidas; de *vulnerabilidade*, que conjuga precariedade no trabalho e fragilização da sociabilidade primária; de *assistência*, que revela um quadro no qual várias formas de subsídio público se tornaram imprescindíveis para não ocorrer uma dinâmica de desligamento social e econômico; e, por fim, de *desfiliação*, que significa não só desemprego, mas também perda das raízes forjadas no cotidiano do trabalho, do bairro ou da vida associativa [...]. Acrescentando que, “[...] atualmente a zona de integração se fratura, a zona de vulnerabilidade está em expansão e alimenta continuamente à zona de desfiliação [...]”. Ou ainda que a partir do início de 1990: “[...] a questão social metamorfoseia-se de ‘anormais incapazes’ para ‘normais inúteis’ [...]” (DONZELOT, 1996, p. 59 *apud* KOWARICK, 2003, p. 70).

21 Ver também, a respeito, o ótimo artigo de Barreira (2010).

22 Kowarick (2003, p. 70-71), relaciona alguns autores importantes que têm discutido essa renovada questão social associada a tal dinâmica. Analisa que o primeiro ponto: “[...] diz respeito à desnecessidade desses grupos para as dinâmicas econômicas”. Cito apenas alguns autores: Jaques Donzelot e Philippe Estebe (1991, p. 26) falam em “normais inúteis”, Robert Castel (1991, p. 154; 1993, p. 145), em “desestabilização dos estáveis”; Serge Paugam (1991, p. 6) alude ao “descrédito” que se abate sobre os que estão à margem; Vincent Gaujelac e Isabelle Leonetti (1994, p. 4) sublinham a percepção de “inferioridade”, de “identidade de ferida”; Viviane Forrester (1997, p. 38) exagera acerca da “normalização da anulação social”; enquanto Pierre Bourdieu (1993, pp. 487- 498), em magnífica obra coletiva, descreve o sofrimento físico e mental decorrente da extrema pobreza e nos revela o que significa “viver por um fio”. Finalmente, há a temática referente à perda das identidades advinda do desenraizamento familiar e comunitário, à queda da participação em associações recreativas, sindicais e partidárias, processos que conduzem à apatia e ao isolamento em um cenário social e político marcado pela diminuição dos conflitos abrangentes, fragmentação dos atores sociais e diluição de interesses coletivos. É nessa acepção que Jacques Donzelot e Philippe Estebe (1991, p. 27) referem-se às “não-forças sociais, esta classe de desclassificados”, Robert Castel (1995, p. 427) acentua a “ausência de perspectivas para controlar o futuro”, e Pierre Rosanvallon (1995, p. 203) dirá: “os excluídos constituem, de fato, quase que por sua própria essência, uma não-classe [...]”.

Referências

ABREU, Cesaltina. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra

excepcional. **Mulemba** [Online], v. 5, n. 10, não paginado, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/2195>. Acesso em: 17 dez. 2019.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 113-135, mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v2n2/2237-101X-topoi-2-02-00113.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

AVILA, Arthur Lima de. Tradução e apresentação: O significado da História Frederick Jackson Turner. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.191-223, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a08v24n1.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Enciclopédia Einaudi 5: Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 149-159, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000100011. Acesso em: 29 nov. 2019.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; STROH, Paula. O movimento dos desempregados nas ruas: uma prática fora de tempo e lugar? **Espaço e Debates**, ano III, v. 1, n. 2, p. 33- 47, 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a11.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade líquida:** entrevistado por Maria Lúcia Garcia Palhares-Burke. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/4_Encontro_Entrevista_A_Sociedade_Liquida_1263224949.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BONDUKI, Nabil. Crise da habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. *In:* KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo: passado e presente. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/UNRISD, 1988, p. 95-131. Disponível em: https://issuu.com/cidadeaberta/docs/nabilbonduki_crise. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction.** Critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire.** Paris: Fayard, 1982.
- BOURDIEU, Pierre (org.). **La misère du monde.** Paris: Le Seuil, 1993.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- BRANDÃO, Ludmila. Da cidade moderna às contemporâneas: notas para uma crítica do urbanismo modernista. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 247- 271, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.pppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/316>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. *In:* FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (orgs.). **Cidade e História.** Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992. p. 11- 26. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles, as faces do monstro urbano. **Revista Bras. de Hist.** São Paulo, v. 8/9, p. 37-54, 1985. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635293>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BURGESS, Ernest. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. *In:* PIERSON, Donald (Org.). **Estudos de ecologia humana:** leituras de Sociologia e Antropologia Social. 2ª edição. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins Editora, [1923] 1970. p. 353-368.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2 ed. ver. E ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. *In:* SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliens, 1983, p. 313-350.
- CARPINTÉRO; Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI; Josianne Francia. A cidade como história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672/10413>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- CASTEL, Robert. De l'indigence à l'exclusion, la sésaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. *In:* DONZELOT, Jacques (Org.), **Face à l'exclusion le modèle français.** Paris: Esprit, 1991. p. 145-175.

- CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigación en sociología urbana**. México: Ed. Século XXI, 1971.
- CASTELLS, Manuel. **City, class and power**. Londres: Macmillan, 1978.
- CERASOLI, Josianne Francia; CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. A cidade como história. **História**. Questões e Debates, v. 50, p. 61-101, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/36984938-A-cidade-como-historia-the-city-as-history.html>. Acesso em: 19 out. 2019.
- CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. 2004. 423f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CLAUDE-PERROT, Jean. Rapports sociaux et villes au XVIII siècle. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Orgs.). **Villes & civilisation urbaine XVIII-XX siècle**. Paris: Larousse, 1992, p. 46-60.
- COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.
- DEFFACCI, Fabricio Antônio. Cotidiano e pós-modernidade: novos rumos da teoria social contemporânea. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá**, n. 5, p. 41-54, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/575>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- DONZELOT, Jacques. “L’avenir du social”. Paris: **Esprit**, v.1, n1., p.58-81, 1996. Disponível em: <https://esprit.presse.fr/article/jacques-donzelot/l-avenir-du-social-10447>. Acesso em: 19 out. 2019.
- DONZELOT, Jacques; ESTEBE, Philippe. **L’état animateur: essai sur la politique de la ville**. Paris: Esprit, Paris, 1991.
- DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de Pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/4177/4096>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, p. 84-99, 1986.
- FERREIRA, Jonatas. Da vida ao tempo: Simmel e a construção da subjetividade no mundo moderno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 103-117, out. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 dez. 2019.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- FREHSE, Fraya; O’DONNELL, Julia G. Apresentação: quando espaços e tempos revelam cidades. Dossiê – pensar a cidade (no Brasil): espaços e tempos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, jan./apr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000100001. Acesso em: 29 set. 2019.
- FREHSE, Fraya. U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 191-206, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2019.
- FROEHLICH, José Marcos; BRAIDA, Celso Reni. Antinomias pós-modernas sobre a natureza.

- História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 627-641, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17n3/04.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- GAUJELAC, Vicent de; LEÓNETTI, Isabele Taboada. **La lutte des places: insertion et désinsertion**. Paris: Desclée Brou, 1994.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity**. Cambridge: Polity, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo (Org.). **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-275.
- GOMES, Renato Cordeiro. A cidade moderna e suas derivas pós-modernas. **Semear** (PUCRJ), Rio de Janeiro, v. 04, p. 29-37, 2000. Disponível em: http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/4Sem_03.html. Acesso em: 05 nov. 2019.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; PINHEIRO, Eloísa Petti. **A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. 1 Edição, Salvador: EDUFBA, 2005.
- GROSGOUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter. Intervenciones desco-loniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colômbia, n.9, p. 29-37, jul./dic. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/396/39600903.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.) **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARTOG, François. Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente. **História da historiografia**, n. 10, 2012, p. 351-371. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/478>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- HOBBSBAWM, Eric. From Social History to the History of Society. **Dadalus**, v. 100, n. 1, p. 20-45, 1971. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0c3e/e8ec2ff3b9e16bdabf041864b50d3857f951.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.
- HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 7, p. 53-69, out./dez. 1982. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=paginaasartigo%2Fviewpagina&numeroPagina=22&artigo_id=39. Acesso em: 22 out. 2019.
- JACOBI, Pedro; NUNES, Edison. Movimentos populares urbanos, participação e democracia. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, p. 25-62, 1983.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: [s.e.], 1997.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria Dias; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p.31-46. Disponível em: <http://books.scielo.org/>

- id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil – fotografias de Antônio Saggese. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **RBCS**, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcSOC/v18n51/15986.pdf>. Acesso em: 09 out. 2019.
- KOWARICK, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 8, jan./abr. p. 55-63, 1983.
- KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinicius Caldeira (Orgs.). **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.
- KUSTER, Eliana. O tédio dos olhares sem alma: algumas considerações sobre a indiferença, o desejo e o papel do cinema no cotidiano das metrópoles. *In*: PECHMAN, Robert M.; KUSTER, Eliana. **O chamado da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 47-58.
- LASH, Scott. Aesthetic reflexive modernization: the aesthetic dimension. **Theory, Culture and Society**, v. 10, n. 1, p. 1-24, 1993.
- LASH, Scott. Reflexive and its doubles: structure, aesthetics, community. *In*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Ed.). **Reflexive modernization**: politics, tradition and aesthetics in the modern social order. Stanford: Stanford University Press, 1994, p. 110-173.
- LASH, Scott; FRIEDMAN, Jonathan. **Sociology of post modernity**. London: Routledge, 1990.
- LATOUR, Bruno. Is re-modernization occurring – and if so, how to prove it? A commentary on Ulrich Beck. **Theory, Culture and Society**, v. 20, n. 2, p. 35-48, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/026327640302000202>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Antropos, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain**. Paris: Antropos, 1970a.
- LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Gallimard, 1970b.
- LEFEBVRE, Henri. **La révolution urbaine**. Paris: Antropos, 1970c.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos tempos democráticos. Trad. Armando Braio Ara. Barueri (SP): Manole, 2005.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- LOJKINE, Jean. **A classe operária em mutações**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARX, Karl. O Capital. **Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848**. São Paulo, SP: Editora Moraes, 1987b.
- MEIHY, Jose Carlos Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. *In*: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria Dias; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 85-98. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/>

- pdf/ferreira-9788575412879.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.
- MEYER, Eugenia. Balanço e novos desafios. *In*: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria Dias; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 113-118. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>. Data de acesso: 02 nov. 2019.
- MOISÉS, José Álvaro; *et al.* **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOLES, Abraham. **Labyrinthes du vécu**. Paris: Klincksieck, 1984.
- MONTEIRO, Charles. Oficina do Historiador. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, p. 101-112. jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/11835/8320>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- MONTLIBERT, Christian. **L'impossible autonomie de l'Architecte**. Sociologie de la production architecturale. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg et Maison des Sciences de l'Homme, 1995.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. História e experiência: contribuições de Edward P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 329-349, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/687>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade**. Problemas estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, sociedade, movimentos e políticas públicas no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Programa de investigação e comunicação, 1994.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 29-72.
- PARK, Robert Ezra. The City as a Social Laboratory. *In*: PARK, Robert Ezra. **Human Communities**. The City and Human Ecology. Glencoe: The Free Press, 1952.
- PARK, Robert Ezra. Human Migration and the Marginal Man. **American Journal of Sociology**, v. 33, n. 6, p. 48-71, 1928. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/86fc/3506ca5996e974c2ea5e5ab7bd3740b86d4c.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- PAUGAM, Serge. **La Société Française et ses Pauvres**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- PAUGAM, Serge. **La Disqualification Sociale: Essai sur la Nouvelle Pauvreté**. Paris: Presse Universitaires de France, 1991.
- PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana. Também sem a feli(z) cidade se vive: um panorama dos encontros e desencontros pelas ruas da cidade contemporâneas. *In*: PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana (Orgs.). **O chamado da cidade: ensaios sobre urbanidade**. Belo Horizonte: UFRJ, 2014, p. 80-105.
- PECHMAN, Robert Moses; RIBEIRO, Luis Cezar de Queiroz (Org.). **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PECHMAN, Robert Moses. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 3-8.

- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários. Mulheres. Prisioneiros.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade.** O mundo dos excluídos no século XIX. São Paulo: Ed. Nacional, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- PETITDEMANGE, Guy. Avant le monumental, les passages: Walter Benjamin. In: BAUDRILLARD, Jean (Org.). **Allin: Citoyenneté et Urbanité.** Paris: Éditions Picard, 1991, p. 17-28.
- PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria Dias; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 67-72. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAMA, Angel. **A cidade das letras.** São Paulo, Boitempo, 2015.
- RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamariom; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história.** São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 185-202. Disponível em: http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Historia-e-modelos.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. **Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, apr./jun. 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200020. Acesso em: 02 jan. 2020.
- RODRIGUES, Jaime. Da “Chaga Oculta” aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX. In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893).** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010, p. 73-95.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: o espaço é político. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano VI, n. 17, p. 44-53, 1986.
- RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires.** Paris: Gallimard, 1990
- ROSANVALLON, Pierre. **La nouvelle question sociale: repenser l'état providence.** Paris, Seuil, 1995.
- SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANCHIS, Isabelle de Paiva. Simmel e Goffman: uma comparação possível. **Estud. Pesqui. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 856-872, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300008. Acesso em: 19 dez. 2019.
- SASSEN, Saskia. **The Global City.** New York, London, Tokyo. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 1991.
- SCHLESINGER, Arthur Meier. The City in American History. The Mississippi Valley. **Historical Review**, v. 27, n. 1, p. 43-66, jun. 1940. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1896571>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- SCHLESINGER, Arthur Meier. The Rise of the City, 1878-1898 (Urban Life and Urban

- Landscape). **Hardcover**, Ohio, v. 1, n. 1, não paginado, aug. 1999.
- SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHWARZSTEIN, Dora. Desafios da história oral latino-americana. *In*: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria Dias; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p.99-104. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- SENNETT, Richard; THERNSTROM, Stephan. **Nineteenth-century Cities: Essays in the New Urban History**. New Haven and London: Yale University Press, 1969.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHINN, Terry. Desencantamento da Modernidade e da pós-modernidade: Diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000100003>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- SILVA, Luís Octávio da. História urbana: uma revisão da literatura epistemológica em inglês. **Eure**, Santiago, v. 28, n. 83, p. 31-44, may 2002. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008300003. Acesso em: 17 nov. 2019.
- SOJA, Edward. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1994, p. 154-168.
- SOUZA, Perci Coelho de. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. **Ser Social**, Brasília, n. 17, p. 59-112, jul/dez, 2005. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/1196. Acesso em: 17 nov. 2019.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. *In*: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: passado e presente. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/ UNRISD, 1988. p. 247-283.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Introdução. *In*: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (Orgs.) **Nas tramas da cidade**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p.11-28.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. **The poverty of theory and other essays**. London: Merlin, 1979.
- THOMPSON, Paul. The new oral History in France Paul Thompson. *In*: SAMUEL, Raphael (Ed.). **People's history and socialist theory**. London: Routledge, 1981, p. 67-78
- THONSOM, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. *In*: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria Dias; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 47-66. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 23, p. 5-29, 1988.
- TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VELHO, Gilberto. (Org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. *In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano***. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 89-112.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. Trad. Silvana Rubino. *In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença***. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

ZNANIECKI, Florian; THOMAS, William. **The polish peasant in Europe and America**, v. 1. Boston: University of Chicago Press, 1918. WIRTH,

Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. *In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano***. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 89-112.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. Trad. Silvana Rubino. *In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença***. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

ZNANIECKI, Florian; THOMAS, William. **The polish peasant in Europe and America**, v. 1. Boston: University of Chicago Press, 1918.

Etnociência Kaingang: uma revisão sistemática de literatura

Kaingang ethnoscience: a systematic literature review

Jéssica da Silva Gaudêncio*

Sérgio Paulo Jorge Rodrigues**

Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira***

Décio Ruivo Martins****

Palavras-chave:
Kaingang
Etnociência
Revisão sistemática de
literatura

Resumo: Muitos são os relatos e descrições registrados em documentos históricos relacionados com o conhecimento que os indígenas brasileiros tinham e ainda têm sobre os domínios da natureza. O uso do prefixo “etno” compreende conceitos como comportamentos, linguagem, mitos e toda uma simbologia própria pertencente a um contexto social e cultural. Assim, muitos são os conhecimentos etnocientíficos presentes nas mais diversas etnias indígenas, sustentando inúmeros temas de pesquisas acadêmicas. Deste modo, este artigo tem como objetivo destacar os conhecimentos provindos das atividades historicamente registradas em específico para a etnia indígena Kaingang. Respeitando a crença Kaingang da forte relação do mundo natural com o espiritual, utilizou-se a metodologia de revisão sistemática de literatura chamada *Methodi Ordinatio* para selecionar os artigos mais recentes sobre a temática, além de contemplar os documentos históricos considerados pioneiros da literatura Kaingang.

Keywords:
Kaingang
Ethnoscience
Systematic literature review

Abstract: There are many reports and descriptions recorded in historical documents regarding the knowledge indigenous Brazilian had, and still have, about Nature. The use of the prefix “etno” includes concepts such as behaviors, language, myths and a whole symbology belonging to a social and cultural context. Thus, there is a lot of ethnoscientific knowledge of diverse indigenous ethnic groups, supporting numerous topics of academic research. This article aims to highlight the knowledge derived from the activities historically registered specifically for the Kaingang indigenous ethnic group. Respecting the Kaingang belief in the strong relationship between the natural and the spiritual world, the methodology of systematic literature review called *Methodi Ordinatio* was used to select the most recent articles on the subject. Besides contemplating the historical documents considered pioneers of Kaingang literature.

Recebido em 25 de maio de 2020. Aprovado em 26 de outubro de 2020.

Do saber popular ao *status de etnociência*

A história da ciência tem como objeto o conhecimento de matriz ocidental, pela sua própria característica de ser praticada e analisada, majoritariamente por cientistas, estando distante dos conhecimentos tradicionais. O saber popular

é muitas vezes associado aos mitos, feitiços, crendices, superstições, animismo, xamanismo, possessão espiritual e a um “fazer” que sobrepõe ao saber. A expressão “saber popular” pode referir-se ao que é conhecido, acessível e é usado pela grande maioria da população (MORENO; DA SILVA, 2017). Nesses casos pode existir um tipo de reforço por parte da ciência, havendo relações de conflito

* Doutoranda em História das Ciências e Educação Científica, Centro de Física da Universidade de Coimbra, Portugal (CEFisUC). E-mail: jessigaudencio@hotmail.com.

** Doutor em Química, Departamento de Química da Universidade de Coimbra (FCTUC), Portugal. E-mail: spjrodrigues@ci.uc.pt.

*** Doutora em Educação Científica e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia (PPGECT), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: foggiattorm@hotmail.com.

**** Doutor em História e Ensino da Física, Centro de Física da Universidade de Coimbra, Portugal (CEFisUC). E-mail: decio@uc.pt.

e incompatibilidade, como nos casos das crenças associadas a poderes sobrenaturais. Essas crenças podem ser associadas a modos de interpretação da realidade juntamente com o desconhecimento de fenômenos e a necessidade de descobrir o porquê das coisas. Portanto, pode-se delimitar três conjuntos de saberes, sendo um constituído por crenças e opiniões desinformadas, outro por saberes mais elaborados, que são passados/transmitidos e validados de geração em geração, e ainda um conjunto que contém novas formas de conhecimento, que absorvem conhecimentos científicos, em particular. Segundo Pinheiro e Giordan (2010), pode-se considerar que a existência de “práticas científicas” no cotidiano de uma população é o que atribui ao saber popular o *status* de etnociência.

Para o antropólogo Lévi-Strauss (1989), pioneiro nos estudos de etnociência, as representações da natureza pelos povos primitivos constituem-se como uma ciência concreta, com conhecimentos importantes sobre botânica, ictiologia, farmacologia, astronomia, entre outros, e em sua obra intitulada *La Pensée Sauvage* (O Pensamento Selvagem – 1962) publicou análises dos sistemas de classificação popular. Lévi-Strauss escreve que todos os povos assumem uma necessidade de compreender a natureza, e que todos têm um desejo de conhecer e classificar seu meio ambiente, seja pela satisfação que isto acarreta, seja pelo saber, ou simplesmente para se impor ou ordenar o “caos” existente. O uso do prefixo “etno” compreende conceitos como comportamentos, linguagem, mitos, jargões e toda uma simbologia própria pertencente a um contexto social e cultural, ou seja, o modo de outras sociedades olharem o mundo. Segundo Silveira (2005), a terminologia etnociência surgiu como linha de pesquisa a partir dos anos 50, e quando o prefixo “etno” é usado após o nome de uma disciplina acadêmica, implica o conhecimento da sociedade local dentro desse recorte acadêmico.

Em 1974, o antropólogo e etnólogo Willian Curtis Sturtevant apresentou a etnociência como a Nova Etnografia (*the New Ethnography*), pois achava inadequado o uso do termo etnociência por sugerir

que outros tipos de etnografia não sejam ciência e admitir que as taxonomias populares sejam ciência, sendo a ciência neste caso, associada à classificação das coisas (taxonomia) pelos povos estudados (indígenas, por exemplo). De acordo com Pinheiro e Giordan (2010), cientistas envolvidos com a comunidade indígena associaram a etnociência ao conhecimento do índio sobre a natureza. Nas pesquisas iniciais (em meados de 1950), os estudos sobre etnociência eram focados em análises de aspectos lexicográficos das classificações de *folk* ou etnoclassificações e sobre categorias de plantas.

O aumento do número de estudos sobre etnociência e o desenvolvimento da sociolinguística fez com que surgissem a etnobiologia, etnoquímica, etnobotânica, etnozoologia, etnoastronomia e outras (PINHEIRO; GIORDAN, 2010). Esses novos termos identificam os aspectos científicos e as suas áreas correspondentes. A etnobiologia, por exemplo, pode ser definida como sendo:

[...] essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos [...] O conhecimento biológico de folk vem a ser uma amálgama de plantas, animais, caçadas, horticultura, espíritos, mitos, cerimônias, ritos, reuniões, energias, cantos e danças (POSEY, 1986, p. 15).

Em uma pesquisa sobre os conhecimentos de uma determinada etnia indígena sobre botânica, leva-se em consideração o conhecimento indígena como um todo, desde a simbologia mais caricata até suas significações. A etnobotânica pode ou não estar de acordo com o modo de classificação específica da botânica oficial. Assim sendo, o conhecimento tradicional em relação ao reino vegetal pode não estar enquadrado nas taxonomias já definidas e organizadas da biologia. Mesmo assim, as crenças ou conhecimentos sobre fenômenos naturais devem ser registrados na sua totalidade, pois:

(1) alguns conceitos indígenas podem gerar novas hipóteses a serem testadas, (2) algumas ideias, não passíveis de serem analisadas, devem ser arquivadas, (3) algumas crenças, entretanto, por mais ilógicas e absurdas que possam parecer, podem vir a demonstrar seu papel de mecanismos sociais para regular o consumo de alimentos ou para a manutenção do equilíbrio ecológico (POSEY, 1986, p. 16).

Em relação aos medicamentos e necessidades de autocuidado, a prática de medicação à base de plantas, proporciona uma série de benefícios de cura ou alívio de doenças que conseqüentemente desenvolve o “saber” sobre a flora de sua região.

Os indígenas, segundo Levi-Strauss (1989, p. 11) são capazes de fazer associações, definições e classificações¹:

Os indígenas têm um aguçado senso das árvores características, dos arbustos e das ervas próprias de cada “associação vegetal”, tomando essa expressão em seu sentido ecológico. Eles são capazes de enumerar nos mínimos detalhes e sem nenhuma hesitação as árvores próprias para cada associação, o gênero de fibra e de resina, as ervas, as matéria-primas que fornecem, assim como os mamíferos e pássaros que freqüentam cada tipo de habitat. Na verdade, seus conhecimentos são tão exatos e detalhados, que sabem também nomear os tipos de transição... Para cada associação, meus informantes descreviam sem hesitar a evolução sazonal da fauna e dos recursos alimentares (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 61).

A percepção descrita por Levi-Strauss sobre o conhecimento aguçado que os indígenas possuem sobre as ervas e plantas pode exemplificar o modo como esse saber indígena permanece. De acordo com Gadgil, Berkes e Folke (1993), o conhecimento indígena pode ser definido a partir da transmissão cultural existente sobre as relações entre os seres vivos e o seu ambiente, transmissão essa que ocorre de geração em geração na comunidade. Essa relação existente com a comunidade reflete a

experiência diária das atividades de cada indivíduo com o mundo natural e espiritual, respeitando suas crenças que envolvem a natureza, o sobrenatural e a organização social em que se apresentam, caracterizando assim o conhecimento tradicional (ABREU; DOMIT; ZAPPES, 2017).

Metodologia de Revisão Sistemática de Literatura

Para esta pesquisa utilizou-se a metodologia chamada *Methodi Ordinatio* (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2017; PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015) para seleção das publicações existentes sobre os conhecimentos tradicionais da etnia indígena Kaingang e a sua relação com o conhecimento científico, assim como outras pesquisas relacionadas a esta temática. Este método trata da revisão sistemática de literatura com objetivo de auxiliar no processo de escolha das publicações já existentes sobre o tema trabalhado. Segundo Campos *et al.* (2018) o método consiste em nove etapas de execução:

Etapa 1: Intenção de pesquisa: encontrar trabalhos relacionados ao conhecimento tradicional da etnia Kaingang definindo três palavras-chave, que foram: Kaingang, *Ethnoscience*, *traditional knowledge*;

Etapa 2: Pesquisa em bases de dados: definição das bases de dados que serão utilizadas para realizar a pesquisa. Neste caso, foram usadas as seguintes bases de dados: Scielo, Web Knowledge e Scopus;

Etapa 3: Definição e combinação das palavras-chave e bases de dados: Nesta etapa, o pesquisador faz a pesquisa nas bases de dados com as palavras-chave escolhidas na etapa anterior, definindo os limites do período (em anos) dos artigos, como por exemplo, artigos mais recentes, dos últimos 5 anos. Porém, neste caso, por se tratar de conhecimentos tradicionais de uma etnia indígena, levou-se em consideração todos os estudos publicados. Em seguida, é realizado testes de combinações possíveis, utilizando os operadores *booleanos* AND – OR, conforme os Quadros 1 e 2:

Quadro 1: Primeiros resultados de combinações possíveis utilizando operador *booleano* “AND”

Palavras-chave e combinações	BASE DE DADOS			Total
	SCIELO	WEB KNOWLEDGE	SCOPUS	
“kaingang” AND “ethnoscience” AND “traditional knowledge”	0 encontrados para Todas as datas Artigos e Review T-A-K	0 encontrados Por título. País: Brasil Artigos e Review	0 encontrados para T-A-K País: Brasil Artigos e Review	0
“kaingang” AND “ethnoscience”	0 encontrados para Todas as datas Artigos e Review T-A-K	0 encontrados Por título. País: Brasil Artigos e Review	0 encontrados para T-A-K País: Brasil Artigos e Review	0
“traditional knowledge” AND “ethnoscience”	0 encontrados para Todas as datas Artigos e Review T-A-K	0 encontrados Por título. País: Brasil Artigos e Review	0 encontrados para T-A-K País: Brasil Artigos e Review	0
“traditional knowledge” AND “kaingang”	0 encontrados para Todas as datas Artigos e Review T-A-K	0 encontrados Por título. País: Brasil Artigos e Review	0 encontrados para T-A-K País: Brasil Artigos e Review	0

Fonte: os autores.

Quadro 2: Primeiros resultados de combinações possíveis utilizando operador *booleano* “OR”

Palavras-chave e combinações	Bases de Dados			Total
	SCIELO	WEB KNOWLEDGE	SCOPUS	
“kaingang” OR “ethnoscience” OR “traditional knowledge”	196 encontrados para T-A-K Anos:1997-2019 País: Brasil Artigos e Review	82 encontrados. Por título: Anos: 1900-2019 País: Brasil Artigos e Review	106 encontrados para T-A-K Anos: todos País: Brasil Artigos e Review	384
Total	196	82	106	
“kaingang” OR “ethnoscience”	Resultados: 47 País: Brasil Anos: 1997-2019 Artigos e Review	Resultados: 76 País: Brasil Anos: 1990-2019 Artigos e Review	Resultados: 80 País: Brasil Anos: 2010-2019 Artigos e Review	
Total	47	76	80	
“ethnoscience” OR “traditional knowledge”	Resultados: 145 País: Brasil Anos: 1997-2019 Artigos e Review	Resultados: 122 País: Brasil Anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 362 País: Brasil Anos: 1967-2019 Artigos e Review	1506
Total	145	122	362	
“kaingang” OR “traditional knowledge”	Resultados: 140 País: Brasil Anos: 1997-2019 Artigos e Review	Resultados: 81 País: Brasil Anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 420 País: Brasil Anos: 1936-2019 Artigos e Review	
Total	140	81	420	

Fonte: os autores.

Etapa 4: Busca final nas bases de dados com auxílio de ferramentas de gerenciamento de referências: Nesta etapa, os resultados coletados nas bases de dados são exportados para um gerenciador de referências, neste caso, para o *Mendeley*. Assim,

com a ajuda desta ferramenta é possível excluir os trabalhos em duplicata e os trabalhos que de algum modo identifiquem-se que não estão de acordo com a pesquisa desejada, conforme Quadro 3:

Quadro 3: Resultados após refinamento

Palavras-chave e combinações	Base de Dados			Total
	SCIELO	WEB KNOWLEDGE	SCOPUS	
“kaingang” OR “ethnoscience”	Resultados: 19 País: Brasil Todos os anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 26 País: Brasil Todos os anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 80 País: Brasil Todos os anos: 2010-2019 Artigos e Review	546
Total	19	26	80	
“ethnoscience” OR “traditional knowledge”	Resultados: 42 País: Brasil Todos os anos: 1999-2019 Artigos e Review	Resultados: 45 País: Brasil Todos os anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 114 País: Brasil Todos os anos: 1967-2019 Artigos e Review	
Total	42	45	114	
“kaingang” OR “traditional knowledge”	Resultados: 14 País: Brasil Todos os anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 81 País: Brasil Todos os anos: 2015-2019 Artigos e Review	Resultados: 125 País: Brasil Todos os anos: 1936-2019 Artigos e Review	
Total	14	81	125	

Fonte: os autores.

Etapa 5: Procedimentos de filtragem: esta etapa corresponde a filtragem dos artigos, ou seja, fazer a leitura prévia do título, *Keywords* ou *abstract* e fazer a exclusão dos artigos que, *a priori*, não estejam relacionados ao tema pesquisado. Após esse refinamento, somente artigos que se apresentem pertinentes continuarão no processo. Assim, a partir das leituras e exclusões de estudos que não interessavam a pesquisa, 60 artigos foram selecionados;

Etapa 6: Identificação do fator de impacto, ano de publicação e número de citações: nesta etapa é criada uma planilha, no qual deve constar o título do artigo, o nome da revista, ano de publicação, fator de impacto da revista e o número de citações;

Etapa 7: Ranking dos artigos usando a equação *InOrdinatio*: Após as etapas anteriores, a equação *InOrdinatio* (1) é aplicada:

$$InOrdinatio = (FI/1000) + \alpha * [10 - (\text{ano da pesquisa} - \text{ano da publicação})] + (\Sigma Ci) \quad (1)$$

onde o FI é o fator de impacto, α é um fator de ponderação que varia de 1 a 10, a ser atribuído pelo pesquisador; ano da pesquisa é o ano em que a pesquisa foi desenvolvida; ano da publicação é o ano em que o artigo foi publicado; e ΣCi é o número de citações do artigo.

O *InOrdinatio* leva em consideração três aspectos importantes da publicação: o ano, o seu

fator de impacto e o número de citações. Fazendo essa correspondência, o *InOrdinatio* dará uma ordenação de publicações de acordo com sua relevância científica, auxiliando o pesquisador na leitura sistemática de artigos que realmente possuem importância para a sua investigação. Assim, foi possível ordenar os 60 artigos encontrados com a temática pelo número *InOrdinatio*, em ordem numérica crescente, ou seja, quanto maior o número *InOrdinatio*, mais relevante e importante é o artigo;

Etapa 8: Encontrar os artigos completos: Após classificação dos artigos usando a equação *InOrdinatio*, deve-se encontrar as versões completas dos artigos;

Etapa 9: Leitura final e análise dos artigos: Nesta etapa, o pesquisador seleciona o número de artigos a serem lidos e escolhidos para a pesquisa. Assim sendo, foram escolhidos 15 artigos entre os 60 encontrados, pois os artigos mais pertinentes ao tema não foram diretamente os 15 primeiros da lista.

Portanto, o texto a seguir irá abordar e identificar a etnociência presente nas atividades da população indígena Kaingang, como na utilização de plantas e ervas para cura de doenças e o uso de bebidas fermentadas para rituais e alimentos. O texto é sustentado pelos estudos encontrados pelo *Methodi Ordinatio*, assim como nas demais produções acadêmicas (livros, relatórios,

documentos antigos) que são referência sobre a temática em estudo.

A etnociência da etnia indígena Kaingang

Os indígenas Kaingang estão entre os povos indígenas mais numerosos do Brasil. Pertencentes à família linguística Jê, integram o ramo Jê Meridionais, localizados nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente ocupam mais de 40 Terras Indígenas, com população estimada em mais de 45 mil. Possuem uma organização espacial e social bem definida, com princípios cosmológicos característicos que foram historicamente identificadas e registradas (GAUDÊNCIO *et al.*, 2019). Portanto, pretende-se indicar alguns conhecimentos tradicionais encontrados na literatura relacionados à etnia indígena Kaingang, embora a maioria dos estudos encontrados relatam apenas o lado simbólico e/ou sobrenatural do pensamento Kaingang. Muitos desses trabalhos são das áreas de antropologia e história, fazendo abordagens dos mitos e rituais sem contemplar detalhes como a identificação dos vegetais ou métodos usados para determinadas atividades. Mesmo assim, tentou-se relacionar esses trabalhos com a visão científica, sustentados por referenciais acadêmicos dos assuntos tratados.

Utilização de plantas e ervas para cura de doenças e remédios

Como já visto, cada sociedade possui graus de especialização cognitiva e institucional para o processo da cura de enfermidades que é apoiada em um conhecimento empírico do universo físico (conhecimentos de química, botânica, farmacopeia), determinados por suas próprias regras culturais. Em suma, todo ato para a cura de doenças inclui dois polos de extensão variável: o tratamento por sentido comum universal e o tratamento simbólico (HAVERROTH, 1997; BUCHILLET, 1991). Os efeitos farmacológicos e outras bases empíricas a partir do uso das plantas e ervas medicinais

são conhecidas historicamente. O conhecimento tradicional é um sistema de símbolos, e assim, o processo para a cura contém etapas específicas que normalmente envolvem o contexto cultural da população em estudo (PEDROLLO *et al.*, 2015). Segundo Lappe e Laroque (2015), os indígenas da etnia Kaingang consideram a mata como fonte primordial de sobrevivência, pois encontram plantas para usos medicinais, a madeira para produção de objetos e cipós para confecção do artesanato. Assim como a cosmologia dos índios amazonenses, a cosmologia Kaingang também compartilha o fato de animais e plantas possuírem espíritos (*tom* em língua Kaingang), ou seja, humanos e não humanos, sociedade e natureza, não representam mundos separados (DA SILVA, 2001; VEIGA, 2000).

Na etnia Kaingang, os remédios (*võnh-kagta*) são encontrados no “matão Kaingang”. Esta expressão é utilizada com regularidade, pois as “curas” são realizadas com ervas juntamente com rituais e simbologias, em que as invocações e poderes utilizados também são oriundos deste “matão”. A expressão portuguesa “curar” é usada pelos Kaingang para designar práticas rituais que fornecem poderes da natureza, através da ação de ervas usadas pelo *Kuiã* (xamã/curandeiro). Estas ervas utilizadas como remédios vêm do mato, chamado *iangrë* (ser que dá poder ao xamã *Kuiã*), e necessita ser selvagem, sem semelhança simbólica com o mundo social. Assim, o domínio da floresta é essencial, pois corresponde a um espaço competitivo compartilhado por animais e inimigos (DA SILVA, 2002; HAVERROTH, 1997).

Segundo Da Silva (2001), os Kaingang acreditam que as enfermidades provêm do mundo que existe depois da morte chamada *numbê*, que significa a aldeia dos mortos, e o que causa as doenças é o *vein kuprin* ou *keinbéq*, que significa alma/espírito dos mortos. Por exemplo, se um parente próximo falecer, o *vein kuprin* deste parente pode apegar-se a uma pessoa próxima e causar enfermidades, podendo levá-lo à morte. Assim, o *Kuiã* exerce seu poder de cura e prevenção através do seu *iangrë* e dos remédios do mato. Sendo assim, identifica-se que os Kaingang muitas vezes

interpretam as doenças como causas vindas da espiritualidade, sendo então a cura realizada pela mesma via espiritual.

De acordo com Da Silva (2001), a madeira forte é um remédio utilizado pelos índios Kaingang para o poder da cura e prevenção de doenças. Por exemplo, o chá da ponta do pinheiro (*Araucaria augustifolia*) serve para a destreza, e o seu carvão passado nos pés do indivíduo serve para o equilíbrio ao subir em árvores. A árvore denominada *ken ta iú*, popularmente conhecida como açoita cavalo (*Luehea divaricata*) é utilizada como remédio, pois quando cortada, esta brota rapidamente, fazendo a interpretação de que é uma planta forte, assim todos ficam fortes. A árvore *ken ven fi*, figueira (*Ficus carica*) é concebida como “remédio bravo”, pois esta árvore “espreme e abafa outras árvores e toma o lugar delas”, assim, este remédio serve para “ficar bravo, para lutar”. Os cupins juntamente com ervas servem para fortalecer o corpo e proteger da doença, já que atacam madeiras fortes do mato. A água corrente na natureza tem força preventiva e curativa, pois como dizem os Kaingang “ela nunca seca”. Pode-se observar nesse estudo que os Kaingang fazem interpretações visuais da natureza e as utilizam como forma de curar doenças ou combater-las.

O estudo de Deyvylan Reis (2016) mostra que dentre os variados remédios caseiros para o tratamento de doenças crônicas, o uso de ervas e plantas mais comuns entre os índios Kaingang são:

[...] água com alho, chá da casca da laranja, uso de garrafada, chá de boldo, chá de erva cidreira, chá de jucá, amora, berinjela; chá de pau de tenente; chá de nani; chá de berinjela; chá de quebravelho e amor crescido; chá de capim-santo e pau do mato; água com pepino e berinjela; banho de arruda; chá da folha da azeitona; chá da folha de sara tudo; chá da folha de insulina; chá de capim-santo; chá de cuia; chá da folha de abacate; chá de jambu; copaiba; chá da folha de tangerina; e chá de canela (REIS, 2016, p. 120).

A garrafada mencionada refere-se a chás feitos da combinação de ervas, folhas, cascas, raízes, sementes e carços. O preparo de qualquer chá deve

seguir as instruções dos mais experientes e é ensinada no período da noite. O tratamento do doente pode ser realizado com os remédios produzidos na forma de banhos de ervas ou fricções, sendo o modo de utilização identificado e supervisionado pelo “saber” dos curadores (OLIVEIRA, 1996). Andrade (2013) registrou em Terras Indígenas Kaingang Apucarana que a maioria dos remédios utilizados por eles são do mato, a partir das plantas, porém existem remédios provenientes de animais e de objetos (pedra ou areia, por exemplo) que para os Kaingang possuem espíritos com ações de intencionalidade.

Em técnicas de êxtase, ou seja, técnicas para conhecer ou controlar estados de consciência, emoção e sentimentos como prática de saúde mental, os *Kuiã* utilizam remédios do mato como plantas, sementes, cascas, brotos, tubérculos, folhas, cinzas, resinas, flores e frutos. O preparo do remédio pode ser feito a partir de uma ou mais plantas, em que é realizada a cocção e consumido exclusivamente pela pessoa doente (ROSA, 2014). Na literatura antiga existem relatos do uso de ervas alucinógenas entre os Kaingang, principalmente em seus rituais de xamanismo. Na maioria das passagens relacionadas com técnicas de êxtase, sugere-se o uso da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), que ficou conhecida por outros nomes durante os séculos XVII e XVIII, como chá-dos-jesuítas, erva-do-diabo, chá-de-Paraguay e *yerba-santa*. Montoya (1892) e Serrano (1936) citam em seus livros que os poderosos feiticeiros *Kuiã* exerciam sua função medicinal aspirando pelo nariz o pó da erva-mate, entrando em êxtase para consultarem os maus espíritos (demônios na visão cristã). O uso da erva era exclusivo para os xamãs e usado pelos índios mais velhos com intenção de restituir forças, conforme cita o Padre Montoya (1892, p. 38 e 39), além de fazer comparações com a erva da coca (*Erythroxylum coca*) nativa do Peru, e com o chá nativo da China:

Divertídome he, y no sin causa, en tratar de agravios de indios, por ser mucha parte de ellos esta yerba [...] que en tiempo que estos viejos eran mozos no se bebia ni aun se conocía sino de un hechicero ó mago que tenia trato con el demonio, el cual se la mostró y dijo, que cuando quisiese

consultarle, bebiese aquella yerba, y así lo hizo, y de su enseñanza otros que en nuestros días hemos conocido, y comunmente los hechizos que hacen llevan de esta yerba. Dieron en usarla los indios viejos, pero con moderación; los frutos que comunmente refieren de esta yerba, son que les alienta al trabajo, que les sirve de sustento, y así lo vemos cada día, que remará un indio todo un día, sin otro sustento que beber de tres en tres horas la yerba, púrgales el estómago de flemas, y despierta los sentidos, ahuyenta el sueño al que desea velar sin embarazo de sueño, y en esto parece á algunos que se semeja, ó es la misma yerba de la China llamada cha, que quita el sueño y aun el nombre no desdice mucho, porque en la lengua de los naturales se llama caá. [...] y en el uso superticioso de hechicerías, y aún en el olor y sabor que es zumaque, es muy semejante á la yerba del Perú que llaman coca (MONTROYA, 1892, p. 38 e 39).

O padre jesuíta Teschauer (1927) também fez relatos sobre o uso da erva-mate pelos indígenas Kaingang:

Não tinham vestígio de religião, mas criam que a alma dos defunctos, a qual chamavam *acupti*, se convertia em demonio. Gozavam de grande autoridade os feiticeiros que os traziam illudidos com seus embustes. Davam oráculos depois de consultarem ou beberem herva-mate e proferiam o oráculo com as palavras: «A erva me disse isto.» (TESCHAUER, 1927, p. 40).

Becker (1976, p. 278) comenta sobre os registros históricos feitos por naturalistas e viajantes em relação ao uso de ervas para previsões do futuro realizadas pelas mulheres mais velhas: “os Kaingáng de São Paulo creêm no poder das mulheres idosas sobre a predição do futuro em sonhos provocados pela ingestão de certas folhas pulverizadas (de plantas desconhecidas)”. Oliveira (2001) descreve relatos de indígenas Kaingang da Terra Indígena Apucarânia, dizendo que no passado os *Kuiã* consumiam um líquido feito da raiz de uma determinada árvore para entrar em

estado de transcendência e receber dos espíritos o poder da cura. Porém, os indígenas entrevistados não souberam informar qual o nome da planta ou a sua identificação.

No início do século XVII, o consumo da erva-mate era permitido apenas para o uso terapêutico e em recomendações médicas, sendo proibido pelos jesuítas, pois facilitava a comunicação com o sobrenatural, com os demônios. Entretanto, com o passar dos anos e com o convívio com os indígenas, os jesuítas passaram a utilizar a erva-mate com frequência, sendo incorporada no cotidiano dos índios e dos não índios (CONTINI; CASTILHO; COSTA, 2012).

A erva-mate é consumida até hoje por muitas populações na forma de infusão, chá ou chimarrão, contendo efeitos estimulantes para o sistema nervoso central. É composta por alcaloides (teofila, teobromina, cafeína e metilxantina), taninos (ácido cafeico e fólico) e sais minerais (ferro, cálcio, manganês, fósforo, magnésio e potássio). Segundo Molz e Ludka (2016), o conhecimento etnofarmacológico utiliza a erva-mate como auxílio no tratamento de depressão e demais transtornos psiquiátricos, que, como já comprovado por pesquisas (ZHAO *et al.*, 2010; LUCAS *et al.*, 2011), demonstram que o consumo de metilxantinas está inversamente correlacionado com os sintomas da depressão, apresentando efeitos de proteção para as células nervosas.

O pesquisador Moacir Haverroth é especialista na área de etnobotânica, etnobiologia e etnoecologia, com ênfase nos indígenas sul-americanos. Haverroth (1997) investigou os princípios que orientam o domínio vegetal dos indígenas Kaingang do Sul do Brasil, como a forma de classificação das plantas e os critérios utilizados para este fim. O pesquisador fez um levantamento de identificação e catalogação de plantas para uso medicinal utilizada pelos Kaingang da Aldeia Indígena de Chapecó (no Estado de Santa Catarina). Três formas de classificação foram identificadas e chamadas de morfoecológica, utilitária e simbólica.

A primeira consiste em um esquema de classificação a partir da nomenclatura fornecida pelos Kaingang juntamente com as informações

adicionais sobre o seu domínio vegetal. A classificação utilitária segue critérios pragmáticos, é guiada pela utilidade prática ou potencial das plantas que podem ser utilizadas na construção, na alimentação, no comércio, no artesanato, no ritual e fins medicinais. No terceiro sistema, simbólico, as plantas são categorizadas segundo a cosmologia dual Kaingang em *Kamé* e *Kairú*, que será explicada na próxima sessão. Os Kaingang utilizam uma variedade de plantas para os tratamentos e cura de enfermidades. Para eles, qualquer planta em que se conheçam suas propriedades e o modo com que pode ser manuseada é considerada *võnh-kagta* (remédio), mesmo as que causam efeitos tóxicos (venenos). Existe certa especificidade em relação à maneira de preparar, administrar e processar os remédios, tornando os curadores pessoas especializadas nos trabalhos de cura, possuindo um esquema particular de organizar cognitivamente as plantas, originalmente aprendida com seus antepassados e que fazem parte ainda hoje nas Terras Indígenas (HAVERROTH, 1997; OLIVEIRA, 1996).

De acordo com Lappe e Laroque (2015), mesmo atualmente vivendo em áreas urbanas, os indígenas Kaingang interagem ativamente com a natureza, seguindo a lógica de sua cultura. Neste sentido, pode-se observar que a terra e a natureza são categorias fundamentais para a comunidade Kaingang, tanto para produção de suas atividades, como o uso das fibras da taquara para cestaria, quanto para reprodução cultural, não concebendo o meio ambiente apenas como fornecedor de matéria-prima.

Pesquisas (MOLITERNO *et al.*, 2013; SAGÁS, 2016) sobre o processo de gestar e parir entre as mulheres Kaingang, revelam que as mesmas utilizam de ervas (remédios do mato)² para inibir o crescimento do feto a favor da facilitação na hora do parto. Após o parto é utilizado o remédio do mato chamado capim de pinhão³, e banhos de acento, servindo para que para a mulher não fique fraca e poder fazer sua alimentação. Outras ervas são usadas para efeitos anticoncepcionais, e outras, como cipós/lianas/trepadeiras, com objetivo de suprir artificialmente o fluxo da menstruação.

Como pode ser observado, muitas das práticas, saberes empíricos, nome de plantas, ervas

e conhecimentos indígenas não são revelados nos estudos acadêmicos, tal qual o nome científico das plantas medicinais. Isso ocorre como forma de controle e preservação dos saberes indígenas, assim como o respeito à cosmovisão e a crença de cada etnia. Por esse motivo, os conhecimentos tradicionais são resguardados e protegidos da apropriação indevida, que pode resultar na ação de aperfeiçoamento de uma técnica antiga com ambição de gerar novos produtos com fins lucrativos.

O ritual *Kikikoi* e a química da bebida fermentada

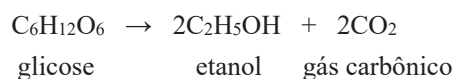
A tradição do povo Kaingang tem uma concepção dual do universo, em que todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias cosmológicas, duas metades exógamas e patrilineares: *Kairú* e *Kamé*. Os Kaingang contam que seu povo teve origem em dois irmãos que surgiram da terra, um surgiu ao nascer do Sol, era forte e alto chamado *Kairú*, e o outro surgiu no mesmo dia, porém no pôr-do-sol, esse ser era mais baixo e chamado *Kamé*. Segundo o mito, esses irmãos ancestrais são duas metades completamente diferentes, mas que se completam (SCHADEN, 1953; DA SILVA, 2002). Portanto, toda a organização social Kaingang baseia-se neste dualismo *Kairú-Kamé*, que marca profundamente a vida religiosa e a mitológica desta etnia.

Segundo Silva (2011), o principal ritual Kaingang chama-se *Kikikoi*, ou simplesmente *Kiki*. Este ritual consiste numa cerimônia de culto aos mortos, uma cultura espiritual que coloca o poder sobrenatural dos mortos acima de qualquer coisa. A festa ocorre no início do inverno, quando há maior abundância de alimentos. O *Kiki* é a bebida alcoólica ingerida durante a celebração, sendo uma mistura de milho, pinhão, água, mel e algumas frutas que estão mais disponíveis nesta época do ano.

Historicamente, as bebidas produzidas pelos indígenas são muito conhecidas, pois eram utilizadas como remédios, relacionadas à “medicina dos humores e dos fluidos”. As bebidas fermentadas representavam além da função de embriagar

(recreação simbólica), mas representavam uma fonte essencial de nutrientes, que combatia inúmeras doenças e proporcionava benefícios para o corpo (ALBUQUERQUE, 2014).

As bebidas com diferentes teores alcoólicos produzidas pelos indígenas têm sua origem comum no processo bioquímico de fermentação alcoólica, que consiste numa reação química realizada pela ação de leveduras (micro-organismos) sobre os açúcares, obtendo como produto o álcool e o gás carbônico. Os micro-organismos da levedura (*Saccharomyces cerevisiae*) são responsáveis pela produção de enzimas (zimase) que atuam sobre os açúcares (glicose: $C_6H_{12}O_6$), em que produzem o etanol (C_2H_5OH) com odor característico e gás carbônico (CO_2), como na reação abaixo:



O tipo de glicídio utilizado (milho, mandioca, batata etc.) define a intensidade da reação de fermentação, que resulta em diferentes teores alcoólicos da bebida (FERREIRA; MONTES, 1999). O mel é outra fonte antiga de álcool, que se armazenado em água transforma-se em hidromel. O mel pode comprometer a fermentação alcoólica, pois é deficiente em nitrogênio, nutrientes e minerais que são importantes para o crescimento das leveduras. Assim, existe a necessidade de adicionar suplementos nutricionais que o otimizem as condições de fermentação. Esta adição evita o desenvolvimento de micro-organismos contaminantes que produzem odores indesejáveis, reduz o tempo de fermentação e aumenta a vida útil da bebida (BRUNELLI, 2015; ALMEIDA, 2005).

Sendo assim, a bebida fermentada *Kiki* consiste em uma mistura de milho, pinhão, água, mel e algumas frutas (SILVA, 2011; OLIVEIRA, 2009). Ao observar esta mistura, percebe-se que os indígenas utilizam a fermentação do milho e do pinhão como fonte de levedura (micro-organismos) para obtenção da bebida, e adicionavam o mel e frutas (suplementos) para aumentar os teores de açúcar e conseqüentemente o álcool. Além disso, o preparado é realizado num cocho (chamado

kōkei) feito do tronco de pinheiro araucária (*Araucaria augustifolia*), coberto com madeira ou lona, favorecendo para que o gás carbônico (CO_2) formado elimine o oxigênio (O_2) presente no interior do sistema, evitando que haja formação de ácido acético (CH_3COOH), que deixaria a bebida com gosto ruim (ALMEIDA, 2005).

No livro de Telêmaco Borba (1908), que conviveu com os Kaingang, o autor descreve sobre o consumo das bebidas fermentadas pelos indígenas:

Preparam duas qualidades de bebidas fermentadas, cujo fundo principal é o milho (nhára); a que é feita só de milho e agoa chamam – *goifá* – quando a esta adicionam mel de abelha chaman-n'a quiqy. Para preparar o *goifá*, soccam o milho, depositam-o em grande quantidade de agoa morna, em grandes coches de madeira, collocados perto do fogo e todos os dias mechem-no; quando cessa a fermentação, esta prompto e principiam a beber-o cantando e dançando de noite e de dia, até cahirem de bebedos e o *goifá* acabar-se (BORBA, 1908, p. 15).

Como já citado, documentos históricos pertencentes a literatura Kaingang abordam o uso de ervas pelos curandeiros para entrarem em estado de êxtase, como parte da atividade de cura de doenças. Porém, a ingestão da bebida fermentada juntos com tais ervas também foi documentada por historiadores, como por exemplo, Rambo (1947, p. 84):

Sua tarefa é a de curar os doentes por meio de ervas medicinais que conhece em quantidade, de ajudar com seu conselho em situações difíceis e de presidir à “missa”. [...] Os “antigos” lhe davam outro nome, o da erva que durante o “ofício” desempenha uma função ritual. [...] Usam-se velas de cêra silvestre e uma bebida de mel misturado com a tal erva (infelizmente não pudemos vê-la) (RAMBO, 1947, p. 84).

De acordo com essa breve perspectiva histórica e atual sobre o ritual *Kikikoi*, percebe-se que os indígenas Kaingang tinham e ainda têm o

conhecimento e a técnica para a produção de bebidas fermentadas a base de milho e pinhão, seguindo a lógica de seus rituais e costumes, juntamente com seus procedimentos e metodologias definidas.

Alimentação e atividades de caça e pesca

Os índios Kaingang viviam em meio às florestas subtropicais onde mantinham os seus meios de vida com atividades de caça, coleta, pesca e cultivo, sendo que cada uma destas era adequada ao calendário natural, que se articulavam outras atividades como as econômicas e sócio cerimoniais. Povos diferentes podem compartilhar o mesmo ambiente, porém cada qual o fará de maneiras distintas, de acordo com a sua cultura. Portanto, os Kaingang percorriam vastos territórios, construía abrigos provisórios e rústicos suficientes para manterem-se por meses. Assim que os mantimentos e recursos acabavam, abandonavam ou queimavam seus alojamentos e deslocavam-se para outros locais, não somente na garantia de sobrevivência material, mas também na segurança. Além disso, atentavam-se nas pré-condições geomorfológicas, em que procuravam terrenos mais acidentados que eram desconsiderados pelos colonizadores, e dificilmente haveria entrada ou invasão de estranhos (TOMMASINO, 1995).

A agricultura dos Kaingang antes da colonização continha pouca técnica e suas plantações e cultivos ocorriam na borda das matas e em morros naturais. O pinhão (*Araucaria angustifolia*), muito popular na região Sul do Brasil faziam parte da base alimentar dos indígenas Kaingang e Guarani (RIBEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2009), além do palmito e várias frutas do mato: jabuticaba, guabiroba, pitanga, guamirim, ariticum, entre outras, e verduras como: o broto de abóbora, broto de bromélia, o *fuá* conhecido popularmente como “erva moura” (*Solanum nigrum*) e outras. O milho é consumido cozido, assado, como cereal, reduzido a pó farináceo para utilização em outros pratos e na forma de bebidas fermentadas juntamente com o mel – bebida *Kiki*. O *ẽmĩ* é um bolo de milho assado sob as cinzas do fogo de chão, envolvido em folha de caeté (*Heliconia velloziana*) conhecida como

“bananeira do mato” para conservar e levar como alimentação nas caçadas e excursões (BORBA, 1908).

Os indígenas do Sul, assim como os do Norte e fronteiras também consumiam a mandioca (*Manihot esculenta*) em sua dieta alimentar. Porém, este tubérculo possui ácido cianídrico, o qual em grandes quantidades pode causar intoxicações agudas. O procedimento para o desenvenenamento do alimento inclui processos hidráulicos, bioquímicos e mecânicos, com objetivo de excluir a toxicidade e promover seus subprodutos para consumo. Assim, deve-se conhecer bem o mecanismo de liberação do cianeto para conhecer melhor as informações de destoxificação da raiz que ainda contenha resíduos de glicosídeos cianogênicos (SOENTGENA; HILBERTB, 2016; CHISTÉ *et al.*, 2010). Os indígenas Kaingang consomem ainda a folha da mandioca brava, chamada *kumí*, que, do mesmo modo que o tubérculo, deve ser preparada seguindo as técnicas de desenvenenamento, porém, a folha é frita em gordura para que possa ser consumida sem conter resquícios do ácido cianídrico.

Na caça usavam arcos e flechas com pontas variadas de madeira ou ossos de animais. Algumas espécies de insetos desenvolvem larvas relativamente grandes e com alto valor proteico. Tradicionalmente, os Kaingang consumiam como fonte de alimento larvas destes insetos que se desenvolviam em troncos em decomposição, em espécies de plantas como palmeiras do tipo jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e o *butiazeiro* (*Butia capitata*) (HAVERROTH, 1997).

Na pesca, desenvolviam técnicas como a do *pãri*, uma espécie de armadilha (cercado) feita de um trançado de varas amarradas entre si e pedras, sustentadas por estacas que eram colocadas nos leitos dos rios (RIBEIRO, 2013). Para as atividades de pesca, os povos indígenas brasileiros desenvolveram diversas estratégias para capturar peixes, como arco e flecha, lança, redes, peneiras e outros. Mas o *pãri*, especificamente, consiste em armadilhas feitas por paredes de pedra com objetivo de afunilar trechos de rios, fazendo com que os peixes fiquem aprisionados em taquaras. Essa técnica corresponde

a uma das formas de pescaria mais comuns em cursos de rios do mundo, desde tempos imemoriais. Para a etnia Kaingang existem diversos relatos e informações dessa técnica em documentos de cronistas e viajantes naturalistas a partir do século XVI, como nos relatos do Padre Jesuíta Antônio Ruiz de Montoya, nas cartas políticas de Antônio da Costa Pimentel, Franz Keller, Telêmaco Borba e outros (MOTA; NOELLI; SILVA, 1996).

Considerando a grande dificuldade de se conhecer a fundo cada cultura indígena, com seus inúmeros costumes, contexto social, línguas, rituais e espiritualidade, podemos citar e descrever suas atividades com base na cosmovisão que possuem. Segundo Pinheiro e Giordan (2010), alguns autores comparam a visão de mundo de povos tradicionais com a ciência acadêmica, sendo que outros não concordam com essas comparações, não considerando esses saberes como “ciência”. Esse assunto causa polêmica e envolve debates na literatura internacional, principalmente no sentido da definição do que é “ciência” ou do que pode ser considerado “ciência”. Levando isso em consideração, pode-se ponderar que o ensino de ciências hoje presente nas escolas da educação básica seja somente uma entre muitas outras ciências existentes no mundo. Partindo de uma visão pragmática, o conhecimento Kaingang identificado pode não ser de uso prático para uma sociedade não indígena, assim como o conhecimento científico acadêmico e descontextualizado pode não servir para a população indígena Kaingang (SANTOS; PIOVEZANA; NARSIZO, 2018).

Considerações Finais

Dentro de um contexto geral e apoiado em fontes historiográficas e etnográficas sobre saberes tradicionais da etnia Kaingang, destacou-se alguns dos conhecimentos relacionados a algumas práticas usadas em curas e proteção de doenças, os processos de produção de bebidas alcoólicas usadas em ritual, uso da erva-mate para estados de êxtase e o desvenenamento da mandioca brava para alimentação. Em suma, é importante destacar que a organização social dos indígenas Kaingang

é caracterizado pelo princípio sociocosmológico dualista, ou seja, pelo sistema de metades *Kamé* e *Kairú*, sendo este sistema utilizado até os dias atuais. O xamanismo Kaingang representa a estreita relação que concebem entre sociedade, natureza e sobrenatureza.

Como observado, os Kaingang possuem um amplo domínio vegetal com sistema próprio de classificação das plantas, utilizando-as para diversos fins medicinais juntamente com práticas rituais que fornecem os poderes da natureza. O xamã e os curadores fazem o uso das ervas para o poder da cura e prevenção de doenças, possuindo um esquema particular de organizar cognitivamente as plantas, originalmente aprendida com seus ancestrais e que ainda hoje são tradicionalmente repassados. Estudos realizados por pesquisadores como Moacir Haverroth (1997), Eduardo Andrade (2013) e Deyvylan Reis (2016) revelam aspectos etnográficos importantes, como os que foram apresentados sinteticamente no texto.

A cultura indígena brasileira é frequentemente estudada por diversas áreas e pesquisadores interessados nos diversos saberes e conhecimentos empíricos, nos seus costumes e tradições. Contudo, grande parte volta-se para as populações indígenas das regiões Norte e Centro-Oeste brasileiras, pois lá concentram-se ainda diversas etnias indígenas que vivenciam seus costumes integralmente ou que não sofreram com a aculturação⁴, além das tribos que ainda existem isoladas na floresta amazônica. Mas, as etnias indígenas das demais regiões do Brasil também devem continuar sendo pesquisadas e investigadas, pois mesmo que apresentem uma sociedade inserida nos costumes regionais e se relacionem com os não-índios, ainda preservam suas culturas e utilizam seus conhecimentos em suas atividades diárias diversas.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado por fundos nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., inserido no projeto UID/04564/2020 e realizado com apoio da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Notas

1 As citações presentes no artigo seguem a grafia original dos documentos. Portanto, desvios das regras ortográficas devem ser desconsideradas.

2 Nome científico não informado pelo autor.

3 Nome científico não identificado. Pinhão é o nome dado a semente do pinheiro araucária (*Araucaria angustifolia*).

4 Aculturação refere-se ao contato de culturas diferentes e pela adoção mútua de costumes pertencentes à cultura diferente. É o contato direto e contínuo entre grupos portadores de culturas diversas.

Referências

ABREU, J. S.; DOMIT, C.; ZAPPES, C. A. Is there dialogue between researchers and traditional community members? The importance of integration between traditional knowledge and scientific knowledge to coastal management. **Ocean & Coastal Management**, v. 141, 2017, p. 10-19.

ALBUQUERQUE, M. B. A mística das plantas, bebidas e alimentos no Brasil colonial. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 11, Ano XI, n. 2, 2014.

ALMEIDA, F. O. A arqueologia dos fermentados: a etflica história dos Tupi-Guarani. **Estudos Avançados**, v. 83, n. 29, 2005, p. 87-118.

ANDRADE, E. J. Sistema médico Kaingang: Conhecimentos e utilização de “remédios do mato” na Terra Indígena Apucarana. **Primeiros Estudos**, n. 5, p. 75 – 85, 2013.

BECKER, I. I. **O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BORBA, T. **Actualidade Indígena (Paraná, Brasil)**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRUNELLI, L. T. **Caracterização físico-química, energética e sensorial de hidromel**. 2015. 85f.

Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2015

BUCHILLET, D. **Medicinas Tradicionais e Medicina Ocidental na Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP, 1991.

CAMPOS, E. R.; PAGANI, R. N.; RESENDE, L. M.; PONTES, J. Construction and qualitative assessment of a bibliographic portfolio using the methodology Methodi Ordinatio. **Scientometrics**, v. 116, n. 1, p. 815-84, 2018.

CHISTÉ, R. C.; COHEN, K. D.; MATHIAS, E. D.; OLIVEIRA, S. S. Quantificação de cianeto total nas etapas de processamento das farinhas de mandioca dos grupos seca e d'água. **Acta Amazônica**, v. 40, n. 1, p. 221-226, 2010.

CONTINI, A. Z.; CASTILHO, M. A.; COSTA, R. B. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações**, v. 13, n. 2, p. 161-168, 2012.

DA SILVA, S. B. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. 2001. 366f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DA SILVA, S. B. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, n. 18, p. 189-209, 2002.

FERREIRA, E. C.; MONTES, R. A química da produção de bebidas alcoólicas. **Química Nova na Escola**, v.10, p. 50-51, 1999.

GADGIL, M.; BERKES, F.; FOLKE, C. Indigenous Knowledge for biodiversity conservation. **Ambio**, v. 22, n. 2-3, p. 151-156, 1993.

GAUDÊNCIO, J. S.; MARTINS, D. R.; SILVEIRA, R. M. C. F.; RODRIGUES, S. P. J. Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang. **Cadernos do CEOM**, v. 32, p. 104-117, 2019.

- HAVERROTH, M. **Kaingang, um estudo etnobotânico: o uso e a classificação das plantas na área indígena de Xaçepó (Oeste de SC)**. 1997. 182f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- LAPPE, E.; LAROQUE, L. D. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 34, p. 147-156, 2015.
- LEVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.
- LUCAS, M.; MIRZAEI, F.; PAN, U.; OKEREKE, O.; WILLET, W. C.; O'REILLY, E. J.; ASCHERIO, A. Coffee, Caffeine, and Risk of Depression Among Women. **Arch Intern Med**, v. 26, n. 171(17), p. 1571-1578, 2011.
- MOLITERNO, A. M.; BORGHI, A. C.; ORLANDI, L. S.; FAUSTINO, R. C.; SERAFIM, D.; CARREIRA, L. Processo de gestar e parir entre as mulheres Kaingang. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 293-301, 2013.
- MOLZ, S.; LUDKA, F. K. Erva-mate e neuroproteção: inovação e desenvolvimento territorial no planalto norte catarinense com base em estudos pré-clínicos. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, n. 2, ed. esp., p. 189-206, 2016.
- MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape**. Muelle de Marzana: Bilbao (Imprenta del Corazón de Jesús), 1892.
- MORENO, G. S.; DA SILVA, G. Conhecimentos tradicionais em torno das plantas medicinais e currículo do ensino de ciências. **Revista Brasileira de Educação no Campo**, v. 2, n. 1, p. 144-162, 2017.
- MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; SILVA, F. A. Pãri: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no Sul do Brasil. **Universidade e Sociedade**, ano 11, n. 15, p. 21-25, 1996.
- OLIVEIRA, M. Alcoolismo entre os Kaingangs: Do Sagrado e Lúdico à Dependência. *In*: Seminário Sobre Alcoolismo e Vulnerabilidade as DST/AIDS entre os Povos Indígenas da Macrorregião Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Saúde, p. 99-125, 2001.
- OLIVEIRA, M. C. **Os curadores Kaingang e a recreação de suas práticas: estudo de caso na Aldeia Xaçepó (Oeste S.C)**. 1996. 246f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- OLIVEIRA, P. A. **Comida forte e comida fraca: Alimentação e Fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xaçepó (Santa Catarina, Brasil)**. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, p. 2109-2135, 2015.
- PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Avanços na composição da Methodi Ordinatio para revisão sistemática de literatura. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 2, p. 161-187, 2017.
- PEDROLLO, C. T.; KINUPP, V. F. Sustainability or Colonialism? Legislative obstacles to research and development of natural products and patents on traditional knowledge in Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 29, n. 3, p. 452-456, 2015.
- PINHEIRO, P. C.; GIORDAN, M. O preparo do sabão de cinzas em Minas Gerais, Brasil: do status de etnociência à sua mediação para a sala de aula utilizando um sistema hipermédia etnográfico. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 15, n. 2, p. 355-383, 2010.
- POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. *In*: RIBEIRO, D. **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986, p. 15-25.

- RAMBO, S. J. Os índios riograndenses modernos. **Província de São Pedro**, n. 10, p. 81-88, 1947.
- REIS, D. A. **As práticas de autocuidado e o cuidado familiar dos índios Mura de Autazes, Amazonas**. 2016. 268f. Tese (Doutorado em Enfermagem na Saúde do Adulto) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- RIBEIRO, B. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- ROSA, R. G. Os Kujá são diferentes? Doenças invisíveis, aliança e guerra no xamanismo Kaingang. **Mediações**, v. 19, n. 2, p. 84-110, 2014.
- SAGÁS, Y. S. Práticas tradicionais Kaingang: Gestação, parto e pós-parto. **Revista Santa Catarina em História**, v. 10, n. 1, p. 28-40, 2016.
- SANTOS, J. A.; PIOVEZANA, L.; NARSIZO, A. P. Propuesta de una metodología intercultural para una pedagogía indígena: la experiencia de las licenciaturas interculturales indígenas con el pueblo Kaingang. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 189-204, 2018.
- SCHADEN, E. Origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingãng. **Revista de Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 139-141, 1953.
- SERRANO, A. **Etnografía de la antigua provincia del Uruguay**. Paraná: Talleres gráficos Melchior, 1936.
- SILVA, L. A. A História Kaingãng através do Ritual do Kiki. **Revista Santa Catarina em História – UFSC**, v. 5, n. 1, p. 1984-3968, 2011.
- SILVEIRA, E. Estudo etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pelos índios Kaingang do estado do Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, E., OLIVEIRA, L. D. **Etnoconhecimentos e saúde dos povos indígenas do RS**. Canoas: Editora da ULBRA, 2005, p. 101-113.
- SOENTGENA, J.; HILBERTB, K. A química dos povos indígenas da América do Sul. **Química Nova**, v. 39, n. 9, p. 1141-1150, 2016.
- TESCHAUER, C. Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul. **Boletim do Museu Nacional**, v. III, n. 3, p. 37-56, 1927.
- TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento**. 1995. 351f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- VEIGA, J. 2000. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. 2000. 367f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- ZHAO, X. Caffeinol at the receptor level; Anti-ischemic effect of NMDA receptor blockade is potentiated by caffeine. **Stroke**, v. 41, n. 2, p. 363-367, 2010.

Notícias de infâncias na Ditadura Militar: em foco o jornal *Folha d'Oeste* (Chapecó/SC, 1966-1970)¹

*News of childhoods in Brazilian Military Dictatorship:
focus on the Folha d'Oeste newspaper (Chapecó/SC, 1966-1970)*

Aline Lazarotto*

Silvia Maria Fávero Arend**

Palavras-chave:
Infâncias
Jornal
Santa Catarina
Ditadura Militar

Resumo: O jornal *Folha d'Oeste* foi o principal periódico a circular durante a Ditadura Militar, na região Oeste do Estado de Santa Catarina (Brasil), com amplo alcance na época. No presente artigo investiga-se, a partir da análise do discurso, como as crianças foram notícias nas edições do referido jornal publicadas entre 1966 e 1970. Na primeira parte do artigo foi explorado a materialidade da fonte na tentativa de verificar o contexto de sua produção. Na outra parte buscou-se conhecer como o discurso jornalístico contribuiu para a construção social das infâncias das diferentes camadas sociais.

Keywords:
Childhoods
Newspaper
Santa Catarina
Military Dictatorship

Abstract: The newspaper *Folha d'Oeste* was the main periodical, with a wide range of readers, circulating during the Military Dictatorship in the Western Region of Santa Catarina (Brazil). We investigate in this paper, from the perspective of Discourse Analysis, how children were news in the editions of the referred newspaper published from 1966 to 1970. In the first part of this work, it was investigated the materiality of the source in an attempt to find out the context of its production. In the second part, we sought to understand how the journalistic discourse contributed to a social construction of childhoods from different social classes

Recebido em 28 de outubro de 2020. Aprovado em 16 de novembro de 2020.

Sobre o jornal *Folha d'Oeste*

A imprensa escrita, em particular a jornalística, constitui material de análise pelo acesso que oferece aos fenômenos que compõem determinado tempo histórico. No caso específico – discurso acerca da infância no Oeste de Santa Catarina de 1966 a 1970 –, pelos múltiplos elementos de um determinado espaço e tempo, principalmente pela possibilidade de tecer representações sociais sobre as crianças e as infâncias. Análises de pesquisadores que utilizam impressos como fontes, sinalizam o quanto a imprensa jornalística contribui para a construção social das infâncias

e enfatizam de que modo a representação social pública da criança consiste em uma das áreas mais ignoradas dos *media* (FRONTANA, 1999). Para a pesquisadora Maria Cristina Mendes da Ponte, no jornalismo escrito a criança é carregada de poder simbólico e evocativo, muito mais para ser vista do que ouvida, transformada em artefato simbólico do mundo adulto (PONTE, 2005).

O presente artigo abordará, no campo dos estudos da História da Infância e Juventude, um conjunto de discursos/enunciados produzidos acerca das infâncias durante a Ditadura Militar. Para isto, toma-se como referência as contribuições teóricas de Michel Foucault (2014), para quem os

* Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Possui Pedagogia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora titular do curso de pedagogia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, coordenadora do Projeto de extensão Pedagogia na Rua da UNOCHAPECÓ. E-mail: alinel@unochapeco.edu.br.

** Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora do curso de Graduação em História e dos Programas de Pós-graduação em História e em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: smfarend@gmail.com.

discursos são transversalizados por dinâmicas de poder e saber. Desse modo primeiramente, é necessário compreender de que modo eles foram produzidos e o que condicionou sua existência. Imergindo nas notícias do jornal *Folha d'Oeste* produzidas entre 1966 e 1970, e que estão disponíveis no acervo, o artigo pretende mostrar a forma que se caracterizam os discursos: inicialmente, como relações de poder e saber entre si interligadas; para em seguida desenhar as suas descontinuidades; destacar as séries de acontecimentos sucessivos e suas condições de possibilidade.

As fontes documentais que compõem o escopo desta análise encontram-se sob a guarda do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), no município de Chapecó (SC). Este espaço de memória foi criado em 1986 e construiu-se como um dos primeiros programas de extensão e pesquisa da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), que atualmente é mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)². Para esta investigação, foi selecionado apenas o jornal *Folha d'Oeste*, fundado em 1964, por ter sido o principal periódico a circular durante a Ditadura Militar, na região Oeste, com ampla circulação e alcance para época. O jornal foi fundado no município de Palmitos (SC), e dirigido por Homero Milton Franco do Partido Social Democrata (PSD). Alguns meses após a fundação, a sede do jornal foi transferida para Chapecó. Até meados da década de 1970, o periódico manteve Homero Milton Franco como diretor e o professor Gabriel Dezen³ no grupo editorial.

Nos primeiros anos de circulação, o projeto gráfico do jornal *Folha d'Oeste* era em formato *standard*, somente em meados do ano de 1970 assumiu um formato tabloide. Ao observar-se a materialidade da fonte, percebe-se que os anunciantes variavam entre: profissionais liberais, autoridades públicas locais, comerciantes e donos de indústrias, referenciados pelo redator como “amigos do jornal”. Dois anos após sua fundação, o jornal já estabelecia convênios com 27 municípios da região Oeste. Na edição 94 do referido período, os redatores anunciavam um “*perfeito serviço de*

Relações Públicas” à disposição das prefeituras municipais e dedicavam uma página inteira às “*reivindicações e possibilidades municipalistas*”. A seção “A tribuna dos municípios” noticiava os interesses de determinados grupos sociais como se fossem de caráter público.⁴

O periódico manteve publicações semanais e assinaturas anuais. Para um ano, o valor da assinatura era NC\$ 7,00; dois anos: 10,00 e três anos 12,00. O custo de publicidade era de NC\$ 400,00 por página inteira, em relação ao período estudado. Foleando o jornal é possível afirmar que a quantidade de anúncios publicitários era expressiva, em algumas edições as propagandas relativas ao comércio local e regional ganhavam páginas inteiras. A partir de 1966 a coluna específica “Anunciantes”, divulgava serviços de dentistas, médicos, advogados e empresas locais. Estima-se que durante a década de 1960 e 1970 o número de exemplares publicados aproximava-se a seis mil, sendo considerado um número bastante expressivo.

O jornal era composto de oito a doze páginas. As três primeiras dedicavam-se às notícias sobre economia e política, em seguida eram tratados temas específicos da região. A partir da quarta página encontravam-se as colunas, que durante o período estudado diversificaram títulos e também assinaturas. Entre elas, destacam-se com maior periodicidade: “*Shopping News*”, “Do submundo à sociedade”, “Bíblia”, “Fôlhas d'Oeste ao vento”, “O que dizem por aí”, “Coluna Social”, “Coluna Cor de rosa” e “Passarela Social”. Festas e casamentos eram temas recorrentes, além de posicionamentos sobre a conduta moral e cristã de personalidades políticas. Grande parte das colunas recebia assinaturas masculinas e apenas as que se dedicavam aos concursos de beleza, nascimentos e receitas culinárias traziam assinaturas femininas. A última página do semanário “Folha esportiva” era dedicada aos esportes, principalmente ao futebol. As primeiras edições do jornal não obedeciam a um formato regular, os anúncios misturavam-se na capa com a opinião da redação. A única edição comemorativa encontrada no período estudado foi relativa ao cinquentenário de Chapecó, publicada em 1967.

Ao ler o periódico foi possível identificar que, na década de 1960, o jornal *Folha d'Oeste* difundiu um discurso sobre a região Oeste como um “território” associado ao trabalho e principalmente à noção de progresso. Provavelmente, as relações sociais que se davam no âmbito dos partidos políticos e os interesses comuns mantidos entre jornalistas/radialistas e administradores regionais foram de fundamental importância para legitimar um projeto de hegemonia política e econômica em torno da agroindústria como nova matriz produtiva e levar adiante o projeto colonizador.⁵ A região Oeste de Santa Catarina era descrita no jornal como uma “terra de gigantes” repleta de “grandezas e abundâncias”.

O historiador Carlos Fico, ao analisar a propaganda política da Ditadura Militar e da agência Assessoria Especial de Relações Públicas (ARP), afirma que um conjunto de profissionais, principalmente ligados à publicidade, foram fundamentais para divulgação da propaganda do governo que buscava construir “uma atmosfera” harmoniosa em relação à imagem do País. As agências de publicidade adequavam-se às diretrizes governamentais para angariar contas e divulgar os feitos do governo. Além disto, o autor destaca a forma com que a reorganização da propaganda política do regime, utilizando da publicidade comercial como estratégia para fortalecer o caráter nacional, influenciou para construir certa “harmonia nos discursos publicitários da época”. Para o autor, com apoio da publicidade os meios de comunicação vendiam esperança e amor, ao lado de “sabonetes e geladeiras”, construindo com isto, em plena ditadura, um forte instrumento do “entendimento e do amor entre os homens” para alcançar um futuro por meio da criação de uma atmosfera positiva (FICO, 1997, p. 119).

A cidade de Chapecó nesse período possuía muitos problemas: o acesso a bens de consumo era difícil, faltava energia elétrica, as condições das estradas eram péssimas, etc. A necessidade de projetar a cidade, ou seja, reafirmar que na região Oeste existia um povo progressista, que poderia enriquecer pelo trabalho foi o discurso que fundamentou o acesso à modernidade (VOJNIAK,

2004). Esse discurso fez parte de um rol de estratégias utilizadas pela elite local para difundir um perfil ideal de trabalhador (a) capaz de contribuir no desenvolvimento local.

É importante ressaltar que durante o período ditatorial a propaganda política dos governantes buscava difundir um discurso otimista em oposição a um discurso pessimista. Esse tipo de “propaganda política” tinha como objetivo elaborar uma “leitura” sobre o Brasil que, ao mesmo tempo, criasse as bases para um sistema de autorreconhecimento social e se instaurasse como mística da esperança e do otimismo (FICO, 1997). O jornal *Folha d'Oeste* acompanhou e utilizou destas estratégias para projetar o Oeste catarinense em âmbito regional e estadual, bem como disseminar os preceitos de progresso almejados pelas elites locais (SIQUEIRA, 2016, p. 96). Isso atrelado à necessidade de afirmar que tudo andava bem, e não colocar em cena as ações de diferentes ordens, especialmente relativas às violações de Direitos Humanos, cometidas pelos governantes do período.

O jornal *Folha d'Oeste*, mesmo assumindo ser “Imparcial na informação e Independente na opinião”, logrou dos benefícios do governo para modernizar e investir em sua maquinaria. No período de análise, os redatores anunciavam os investimentos na infraestrutura e a contratação de representantes comerciais para renovar assinaturas e buscar notícias pela região. Em uma reportagem em homenagem ao aniversário do periódico em 1967, o redator fez questão de evocar as “grandezas do mais completo semanário” e divulgar o alcance de mais “15.000 leitores na região”.

Tudo indica que as articulações estabelecidas entre as elites locais, regionais e nacionais, durante a Ditadura Militar, foram importantes para alavancar Chapecó no cenário tão almejado das cidades consideradas progressistas. Os investimentos na indústria e a vinda de produtos para consumo atraíram os desejos dos “homens da imprensa chapecoense”, que não mediram esforços para difundir mensagens otimistas em relação ao futuro econômico e político da região. Em várias publicações os redatores afirmaram a necessidade de manter no poder os governantes, bem como

incorporaram a retórica dos militares em suas narrativas jornalísticas. A matéria publicada em 1966, período próximo das eleições presidenciais, caracteriza este posicionamento. Com o texto “*Uma questão de consciência III*”, na capa do periódico, o redator chamou a atenção dos críticos do então presidente general Castelo Branco, alertando-o sem relação à consciência do voto para as próximas eleições. Com tom autoritário, questionava: “*Quem teria moral para criticar o governo dos militares?*”. Era necessário “*trabalhar mais, pagar mais impostos para recuperar a nação*”. Compartilhando dos interesses dos militares, em um dos momentos mais duros da ditadura, o articulista exigiu que “[...] *cada um fizesse a sua parte, pois assim aguentaremos o perigo vermelho, porque a fome leva ao desespero e este ao comunismo.*”⁶

Além de partilhar projetos políticos o *Folha d'Oeste* também investiu na construção de temporalidades. Em diversos espaços do jornal, a ideia de romper com o passado, ou seja, a redenção do que não poderia ser identificado com a cidade, permeou o discurso jornalístico. Em 1967, na edição de 03 de fevereiro, início das comemorações do cinquentenário de Chapecó, o professor e redator do jornal, Gabriel Dezen, escreve em nome do jornal *Folha d'Oeste* e afirmava que “*quisera ele ter nascido 50 anos antes para contar dia a dia a história desta região*”. Como isto não foi possível, o *Folha d'Oeste* estaria inaugurando um dos “[...] *maiores trabalhos histórico-jornalístico do ‘velho-Chapecó’, mais de três mil quilos de papel seriam transformados em páginas de glória da gente oestina.*”⁷

Projetando sua função histórica, o discurso jornalístico mobilizou uma nova temporalidade que estava articulada às promessas políticas e socioculturais daquele período. Evocar o acontecimento da comemoração do cinquentenário de Chapecó ao terceiro aniversário do jornal, como um acontecimento histórico, demonstra o quanto a imprensa funcionou como veículo de construção de memória. Ao celebrar a temporalidade, o discurso jornalístico mostrou-se, como afirma o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn, como um organizador social, o que inclui a definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido (LOHN, 2013).

Notícias de crianças

Após folhear as páginas que resistiram ao tempo, dos primeiros exemplares do jornal *Folha d'Oeste*, buscou-se selecionar apenas peças jornalísticas que se referiam às crianças e às infâncias. Para esta organização, utilizou-se como orientação o protocolo de análise proposto pela pesquisadora Maria Cristina Mendes da Ponte, que permite investigar

[...] os vários mundos construídos nas páginas do jornal, compreendendo a peça jornalística mais do que um indicador quantitativo, e sim pelos seus discursos e pelas suas imagens, pelas suas opções de visibilidade e invisibilidade que se constrói a comunicação jornalística. (PONTE, 2005, p. 242).

A contribuição da autora é de suma importância para inferir sobre “*que crianças são notícias? Quando é que são notícias? Quem tem voz nessas notícias e quem tende a ser ignorado?*” (PONTE, 2009, p. 145). No período em destaque foram encontradas 48 peças jornalísticas que tinham como tema as crianças e as infâncias. As peças foram distribuídas por temas:

Quadro 1: Distribuição de peças por temas.

Temas	Nº de peças
Família	13
Criança idealizada	9
Abandonada	6
Espaço público	5
Educação Escolar	4
Política Pública	4
Publicidade	4
Vítima	3
Total	48

Fonte: Jornal *Folha d'Oeste* (1966-1970).

Em relação ao Quadro 1, percebe-se uma predominância do tema família. Os nomes e sobrenomes das figuras paterna e materna eram colocados em evidência e os sinônimos utilizados para se referir às crianças estavam sempre associados aos ideais românticos de uma infância ordeira e

feliz. Ou seja, elas eram descritas como “anjinhos”, “príncipes” e princesas” e proporcionavam alegria e felicidade à família.

Os gêneros jornalísticos foram destacados com a intenção de perceber quais os espaços privilegiados para cada tema acerca das infâncias:

Quadro 2: Gêneros jornalísticos.

Gênero jornalístico	Total
Anúncios	17
Reportagem	15
Notícias	15
Peça solta	1
Total	48

Fonte: Jornal *Folha d'Oeste* (1966-1970).

Conforme destaca o Quadro2, o maior número de peças relacionadas às crianças e as infâncias esteve presente em anúncios do jornal, que variaram entre comunicados de nascimentos, festas infantis e festas da comunidade. Com tom evocativo, os anúncios utilizavam imagens que transmitiam um ideal romântico de infância. Ou seja, aquela composta por seres vulneráveis, que viviam sob a proteção das figuras parentais e que necessitam de carinho e amor. Com laços e fitas, as vestimentas associavam a criança a representações angelicais, conforme vê-se na imagem a seguir:



Imagem 1: Coluna social – foto menina

Fonte: Jornal *Folha d'Oeste*(13 jul. 1968).

Além dos anúncios de comemorações festivas, as crianças também foram noticiadas na publicidade, por meio de imagens que representavam a família aparecerem associadas à venda de automóveis:



Imagem 2: Propaganda

Fonte: Jornal *Folha d'Oeste* (12 ago. 1967).

No Brasil, desde a década de 1950, as crianças passaram a ser “personagens” importantes nos anúncios publicitários veiculados na imprensa. Neles as crianças aparecem de forma indireta como membros da família que, por sua vez, consumia os produtos. Como aparece na imagem anterior, as figuras materna e paterna e o filho no banco traseiro do automóvel representam os ideais da família nuclear burguesa disseminados naquele período. A historiadora Olga Brites afirma o seguinte sobre esse processo:

[...] a propaganda contribuiu de forma significativa para elaborar imagens de infância e família. Atuou, ainda, como elemento importante na elaboração daquilo que se desejava para o social, englobando elementos de exibição pública. No produto, por meio da

publicidade, depositaram-se valores que expressaram desejos, configurando um destino identificado a 'prazer' e 'felicidade'. (BRITES, 2000, p. 274).

Um dos espaços privilegiados para anunciar a infância considerada feliz eram as colunas sociais. Observa-se na imagem:



Imagem 3: Coluna social

Fonte: CEOM– Jornal *Folha d'Oeste*(27 jul. 1968).

Na coluna social as crianças pertencentes às classes médias e altas “desfilavam” com seus sorrisos e vestimentas, transmitindo um olhar sereno e confiante no futuro que estava por vir. Uma infância representada em sua maioria por meninas que recebiam adjetivos sempre associados à beleza, à ternura e à figura da esposa e mãe. Com sorrisos angelicais, as meninas dividiam as páginas com as mulheres adultas, símbolos da beleza feminina. Para exemplificar essa questão pertinente às relações de gênero evidenciadas nas peças jornalísticas, apresenta-se uma oração publicada em período próximo ao dia das crianças, em 22 de outubro de 1966:

Oração da criança
O deus, tu que és bom e todo poderoso
Tu que és criador supremo e também o meu bondoso criador ouve-me atende-me e perdoa que eu só saiba pedir

Mas, agora eu te peço tão pouco e representa tanto para mim, que sei... ela me atenderá

Dá-me, não é a terra nem mesmo um cantinho no céu

Permite que quando eu for grande do tamanho do papai que como ele, eu seja **amável, bom, caridoso, dedicado, esmerado e feliz!**

Ah e não esquece também de encontrar para mim uma **menina bonita igualzinha a mamãe.**

Bom, hoje estou com sono, mas amanhã eu te digo alguma coisinha mais que eu desejo para ser bem feliz! (*Folha d'Oeste*, 22 out. 1966, grifos nossos).

As peças jornalísticas com presença de meninos foram as dedicadas a propagandas de vestuário masculino, indicando pelas chamadas que acompanhavam a ideia do “homem adulto”. A imprensa mobilizava um discurso em relação às infâncias para também atender ao rol de exigências de uma cidade em pleno progresso. Para isso, aponta como perfil ideal o “homem” capaz de dar continuidade às transformações na região.⁸

A predominância das peças jornalísticas que valorizam uma imagem ordeira de uma infância feliz acompanhou o discurso do jornal *Folha d'Oeste* que, naquela época, dedicava boa parte de suas páginas a divulgar as transformações da cidade, as quais ocorriam paulatinamente e transformavam o “velho oeste” em “celeiro do progresso”. Um periódico que se propunha a narrar os acontecimentos locais e mostrar ao país que em “Chapecó tudo é belo, tudo precisa acompanhar um ritmo de grandeza”.¹⁰

Os discursos que transmitiram uma mensagem de uma infância bela, feliz e ordeira também anunciou que transitar pelas lindas ruas, largas e iluminadas, contornadas por jardins de paisagens revigorantes, não parecia ser uma alternativa agradável, pois, a cada momento, os pedestres eram surpreendidos por “esmoleiros” e “pivetes” a suplicar por uma gratificação, o que não agradava as pessoas residentes no centro da cidade. Em contraste com o discurso de uma infância considerada ideal, outras histórias de infâncias foram narradas.

“Mendicância é cartão de visita da cidade”¹¹

Buscou-se analisar neste artigo as peças publicitárias com pouca representatividade nas páginas do jornal *Folha d'Oeste*. Enunciados que atravessaram o discurso jornalístico também denunciaram diversas formas de representação das infâncias. Em uma notícia publicada em 1967, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, afirmava o jornal *Folha d'Oeste* que, principalmente à tardinha, o proletariado da periferia, todo na mesma hora, saía para o centro da cidade para iniciar sua importuna tarefa de “mendigar”, em bares e repartições públicas. Com tom de apelo, os articulistas solicitavam em “[...] nome do povo, que os responsáveis pela ‘limpeza’ da cidade tomassem medidas cabíveis para evitar que menores e pessoas fisicamente sadias perambulasse pelas ruas da cidade, esmolando.”¹² Os munícipes, que desfrutavam de ruas largas, arborizadas e repletas de pessoas “cultas”, ora mais, ora menos, deparavam-se com meninos a vagar pela cidade. Afirmava a referida reportagem: “[...] o visitante que chega não deixará de enxergar o quadro doloroso do problema da mendicância.”¹³

Nos últimos anos dessa mesma década, o jornal *Folha d'Oeste*, acompanhado por entidades assistenciais, tais como o *Rotary Clube*, o *Lions Clube* e a Câmara Junior, realizaram diversas campanhas assistenciais, possivelmente sob a ótica da caridade e voltadas à população pobre. As relações dos gestores do periódico com estas associações civis se davam em decorrência de seu diretor, Homero Milton Franco, exercer funções ligadas a órgãos públicos e ser membro do *Lions Clube*. Sua participação efetiva nas entidades assistenciais talvez justifique o espaço dado pelo periódico aos temas relativos à pobreza.¹⁴

Nos anos seguintes, com um tom moralizante, os redatores do jornal *Folha d'Oeste* convocaram a comunidade para resolver a grande “chaga social”, através da divulgação de campanhas realizadas pelas entidades religiosas e assistenciais da região. O discurso preponderante nas matérias foi a opinião dos redatores que reivindicaram ações para “limpar a cidade” dos “pequenos vagabundos”

que continuavam a perambular pelas ruas. Os articulistas em seus textos pretendiam “moldar” as ações da comunidade em relação aos “esmoleiros”, prescrevendo atitudes que interferiam na forma de lidar com meninos e meninas postados às portas de mercados, lojas e repartições públicas, “medicando por um trocado”. A orientação dada pelo jornal era, ao invés de esmolos, fossem doados “objetos de vestir, comer ou calçar”, pois as pessoas do município estavam promovendo uma “[...] verdadeira escola de vagabundagem a ponto de transformar a cidade na ‘capital da mendicância.’”¹⁵

O discurso jornalístico enunciado no periódico, em relação aos meninos e meninas pobres, estava em consonância com a linguagem utilizada no período nas cidades de grande e médio porte do país. Ou seja, apregoava a “limpeza urbana” em vez de políticas sociais que pudessem alterar de alguma forma a condição de vida daquelas pessoas. Nesta direção, Frontana (1999, p. 129), ao analisar a grande imprensa paulista, destaca como esse meio de comunicação converteu-se em importante fórum para a expressão de atitudes e opiniões, no qual o problema dos menores abandonados adquiriu “contornos e dimensões dramáticos”. A imprensa escrita postulava para si um papel social de porta-voz soberano da opinião pública. Cumpria, segundo a autora: “[...] por um lado, em nome do bem público, apresentava-se como prestadora de um inestimável serviço à população; por outro, servindo aos interesses da elite dominante, colabora com a imposição de sua ideologia.” (FRONTANA, 1999, p. 133).

Como destacam as historiadoras Silvia Maria Fávero Arend e Camila Serafim Daminelli:

A ‘questão’ ou problema do menor era a parte sensível de um todo social mais abrangente, este, grosso modo, fruto de um vertiginoso crescimento urbano incapaz de evitar, fosse pelas vias do trabalho fosse pelas vias assistências, a expansão da pobreza nos grandes e médios centros do país. Estavam lançadas as bases que legitimavam o perfil de institucionalização dos menores, em regime fechado ou de semiliberdade: a prevenção da criminalidade adulta, cujo o ponto de

inflexão era a intervenção direta sobre as crianças e adolescentes pobres. (ARENDE; DAMINELLI, 2014, p. 197).

Paim (2003) afirma que o crescimento da riqueza e da pobreza aconteceram proporcionalmente no município de Chapecó no período em estudo. Com isto, as “[...] condições de vida das pessoas pobres agravaram-se entrando em contraste com os avanços da cidade das rosas.” (PAIM, 2003, p. 37). As crianças que “perturbavam os estabelecimentos comerciais”, neste contexto, eram alvo do movimento em prol da “prevenção da marginalização do menor”. Buscava-se educar a infância para o futuro e prevenir a sociedade do progresso dessa considerada ameaça (PILOTTI; RIZZINI, 2009).

Considerações finais

Os dados apresentados em relação aos espaços direcionados à infância na imprensa escrita do Oeste catarinense indicam com evidência a prevalência de um discurso que valoriza uma imagem ordeira, mítica, utópica de um ideal normativo de infância, “[...] concretizando um modelo singular de criança feliz que tendencialmente é branca e de classe média” (PONTE, 2005, p. 38). Por outro lado, outras infâncias circulam nos discursos jornalísticos denunciando a disparidade entre a infância idealizada e a infância pobre.

A visibilidade dada à infância idealizada esteve atrelada aos interesses do jornal *Folha d'Oeste*, o qual operava com base em uma seleção do que era para ser enunciado. Conclui-se que, pelo poder evocativo e simbólico que as infâncias carregam, estes discursos contribuíram para circular uma mensagem otimista num período marcado pela censura e violação de Direitos Humanos. Enquanto crianças brasileiras eram presas, torturadas e mortas pelo poder público, sobretudo nas instituições públicas alinhadas as políticas preconizadas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)¹⁶, em nome da “segurança nacional”, a imprensa tornava visível um discurso oposto aos cenários sociais evidenciados.

Notas

1 Parte da pesquisa foi financiada com recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC)/Edital do Programa de Apoio à Pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina (PAP-UDESC) 2018 – Termo de Outorga 2019TR615. A pesquisa contou também com o apoio de bolsa UNIEDU/FUMDES/SC.

2 Ver mais em: <<https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/sobre-o-ceom>>.

3 De acordo com Siqueira (2016), Homero Milton Franco atuou como vereador no município de Palmitos (SC) pelo Partido Social Democrático (PSD). O jornalista transferiu-se para a cidade de Chapecó após o convite de Serafim Bertaso, para assumir a assessoria de imprensa da Secretaria dos Negócios do Oeste.

4 Em relação aos tamanhos do jornal o formato standard é de 600x750mm, o formato tabloide é aproximadamente metade deste tamanho. Jornal *Folha d'Oeste*, 1977.

5 De acordo com Silva e Hass (2017), foi a partir da segunda metade da década de 1960 que a elite local organizou diferentes estratégias para articular um projeto de hegemonia política e econômica em Chapecó. A retórica que prevalecerá nas narrativas destes grupos sociais estará pautada na legitimação do poder local, fazendo repercutir suas conquistas econômicas e materiais como principal maneira de interpretar o passado e prescrever o futuro (SILVA; HASS, 2017, p. 370).

6 Uma questão de consciência III, *Folha d'Oeste*, 12 nov. 1966.

7 Jornal *Folha d'Oeste*, mar. 1967.

8 Sobre esta questão, ver: VOJNIK, 2004.

9 A expressão “celeiro do progresso” esteve presente, principalmente na década de 1960, na retórica política da região, foi veiculada com frequência pelos jornais locais. Para o historiador Fernando Vojniak (2004, p. 91), “[...] principalmente a partir dos anos 60, a imagem da região e de suas gentes parece ser produzida num sentido oposto àquela imagem que circulava entre os homens de todas as posições do Estado; uma região que parecia, nesses discursos, não querer mais ser identificada como a terra de ninguém e ter suas gentes comparadas ao inefável Jeca-tatu.”

10 Jornal *Folha d'Oeste*, “Povo que tem bom gosto ilumina sua cidade” (06 out. 1972).

11 Jornal *Folha d'Oeste*, “Mendicância é cartão de visita da cidade” (15 jul. 1967).

12 Jornal *Folha d'Oeste*, “Chapecó cidade rica onde a mendicância impera” (19 ago. 1967).

13 Jornal *Folha d'Oeste*, “Mendicância é cartão de visita da cidade” (15 jul. 1967).

14 Jornal *Folha d'Oeste*, "Mendicância é cartão de visita da cidade" (15 jul. 1967).

15 Jornal *Folha d'Oeste*, "Povo não entendeu o apelo da Cajuja. Esmoleiros continuam como antes" (22 fev. 1969).

16 É importante citar que a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi instituída em 1964 a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, alinhada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Em relação a esta questão ver a tese de doutoramento: DAMINELLI, Camila Serafim. Uma fundação para o Brasil Jovem Menoridade e Políticas Sociais para infância e Juventude no Brasil (1964-1979). 2019, 304p. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina- Florianópolis, 2019.

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero; DAMINELLI, Camila Serafim. Políticas sociais para infância e juventude carente e infratora (1970-1980). In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. 1.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249 – 278, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100011>.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2014.

FRONTANA, Isabel. **Crianças e adolescentes**: nas ruas de São Paulo. São Paulo: Loyola, 1999.

PAIM, Elison Antonio. **Industrialização e Educação**. Chapecó: Argos, 2003.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização – a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 72-107, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180305102013072>

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTE, Maria Cristina Mendes da. **Crianças e jovens em notícias**. Lisboa: Livros Horizontes, 2009.

_____. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. "O oeste catarinense não pode parar aqui". Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338-374, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180309212017338>.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **Os donos do "Celeiro do progresso"**: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). 2016. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VOJNIAK, Fernando. **"Iluminar a inteligência e educar a afetividade"**: uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). 2004. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VOJNIAK, Fernando. Masculinidades na constituição do oeste catarinense. **Grifos**, Chapecó, n. 16, p. 156-179, 2004.

Artífices de seu ofício: a relação entre a formação e a remuneração dos professores das redes públicas piauienses (1996-2016)

Marcelo Sousa Neto*

FONTINELES, Isabel Cristina da Silva. *Artífices de seu ofício: a relação entre a formação e a remuneração dos professores das redes públicas piauienses (1996-2016)*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2019. v. 1. 236p.

Esta resenha apresenta as ideias do livro *Artífices de seu ofício: a relação entre a formação e remuneração dos professores das redes públicas piauienses (1996-2016)*, de Isabel Cristina da Silva Fontineles. A obra analisa a relação entre a formação e o vencimento salarial dos docentes das redes públicas de ensino, tomando como recorte o Estado do Piauí, relacionando-o ao contexto das políticas nacionais de formação e remuneração de professores, no interstício de 1996 a 2016. A escrita é fundamentada em dados tabulados sobre vencimento e remuneração dos professores, procurando dialogar com os instrumentos legais editados no período. Destaca-se ainda o levantamento histórico realizado, discutindo a temática enquanto agenda de Estado. A autora elabora uma profunda crítica, lastreada nos dados tabulados de que, no Piauí, em relação à valorização dos docentes por formação acadêmica, há limitadas políticas voltadas a formação de professores e ausência de definição de percentuais de ganho salarial por formação acadêmica, elementos considerados, em sua escrita, fundamentais de estímulo à formação profissional. Por fim, discute os distanciamentos entre as propostas de formação e remuneração entre a Rede Estadual de Educação do Piauí e a Rede Municipal de Educação de Teresina.

Isabel Cristina da Silva Fontineles é professora e pesquisadora do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Piauí, *Campus Clóvis Moura*, e tem, nas últimas duas décadas, se dedicado

à investigação de políticas públicas em Educação e a relação entre formação e remuneração docente, tema tratado nesse seu segundo livro voltado à temática.

Neste novo livro, além de ser uma contribuição ao entendimento do cenário contemporâneo das políticas públicas referentes ao magistério, amplia de maneira qualificada a discussão sobre a educação escolar piauiense e contribui, sobremaneira, com os estudos acerca da História da Educação no estado.

Lastreada por robusta pesquisa documental e rigor metodológico, a obra contém reflexões importantes acerca das práticas docentes e sua relação com as políticas de remuneração adotadas pelas redes públicas de ensino, tornando-se uma importante referência para os estudos sobre a temática.

De maneira geral, o livro analisa a relação entre a formação e o vencimento salarial dos docentes da Rede Estadual de Educação do Piauí e da Rede Municipal de Educação de Teresina, articulada ao contexto das políticas públicas nacionais de educação, no período de 1996 a 2016.

Como lastro documental foram sistematizados dados sobre vencimento e remuneração dos professores das duas redes de ensino, procurando dialogar com a legislação do período, por meio da análise comparativa dos Planos de Carreira das redes de ensino, cujo início do recorte temporal tem como marco a aprovação

* Professor Associado da Universidade Estadual do Piauí UESPI, Campus Clóvis Moura. Coordenador de Área, História/PIBID/UESPI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória UESPI/UFRJ). Professor Permanente da Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

da LDB/96 e se estende até 2016, o que permitiu identificar, na Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, a ausência de definição de percentuais de aumento de uma classe para outra e, na Rede Pública Municipal de Teresina, a redução da amplitude da carreira, elementos que, para autora, são fundamentais ao estímulo à formação profissional.

De outro modo, a autora discute, a partir da relação legislação e sua aplicação prática, como esta impactou na valorização do magistério público estadual do Piauí e municipal de Teresina, análises que podem ser extrapoladas para a realidade de outras redes do país. Nesse percurso narrativo, destaca na obra que os vencimentos salariais, nas duas redes de ensino, revelam a existência de hierarquia entre as titulações, pautada na formação do professor. No entanto, critica a amplitude observada por esta ser baixa, o que desestimula a profissão docente e a busca por qualificação.

Entre as fontes utilizadas, também se destacam o uso da pesquisa junto a mídia impressa, digital e televisada, e de documentação produzida por entidades classistas de professores, articuladas ao estudo e em contraponto a legislação e os discursos produzidos pela imprensa e sociedade civil.

Como marcos teórico-metodológicos, a autora apoia-se nas concepções de Estado definido por Bobbio (1999) e de políticas públicas em educação de Gatti (2010), Serafim e Dias (2012), Pinto (2009), Monlevade (2014) e Sales (2012).

Estruturalmente, o livro está organizado em introdução, que apresenta os marcos do objeto e referenciais teórico-metodológicos, seguido de quatro capítulos analíticos que, resumidamente tratam, em seu primeiro capítulo, intitulado *Nas trilhas do Vencimento e da Formação: trajetórias e tensões nas políticas públicas de valorização do magistério no Brasil*, do processo histórico que marca as ações do Governo Federal, ao colocar na agenda uma política de vencimento que guarda relação com a formação dos professores no Brasil. Neste capítulo a autora apresenta ao leitor conceitos necessários ao entendimento das discussões objeto da pesquisa, por meio de profunda revisão de literatura, demonstrando como, por muito tempo, a questão salarial e a relação com a formação dos

profissionais da educação não demandaram foco de estudo entre os acadêmicos devido à questão ter assumido um caráter puramente ideológico e agravado pelo fato dos sistemas públicos de ensino não gerarem informações suficientes sobre a remuneração dos profissionais em educação.

No segundo capítulo, *Estatutos, Planos e Cargos e Remunerações: instrumentos que balizam vencimentos e remuneração dos Professores*, Isabel Fontineles analisa os planos de carreira dos professores da Rede pública Estadual de Ensino do Piauí e dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, procurando avaliar aspectos relacionados à valorização dos docentes, a partir de dois eixos de análises: formação e remuneração docente.

Nesse capítulo, mesmo reconhecendo limites, a autora aponta a regulamentação da jornada de trabalho, a Lei do Piso Salarial e o FUNDEB, como importantes conquistas de valorização do magistério da Educação Básica e que implicam diretamente na qualidade do ensino e da aprendizagem oferecida pelas escolas.

Em *Vencimento Salarial, Remuneração e Formação: fatores de valorização do professor*, terceiro capítulo do livro, a autora apresenta a tabulação dos dados coletados sobre vencimento salarial e a remuneração dos professores das redes pesquisadas, bem como analisa a relação entre vencimento e remuneração, na série histórica de 1996 a 2016, analisando, na primeira parte, o vencimento e a remuneração do professor da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí e, na segunda parte, o vencimento e a remuneração salarial do Professor da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina.

Por fim, no quarto capítulo, *Seduc e Semec: comparativo entre a remuneração dos professores*, a autora faz a crítica comparativa entre as duas redes, a partir da remuneração de seus professores, tomando como referência o salário mínimo vigente em cada ano da série histórica de 1996 a 2016, e agrupados nas classes de professores com formação em nível Médio, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, todos com regime de trabalho semanal 40 horas. Após análise dos rendimentos salariais dos

professores das Redes Pública Estadual do Piauí e Municipal em Teresina, foi possível identificar uma relação hierárquica entre formação e remuneração, ou seja, quanto maior a titulação do professor, maior a remuneração nas duas redes de ensino. Entretanto, critica a autora, apesar de existir essa hierarquia, a amplitude observada é baixa, afetando de maneira negativa a atratividade da profissão docente, considerando um vencimento inicial baixo.

Para a autora, quando a Lei do Piso de fato entrou em vigor, após 2010, o vencimento salarial dos professores com apenas nível médio, teve aumento considerável, mas sem repercussão nas classes de formação mais elevada. Por consequência, implicando na diminuição da amplitude da carreira.

Encaminhando suas considerações finais, Isabel Fontineles retoma a conclusão de que nas duas redes de ensino existe uma relação hierárquica entre formação e remuneração, valorizando-se mais aqueles professores com maior formação, mas com pequeno impacto nas folhas de pagamento das redes pesquisadas tendo em vista que, em ambas as redes, o número de professores com Mestrado e Doutorado era, no recorte estudado, muito pequeno.

Após a leitura da obra, entende-se que os resultados apresentados colaboram significativamente com a ampliação das discussões sobre vencimento e remuneração docente e sobre princípios necessários a elaboração de planos de carreira de professores da educação básica, podendo fundamentar e sensibilizar professores e gestores em direção ao reconhecimento e valorização do professor. Nesse sentido, a autora, possibilita a seus leitores que as pessoas sensíveis às belezas, demandas, dificuldades e superações contidas no cotidiano docente acompanhem e se envolvam com

a arte de “esculpir” essa profissão, à medida que ela própria compartilha desse contexto e se insere no rol dos “artífices” desse ofício.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

MONLEVADE, João A. C. de. Sobre o percentual de atualização anual do piso salarial Nacional dos professores. In: FONTELES, Marcelino de Oliveira (Org.). **O Novo Plano Nacional de Educação:** instrumento de desenvolvimento do Brasil. Teresina: EDUFPI, 2014.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração adequada do professor: desafio: educação brasileira. **Retratos da Escola**. Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, 2009.

SALES, Luís Carlos. Piso salarial nacional no plano de carreira do magistério público do município de Teresina. **Educação em Foco**. Belo Horizonte, ano 15, n. 19 p. 301-330, 2012.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos de Gestão Social**. Salvador, v.3, n. 1, p.121-134, 2012. Disponível em: www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/213/147. Acesso em: 18 ago. 2014.